

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

HELDER CYRELLI DE SOUZA

OS CARTÕES DE VISITA DO ESTADO
A EMISSÃO DE SELOS POSTAIS E A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

PORTO ALEGRE

2006

Helder Cyrelli de Souza

OS CARTÕES DE VISITA DO ESTADO
A EMISSÃO DE SELOS POSTAIS E A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Dissertação aprovada por banca examinadora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli.

Porto Alegre

2006

Selos são cartões de visitas que os grandes Estados deixam no quarto das crianças. Como Gulliver a criança visita país e povo de seus selos. Geografia e História dos liliputianos, a inteira ciência do pequeno povo com todos os seus números e nomes lhe é instilada durante o sono. Ela participa com interesse de seus negócios, frequenta suas purpúreas assembléias populares, assiste ao lançamento de seus naviozinhos e, com suas cabeças coroadas, entronizadas atrás de sebes, celebra jubileus.

Walter Benjamin – *Rua de mão única* (1926-28)

O selo postal é, por si mesmo, um cartão de visitas e uma parte da história do país onde seja emitido. Sendo ele presença indispensável em todas as mensagens e objetos postados, viaja por todo o Brasil e por todo o mundo. A beleza de suas cores, o esmero na sua impressão e uma adequada seleção de motivos servirão de divulgação positiva do país e de suas coisas.

Euclides Quandt de Oliveira (Ministro de Estado das Comunicações) –
Selo, pequena janela para o Brasil e o mundo (1975)



AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a concessão de uma bolsa de estudos pelo período de dois anos, que permitiu a minha estada em Porto Alegre e foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço aos servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em especial aqueles ligados ao Programa de Pós-graduação em História, assim como sou grato aos professores deste Programa. A dois deles, Benito Bisso Schmidt e Cláudia Wasserman, agradeço pela contribuição dada a este trabalho na condição de membros das bancas de qualificação e de defesa. Também participou da banca de defesa o professor Helder V. Gordim da Silveira, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a quem sou grato por ter aceitado o convite e pela contribuição dada na ocasião.

Agradeço ao meu orientador, professor Cesar Augusto Barcellos Guazzelli, por acreditar na viabilidade deste trabalho e pela atenção que dispensou para comigo.

Sou grato aos meus colegas de pós-graduação pelo aprendizado que compartilhamos e pela camaradagem.

Agradeço a Allan de Paula Oliveira, Rafael Faraco Benthien, Rodrigo Turin e Vanessa Sandim pela leitura de partes desta dissertação ou de textos relacionados à pesquisa.

Agradeço aos professores do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná pela contribuição à minha formação, em especial a Ana Maria de Oliveira Burmester, minha orientadora durante a graduação. A ela e a Carlos Alberto Medeiros de Lima devo reconhecer como os primeiros incentivadores deste trabalho com selos postais.

Agradeço minha família, em especial a meus pais, Valter e Hulda Souza, pelo incentivo e pelo apoio que sempre me deram. Talvez sem a ajuda deles, de minhas irmãs Débora e Cláudia e de outras pessoas que me ajudaram a colecionar selos no passado, este trabalho não tivesse sido realizado, embora nenhum de nós pudesse suspeitar disso à época.

Agradeço a todos os meus amigos e camaradas, os de sempre e aqueles que encontrei nesta cidade.

Por fim, sou grato a Vanessa, minha companheira, por estar sempre presente, mesmo com a distância que este trabalho exigiu.

RESUMO

Ao abordar as relações entre selos postais e história, a literatura filatélica ocupa-se, fundamentalmente, em situar a origem do moderno mecanismo tarifário dos correios, atendendo-se também a outros detalhes técnicos como a evolução dos métodos de impressão e das características gráficas. Quanto ao simbolismo exibido nas estampas, é corrente a idéia segundo a qual os selos narram a História do país emissor por registrarem seus principais personagens, eventos e tradições, avaliação que transcende o meio filatélico e pode ser considerada de senso comum.

Esta dissertação adota a perspectiva de análise sugerida pelo historiador britânico Eric Hobsbawm, que considera os selos postais um dos principais suportes materiais de que dispõe o Estado moderno para promover a massificação das tradições nacionais e, como tal, um indício privilegiado para se compreender as estratégias de elaboração da história oficial. Embora coloque o selo postal brasileiro em perspectiva cronológica ampla, para apreender-lhe a trajetória enquanto linguagem, a pesquisa privilegia o contexto em torno da transformação dos Correios em empresa pública pelo governo militar, em 1969. Um dos destacados aspectos da modernização da instituição foi transformação do selo postal brasileiro, cuja emissão foi reestruturada em termos qualitativos e quantitativos durante a década de 70, política complementada pela divulgação e incentivo à prática da filatelia. Nos selos emitidos a partir de então, observa-se a ampliação das matrizes de representação no que diz respeito à historicidade: além do usual registro da História tradicional, passam a compor o índice filatélico outras representações do passado, como a cultura popular e o folclore, além da propaganda das realizações governamentais, que remete ao futuro afinal tornado presente pelo governo militar.

Palavras-chave: selos postais, historicidade, ditadura militar.

ABSTRACT

When approaching the relations between mailing stamps and History, the philatelic literature has mainly dealt with pointing out the origins of the post offices modern tariff mechanisms, and has also paid attention to other technical details like the printing methods evolution and the graphic features. Concerning to the symbolism shown in the pictures, it's usual the idea that the stamps narrate the country's History, due the fact they register the country's main characters, events and traditions. This valuation exceeds the philatelic milieu and can be considered as the common sense.

This paper adopts the analysis perspective suggested by the British historian Eric Hobsbawm, who considers mailing stamps as one of the main material basis the modern State has to promote the national traditions massification. Therefore, it's a privileged sign to understand the official History elaboration strategies. Although we place the Brazilian mailing stamps in a broad chronological perspective, to grasp its path as a language, this work privileged the context around the *Correios* transformation in a public company, by the military government in 1969. One of the emphasized features of the institution modernization was the Brazilian mailing stamps transformation, of which emission was restructured in qualitative and quantitative terms during the 70's. This policy was complemented by the spreading and incentive to the philatelic practice. On the stamps printed from that moment on, it's possible to observe the enlargement of the matrices representation concerning to the historicity: beyond the usual register of the traditional History, other representations about the past started to compose the philatelic index, like the popular culture and the folklore; besides the government propaganda showing Brazil as a powerful country, announcing a future that had finally become present.

Key Words: mailing stamps, historicity, military dictatorship

LISTA DE TABELAS

1 – Selos comemorativos emitidos pelos Correios (tipos)	28
2 – Primeira emissão de selos históricos antes de 1914	96

LISTA DE SIGLAS

AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas.
AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras.
ARP – Agência de Relações Públicas.
BIBLIEX – Biblioteca do Exército.
BRAPEX – Exposição Filatélica Brasileira.
CAN – Correio Aéreo Nacional.
CEP – Código de Endereçamento Postal.
CFC – Conselho Federal de Cultura.
CPDOC-FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil –
Fundação Getúlio Vargas
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional.
DCT – Departamento de Correios e Telégrafos.
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda.
ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras.
EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica.
EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações.
FAB – Força Aérea Brasileira.
FEB – Força Expedicionária Brasileira.
FUNARTE – Fundação Nacional de Arte.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
LUBRAPEX – Exposição Filatélica Luso-Brasileira.
MEC – Ministério da Educação e Cultura.
PETOBRÁS – Petróleo Brasileiro S/A.
SEDEX – Serviço de Encomenda Expressa Nacional.
SIDERBRÁS – Siderurgia Brasileira S/A.
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
TELEBRÁS – Telecomunicações Brasileiras S/A.
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
UPAEP – União Postal das Américas, Espanha e Portugal.
UPU – União Postal Universal.
USIMINAS – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A.
ZFM – Zona Franca de Manaus.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. MINIATURAS DE HISTÓRIA MONUMENTAL	34
2.1 SELOS POSTAIS E CHEFES-DE-ESTADO	34
2.2 A HISTÓRIA MILITAR E SEUS HERÓIS	63
3. INSTANTÂNEOS DA BIOGRAFIA DA NAÇÃO	95
3.1 DA IMPLEMENTAÇÃO DAS EMISSÕES HISTÓRICAS A CRISE DO DCT	95
3.2 AS EMISSÕES HISTÓRICAS E OS CORREIOS-EMPRESA	120
3.3 AS EMISSÕES HISTÓRICAS NO CONTEXTO DE REDEMOCRATIZAÇÃO	136
4. OS NOVOS TEMPOS DO SELO BRASILEIRO	148
4.1 O PATRIMÔNIO NACIONAL	148
4.2 A CULTURA POPULAR COMO FOLCLORE	168
4.3 A PROPAGANDA TURÍSTICA	193
4.4 O PEQUENO BRASIL GRANDE	198
5. CONCLUSÃO	226
REFERÊNCIAS	238

1. INTRODUÇÃO

Em meio a diversos produtos e serviços, o sítio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos disponibiliza aos usuários da rede mundial de computadores um relato de sua história institucional e do lugar que esta ocupa na História do Brasil, partindo da premissa segundo a qual “o desenvolvimento da História Postal corresponde ao crescimento e à transformação histórica do próprio País, razão pela qual o conhecimento dos principais fatos ligados à implementação e ao desenvolvimento dos serviços postais fornece um panorama do desenvolvimento histórico brasileiro”.¹ O que torna tal relação possível é a “postura” que os Correios adotaram no decorrer dos tempos, “de elo que aproxima as pessoas e de instituição respeitável que sempre procurou adequar-se aos vários períodos de desenvolvimento do País, buscando o progresso para os seus serviços prestados à sociedade”. A partir deste pressuposto, a narrativa é organizada de acordo com a tradicional trajetória da organização política daquilo que se considera, em retrospecto, o Brasil, na qual sucedem-se o Período Colonial, o Período da Regência Joanina e Reino Unido, o Período Imperial e o Período Republicano, cada um dos quais dispendo de pequeno texto introdutório e cronologia dos principais fatos, que evidenciam e balizam a trajetória correlata em questão.

No princípio, uma carta, de Caminha ao Rei de Portugal, “considerada a Certidão de Nascimento do Brasil, por ser o primeiro documento oficial sobre o País”, cuja reprodução na íntegra atesta a importância dispensada à correspondência que “relatava com notório entusiasmo o descobrimento de uma nova terra”.² Aparecido um, há que despontar o outro: “com este acontecimento, eternizado na história brasileira, estava sendo escrita a primeira página do surgimento dos correios no Brasil”. Apesar do início auspicioso, nos primórdios da colonização “os portugueses não dispunham de um sistema postal bem organizado”, serviço que ficava a cargo do Correio-mor do Reino, privilégio de exploração concedido por alvará real. A criação do cargo de Correio da Capitania do Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 1663, assinala a “data inicial da instituição da atividade postal regular no País”, razão pela qual seria mais tarde escolhida para a comemoração anual do Dia do Carteiro. Na tentativa de modificar este quadro, a burocracia portuguesa, a partir da última década do século XVIII, extinguiu o ofício de Correio-mor, reincorporado-o à Coroa, instituiu o “processo de organização postal

¹ Os trechos e termos grafados entre aspas são transcrições de “História dos Correios no Brasil”. In: http://www.correios.com.br/institucional/conheca_correios/conheca.cfm (último acesso em 20/05/2006).

² O texto do documento é disponibilizado por link, a partir do endereço anterior.

dos Correios Terrestres” e estabeleceu a “ligação postal marítima regular” entre Lisboa e Rio de Janeiro, instalando a Administração do Correio no Paço Real, em 1798.

O impulso definitivo para o melhor funcionamento dos correios é atribuído ao advento da Família Real Portuguesa em 1808, espécie de Êxodo às avessas, motivado pelas guerras napoleônicas. “O país passa da condição de Colônia à de sede do Governo Português”, transformação que proporciona um “progresso comercial” geral, que se faz acompanhar pela “elaboração do 1º Regulamento Postal Brasileiro” e pelo estabelecimento dos “correios interiores do Brasil e sua ligação com o Rio de Janeiro”. Mas o destino do Brasil é outro, o que torna imperativa a expulsão de elementos estranhos da terra da promessa. Tem-se, então, um período “bastante conturbado por lutas pela Independência do País”, mas que “serviu de palco para que os correios desempenhassem um papel valioso como meio importante de comunicação entre aqueles que ansiavam por separar a colônia da metrópole e trabalhavam para isso”, inclusive no clímax desses eventos:

O mensageiro Paulo Bregaro, considerado o primeiro carteiro e o Patrono dos Carteiros no Brasil, entrega a D. Pedro I, no dia 7 de setembro, às margens do Riacho do Ipiranga, correspondência da Imperatriz Leopoldina informando sobre novas exigências de Portugal com relação ao Brasil. Ao recebê-la, D. Pedro reage às imposições da Corte e declara no ato a Independência do Brasil, associando assim os Correios a este importante momento histórico do País.

A seqüência da narrativa destaca a figura do monarca Pedro II, o messias redentor que esse evangelho nacional anuncia como tendo “um papel de destaque na promoção do desenvolvimento dos serviços postais”. A implantação de correios regulares em todas as províncias, a criação do corpo de carteiros e a instalação das primeiras caixas de coleta de correspondência, são alguns dos eventos destacados da década de 1840, assim como, em 1852, a instalação do serviço de telégrafo na capital do Império e a adesão a recém criada União Geral dos Correios, tratado internacional de regulamentação e unificação das atividades postais, que em 1879 adotaria a designação, ainda vigente, de União Postal Universal (UPU).

Outra das medidas apontadas na cronologia é destacada também pelo texto de introdução ao período: a emissão dos primeiros selos postais brasileiros, os afamados “olhos-de-boi”, em 1º de agosto de 1843, data mais tarde adotada para a comemoração do Dia do Selo. Tal feito inovador é onipresente na memória da filatelia brasileira, já que no mundo todo só havia um país a dispor de tal objeto: em 1840 “Rowland Hill cria na Inglaterra o 1º selo postal adesivo, o Penny Black, como parte da Reforma Postal Inglesa, fazendo com que o

pagamento da correspondência seja feito pelo remetente e não pelo destinatário, como ocorria até então, servindo o selo como comprovante desse pagamento”.³

Por intermédio destas inovações todas, “o Imperador legou a seu herdeiro um correio brasileiro bem mais organizado”. Mesmo assim, como os messias não costumam gozar da admiração incondicional de seus contemporâneos, este também acaba sendo, senão morto, transladado para fora do país por essa sua sucessora, a República, proclamada em 1889, mesmo ano em que é criado o Museu Postal, primeira iniciativa de preservação da memória institucional. A evolução prossegue neste período, que foi de “notório desenvolvimento dos Correios que puderam expandir seus serviços às populações de todas as regiões do País, contribuindo enormemente para a integração nacional”. Alguns aspectos destacados pela cronologia são: a aquisição de equipamentos, como a máquina de franquear correspondências, em 1924, e a “evolução dos transportes”, com a utilização de dirigíveis no traslado das malas postais a partir de 1921 e o estabelecimento de uma via aérea regular entre a América do Sul e a Europa em 1927. Quanto à sua estruturação burocrática, os Correios, que durante as últimas décadas do Império estiveram lotados na Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, passaram ao Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, em 1890, e ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, em 1893. Outros fatos assinalados são a emissão dos primeiros selos postais comemorativos, por ocasião do IV Centenário do Descobrimento, e a instauração da censura postal durante a 1ª Guerra Mundial, prática que teria sido extinguida logo após o término do conflito.

Na seqüência da narrativa está o revolucionário “Período do DCT”, a primeira de duas subdivisões do período republicano, caracterizadas por amplas mudanças institucionais. No plano internacional, o congresso da União Postal Universal aprovava, em 1929, o Código Postal Universal, que “viria a legislar e apresentar soluções para os problemas postais modernos e dar início a uma nova era na história dos Correios”. No Brasil, com “a chamada Revolução de 30”, que causou “alterações profundas na estrutura político-administrativa do país”, a instituição cumpre o papel que dela se espera: “Os Correios, logicamente, não ficaram indiferentes às mudanças e passaram a analisar não só sua estruturação, mas também a

³ Há uma querela no meio filatélico a respeito de qual teria sido o segundo país a emitir selos postais. Para uns, os Correios da Suíça colocaram seu primeiro selo postal em circulação antes do brasileiro, que teria sido concebido anteriormente. Alguns autores brasileiros, por sua vez, afirmam que o selo estrangeiro em questão diz respeito a um dos cantões suíços, não sendo uma emissão nacional. Tal disputa exemplifica como a atribuição de primazia cronológica é importante nos processos de “invenção de tradições” (HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). A invenção das tradições. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.).

evolução de seu desempenho, seus meios e sua capacidade técnica de atender à necessidade de comunicação”. Em 1931, “decreto do novo presidente, Getúlio Vargas”, funde a Direção Geral dos Correios à Repartição Geral dos Telégrafos, criando o Departamento de Correios e Telégrafos (DCT), que é subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas em 1936. Algumas das realizações do período são a renovação do maquinário de triagem, a instituição, em 1934, da Escola de Aperfeiçoamento dos Correios e Telégrafos e a criação, em 1931, do Correio Aéreo Militar, transformado em Correio Aéreo Nacional em 1941, serviço que permite “a remessa de correspondências a lugares quase inatingíveis”.

O “Período da ECT” é a segunda divisão interna do “período republicano” e uma nova conjuntura de modernização e reorganização do serviço postal. Face o “desenvolvimento dos setores produtivos do Brasil”, o DCT “não apresenta infra-estrutura compatível com as necessidades dos usuários”, defasagem que não escapa aos “poderes públicos”, que adotam uma “nova postura (...) com relação à importância das comunicações e, particularmente, dos serviços postais e telegráficos, para o desenvolvimento do País”. Com a fundação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em 1969, empresa pública subordinada ao ministério criado dois anos antes, o das Comunicações, é chegada, enfim, a idade do mercado. “O ciclo de desenvolvimento ocorrido na década de 70 corresponde a novas necessidades de uma clientela que, pouco a pouco, viu as distâncias serem encurtadas e percorridas graças ao serviço postal, que se estruturou e passou a desenvolver e oferecer produtos e serviços de acordo com a realidade do mercado e as necessidades de sua clientela”. Mesmo que as relações sejam de outra ordem, “a ECT consolida seu papel como importante agente da ação social do Governo”: paga pensões e aposentadorias, distribui material didático, transporta donativos em caso de calamidade, divulga campanhas públicas, colaborando em “inúmeras outras situações em que se demonstra sua preocupação com o bem-estar da sociedade”.

Embora essa seja uma história progressiva, em que sucessivos contextos de modernização compõem uma trajetória evolutiva, nessa última e culminante etapa do relato veiculado no sítio dos Correios há uma distinção importante em relação à caracterização das etapas precedentes. Para além da vaga designação “poderes públicos”, o leitor não conta com referências à nomenclatura do regime de governo ou de seus líderes, recursos anteriormente empregados para situar cronologicamente o relato. Não há qualquer alusão ao que o jargão empregado na etapa anterior permitiria denominar “a chamada Revolução de 1964”, nem a menção nominal de algum de seus presidentes, como fora citado Getúlio Vargas.

A cronologia da década de 70 assinala a ampliação da rede de agências e postos de atendimento e o início da implantação de centros de triagem mecanizados nas grandes cidades. Outras medidas consideradas importantes para a melhoria dos serviços postais e para a diminuição dos prazos de entrega são a criação do código de endereçamento postal (CEP) e a padronização dos envelopes, a instalação, nas cidades mais populosas, de mais de 5.000 caixas de coleta do novo modelo e a entrada em funcionamento da Rede Postal Aérea Noturna. Para aprimorar o desempenho dos funcionários são criados centros de treinamento em pontos estratégicos do país, como Porto Alegre e Recife. Investe-se também na formação de “Administradores Postais”, inicialmente em convênio com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, até a fundação da Escola Superior de Administração Postal, sediada em Brasília. Outra faceta desta década é o desenvolvimento das “atividades de marketing da ECT”. A inédita realização no país do Congresso da União Postal Universal, em 1979 e o recebimento de diversos prêmios indicariam o reconhecimento, por parte da opinião pública, do grau de desenvolvimento atingido pela empresa.

A partir da década de 1980, a ECT “intensifica a preocupação com a ação cultural e o desenvolvimento de ações voltadas à preservação do patrimônio cultural do Brasil, sobretudo no que se refere à memória postal”. Como parte dessa política “em prol da preservação da cultura brasileira”, inaugura-se o Museu Postal e Telegráfico de Brasília, em 1980, o Espaço Cultural dos Correios do Rio de Janeiro, em 1992, e “centros de memória e cultura” nas principais cidades do país. Tal postura seria reconhecida e premiada, em 1999, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No que se refere ao atendimento do público consumidor, são oferecidos novos serviços, como o Serviço de Encomenda Expressa Nacional (SEDEX), o Correio Rural, as redes postais aérea e fluvial da Amazônia e a Caderneta de Poupança Postal. A distribuição postal beneficia-se do aumento do número de centros de triagem automatizados e de terminais de carga nos principais aeroportos, assim como da ampliação da rede de atendimento, com a implantação, em 1989, do sistema de franquias para a instalação de novas agências. O nível de excelência da instituição, destaque não apenas no setor estatal, é aferido por institutos de pesquisa e revistas de negócios, e atestado pela efetivação de um diretor da empresa na presidência da União Postal Universal. Em fins da década de 90, a implantação do “Programa de Qualidade Total” visa iniciar uma “fase de mudanças buscando lucratividade e desenvolvimento da Empresa, pautados pela satisfação de seus clientes”, ao mesmo tempo em que seus principais serviços são disponibilizados na nova

“agência virtual on-line”, além do “acesso público à Internet” nas agências convencionais. Coincide com o novo milênio a concretização “do ideal de cobertura de 100% dos 5.561 municípios brasileiros. Nenhuma outra instituição jamais registrou algo parecido em termos de capilaridade”. Essa disseminação faz dos Correios um parceiro habitual de campanhas e programas do governo federal, como o pagamento de benefícios através do Banco Postal, “uma iniciativa concebida com a missão de prestar atendimento aos milhões de brasileiros excluídos do sistema financeiro tradicional”. Novos serviços são disponibilizados, tais como: Cartório 24 Horas, Exporta Fácil, Importa Fácil Ciência e Correios Conveniência. O sistema integrado de informatização atinge, em 2005, a milésima agência no país, enquanto o portal eletrônico da empresa - que hospeda o relato que se está a acompanhar e que se encerra por este ponto - é considerado o melhor do país em serviços ao consumidor.

Os selos postais brasileiros, mencionados ocasionalmente nesta narrativa da história institucional dos Correios, têm sua evolução descrita em uma área específica do portal da empresa.⁴ O texto, bastante sucinto, celebra uma vez mais a “vanguarda” mundial das emissões brasileiras de meados do século XIX e, na seqüência, passa a apontar as inovações técnicas e tipológicas⁵ dos selos, tais como: os primeiros comemorativos nacionais, série alusiva ao 4º Centenário do Descobrimento; os exclusivos para o correio aéreo, que circularam entre 1927 e 1934; o primeiro bloco comemorativo, que assinala a realização, inédita no país, da primeira Exposição Filatélica Internacional, na capital da república, em 1938. O final da década de 1960 e a década de 1970 são descritos como um contexto crucial para as emissões de selos postais, assim como foram para a instituição e para o país, segundo o relato precedente. Até então, “a grande maioria dos selos comemorativos brasileiros tinha impressão em uma só cor, com as mesmas técnicas e deficiências dos selos ordinários”. A partir de 1968 “começam a ocorrer melhorias significativas no processo de impressão,

⁴ Ver <http://www.correios.com.br/selos/historico.cfm> (último acesso em 20/05/2006).

⁵ Os Correios classificam os selos em: 1) Bloco Comemorativo - conjunto de um ou mais selos emitidos para assinalar um acontecimento especial, impressos em pequena folha, que pode ser usado no todo ou em parte, no porteamento de correspondência; 2) Selo Comemorativo - emissão comemorativa que registra os fatos, datas e eventos de destaque em âmbito nacional e internacional; 3) Selo Especial - emissão temática não relacionada a comemorações ou eventos específicos, voltada a demanda filatélica nacional e internacional; 4) Selo Ordinário - emissão não comemorativa, de tiragem ilimitada e prazo de circulação indefinido; 5) Selo Promocional - destinado a divulgação de idéias, fatos ou campanhas nacionais, por iniciativa da ECT ou parceria com outras instituições; 6) Cartela Temática - peça produzida em papel cartonado, ilustrada com motivos de selos e que reúne emissões específicas relacionadas a temas de grande apelo para os colecionadores ou compradores eventuais. Pode ser personalizada com marcas de empresas ou outras instituições que desejem transformar o produto em brinde. Ver http://www.correios.com.br/selos/prod_filatelicos/selos.cfm, onde a classificação conta com exemplos visuais (último acesso em 20/05/2006).

especialmente no que se referia ao tipo de papel, às técnicas utilizadas e aos mecanismos de segurança contra falsificações”. No ano seguinte, com a criação da ECT, “artistas plásticos e desenhistas promissores foram contratados para melhorar a qualidade das nossas emissões comemorativas e a Casa da Moeda foi reequipada para garantir uma impressão compatível com o novo padrão”. Tais “providências foram adotadas para incrementar a Filatelia”, e consideradas bem sucedidas, já que “como decorrência da modernização em sua concepção artística, os selos brasileiros tornaram-se mais atraentes e competitivos, obtendo importantes prêmios internacionais” a partir de 1974.⁶ Desde sua transformação em empresa, os Correios oferecem “produtos com nova concepção temática visual e tecnológica” e visam a “diversificação e melhoria do design das emissões filatélicas”. Sua proposta é “sempre oferecer selos de significativo apelo temático e artístico”, que demonstrem que “a Filatelia está ao lado dos mais importantes acontecimentos do Brasil e do exterior”.



Não são apenas os Correios que apontam o vínculo entre selos postais e história, essa é uma proposição bastante difundida. Para encaminhar a definição do escopo a ser adotado nesta dissertação, apresento a seguir algumas das formas como esta relação foi concebida, diversificada também quanto às concepções do que seja a história enquanto campo do saber.

Segundo o historiador inglês Eric Hobsbawn, no ensaio *A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914*, este é um contexto extremamente profícuo no que respeita a tais processos criativos, apoiados por novos suportes materiais então em desenvolvimento. Essas invenções, que podem ser oficiais ou não, no sentido da proveniência de instituições organizadas, são “reflexos das profundas e rápidas transformações sociais do período. Grupos sociais, ambientes e contextos sociais inteiramente novos, ou velhos, mas incrivelmente transformados, exigiam novos instrumentos que assegurassem, ou expressassem identidade e coesão social, e que estruturassem relações sociais”. A invenção das tradições políticas foi mais “consciente e deliberada”, imposta pela obsolescência das formas tradicionais de governo, e o êxito de tais trabalhos deu-se de acordo com “sua transmissão numa frequência que o público pudesse sintonizar de imediato”. Ainda sobre as limitações dessas construções, diz o autor que “os novos feriados, cerimônias, heróis e símbolos oficiais públicos, que

⁶ A relação dos selos premiados está em http://www.correios.com.br/selos/premio_filatelia.cfm (último acesso em 20/05/2006).

comandavam os exércitos cada vez maiores dos empregados do estado e o crescente público cativo composto pelos colegiais, talvez não mobilizassem os cidadãos voluntários se não tivessem uma genuína repercussão popular”.⁷ Para divulgar as tradições nacionais, os governos utilizaram elementos os mais diversos: monumentos, edificações, cerimônias e seus respectivos aparatos, currículos escolares, dinheiro (cédulas e moedas) e selos postais. A respeito dos selos, “a forma mais universal de simbolismo público, além do dinheiro”, o autor enfatiza sua relação com “o valor publicitário dos aniversários”, observando que foram jubileus que oportunizaram “a primeira emissão de estampas históricas ou semelhantes”.⁸

Em considerações precedentes, Hobsbawn defende o estudo de tais tradições como “indícios” ou “sintomas” através dos quais o historiador pode apanhar a ideologia nacionalista em seus processos formativos, a história nos momentos em que se faz oficial. Mas ressalta que “o estudo das tradições inventadas não pode ser separado do contexto mais amplo da história da sociedade”, para que possa ir “além da simples descoberta destas práticas”. Esse tipo de estudo também seria interessante porque “esclarece bastante as relações humanas com o passado e, por conseguinte, o próprio assunto e ofício do historiador. Isso porque toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal. Muitas vezes, ela se torna o próprio símbolo de conflito”.⁹

O historiador francês Jacques Le Goff, no verbete *Memória* da Enciclopédia Einaudi, mapeia a evolução desse conceito a partir de sua formulação filosófica canônica e de seus suportes materiais, desde a “pré-história” à contemporaneidade, da oralidade à informática. Interessa-nos aqui o item que aborda a memória “escrita e figurada” a partir da Renascença e, especificamente, o trecho que versa sobre a “multiplicação” ou “maré” de comemoração que varreu a Europa em meados do século XIX, mas que teria seu marco inicial já na Revolução Francesa de 1789. Os “selos de correio” incluem-se entre os “novos instrumentos de suporte” da comemoração, tais como moedas, medalhas, estátuas, monumentos, placas de rua, placas comemorativas nas casas de mortos ilustres, *souvenirs*, a Enciclopédia, a fotografia e, ainda, os arquivos, bibliotecas e museus, instituições transformadas em espaços públicos. Todos estes objetos e locais formam um “grande domínio em que a política, a sensibilidade e o

⁷ In: HOBBSAWN, E.; RANGER, T. (org.). *A invenção das tradições*, op. cit., p. 271-272.

⁸ Ibid., p. 288-289. Hobsbawn destaca o papel das monarquias na invenção do jubileu ou aniversário cerimonial, apontando o sucesso do jubileu da Rainha Vitória, de 1887, como o inspirador dos similares subsequentes, inclusive os dos regimes republicanos, que deram continuidade à prática. Esclarece ainda que, antes do século XIX, os jubileus limitavam-se às comemorações de cinquentenários.

⁹ Id. Introdução. In: Ibid., p. 20-21.

folclore se misturam e que espera os seus historiadores”.¹⁰ Em outro destes textos enciclopédicos, no qual propõe a noção de “documento/monumento”, Le Goff faz algumas ressalvas quanto à postura do historiador face o processo de alargamento da noção de fonte ou documento histórico, ali denominado “revolução documental”, ponderações que podem ser aplicadas a esse domínio dos objetos comemorativos:

A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recupera-lo e ao historiador usa-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.¹¹

Se comparadas estas duas referências iniciais, são perceptíveis algumas similaridades: de diagnóstico, entre a “produção em massa das tradições” e a “explosão e manipulação da memória”; de contexto, o das afirmações nacionalistas europeias da segunda metade do século XIX; e do envolvimento do historiador com tais práticas. A respeito dos selos postais, os autores concordam que eles estariam entre os principais mecanismos ou suportes materiais desse processo. Entretanto, existem distinções teóricas importantes, mais evidentes no conjunto de suas produções acadêmicas, que podem ser resumidas na contraposição dos conceitos de ideologia e de imaginário. A citada coletânea co-organizada por Hobsbawn é reconhecida como inauguradora de um filão de pesquisa, o que não o poupa de críticas, a mais comum direcionada aquilo que seria o móbil de fundo da sua visão de história, que, relacionando o inventado à ideologia, o tomava, necessariamente, por um falseamento da realidade.¹² A perspectiva de Le Goff aponta para a reconciliação entre a história e esse outro registro do passado, a memória, graças a um duplo movimento, de questionamento do estatuto de cientificidade da primeira e revalorização da segunda, para, por fim, reconhecer que são mais próximas do que quiseram fazer crer certas posturas científicas no passado. A compreensão da memória coletiva não exige sua denúncia, mesmo que se reconheça que ela é, por definição, manipulada.

¹⁰ LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e memória*. 4ª ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996. p. 463-466. Os textos reunidos neste livro integram o primeiro volume da *Enciclopédia Einaudi*, publicada na Itália em 1977 e que contava com verbetes em forma de artigo assinados por acadêmicos.

¹¹ *Ibid.*, p. 545.

¹² Ver, por exemplo, BANN, Stephan. *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.

Embora não seja um historiador de ofício, o filósofo alemão Walter Benjamin, por materialista histórico, assenta suas reflexões sobre a história, como nas passagens de *Rua de mão única*, reunidas sob o sugestivo título “Comércio de selos”, nas quais sugere que as emissões postais veiculam determinada sensibilidade histórica, característica da modernidade. Trata-se de uma “linguagem” que, por intermédio dos jubileus e inaugurações, coloca a criança em contato com o universo público, do Estado. É possível reconhecer alguma proximidade em relação às considerações de Hobsbawn e Le Goff, mas Benjamin distingue-se deles ao chamar a atenção para o atrativo que os selos exercem sobre a criança enquanto objeto passível de coleção, quando reunidos nos “mágicos livros de consulta” que são os álbuns de selos. O fascínio infantil é intensificado pela condição de miniatura do selo, outra característica própria da modernidade, porque impõe a fragmentação do olhar ao observador. Por fim, os selos não dizem respeito exclusivamente ao universo nacional, de Estado, mas configuram um saber enciclopédico e, assim, remetem também a história universal.¹³

O historiador e filatelista espanhol Antonio Linage Conde, em *La filatelia, fuente de la historia*, reivindica a dignidade historiográfica para o colecionismo do selo.¹⁴ Contemplando a temática do congresso no qual o trabalho foi apresentado, *La Correspondencia en la Historia*, o autor começa por estabelecer a importância desse meio de comunicação, cujo desenvolvimento das formas de circulação no mundo moderno resultou na implementação dos selos postais como mecanismo tarifário. Mas este aspecto econômico não deve ser o único levado em consideração, sendo importantes também o ideológico e o artístico. O selo é uma pequena obra de arte, e a filatelia uma forma de coleção que transita da mania para a expansão da vida espiritual, mas que experimentou formas diferentes de sensibilidade. Inicialmente, eram comuns as coleções de correspondência, procedimento que transcendia o culto ao selo para devotar-se à evocação das viagens, cujo envelope selado era um atestado de procedência. Para além da afetividade e das relações privadas aí envolvidas, o autor assinala o interesse mais amplo que tais peças podem ter, como por exemplo, as cartas remetidas por soldados em campanha. Na transição para o colecionismo do selo propriamente dito, os correios tiveram papel preponderante, por intermédio da proliferação dos comemorativos, que potencializaram o aspecto ideológico das emissões ao registrar episódios e personagens, ultrapassando cada

¹³ BENJAMIN, Walter. Comércio de selos. In: *Obras escolhidas*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. v. 2: Rua de mão única, p. 57-60.

¹⁴ CONDE, Antonio Linage. La filatelia, fuente de la Historia. *Actas del VI Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita*, v. 1, Alcalá de Henares, 2002, p. 587-601.

vez mais as necessidades de circulação de correspondência para atender a filatelia e gerar receita. De início, os colecionadores puristas recusaram tais emissões, por serem especulativas e quebrarem o vínculo entre correspondência e evocação de viagens, e elas acabaram proibidas de integrar as exposições chanceladas pela Federação Internacional de Filatelia. Somente em meados do século XX os comemorativos teriam sua aceitação consolidada, especialmente quando reunidos em coleções temáticas, o que não livrou a filatelia do problema da especulação. A história postal ganhava uma sobrevida, como tema de coleção filatélica, mas o panorama atual, para o autor não é dos mais animadores. Não que a correspondência e os correios estejam ameaçados de desaparecer, embora os últimos venham deixando de ser monopólio estatal, mas os selos estão sendo substituídos por meios de pagamento de taxas desprovidos de caracterização artística e de atrativos para os colecionadores, transformação na qual está implicada outra sensibilidade, assim descrita pelo autor, entre pessimista e saudosista:

Hay que convenir en que el sello era un lujo del espíritu que una época tan entregada a la idolatría de lo superficialmente práctico como la nuestra y de utilidad inmediata no se merecía. Por otra parte, la dicha instantaneidad de la comunicación hace ver como muy remoto el entusiasmo del hombre por lo lejano del mundo que habita. Y ahí radica otro de los grandes males, aunque sea la contrapartida de bienes innegables, la pérdida de la capacidad para el asombro.¹⁵

Embora sejam importantes contribuições teóricas para situar o contexto de surgimento dos selos postais e seus usos simbólicos, dentre eles a filatelia, nenhum dos textos citados se propõe a analisar um conjunto de emissões historicamente delimitado. Essa outra forma de relacionar os selos e a história está presente nas obras expostas a partir de agora, a maioria delas voltada para o público filatélico ou leigo, embora algumas sejam de autores acadêmicos.

O artigo de Henri-Pierre Penel, alusivo ao sesquicentenário das emissões francesas, privilegia aspectos relacionados à materialidade e utilidade do selo postal. O selo, um “reflexo do século”, representa determinado estágio da civilização, dela sendo uma espécie de divulgador, se observadas suas características principais: a produção em série, a difusão massificada, as técnicas contra falsificação, o vínculo com o Estado-nacional e a garantia do pagamento pela prestação do serviço público do correio. Ocupado em valorizar as inovações

¹⁵ Ibid., p. 600.

das técnicas de produção dos selos franceses, o autor pouca atenta para o simbolismo das estampas, não indo além da descrição dos motivos de alguns dos selos ali reproduzidos.¹⁶

Por outro lado, há propostas que desconsideram completamente aspectos tecnológicos, ocupando-se tão somente das estampas dos selos. Para Umberto Tosco, tais imagens proporcionam um relato fidedigno da História das nações modernas, conformando uma galeria dos principais eventos e personagens da trajetória de cada país emissor. Seu livro agrupa selos de países diversos, que atendam ao critério estabelecido, apenas ilustrando e reafirmando as narrativas históricas nacionais.¹⁷ Nesses termos, a filatelia seria mais uma ciência auxiliar da História, semelhante à numismática: selos, moedas e medalhas, são considerados documentos históricos oficiais porque produzidos pelo Estado, o que lhes confere valor de verdade, restando ao historiador a tarefa da sua catalogação.

Por ocasião do centenário da filatelia em seu país, o antropólogo Luis Horacio López Domínguez dedicou artigo à história veiculada nos selos colombianos.¹⁸ Inicialmente, o autor discorre sobre o papel dos jubileus no estabelecimento das memórias oficiais dos Estados europeus e latino-americanos, com mais pormenores sobre a Colômbia, nos séculos XIX-XX. Nesse processo de institucionalização, quando de uma comemoração, diferentes instituições produzem os mais diversos bens culturais, tais como placas, esculturas, quadros, livros, entre outros, que contribuem para a difusão e perpetuação de eventos da história nacional. Nessas circunstâncias, e seguindo o que seria uma tendência generalizada dos correios de todo o mundo, “los Correos de Colombia a través de las emisiones de estampillas han cumplido más allá del bronce y el mármol, la piedra y el cemento con una función difusora de aquellos elementos simbólicos, al incluir en la programación anual de las emisiones de las estampillas, aquellas dedicadas a las conmemoraciones a lo largo del siglo XX”.¹⁹ Preocupado com o que considera uma amnésia coletiva nacional, o autor recapitula as principais homenagens e festejos cívicos, assim como a trajetória republicana de seu país, valendo-se dos selos postais como fonte historiográfica ideal para o tema, posto que registram estas passagens e seus personagens. As imagens dos selos têm a função de ilustrar o relato, agrupadas em pranchas sobre aspectos da história patriótica colombiana, tais como a guerra contra o narcotráfico, os

¹⁶ PENEL, Henri-Pierre. Le timbre-poste, reflet du siècle. *Science & Vie: le plaisir de savoir*, Paris, n. 982, p. 118-123, jul. 1999.

¹⁷ TOSCO, Umberto. *Postage stamps: modern history in the mail*. Londres: Orbis Books, 1973.

¹⁸ LÓPEZ DOMÍNGUEZ, Luis Horacio. Reflexiones en torno a 100 años de historiografía en la filatelia colombiana. *Boletín de Historia y Antigüedades*, Bogotá, v. XC, n. 821, p. 263-306, abr. / jun. 2003.

¹⁹ *Ibid.*, p. 267.

conflitos bélicos e litígios diplomáticos, a heráldica e símbolos pátrios, os jubileus patrióticos e, por fim, os membros da Academia Colombiana de História.

Nos *Cadernos de mapas históricos* de Mercedes Brassolotto, de uso didático, os escolares são instados a fixar em cada um dos mapas as imagens apropriadas, disponibilizadas em pranchas no início de cada volume. As imagens, denominadas “figurinhas”, dividem-se entre desenhos e reproduções de selos encontradas em catálogos nacionais e estrangeiros, e servem para “representar cenas históricas, traços da cultura de um povo ou civilização (seus principais feitos, usos e costumes), personagens famosas da História e até mesmo curiosidades”.²⁰ A história não se restringe à biografia da nação, como nos casos anteriores, e tende a uma noção mais abrangente, a de civilização, mas o critério de utilização dos selos, continua sendo o tema de suas estampas, não importando o contexto da sua emissão. Há, inclusive, episódios de histórias nacionais ilustrados por selos de outras nacionalidades, como a “Independência Americana” em emissão de Camarões, a “Queda da Bastilha” em selo italiano, ou, ainda, aspectos do Brasil colonial em selos cubanos e portugueses.

Historiador acadêmico de vasta produção sobre a história de seu país, António Henrique de Oliveira Marques também é autor de diversos títulos de literatura filatélica, na qualidade de colecionador e um dos fundadores da Federação Portuguesa de Filatelia (1954). Além dos vários artigos sobre tipos filatélicos específicos e da co-autoria em um catálogo, consta da sua produção a *História do selo postal português (1853-1953)*.²¹ Note-se que a primeira edição da obra foi publicada quando do centenário do selo português, circunstância comemorativa análoga a dos artigos de Henri-Pierre Penel, no sesquicentenário do selo francês, e de Luis Horacio López Dominguez, no centenário da emissão colombiana. A análise implementada, entretanto, é bem diferente do que se avaliou até aqui, não apenas pelas dimensões do estudo, mas também por sua proposta e embasamento documental.

A abordagem de Oliveira Marques, segundo o prefácio de C. Trincão, distingue-se da maioria dos pesquisadores das emissões portuguesas, dedicados ao “estudo exaustivo da morfologia dos selos, desacompanhando-o de pormenores relativos à sua *origem*”, deixando

²⁰ BRASSOLOTTA, Mercedes. *Caderno de mapas históricos*: material básico para o ensino de História. São Paulo: IBEP, s/d [199-] (v. 1: História Antiga e Medieval; v. 2: História Moderna e Contemporânea; v. 3: História do Brasil do Descobrimento até a Independência; v. 4: História do Brasil da Independência até os dias atuais). A citação é da apresentação ao aluno, que consta nos quatro volumes, à página 5.

²¹ OLIVEIRA MARQUES, António Henrique Rodrigo de. *História do selo postal português (1853-1953)*. 2ª ed. correcta e aumentada. Lisboa: Planeta Ed., 1995 (v. 1 Os selos da Monarquia 1853-1910; v. 2 Os selos da República 1910-1953).

muitos “problemas filatélicos” sem solução.²² O autor confirma que sua contribuição à história do selo postal português interessa à “erudição filatélica” e defende um saber que combine os procedimentos do filatelista com preocupações próprias do historiador:

Para um estudo completo deste ou daquele selo, o filatelista não pode atender só ao que a lupa e os olhos lhe dizem, nem apenas ao que é estabelecido num diploma legislativo. O primeiro método pode explicar qual a cor do selo, qual o seu denteado e qual a sua filigrana. Porém, não permite dizer em que ano foi emitido, qual a razão do seu aparecimento, até quando circulou e muitos outros factos cuja reunião total possibilitaria descrever, num artigo ou num catálogo, o selo em questão. Por outro lado, o colecionador que despreze as faculdades observativas poderá saber toda a história de uma emissão, mas nunca chegará a seu conhecimento uma variedade omitida nos textos legislativos.²³

Considerando que o trabalho de esmiuçar as variedades dos tipos filatélicos já foi realizado por quem de competência, o autor dedica-se a “focar o aspecto histórico” dos selos. Sua narrativa, como tantas outras, começa pela invenção do selo postal adesivo, comenta a reforma postal inglesa e as convenções postais internacionais de meados do século XIX, assim como os primórdios da filatelia, para, então, situar nesse quadro seus correspondentes portugueses. Feita essa introdução, os selos emitidos no período compreendido pela obra são exaustivamente analisados, com o auxílio de documentação até então inexplorada, os arquivos dos Correios e da Casa da Moeda. O autor descreve as gestões destas duas instituições envolvidas no fabrico dos selos, as demandas do governo e de seus ministérios, as motivações tarifárias, comemorativas e filatélicas, além da técnica e dos materiais empregados na impressão das estampilhas. As imagens e símbolos de cada selo são identificados, assim como a autoria do desenho ou a pintura que serviu de referência, porém não há uma crítica sistemática de tais elementos, como uma análise comparativa entre os motivos dos dois contextos analisados, monarquia e república, para exemplificar uma possibilidade.

Essa exposição de algumas das proposições sobre a relação entre selos e história, se encerra com duas obras sobre emissões brasileiras. *Selos postais: fragmentos da memória do Brasil* combina reproduções de selos de um acervo particular com texto da historiadora Isabel Marson, que principia descrevendo o surgimento do selo postal no âmbito da reestruturação do correio inglês, destacando o mérito brasileiro de ter emitido o segundo selo do mundo. Apesar do preâmbulo, típico dos escritos filatélicos, o que se segue é uma proposta inovadora para o gênero. Embora se atenha aos “fatos e personagens históricos”, a autora não

²² TRINCÃO, C. Prefácio. In: *Ibid.*, p. 11-12 (com grifo no original).

²³ OLIVEIRA MARQUES, A. Nota explicativa. In: *Ibid.*, p. 13-14.

endossa a opinião de que tais selos sejam o relato imagético da História nacional. Argumenta, antes de tudo, que “as comemorações procuravam originalmente homenagear certos episódios e certas pessoas que, além de identificados com a formação do mundo moderno, estavam associados aos elementos de uma memória nacional a ser implantada”. Mesmo assim, esses selos “são um dos meios pelos quais os historiadores podem recuperar a formação da sociedade industrial”, no caso, de uma de suas etapas fundamentais, a colonização europeia da América e do Brasil, tão importante que, não fosse ela, “provavelmente a Inglaterra do tempo de Rowland Hill não saberia muito bem por que e para que seria necessário fabricar selos”.²⁴ Ao falar dos artistas responsáveis pela confecção dos selos, destacando o anonimato em que a maioria deles permaneceu, a autora define a função do selo em seu relato:

É justamente o trabalho deles que servirá de guia condutor à nossa narrativa, ilustrando fragmentos da história do Brasil Colônia e do Brasil Império. Não obstante suas obras expressarem o enfoque privilegiado pela história oficial, o texto aproveitará os selos não exatamente como estampas ilustrativas de grandes fatos, mas sobretudo tomando-os como fios de um tecido histórico a ser recomposto pelo avesso da versão oficial, resgatando uma outra história escondida atrás dos feitos nacionais e seus heróis.²⁵

Os selos são selecionados de acordo com o tema de suas estampas, não deixam de ser ilustrações, ainda que de uma versão da história que se pretende transcender fazendo a sua crítica. Mas o capítulo final do livro sugere outro aporte interpretativo da historicidade dos selos postais, bastante sugestivo para a proposta dessa dissertação.²⁶ Partindo da constatação de que “os temas históricos têm merecido um espaço considerável nos selos comemorativos”, Marson interroga a razão de haver “tanto interesse pelo passado” e também qual seria o “gênero de história” que é representado nas estampas. A resposta estaria na “necessidade de lembrar-se o passado nacional, contribuindo para a continuidade da memória”. A escolha daquilo que será comemorado em selo e, conseqüentemente, do que será esquecido, vai além das coincidências cronológicas, da ocorrência dos jubileus de fatos e heróis, e não se justifica, tampouco, pela importância incontestável de um evento ou personagem sobre outro:

Há sempre uma escolha na comemoração que torna alguns temas preferidos a outros, enquanto um número expressivo permanece no esquecimento. No decorrer da história republicana, já se comemorou uma lista diversa de conteúdos, porém de forma desigual. (...) Não é difícil entender as diretrizes que orientaram as

²⁴ MARSON, Izabel. O nascimento do selo postal. In: Selos comemorativos: fragmentos da memória do Brasil. São Paulo: Empresa das Artes, 1989. p. 14.

²⁵ Ibid., p. 15.

²⁶ Id. Os selos comemorativos e a memória da nação. In: Ibid., p. 82-87.

preferências por certos conteúdos. Elas possuem uma lógica e uma história que se confunde com a trajetória da própria República, ou, melhor dizendo, de suas elites dirigentes.²⁷

A autora apresenta, então, um esboço da variação de sentido simbólico do conjunto das emissões brasileiras, de acordo com contextos históricos específicos. Durante o Império, não foram emitidos selos comemorativos e as estampas dividiam-se, quase que na totalidade, entre as cifras do valor dos selos e o rosto de D. Pedro II, como se “a efígie imperial, símbolo em si mesma do regime político instituído, sintetizasse os valores essenciais do princípio monárquico e da unidade nacional”. A despeito da “euforia nacionalista” republicana e do surgimento dos comemorativos, as emissões continuam esparsas, mas, ainda assim, “a temática dos selos muda e se diversifica”. Alegorias da República e de produtos que remetem ao desenvolvimento do país, além dos retratos de presidentes e republicanos notáveis, procuram obscurecer personagens e eventos ligados a monarquia, tendência que começará a ser parcialmente revista com as emissões alusivas ao centenário da Independência, em 1922. O “movimento vencedor em outubro de 1930” seria o responsável não apenas por significativo incremento na emissão de selos, mas por implementar “a tendência valorativa que persiste até hoje”, qual seja, o “interesse pelo tema da colonização”. Assim procedendo, a “República pós-30” tirava da sombra “os símbolos característicos do rejeitado princípio monárquico: homens fortes, brasões, igrejas, a cruz e a fé”. Os selos foram adquirindo “os valores da síntese nacional”, de forma que a república, já sob o Estado Novo, “impregnava-se dos valores do Império para completar a nação que este havia começado a construir”, ao mesmo tempo em que o alvo do estigma passa a ser a república de 1889. Por fim, a autora destaca o aumento do número de emissões históricas a partir de meados da década de 1940 e, sobretudo, a partir de 1972, quando uma diversificação temática geral é observável também no registro do passado, em selos relacionados ao turismo, ao folclore e ao patrimônio histórico. Diversificação que não implicaria na mudança da “concepção de história”, que permanece nacionalista e heróica, de maneira que “os selos comemorativos complementam os objetivos tradicionalmente confiados à educação moral e cívica”.²⁸

Chegamos, por fim, ao livro *Selos postais do Brasil*, edição patrocinada pelos Correios, orgulhosos por “participar da construção e preservação da memória nacional”, acreditando que “mais do que um produto e peça de coleção os selos desempenham com

²⁷ Ibid., p. 83.

²⁸ Ibid., p. 83-87.

esmero o papel de disseminadores do conhecimento”.²⁹ O museólogo Cícero de Almeida, que cedeu peças de sua coleção filatélica para o projeto gráfico, é o autor das primeiras partes, a começar pela indefectível “origem do selo postal” e da filatelia, estabelecendo relações desta mútua gênese na Europa, Estados Unidos e Brasil. A seguir, o autor descreve, em etapas, a trajetória dos Correios, inscrita na história administrativa e política do país, destacando dois contextos cruciais para a instituição: as reformas de 1931 e 1969. Esses dados permeiam o relato principal, da evolução do selo postal brasileiro, técnicas de confecção, usos tarifários, aspecto gráfico e grupos temáticos característicos de cada época, quesito no qual suas considerações correspondem, em boa medida, às de Izabel Marson expostas acima. Outra faceta contemplada no decorrer do texto é a formação do mercado filatélico, para o qual a criação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em fins dos anos 60, representou a consolidação definitiva, ao encerrar um período de crise na instituição. Algumas medidas são destacadas como responsáveis por esta transformação: a criação da Assessoria Filatélica, em 1972, “que passou a coordenar as ações da ECT no que concernia à escolha e produção dos selos”; o “apoio institucional a diversas atividades ligadas ao desenvolvimento da Filatelia no Brasil”; a publicação do periódico *Correio Filatélico*, a partir de 1977; e as modificações nos próprios selos, “especialmente a partir de 1974, notadamente no tocante à parte gráfica, além da variedade de temas escolhidos”. Em contrapartida, houve uma “desenfreada ação especulativa”, com a obtenção de lucros exorbitantes por alguns colecionadores. Enquanto o país vivia o endurecimento do regime militar, “a euforia que os selos provocavam do ponto de vista econômico refletia o que se convencionou chamar de Milagre Econômico”.³⁰

A última parte do livro é de autoria de Pedro Vasquez, que se vale dos seus conhecimentos de pesquisador da fotografia do século XIX para analisar os aspectos imagéticos da idéia de Brasil representada nos selos. Suas considerações iniciais estabelecem uma distinção entre as duas formas mais universais de simbolismo público, segundo a expressão de Hobsbawn, e uma avaliação otimista das implicações ideológicas dos selos:

Nada espelha melhor a identidade de uma nação do que os selos. As cédulas de dinheiro também constituem uma instância oficial de afirmação da nacionalidade, contudo os selos representam mais adequadamente as múltiplas facetas de um povo. Isso, por dois motivos básicos: maior diversidade temática – decorrente ou favorecida

²⁹ CORREIOS. Apresentação. In: ALMEIDA, Cícero Antônio F. de; VASQUEZ, Pedro Karp. Selos postais do Brasil. São Paulo: Metalivros, 2003, p. 7.

³⁰ ALMEIDA, Cícero. Os Correios e o selo postal no Brasil. In: *Ibid.*, p. 132-140.

pelas emissões mais frequentes –; e o fato de o selo ser destinado à circulação internacional. (...)

Espelho oficial de um país, o selo finda por ser também o espelho do povo, pois a vida real se infiltra nos interstícios dos retratos dos governantes, dos grandes feitos ufanistas e dos programas estatais, para deixar passar o rosto sofrido, porém belo, do homem do povo e a rotina não-espetacular, porém heróica, do cidadão comum.³¹

Em um primeiro momento, o autor aborda a “pequena galeria de grandes homens”, conjunto das emissões alusivas aos mandatários brasileiros e outros personagens ilustres da vida política nacional. Reconhecendo as dificuldades de abarcar o universo “imenso e multifacetado” que é o do selo, o autor dedica-se a um segundo inventário, do “Brasil feito por mãos humanas”, que arrola aspectos variados do nacionalismo: as “datas importantes”, os “grandes homens brasileiros, os heróis da paz”, a “celebração de grandes obras”. Um último levantamento, dos aspectos culturais, esportivos e artísticos, atestaria “o fato de o selo brasileiro ser realmente um perfeito espelho da cultura nacional, contemplando-a em todos os aspectos, dos mais prosaicos aos mais espetaculares”.³²



É chegado o momento de definir a colaboração específica dessa dissertação ao tema da relação entre história e selo. Situada na confluência de três aspectos elegidos como principais, o selo como suporte ideológico, como peça de coleção e como objeto visual, a proposta será caracterizada a seguir, levando em consideração as proposições comentadas na seção precedente e aproveitando a ocasião para apresentar os indícios documentais explorados.

A documentação fundamental desta pesquisa é o conjunto dos selos postais emitidos durante o regime militar, 881 selos comemorativos, 52 blocos comemorativos e oito séries de selos postais regulares ou ordinários, com 143 tipos de 91 desenhos³³, analisados a partir de dois catálogos filatélicos. *Brasil em selos* é o catálogo oficial dos Correios, em mídia digital, que contempla somente os selos e blocos comemorativos do período 1900-1999. Lançado no ano 2000, este catálogo é, juntamente com os diversos selos emitidos para a ocasião, a contribuição dos Correios aos festejos pelos 500 anos do “descobrimento”, elevando ao cúmulo o que Hobsbawn chamou de “valor publicitário dos aniversários”: um catálogo comemorativo, de selos comemorativos. O tradicional *Catálogo de selos do Brasil*, também

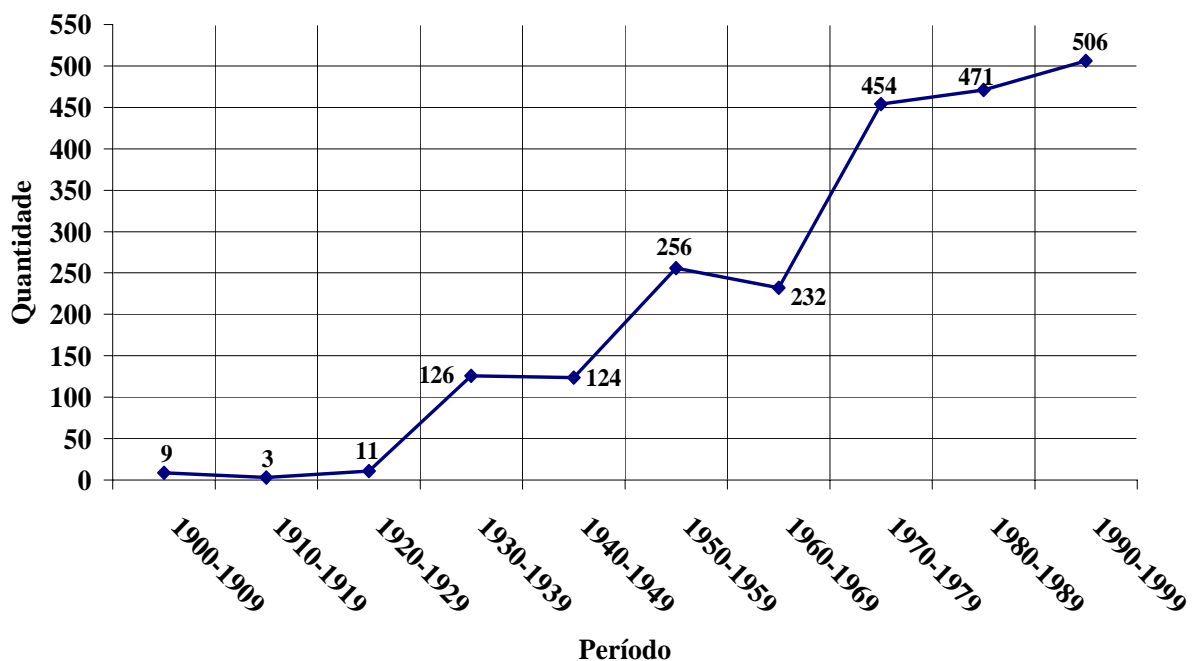
³¹ VASQUEZ, Pedro. O Brasil no selo postal. In: *Ibid.*, p. 157.

³² *Ibid.*, p. 218.

³³ Para a definição das categorias, ver nota 5, página 6. As séries de regulares apresentam, com frequência, dois ou três selos de mesmo desenho, mas com cores diferentes, às quais correspondem valores diferentes.

teve a primeira edição lançada por ocasião de um jubileu, o centenário do selo brasileiro, em 1943. Como abarca todo o conjunto das emissões brasileiras, supre as lacunas de seu concorrente oficial, como as emissões imperiais, os selos republicanos anteriores à emissão de comemorativos e outras categorias, como os ordinários ou regulares, os oficiais e aéreos.³⁴ A observação de um deles leva à constatação de que, a partir de uma determinada época, o número de emissões anuais é bastante elevado em relação aos padrões anteriores, como demonstra o gráfico a seguir:

Selos comemorativos emitidos pelos Correios (tipos):



Fonte: Brasil em selos: selos postais do Brasil, 1900-1999. Brasília: Correios; Curitiba: Opensoft, 2000.

Nas duas décadas de vigência da ditadura militar, entre 31 de março de 1964 e 15 de janeiro de 1985, data da eleição indireta de Tancredo Neves à presidência, foram postos em circulação 881 tipos, enquanto que nos 65 anos anteriores, da inauguração da categoria, em 1900, até o golpe, o montante fica em 555 peças. Mas nos primeiros anos do regime os patamares anteriores são mantidos e o incremento da produção é mais acentuado a partir da década de 70, em seguida à reforma institucional dos Correios, que resultou na sua

³⁴ Respectivamente: Brasil em selos: selos postais do Brasil, 1900-1999. Brasília: Correios; Curitiba: Opensoft, 2000 [cd-rom], que além das imagens dos selos, traz informações adicionais como edital de lançamento, desenhista, técnica de impressão, tipo de papel, tiragem e dimensões; Catálogo de selos do Brasil: de 1843 a 2002. 53ª ed. São Paulo: Ed. RHM, 2003.

transformação em empresa pública, no ano de 1969. Esta constatação explica, em boa medida, a opção por abordar o referido contexto, e coloca a questão do sentido desta mudança.

Um bom viés explicativo para a situação colocada pode ser buscado nas referências historiográficas que tratam o selo postal como mecanismo de massificação das tradições ou memórias nacionalistas, desde que observadas algumas particularidades. Esta abordagem foi pensada para o contexto europeu de meados do século XIX ao início do século XX, mas Eric Hobsbawn considera a invenção de tradições uma experiência histórica generalizável:

Provavelmente, não há lugar nem tempo investigados pelos historiadores onde não haja ocorrido a “invenção” de tradições (...). Contudo, espera-se que ela ocorra com mais frequência: quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as “velhas” tradições foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis; quando as velhas tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e flexibilidade; ou quando são eliminadas de outras formas. Em suma, inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta.³⁵

A conjuntura brasileira contemplada por essa dissertação é marcada por algumas das situações apontadas pelo autor, como a transformação rápida da sociedade acompanhada por novos padrões de vida e novas tradições, e a eliminação de tradições por “outras formas”, no caso, a propaganda e coerção física. Nos termos de Walter Benjamin, é preciso considerar a especificidade da modernidade no Brasil, uma região periférica da expansão capitalista, que atravessava um de seus ciclos de crescimento, descrito como “modernização autoritária”.³⁶ Na narrativa oficial dos Correios, assim como na opinião de analistas do selo brasileiro, a década de 1970 foi um contexto crucial de modernização do país, daquela instituição e dos selos.

Esta transposição cronológica põe em relevo a segunda característica do selo a ser contemplada pela análise, a filatelia, que tem implicações consideráveis para a compreensão da linguagem do selo. Para Benjamin, o colecionismo é um elemento importante na mediação entre os valores transmitidos pelos selos e os colecionadores infantis. Já Antonio Conde e Cícero de Almeida apontam o papel dos correios na consolidação do mercado filatélico nas primeiras décadas do século XX, através da disseminação dos selos comemorativos, que extrapolaram a função de portar correspondência para gerar receitas, além de se prestarem ao

³⁵ HOBBSAWN, E. Introdução. A invenção das tradições, op. cit., p. 12-13.

³⁶ Conforme SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização, 1964-1984. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). História geral do Brasil. 6ª ed. Rio de Janeiro: Campús, 1990. p. 301-334.

uso ideológico.³⁷ Por certo que há variações neste processo de país para país, e o gráfico exibido anteriormente fornece alguns dados para o caso brasileiro. Vemos ali que nas primeiras décadas do século, a emissão de comemorativos foi bastante incipiente. A situação muda em seguida à Revolução de 1930 e a criação do DCT, em 1931. A partir de então, embora com certa instabilidade, há uma primeira elevação na média de emissões e não há mais anos em que os colecionadores tenham ficado sem lançamentos, como era freqüente. No pós-guerra, os Correios passaram a operar em déficit, por conta da defasagem tarifária, e “o selo postal brasileiro no período atravessou a fase mais difícil do ponto de vista da qualidade gráfica, devido também aos poucos investimentos nos equipamentos de impressão da Casa da Moeda. A situação atingiu o auge em meados dos anos de 1960”.³⁸ O incremento quantitativo das emissões da década de 1970 pode ser pensado, então, como uma retomada deste processo pelos Correios, mas a instituição trabalha também na melhoria da qualidade do selo, outro aspecto que chama a atenção do observador dos catálogos. O aprimoramento estético é evidente, os selos passam a ser efetivamente coloridos, já que, até então, o que se tinha eram combinações de duas ou três cores, quando não peças monocromáticas, as legendas são padronizadas e melhor dispostas, entre o desenho e a margem de picote, e não mais sobre a figura. Verifica-se, ainda, uma incidência significativa de séries temáticas e blocos comemorativos, peças de maior apelo filatélico. A transformação, completada pela utilização de papel e tinta de melhor qualidade, é tão pronunciada que o *Catálogo de Selos do Brasil* distingue os selos emitidos a partir de 1967 com a denominação de “modernos”.³⁹

Tal política de incremento compreendeu ainda campanha publicitária de divulgação do selo e da filatelia, veiculada em jornais, revistas, rádio e televisão. A disseminação foi feita por outros instrumentos, alguns dos quais explorados como documentação complementar da pesquisa, divididos em dois grupos. O primeiro conjunto é formado por materiais que divulgavam as novas emissões junto ao público filatélico. A partir de 1969, cada selo é acompanhado por um edital público, que informa as características técnicas da peça e traz um

³⁷ ALMEIDA, C. A origem do selo postal e da filatelia. In: *Selos postais do Brasil*, op. cit, p. 37-38. Para Walter Benjamin e Antonio Conde, ver acima páginas 10 e 11, respectivamente.

³⁸ Id. O selo postal brasileiro na segunda metade do século XX e início do novo milênio – 1946 a 2003. In: *Ibid.*, p. 128. A avaliação é endossada pelos próprios Correios: “É certo que nos decênios posteriores a 1940 e até o final de 60, o nível das emissões brasileiras sofreu um acentuado declínio. Conseqüentemente, reflexos foram sentidos, com maior ou menor intensidade, na Filatelia, não tanto na quantidade mas na qualidade do colecionismo”. Brasil, uma filatelia surpreendente. In: *Correio Filatélico*. Brasília: Assessoria Filatélica / AC Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, a. 4, n. 48, p. 20, fev. 1981.

³⁹ A denominação retrocede a 1967 provavelmente porque a partir de então foram emitidos alguns selos que apresentam as modificações descritas, embora o novo padrão gráfico só tenha se fixado na década de 1970.

pequeno texto alusivo ao tema da emissão, muitas vezes assinados pelas próprias instituições homenageadas ou por pessoas ligadas a elas. Mais tardiamente, a partir de março de 1977, entrou em circulação o *Correio Filatélico*, periódico que visa divulgar lançamentos de selos, ocorridos e futuros, além de trazer artigos de interesse filatélico.⁴⁰ Os materiais do segundo grupo tinham por objetivo despertar o interesse do público infantil não iniciado na filatelia, descrita neles como um misto de passatempo, aprendizagem e investimento. Direcionada para as crianças, *Filatelia Ilustrada* é uma série de coleção que foi vendida em bancas de revista, semelhante aos almanaques infantis de atividades, com espaços para que sejam fixados selos (o início de uma coleção) e para que sejam criados selos hipotéticos, pertinentes ao tema filatélico sobre o qual versa o fascículo. Destinado aos professores do então ensino primário, *Selo, pequena janela para o Brasil e o Mundo* chegava às crianças de forma indireta, propondo que se reconhecesse o selo como “um dos mais importantes elementos do saber” e “uma das mais recentes ferramentas da pedagogia”. O compêndio também é organizado por assuntos, cada qual introduzido por um texto, seguido de selos que o ilustram. Cada selo é acompanhado de informações complementares acerca de seu motivo e emissão, mas não há nenhuma alusão a procedimentos pedagógicos a serem implementados pelo professor.⁴¹

O terceiro aspecto do selo postal privilegiado nesta dissertação é o tratamento dispensado à sua visualidade, que se enquadra no debate da historiografia acerca da utilização da imagem – em seus diversos formatos, como artes plásticas, fotografia e cinema – suas implicações teóricas e metodológicas. A discussão é situada com clareza pelo artigo *Arte e história*, de Pierre Francastel, que parece ter pautado, em boa medida, a sua continuidade.⁴² Embora reconheça a pertinência da proposta dos historiadores de renovar a disciplina, através da expansão do conceito de fonte histórica para além do documento escrito, o que se segue é a

⁴⁰ Os editais são disponibilizados pelo catálogo *Brasil em selos*, op. cit. Há indicações sobre editais emitidos em anos anteriores, ao que tudo indica de forma ocasional, mas que ficaram de fora do corpo documental por razões práticas, de localização e acesso. Também não tive contato com uma coleção do periódico *Correio Filatélico* (Brasília: Assessoria Filatélica / AC Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 1977-), às menções a ele são pontuais, realizadas a partir de exemplares do acervo do autor e de bibliotecas públicas.

⁴¹ São eles, respectivamente: *Filatelia ilustrada*. Rio de Janeiro: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 1975 (v. 1: Esporte; v. 2: Fauna e Flora; v. 3: Ciências; v. 4: História; v. 5: Geografia; v. 6: Arte e Religião; v. 7: Pequena enciclopédia do filatelista); *Selo, pequena janela para o Brasil e o Mundo*: um compêndio paracurricular. Rio de Janeiro: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Ed. Documentário, 1975. Não foi possível realizar um inventário completo destes materiais, mas encontrei notícia de ao menos mais um título. É interessante notar que o segundo título foi encontrado nas bibliotecas públicas de Curitiba e Porto Alegre, catalogado como doação dos Correios, um possível indício da sua distribuição a essas instituições pelo país.

⁴² FRANCASTEL, Pierre. *Arte e história*. In: *A realidade figurativa*: elementos estruturais de sociologia da arte. São Paulo: Perspectiva, 1973. O autor dirige-se aos historiadores ligados ao periódico historiográfico francês *Annales*, que publicou o artigo originalmente em meados da década de 1960.

constatação de um desencontro mútuo. De um lado, os historiadores não reconhecem o estatuto próprio da arte enquanto sistema de elaboração de representações sociais, relegando suas expressões a uma posição acessória em relação ao textual. No outro extremo, a história da arte, um depositário cumulativo e evolutivo, esquemático e mistificador, desprovido de alternativas de análise que possam auxiliar os historiadores do social quanto ao tratamento dispensado ao objeto artístico. O autor aponta a necessidade de se reconhecer o estatuto próprio do objeto artístico enquanto forma de conhecimento do mundo, como expressão daquilo que ele denomina “realidade figurada”. Tal proposição tornou-se comum na discussão contemporânea acerca dos possíveis usos das imagens – bem como das demais “linguagens” – por parte do historiador. Citando uma síntese recente a respeito das artes plásticas, Eduardo Paiva afirma não ser novidade o interesse da historiografia pela imagem e pela arte, embora nem sempre os suportes materiais destas expressões sejam tratados de maneira a considerar o seu valor intrínseco. No caso das imagens, elas por vezes foram utilizadas para ilustrar ou complementar a documentação escrita ou enquadradas em explicações contextuais elaboradas previamente. Para evitar tais posturas, o historiador precisa apreender a linguagem própria das manifestações artísticas, e não subsumi-la ao texto. Não se trata de reconhecer na arte uma elaboração que pareça acima do social, mas abordar a arte imagética enquanto “figuração de memória”, ou seja, um “depositário de sustentação do imaginário social”.⁴³

De acordo com tais considerações, o selo não pode ser tratado como reprodução visual da realidade histórica ou ilustração do relato historiográfico, oficial ou crítico. Pretende-se ensaiar uma abordagem da historicidade visual dos selos através da observação de como são utilizados os recursos lingüísticos e técnicos disponíveis no contexto elegido, embora seja inviável analisar cada uma das emissões em separado. Considerando a amplitude e a diversidade do corpo documental, a dissertação adota um percurso, dentre outros possíveis, para não apenas aprofundar a questão do gênero de história representado nos selos, colocada por Isabel Marson, mas, indo além, contemplar outras temporalidades expressas nas emissões.

⁴³ PAIVA, Eduardo França. História & imagens. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 14-15. Outras referências para esse debate: BURKE, Peter. O testemunho das imagens. In: Testemunha ocular: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004, p. 11-24; FABRIS, Annateresa. Redefinindo o conceito de imagem. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 217-224, 1998; GASKELL, Ivan. História das imagens. In: BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1997, p. 237-289; MENESES, Ulpiano Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, nº 45, p. 11-36, jul. 2003; SALIBA, Elias Tomé. Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e o consumo de imagens. In: BITTENCOURT, Circe (org.). O saber histórico na sala de aula. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998, p. 117-127.

O primeiro capítulo trata de dois aspectos da história tradicional de considerável e freqüente incidência nas emissões postais, a representação dos chefes-de-Estado e dos heróis e eventos da tradição militar, bastante propícios à familiarização do leitor com o universo filatélico brasileiro. Para tanto, a análise extrapola a delimitação temporal proposta, colocando tais temáticas em perspectiva cronológica ampla, privilegiando os exemplares emitidos durante o regime militar. Esta amplitude abrangente também é adotada no capítulo seguinte, que retoma as considerações sobre a versão filatélica da história enquanto biografia da nação, atentando para datas comemorativas, heróis e personagens principais. O último capítulo contempla as outras temáticas relacionadas ao passado nacional: o patrimônio histórico, o folclore e o turismo. Além destas emissões, inéditas ou raras até a década de 1970 e que tornaram-se freqüentes desde então, o capítulo trata dos selos que registram realizações, campanhas e projetos dos governos militares nas mais variadas frentes, um volume considerável, ainda mais se comparado à escassa utilização do selo para esses fins por governos anteriores. Na conclusão são retomadas questões abordadas nas sessões precedentes de modo a situar o “moderno” selo brasileiro em relação a dois universos, o conjunto das emissões brasileiras e a ideologia dos governos militares, assim como apontar a contribuição que o selo pode dar ao entendimento do lugar do regime na memória da sociedade brasileira.

Embora tenha por meta privilegiar aspectos constitutivos da linguagem do selo na percepção da sua historicidade, leva-se em consideração a ressalva de Hobsbawn, de que tal estudo, da invenção de tradições ou, no caso, de um de seus suportes materiais, “não pode ser separado do contexto mais amplo da história da sociedade”.⁴⁴ A pesquisa bibliográfica para suprir tal demanda, além de esboçar um panorama sobre o período em questão, privilegia alguns temas com os quais esta história dos selos postais revela maior proximidade, tais como o ensino de história, a política cultural e a propaganda do regime.

A reprodução das peças procurou respeitar as dimensões originais, embora algumas tenham sido reduzidas, especialmente blocos, bilhetes e cartões postais. Para casos em que esta informação não consta do catálogo oficial, as medidas foram estabelecidas por analogia, a partir da observação de padrões. Na descrição de elementos das estampas, direita e esquerda são referidos do ponto de vista do observador. Nomenclaturas e a datas de lançamento foram obtidas no catálogo dos Correios, a não ser para as categorias que ele não contempla e quando houve proveito em referir a nomenclatura de ambos os catálogos utilizados na pesquisa.

⁴⁴ HOBBSAWN, E. Introdução. A invenção das tradições, op. cit., p. 21.

2. MINIATURAS DE HISTÓRIA MONUMENTAL

A percepção que as pessoas comuns têm dos grandes homens é sempre mítica, jamais humana. Suas ações, teorias, atos criadores, anedotas, são engrandecidos, novelizados, falsificados, mitificados. É, provavelmente, a necessidade de evasão que há em cada homem – sobretudo nos que não podem se evadir –, a necessidade de ver realizados, de alguma forma, sonhos recônditos, a causa dessas mitificações. É um trabalho de criação coletiva, uma criação pan-onírica, um Grande Sonho coletivo desse monstro que se impessoalizou à força de conter pessoas.

Ernesto Sábato – *Nós e o universo* (1945)

Os temas históricos “têm merecido um espaço considerável” nos selos comemorativos brasileiros na avaliação de Izabel Marson¹, extensiva às demais categorias e, portanto, uma característica do conjunto de emissões nacionais, como pode verificar o observador de um catálogo filatélico. Este capítulo versa sobre a representação em selo da história monumental ou tradicional², examinando duas temáticas caras a essa espécie de registro do passado, enunciadas na célebre designação “história de reis e batalhas”. A frequência e continuidade das emissões alusivas aos chefes de Estados e heróis militares permitem um acompanhamento cronológico abrangente, com vistas a proporcionar ao leitor não iniciado uma visão geral da história das emissões postais e da filatelia brasileiras.

2.1 SELOS POSTAIS E CHEFES-DE-ESTADO

A representação de governantes é uma das tipologias mais comuns e tradicionais da filatelia universal. O penny black, emitido na Inglaterra em 1840 e mundialmente famoso por primeiro entre os primeiros, evoca a rainha através de uma efígie, recurso bastante comum nos primeiros selos, assim como retratos de governantes, brasões, armas e outros símbolos da nacionalidade.³ Os Correios do Império do Brasil logo adotaram o mecanismo tarifário implementado por seu similar britânico, mas, entre 1843 e 1861, imprimiram quatro séries de

¹ MARSON, Izabel Andrade. Selos comemorativos: fragmentos da memória do Brasil. São Paulo: Empresa das Artes, 1989, p. 83.

² Tais expressões são preferíveis à de “história positivista”, comumente usada, de forma depreciativa e simplista, para definir a historiografia caracterizada pela ênfase em personagens e fatos, como aponta Sílvia Petersen (Historiografia positivista e positivismo contiano: origem e desvirtuamento de uma relação teórica. In: GRAEBIN, Cleusa M. G.; LEAL, Elisabete (org.). Revisitando o positivismo. Canoas: Ed. La Salle, 1998. p. 31-46). Ieda Gutfreind, além de constatar a falta do devido rigor conceitual no emprego da expressão, defende a sua substituição, nesses casos, por outra mais flexível e abrangente, “história tradicional” (Historiografia sul-riograndense e positivismo. In: *Ibid.*, p. 47-58).

³ Uma amostra destes selos pode ser vista em ALMEIDA, Cícero António F. A origem do selo postal e da filatelia. In: _____; VASQUEZ, Pedro. Selos postais do Brasil. São Paulo: Metalivros, 2003. p. 22-23.

selos que traziam somente as cifras de seus valores em réis. Apenas a partir de 1866 a imagem do imperador Pedro II passou a figurar nas emissões e, a despeito do considerável número de tipos filatélicos, as imagens elementares do monarca resumem-se a uma efígie e uns poucos modelos de retratos faciais, que podem ser divididos entre aqueles que representam o monarca adulto e aqueles que o retratam já idoso, estes últimos recebendo a alcunha de “barba branca”.⁴ Nas oito séries de selos, algumas encomendadas a casas impressoras estadunidenses, o imperador aparece trajando vestes civis, em conformidade à sua postura habitual de dispensar, sempre que a ocasião permitisse, os adereços heráldicos e nobiliárquicos, adequando-se à moda civilizada européia, o terno escuro.⁵ Excetuados os selos de cifras e os que retratam Pedro II, há apenas três outros tipos emitidos no período: o Cruzeiro do Sul, o Pão de Açúcar e a coroa real, compondo a última série de selos imperiais, emitida entre 1884 e 1888.



Para Izabel Marson, o predomínio da figura do imperador, “símbolo em si mesma do regime político instituído”, sintetizava os “valores essenciais do princípio monárquico e da unidade nacional”, apresentando-se como “a garantia da unidade e tradição do passado”.⁶ Entretanto, esta onipresença foi antecedida por hesitações quanto à pertinência de se estampar a imagem do monarca. Ao ser consultado pelo presidente do Tesouro, sobre a viabilidade técnica de se emitir selo semelhante ao inglês, do qual recebera alguns exemplares como

⁴ No universo filatélico, que valoriza a raridade das peças, são considerados tipos diferentes os selos de uma mesma imagem que apresentem cores diferentes, às quais correspondem, em regra, valores tarifários diversos; já selos de um mesmo tipo que apresentem diferenças pequenas em detalhes técnicos como denteação, filigranas, tonalidade da tinta e, até mesmo, defeitos de impressão, são chamados de variedades. O historiador, mais interessado na variabilidade imagética e simbólica, deve considerar que essa seria uma característica da filatelia a partir de meados do século XX, e que um universo imageticamente mais restrito não é desprovido de significação. Além disso, há questões materiais aí implicadas, como o estágio inicial de evolução das técnicas de impressão que, além de cara, causava, por rudimentar, aquela variabilidade de nuances nos selos impressos a partir de uma mesma matriz, que tanto faria a alegria do comércio filatélico posterior.

⁵ Conforme SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, especialmente o capítulo “Um monarca cidadão”, p. 319-343.

⁶ MARSON, I. *Selos comemorativos*, op. cit., p. 83.

modelo, o provedor da Casa da Moeda e Estamparia das Apólices, Camilo João de Valdetaro, respondeu afirmativamente, mas manifestou uma preocupação de outra ordem: “usa-se aqui por princípio de dever e respeito pôr a efigie do monarca só em *objetos perduráveis ou dignos de veneração*, e nunca naqueles que, por sua natureza, pouco tempo depois de feitos têm de ser necessariamente inutilizados; e de mais a mais acresce a facilidade que há de se copiar um retrato por todos conhecido”.⁷ Parece que se deu razão a Valdetaro, embora D. Pedro II figurasse nos mais variados objetos, baseados naqueles de seu uso pessoal e disseminados pela corte: tabaqueiras, broches, lenços, pratos, copos, relógios, garrafas em forma de busto e, até mesmo, baralhos de cartas.⁸ Dom Pedro II “soube usar inteligentemente os mais diversos meios e suportes para veicular sua imagem e, dessa forma, reforçar o papel de legítimo representante do povo e elemento de ligação e consolidação da unidade nacional”, avalia Pedro Vasquez, surpreso pelo selo postal não estar entre os objetos “usados para veicular, reafirmar e popularizar a imagem do Imperador”. Mesmo com a superação da “hilariante hesitação burocrática” em representar o monarca, o autor considera que não houve uma exploração das potencialidades do selo, como atesta a inexistência de emissões referentes aos jubileus de seu reinado ou da vitória na Guerra da Tríplice Aliança.⁹ É preciso considerar que, embora existissem selos comemorativos em outros países desde 1871, sua massificação se daria apenas no século seguinte, além do que há outros tipos de peças com a imagem do monarca emitidas pelos correios imperiais não mencionadas pelo autor, os bilhetes postais e as cartas-bilhete.¹⁰ De todo modo, superando as cifras preferidas inicialmente, selos com o retrato de D. Pedro II são a representação mais freqüente no período imperial, responsáveis, em boa medida, por fazer dele o personagem que mais vezes apareceu nas emissões brasileiras, mais de cinquenta vezes, juntamente com lugares comemorativos posteriores associados às origens do selo, além das referências ao personagem em si. Sobre a comicidade do episódio burocrático, o funcionário da Casa da Moeda considerou o selo um objeto não “perdurável” e indigno de “veneração” quando a filatelia sequer existia, de modo que a

⁷ O episódio, registrado em ofícios, é narrado por ALMEIDA, C. Os primeiros selos postais brasileiros. In: *Selos postais do Brasil*, op. cit., p. 63. O grifo é meu.

⁸ Conforme SCHWARZ, L. *As barbas do imperador*, op. cit. As imagens dos objetos citados são estão entre as páginas 337 e 343, à exceção da tabaqueira, que está no conjunto de imagens entre as páginas 126 e 127.

⁹ VASQUEZ, P. Pequena galeria dos grandes homens. In: *Selos postais do Brasil*, op. cit., p. 158-160.

¹⁰ Os bilhetes postais, denominados cartões postais a partir de 1933, foram criados por decreto de 1880 e exibiam o selo-fixo, imagem impressa que atestava o pagamento do porte e era, geralmente, a reprodução de um selo comum, mesma característica das cartas-bilhete, criadas por decreto de 1883. Diversas peças, cuja maioria tem estampado o retrato do imperador, podem ser vistas no *Catálogo de Selos do Brasil* (53ª ed. São Paulo: RHM, 2003, p. 141-142 e 157-159).

passagem, para além do anedotário, evidencia a distinção que caracteriza o universo do colecionismo, a substituição do valor de uso de um objeto pelo valor ritual, que o torna venerável.¹¹

A prática da filatelia no Brasil é relacionada, em boa medida, ao estabelecimento de imigrantes no final do século XIX, fundadores das primeiras sociedades de colecionadores de selos no país, como a Bayerrischer Philatelisten Verein, no Rio de Janeiro, em 1886, e o Clube Filatélico Porto-Alegrense, de 1887. Entre estes imigrantes-filatelistas estava Wilhelm August Geisel, que desembarcou no Brasil em 1883, aos 16 anos, trazendo entre seus poucos pertences uma coleção de selos iniciada na Alemanha. Estabelecendo-se no interior do Rio Grande do Sul, este luterano adaptou seu nome para Augusto, trabalhou como operário, professor, e escrivão; integrou a Guarda Nacional, freqüentou a maçonaria e foi um dos primeiros membros da Sociedade Filatélica Rio-Grandense.¹² Por essa mesma época, outro testemunho do funcionamento do mercado filatélico, bem como da longevidade das práticas fraudulentas envolvendo selos postais, é dado pelo *Regulamento da Repartição Geral dos Correios da República*, que, no capítulo concernente às contravenções, prevê multa para o comércio de selos postais já utilizados, com o intento de reutiliza-los para franquear correspondência, “excepto o commercio delles para collecções”.¹³ A situação no meio filatélico é bem diferente quando, em 1978, é impresso selo em homenagem ao presidente Ernesto Geisel, filho daquele imigrante alemão colecionador de selos, há muito falecido. Desde o final da década anterior, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos vinha implementando uma política de incremento quantitativo e qualitativo do selo e de estímulo da filatelia. O edital público que acompanha esta emissão informa que “o lançamento deste selo representa o registro de antiga e consagrada tradição: o de registrar a efígie dos Chefes de

¹¹ Conforme POMIAN, Krzystof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984. v. 1: Memória e História, p. 51-86.

¹² Para as informações referentes aos clubes filatélicos de imigrantes e sobre o filatelista Augusto Geisel, ver ALMEIDA, C. A origem do selo postal e da filatelia. In: *Selos postais do Brasil*, op. cit., p. 27. Algumas imagens do livro são de peças da coleção de Augusto, pertencentes à sua neta Amália Lucy Geisel, filha de Ernesto Geisel. Essa trajetória da coleção sugere a possibilidade de que ela tenha passado pelas mãos do general, já que a herança familiar é bastante comum entre filatelistas e colecionadores em geral. Sobre Augusto e sua família, ver GASPARI, Élio. *A ditadura derrotada: o sacerdote e o feiticeiro*. São Paulo. Cia. das Letras, 2003. p. 28-30. No depoimento ao autor, dentre as reminiscências da juventude, não há nenhuma menção a álbuns de selos, os únicos mágicos livros de consultas (segundo expressão de Benjamin) lembrados pelo general foram as obras completas de Júlio Verne, presenteadas aos cinco irmãos pelo pai, num natal longínquo.

¹³ BRASIL. Decreto nº 1692a, de 10 de abril de 1894. Aprova o regulamento dos Correios. Coleção de Leis do Brasil (CLBR PUB 31/12/1895 001 000002 1), a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon> (último acesso em 20/05/2006).

Estado brasileiros”.¹⁴ Trata-se da retomada desta tradição em seu padrão clássico, que sofrera restrições nos anos anteriores, por razões examinadas adiante, após a retomada da trajetória de consolidação dessa categoria de emissões, com a figuração em selo dos presidentes da república.



As primeiras emissões republicanas não são generosas com seus próceres, por ao menos duas razões. Os primeiros governos relegaram os Correios da República a um período de penúria, agravado por conflitos entre a instituição e a Casa da Moeda, que imprimia os selos, desavenças que, combinadas à tecnologia de impressão deficitária, fizeram com que várias emissões fossem realizadas nos Estados Unidos e na Europa, elevando ainda mais os altos custos decorrentes do imperativo técnico de se confeccionar um molde a cada novo tipo. Para economizar, o molde da emissão imperial do Cruzeiro do Sul, teve a inscrição “Império do Brazil” adaptada para “Estados Unidos do Brazil”, designação oficial adotada a partir de 15 de novembro de 1889, artifício que, aliás, também foi empregado em cédulas monetárias.¹⁵ O outro fator diz respeito ao quadro geral de produção simbólica: importava ressaltar mais o novo regime do que seus líderes, e as escassas emissões realizadas privilegiavam símbolos republicanos tradicionais, como Marianne e Mercúrio.¹⁶

A república nascente encontrou dificuldade em consolidar um panteão de heróis, ou mesmo um único que fosse assim reconhecido pela população, questão trabalhada por José Murilo de Carvalho, em *A formação das almas*. “Símbolos poderosos”, já que dão substância a ideais, os heróis são “instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a

¹⁴ ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Homenagem ao Presidente Geisel: Edital do selo comemorativo nº 1070, lançado em 22/06/1978. *Brasil em selos: selos postais do Brasil*. Brasília: Correios; Curitiba: Opensoft, 2000.

¹⁵ Várias ocorrências de reutilização de imagens podem ser observadas em catálogos de cédulas, como por exemplo: *Cédulas brasileiras da República*: emissões do tesouro nacional. Rio de Janeiro: Banco do Brasil, 1965. Os catálogos costumam identificar as casas impressoras estrangeiras, cuja utilização no início do período republicano é confirmada por GOMES, Ângela de Castro; KORNIS, Mônica Almeida. *Com a história no bolso: a moeda e a República no Brasil. Livro do Seminário Internacional “O outro lado da moeda”*. (2001: Rio de Janeiro, RJ). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2002. p. 118.

¹⁶ Entre 1889 e 1900 são impressos 32 tipos de selos, cujas estampas são variações em torno de quatro imagens (ver distinção entre tipo e imagem na nota 2): a alegoria feminina da República, Mercúrio, o cruzeiro do sul e um alvorecer na Baía da Guanabara. As duas primeiras são releituras das tradições francesa e clássica: a “Marianne” do selo brasileiro alterna ora o barrete frígio (identificação dos libertos em Roma; do radicalismo revolucionário na França, especialmente se na cor vermelha) ora ramos de café (que substituem a coroa de louros, signo da vitória); Mercúrio, divindade de origem romana, é o protetor dos viajantes, mercadores e ladrões, além de ser o mensageiro dos deuses, sua provável acepção no selo (para as alegorias, ver CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 75-96).

serviço da legitimação de regimes políticos”, mas essa operação não é arbitrária a ponto de se fazer no “vazio social”, especialmente quando a “nova ordem” não se instaura através de lutas. Esse seria o paradoxo da república brasileira, ao mesmo tempo que necessitava de um herói como maneira de compensar simbolicamente a falta de envolvimento popular, não dispunha do respaldo simbólico necessário para que sua criação fosse bem sucedida. Haveria dificuldades em se escolher heróis para a república entre seus protagonistas, já que o episódio consagrado como de sua implantação (“uma passeata militar”) não foi um ato com suficiente “apelo dramático” ou “densidade histórica” e nenhum dos principais candidatos “atendeu às exigências de mitificação”: Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant e Floriano Peixoto não se firmaram, apesar de divulgados em livros, panfletos, quadros, estátuas e manifestações cívicas, e de terem emprestado seus nomes a ruas, praças, instituições, edificações e navios de guerra.¹⁷

Já Celso Castro, refere-se a uma “monumentalização tardia” dos heróis republicanos, explicada pela “intensa disputa e falta de consenso entre diferentes grupos republicanos nos anos iniciais do novo regime, inclusive a respeito de qual o principal herói a ser cultuado: Benjamin, o Fundador; Deodoro, o Proclamador; ou Floriano, o Consolidador”.¹⁸ Seguindo a tendência, os primeiros presidentes não foram homenageados em selo durante a permanência no cargo, a despeito do precedente das emissões de Pedro II. Mas, talvez, a onipresença da imagem do monarca deposto nos selos predecessores se constituísse em um entrave simbólico, agravado por ele estar ligado ao episódio inaugural das emissões postais.

Somente na série de regulares Alegorias Republicanas, que circulou entre 1906 e 1917, foram estampados retratos dos primeiros presidentes, Deodoro, Floriano, Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves e Nilo Peçanha¹⁹, na companhia de ministros republicanos, da alegoria feminina e de um intruso aparente: Pedro Álvares Cabral, única referência ao passado mais longínquo e que, como tal, dá sentido de continuidade histórica ao grupo, sem que para isso se recorra a nenhuma figura que evoque o período imperial. Alguns

¹⁷ Ibid., especialmente o capítulo “Tiradentes: um herói para a República”, p. 55-73.

¹⁸ CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p. 14.

¹⁹ Segundo o *Catálogo de selos do Brasil*, os selos dessa série “foram fornecidos em várias partidas e lançados à medida das necessidades postais, tendo havido, a partir de 1912, uma nova emissão em cores e papel ligeiramente diferente da emissão de 1906” (53ª ed. São Paulo: RHM, 2003, p. 17). O catálogo não informa se todos os tipos constavam da primeira emissão ou se houve acréscimos posteriores. Essa informação, combinada à lógica de representação da série (presidentes e ministros), indica que Nilo Peçanha, Ministro das Relações exteriores em 1917 (ano em que a série sai de circulação), tenha sido homenageado como ex-presidente na segunda emissão, ele que era vice de Afonso Pena, falecido em 1909. Se o raciocínio for acertado, abre-se a questão do próprio Afonso Pena não ter sido incluído na série, completando a seqüência de ex-presidentes, o que talvez se explique por sua imagem já estar presente em selo oficial de 1906, avaliado a seguir.

presidentes subseqüentes tiveram seus retratos estampados nos selos oficiais, destinados a portar a correspondência de repartições públicas, categoria criada em 1901, mas ativada só em novembro de 1906, da qual há diversos tipos de cores e valores diferentes para um mesmo personagem. Afonso Pena inaugurou, no que é seguido por Hermes da Fonseca, a prática, entre os republicanos, de figurarem em selos quando ainda ocupavam o cargo, substituindo tendência anterior de homenagem, mais “elegante e genuína”, por se ater “aos grandes vultos da nação e presidentes do passado”, no entender de Pedro Vasquez. Wenceslau Brás seria agraciado já em 1918, durante o governo de seu sucessor circunstancial, Delfin Moreira, tendo o mérito de “não aceitar tal veneração filatélica durante a permanência no poder”, segundo o mesmo autor.²⁰ Os selos oficiais foram suprimidos em 1920 e mesmo a sua venda tendo sido autorizada a colecionadores já em 1907, os Correios mantinham um grande estoque de peças, que é recolocado em circulação, os tipos de Hermes da Fonseca como selos para o correio aéreo, em 1927 e, no ano seguinte, os tipos de Wenceslau Braz para franquia geral.²¹

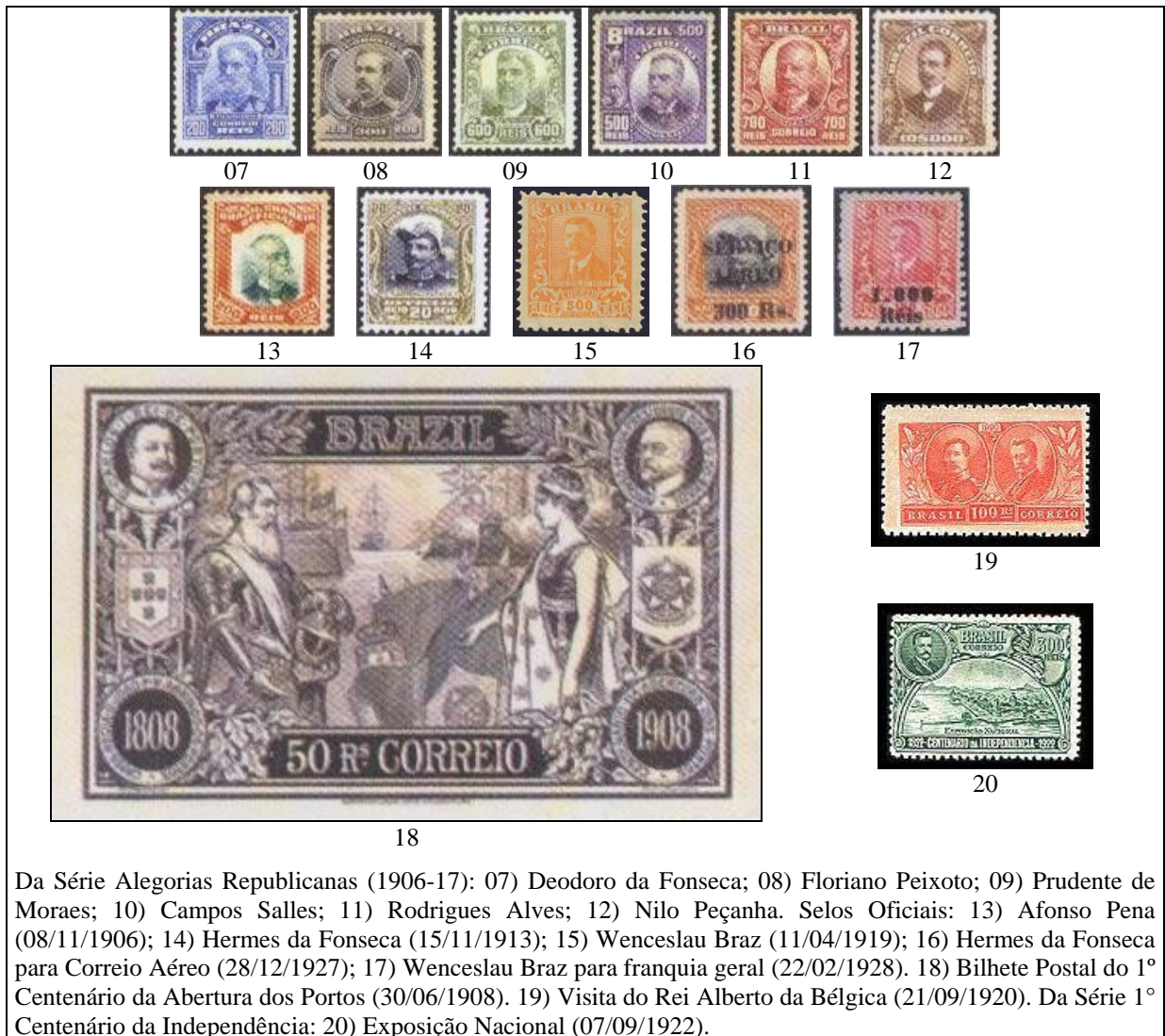
Após a criação dos selos comemorativos pelos Correios, em 1900, Afonso Pena é o primeiro presidente a figurar em selo da categoria, embora se trate do registro da Exposição Nacional que comemorava o centenário da “Abertura dos Portos”. Mesmo o episódio sendo relacionado à vinda da família real portuguesa para o Brasil, no início do século XIX, vê-se na imagem a alegoria feminina da República, portando a bandeira brasileira, recebendo o viajante português, cuja embarcação está ao fundo. Além da cena, completam a estampa os brasões de Portugal e Brasil e os retratos dos mandatários de ambos os países à época da mostra, Carlos I e Afonso Pena.

As emissões comemorativas com a imagem de Epitácio Pessoa também não são homenagens ao presidente. Na primeira delas, de 1920, o motivo é a visita do rei da Bélgica, apresentando as imagens de visitante e anfitrião em molduras individuais ovais ornadas, por ramos de café e fumo, adereços que estão nas Armas Nacionais desde o seu estabelecimento, em 1889. A segunda emissão, de 1922, integra série alusiva ao “1º Centenário da Independência”, exibindo um panorama do Rio de Janeiro desde a zona portuária, local de

²⁰ VASQUEZ, P. Pequena galeria dos grandes homens. In: Selos postais do Brasil, op. cit., p. 167.

²¹ Sobre os selos oficiais, oficiais convertidos em franquia geral e oficiais convertidos em aéreos, ver Catálogo de selos do Brasil, op. cit., p. 15, 20 e 24, respectivamente. O serviço aéreo contou com selos específicos de 1927 a 1934, quando passou a ser pago com regulares, comemorativos ou aéreos. A partir de 1941, o DCT passou a utilizar os aéreos indiscriminadamente.

realização da Exposição Nacional comemorativa do jubileu, com o retrato do presidente pairando sobre a cena, novamente na condição de anfitrião.



O longo período de Getúlio Vargas à frente da presidência da república foi crucial para a história nacional assim como para o Departamento de Correios e Telégrafos (DCT), designação adotada pela instituição com a reestruturação a que foi submetida em 1931. Quanto aos selos postais, de acordo com Izabel Marson, “o movimento vencedor em outubro de 1930 é que imprime aos temas históricos a tendência valorativa que persiste até hoje”, com ênfase nos períodos colonial e monárquico. Além disso, “entre 1932 e 1945 o número de selos

históricos emitidos cresceu quase quatro vezes, se comparada ao período anterior”.²² Um dos aspectos dessa ampliação é a utilização dos selos como meio de propaganda do governo, na figura de seu líder. Após a suspensão imposta pelo governo provisório, a retomada das emissões, em abril de 1931, sinalizou mudanças nos padrões, com a impressão de quatorze selos, a maior série de comemorativos lançada até então e uma das maiores ainda hoje, alusiva à “Revolução de 3 de outubro de 1930”, com sobre-taxas “pró-invalidos e orphaos” da campanha. A composição principal, com sete variações de cor e valor, tem por legenda a inscrição “Redempção do Brasil” e traz o presidente ao lado de João Pessoa, governador da Paraíba cujo assassinato teria sido o estopim da ação, de acordo com a explicação do evento que tornar-se-ia consagrada. Outros cinco tipos, menores, coloridos e com inscrições distintas para cada personagem, estampam retratos de Getúlio (“Rio Grande de pé pelo Brasil”), João Pessoa (“NEGO”), Oswaldo Aranha, duas vezes (senha telegráfica que desencadeou o movimento: “O que é que há?”) e Ribeiro de Andrada (“Façamos a Revolução antes que o povo a faça”). A legenda do último tipo é uma frase do governador de Minas Gerais que, além de expor suas razões para aderir ao movimento, é bastante significativa da concepção de história abordada neste capítulo através de sua representação filatélica.

Vargas e João Pessoa aparecem juntos em outros dois selos, cujo jogo de cores é algo controverso: a metade do selo que traz o retrato de Getúlio tem o fundo em verde e amarelo, aparente evocação das cores nacionais, interpretação que toma corpo no tipo em que estão dispostas como em um quadrante da bandeira nacional; já a metade que traz João Pessoa, tem por fundo as cores preta e vermelha que, junto com a inscrição “NEGO”, remetem à bandeira da Paraíba. Um olhar apressado toma o preto por cor de fundo, de modo que as cores restantes passariam a remeter às do Rio Grande do Sul onde, aliás, o conjunto de selos foi concebido pelo administrador dos correios no estado e impresso na Lithographia do Globo de Porto Alegre, após ter sido sugerido pela Diretoria da Associação Filatélica Pelotense às lideranças do movimento, em outubro de 1930.²³ Meses depois de entrar em circulação, a série foi alvo de críticas da imprensa no centro do país, algumas delas registradas pelo Boletim da Sociedade Philatelica Paulista, na sua edição de junho de 1931: “Os selos criados pela Revolução de nenhum modo correspondem ao pensamento de equilíbrio, de sobriedade, de

²² MARSON, I. Selos comemorativos, op. cit. p. 86-87. Sobre a elevação da quantidade de emissões, ver gráfico à página 19 da introdução da dissertação.

²³ ALMEIDA, C. O nascimento dos selos postais comemorativos no Brasil. In: Selos postais do Brasil, op. cit., p. 98-100.

bom gosto, que a alma nacional solicita dos construtores espirituais da pátria nova”. Suas legendas são ridicularizadas como um “vasto derrame de patriotismo em letra de fôrma, que é um dos aspectos mais pitorescos de nossa sensibilidade cívica”.²⁴ A Sociedade Filatélica Paulista passou da crítica à ação quando eclodiu o conflito entre o Governo Provisório e o Movimento Constitucionalista, encabeçado pelos paulistas. Em 1932, ante a iminente quebra dos estoques de selos no estado de São Paulo, cercado e isolado, o serviço de correios mobilizou-se para a emissão em caráter de urgência, contando com o apoio da entidade, que promoveu concurso público para a escolha dos tipos. As únicas exigências feitas aos candidatos eram que as estampas fossem monocromáticas e utilizassem as legendas “Brasil”, “Correio” e “Pró-Constituição”. A comissão julgadora, integrada por um funcionário do correio e um membro da sociedade filatélica, recebeu a significativa quantia de noventa e dois trabalhos, de quarenta e cinco autores, dos quais foram emitidos onze tipos, autorizados pelo decreto de 2 de setembro daquele ano, entrando em circulação já no dia 13 do mesmo mês. A impressão apressada, aliada ao despreparo técnico e a falta de materiais adequados, facilitaram a ocorrência de falsificações.²⁵ Na posteridade da memória, essa batalha filatélica, expressão simbólica de um conflito mais amplo, o Movimento Constitucionalista é o único comemorado em selo, por ocasião dos jubileus de 25 e 50 anos, em 1957 e 1982, além de seus selos integrarem catálogos filatélicos, inclusive o dos Correios, como se fossem emissões nacionais. Na emissão de 1957, utiliza-se um recurso gráfico que fora empregado duas vezes até então, justamente durante a presidência de Getúlio, em 1943: em março, para comemorar o centenário da cidade de Petrópolis, tradicionalmente ligada à monarquia, a evocação é feita através da reprodução do selo “cabeça grande” de D. Pedro II; e no centenário do selo brasileiro, em primeiro de agosto, são emitidas reproduções do “olho-de-boi”, com os valores de 30, 60 e 90 réis passando a centavos de cruzeiro, também na forma de bloco filatélico, que traz os três selos encimados pelas imagens do jovem Pedro II e de Getúlio. O próximo exemplar desta tradição filatélica de celebração dos próprios selos é, justamente, o tipo alusivo ao jubileu de prata do Movimento Constitucionalista, que reproduz um dos selos paulistas “pró-constituição”, de 1932. Para os proponentes dos conjuntos de emissões rivais, a

²⁴ Ibid., p. 100.

²⁵ Conforme Ibid., p. 121; e DE PAULA, Jeziel. *1932: imagens construindo a história*. Campinas: Ed. UNICAMP / Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1998, p. 236-240. Os autores discordam quanto à empresa emissora, a Companhia Litográfica Ypiranga, para o primeiro, e a Companhia Melhoramentos, para o segundo. O catálogo dos Correios indica a primeira como responsável pela emissão.

deferência posterior também agraciou apenas a Associação Filatélica Paulista, que teve o cinquentenário comemorado em selo de 1969.



A permanência de Vargas no governo é enfatizada a partir do bloco comemorativo do segundo aniversário do Estado Novo, em cuja composição os retratos do presidente circundam as Armas Nacionais, como que a proteger a república. Tipos de 1941 e 1942 comemoram aniversários do regime reutilizando selo lançado em 1941, alusivo a jubileus portugueses. No primeiro, a sobre-estampa registra o período “937-941”, atualizado no seguinte, que conta, ainda, com sobre-taxa inaugurando em selo o novo padrão monetário do cruzeiro. Registrado nos catálogos como “Decêndio do Governo de Getúlio Vargas”, selo de 1940 não traz inscrição semelhante ou o retrato do líder, sua identificação é feita pela data de 24 de outubro, posicionada entre os anos 1930 e 1940, contagem que extrapola o Estado Novo retroagindo ao marco da “revolução”, plasmando qualquer diferenciação entre os regimes. Além do apelo à unidade da nação, expresso na inscrição “Pelo Brasil uno e forte!”, a composição apresenta signos republicanos, a tradicional alegoria feminina empunhando a bandeira nacional. A nova associação entre o governo e a república é endossada pela provável citação filatélica da emissão “madrugada republicana” (1894-1905), que estampa a imagem do crepúsculo na baía de Guanabara, onde se vê o Pão de Açúcar. Esta que é a paisagem mais registrada no selo brasileiro, mesmo após o Rio de Janeiro deixar de ser capital, é a mesma da

emissão de 1940, a não ser pelo sol nascente que ilumina o ambiente, transição que denota continuidade, mas também a superação da república inicial. A Exposição Filatélica Comemorativa do Decênio do Governo Getúlio Vargas contribuiu para o estabelecimento do marco e foi registrada em folhinha filatélica.²⁶ Exposições e seu registro em selo não eram novidade, como atestam série de 1934, alusiva à Exposição Filatélica Nacional, e bloco da Exposição Filatélica Internacional, de 1938, ambas realizadas na capital federal.



30) 2º Aniversário do Estado Novo (10/11/1939). 31) Folhinha Autorizada da Exposição Filatélica Comemorativa do Decênio do Governo Getúlio Vargas (1940). 32) 5º Aniversário do Estado Novo (10/11/1942). 33) Cinquentenário da União Panamericana (14/04/1940). 34) Inauguração da Ponte Internacional Brasil-Argentina (25/06/1946). 35) Da Série Cinquentenário da República (15/11/1939). 36) 1º Centenário de Prudente de Moraes (25/05/1942). 37) Feira Mundial de Nova York - D. Pedro II (07/10/1939). 38) Feira Mundial de Nova York, selo destacado do bloco (30/10/1940). Da Série Netinha: 39) Floriano Peixoto (1941-53); 40) Estado Novo (1941-45).

Durante o governo Vargas são emitidos os primeiros comemorativos que estampam presidentes da república predecessores (os casos mencionados até aqui eram de selos

²⁶ As folhinhas surgiram por iniciativa de entidades filatélicas, não possuem valor para franquiamento postal e são caracterizadas “como um pedaço de cartolina de formato variável, tendendo para o cartão postal, na qual, além de legendas e desenhos relacionados com um acontecimento, aplica-se um selo que será obliterado por meio de carimbos ligados ao acontecimento”. Entre 1940 e 1945, as peças passavam pelo crivo do DCT, classificadas como autorizadas e não-oficiais. Para conter o uso indiscriminado, os correios emitiram folhinhas oficiais, em 1945, 1946 e de 1963 a 1966, quando as peças, deixam de ser produzidas (XAVIER JR., Mário. Folhinhas Filatélicas. In: <http://www.portaldoselo.com.br/artigos/folhinhas.htm>, último acesso em 24/06/2006).

regulares). Em 1939 três selos assinalam o cinquentenário republicano: o tipo que abre a série estampa o retrato de Benjamin Constant; o seguinte, a imagem tornada clássica do quadro *A proclamação da República* (1893), de Henrique Bernardelli, em que o marechal Deodoro, a cavalo, saúda o novo regime erguendo o chapéu; no último, Deodoro é ladeado por Getúlio, composição que estabelece um vínculo entre ambos, minimizando a imagem ditatorial deste, uma vez mais caracterizado como republicano. Em emissão de 1942 a alusão é pessoal, o centenário de Prudente de Moraes ocorrido no ano anterior, festejo que, embora relembre o contexto político que fora estigmatizado pelo regime de Vargas, insere, uma vez mais, o ditador na galeria dos presidentes republicanos. Um dos três blocos comemorativos da “Feira Mundial de New York” de 1940, utiliza a imagem de um busto do presidente, recurso imagético que lembra a efígie empregada nas emissões imperiais. O evento, em sua realização do ano anterior, fora contemplado com série de quatro selos, um dos quais representa D. Pedro II, entusiasta das participações brasileiras e um visitante de eventos similares. Ambas as séries tiveram sua emissão regulamentada por leis federais assinadas por Vargas.²⁷

Outro uso filatélico da imagem de Getúlio é sua inclusão em série de regulares emitida entre 1941 e 1953, cujos tipos alusivos a personalidades, dentre elas o ex-presidente Floriano Peixoto, combinam retrato e nome do homenageado, enquanto o tipo de Getúlio traz a inscrição “Estado Novo”, demonstração da simbiose entre líder e regime e também da popularidade de sua imagem, que dispensa identificação por escrito. Cabe aqui uma inflexão a propósito da diferenciação entre selos comemorativos ou históricos e os regulares ou ordinários, nomenclatura que pode não inspirar maiores atrativos. Os comemorativos, por definição, estabelecem um sentido da história, através da seleção de personagens e fatos festejados. Com suas tiragens e períodos de circulação limitados, têm uma ligação mais estreita com o mercado filatélico e sua consolidação, tornando as emissões mais frequentes e

²⁷ Da série de 1939 é autorizada a emissão de cinco milhões de exemplares para cada tipo, dos quais cem mil deveriam ser postos à venda no Brasil e o restante repassado ao comissariado brasileiro, com a renda resultante sendo dividida entre o aparelhamento da Casa da Moeda e o custeio da participação no evento. Um ano depois, novo decreto determina que os selos restantes sejam recolocados à venda pelos correios. Para a série do ano seguinte, novo decreto, em termos análogos ao anterior, mas reduzindo as tiragens para trezentos mil exemplares para cada um dos três tipos. Conforme, respectivamente: Brasil. Decreto-Lei nº 1.076, de 26 de janeiro de 1939. Autoriza a emissão de selos comemorativos da Feira Mundial de Nova York de 1939 e dá outras providências. Coleção de Leis do Brasil (CLBR PUB 31/12/1939 002 000045 1); Brasil. Decreto-Lei nº. 2.021, de 15 de fevereiro de 1940. Autoriza a venda, no país, dos selos restantes da emissão comemorativa da Feira Mundial de Nova York de 1939. Coleção de Leis do Brasil (CLBR PUB 31/12/1940 001 000096 1); Brasil. Decreto-Lei nº 2.205, de 20 de maio de 1940. Autoriza nova emissão de selos comemorativos da Feira Mundial de Nova York de 1940 e dá outras providências. Coleção de Leis do Brasil (CLBR PUB 31/12/1940 003 000195 1); a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon/> (último acesso em 20/05/2006).

diversificadas. As séries de regulares destinam-se ao porte de correspondência e, por não se referirem a episódios datados, podem ser impressas diversas vezes, razão pela qual também são chamados perenes. Mas os ordinários também são colecionados, pelos que reúnem selos de determinados períodos históricos ou por filatelistas temáticos, quando o motivo do selo coincide com o tema da sua coleção, como este das “personalidades”, registro preferencial da categoria até a década de 1960, como veremos mais adiante. E, inclusive, a coleção de selos regulares é recomendada às crianças como modo preferencial de iniciação, tanto na promoção que os correios fazem da filatelia durante a década de 1970, que destaca a facilidade da obtenção dos tipos na correspondência familiar, como atualmente, no *Catálogo de Selos do Brasil*, que sugere: “colecione selos regulares e descubra a filatelia”.²⁸ Por sua função tarifária e decorrente circulação massiva, é bastante proveitosa uma comparação com o dinheiro, a respeito de aspectos simbólicos. Embora moedas e cédulas possam ser comemorativas, tais ocorrências são ocasionais, de maneira que, juntamente com os selos regulares, escapam à lógica do jubileu. São espaços de exposição de símbolos consagrados, no caso de personalidades históricas, uma espécie de mini-panteão nacional. Outro fator que reforça a analogia é a prática de apelidar tipos de cédulas e moedas, assim como as séries de selos regulares, que revela popularidade e, ao mesmo tempo, certa contraposição humorística à pretensão canônica oficial. Por fim, há casos em que tais selos revelam, além da incorporação de ícones ao panteão nacional, também a sua supressão, caso do tipo de Vargas, eliminado da série denominada “netinha” nas impressões a partir de 1946.

Há outro caso de censura filatélica envolvendo o então ex-presidente, do selo alusivo à Ponte Internacional Brasil-Argentina, “recolhido em função da deposição de Getúlio Vargas”, conforme o *Catálogo de Selos do Brasil*, que data a emissão em 25 de junho de 1946, assim como o catálogo oficial dos Correios, *Brasil em selos*, embora a renúncia tenha ocorrido em outubro do ano anterior. O catálogo afirma que “exemplares usados sobre envelopes circulados até 15/11/1945 são raros”, mas informa uma cotação baixa, o que leva a crer que somente as peças que circularam nos poucos dias entre sua impressão e recolhimento, em 1945, fato atestado pela obliteração dos correios, sejam raras. Em junho de 1946 o restante da emissão recolhida voltaria a circular, o que explica a baixa cotação geral do tipo.²⁹ Outras emissões já haviam utilizado o mesmo padrão de representação nas comemorações de eventos

²⁸ Conforme, respectivamente: Como e o que coleccionar. In: *Filatelia ilustrada*: v. 1 Esporte. Rio de Janeiro: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 1975, s/p; e *Catálogo de selos do Brasil*, op. cit. p. 169.

²⁹ *Ibid.*, p. 34.

envolvendo o Brasil e um segundo país, uma composição com os retratos dos respectivos chefes de Estado: em 1940 Vargas aparece com o presidente Roosevelt, dos EUA, por ocasião do cinquentenário da União Panamericana; em 1941, ao lado do General Carmona, em selo alusivo ao “8º Centenário da Independência e 3º da Restauração de Portugal”, emitido em julho de 1941 e sobre-estampado nas comemorações do 4º e 5º aniversários do Estado Novo.



Lançados no feriado de 7 de setembro de 1947, três selos assinalam a “Presidência do Gal. Eurico Gaspar Dutra”, próximo figurante na galeria filatélica dos presidentes, mantendo a “discutível prática das auto-homenagens filatélicas”³⁰, se bem que em proporções muito mais modestas que os selos de Vargas. Os mesmos selos, variações de cor e valor para um mesmo retrato do personagem, foram reunidos em bloco comemorativo do “3º Aniversário da Redemocratização do Brasil”, emitido, com atraso, em 14 de dezembro de 1948 (a própria legenda da peça esclarece que o marco de referência é o dia 29 de outubro, data da renúncia de Getúlio). O governo predecessor e seu comandante já haviam sido caracterizados como autoritários, de maneira indireta, pela emissão comemorativa da “Promulgação da Constituição de 1946”, estampando uma vez mais a tradicional alegoria da República, que simboliza a retomada do regime republicano interrompido (p. 118 – nº 246). Não há nenhuma alusão em selo a Getúlio Vargas durante o segundo período em que esteve na presidência, de 1951 a 1954, mesmo em registros nos quais sua imagem havia sido utilizada anteriormente, como visitas de chefes-de-Estado, exposições filatélicas e jubileu de emissão imperial. Ainda assim, ele é o presidente que mais apareceu nos selos brasileiros, perdendo apenas para D. Pedro II entre todos os mandatários da nação. O monarca aumenta a vantagem numérica não apenas por ter uma imagem pessoal mais positiva que a de Vargas, mas por seu legado ser associado às comemorações do próprio selo brasileiro, como o tipo alusivo à 2ª Exposição Filatélica Nacional, de 1952, que assinala também o Dia do Selo e o 70º aniversário da emissão do tipo imperial “cabeça grande”. Já o trato para com o legado de Vargas vem sendo bastante ambíguo desde então, e nos selos a situação não é diferente. Além das referências negativas indiretas recém mencionadas, o personagem é suprimido durante algum tempo, a despeito até mesmo da comoção provocada por seu suicídio, ou, talvez, por causa dela mesma.

³⁰ VAZQUEZ, P. Pequena galeria de grandes homens. In: Selos postais do Brasil, op. cit., p. 181.

O retorno de Vargas ao selo se dá em 1958, em emissão na qual os dedos da sua mão espalmada indicam o jubileu do “5º aniversário da Lei da Petrobrás”, primeiro registro comemorativo de uma lei em selo e uma conotação nacionalista da imagem de Getúlio que iria persistir no tempo e reaparecer décadas mais tarde, em jubileu pessoal do ex-presidente. Também não há registros em selo de Café Filho e Nereu Ramos, políticos que concluíram o mandato de Getúlio. Nesse período, em 1955, foi emitido um selo alusivo ao centenário do Marechal Hermes da Fonseca.



41) 3º Aniversário da Redemocratização do Brasil - Presidente Dutra (14/12/1948). 42) 2ª Exposição Filatélica Nacional (16/08/1952). 43) 1º Centenário do Marechal Hermes da Fonseca (12/05/1955). 44) 5º Aniversário da Lei da Petrobrás (06/10/1958). 45) Congresso do Panamá (12/10/1956). 46) Aniversário do Presidente Juscelino Kubitschek (12/09/1960).

Juscelino Kubitschek também figurou em selos emitidos durante seu governo, inicialmente como representante brasileiro na reunião dos países americanos no Panamá, em 1956. Em 12 de setembro de 1960 foi emitido um bloco referente ao “aniversário do construtor de Brasília”, registro inédito do aniversário de um personagem vivo que escapa ao imperativo do jubileu. A composição se vale da série de selos emitida em 21 de abril para comemorar a inauguração da nova capital, que exibia nos tipos alguns dos seus símbolos arquitetônicos: no centro, reprodução na íntegra de um deles, que retrata o plano piloto projetado por Lúcio Costa, tendo ao redor apenas os ícones arquitetônicos retratados nos outros selos. De Juscelino, apenas a assinatura, em arranjo que faz da nova capital seu legado.

Durante o mandato de JK, em 1958, foram aprovadas as “Instruções para a elaboração do Programa Anual de Selos Comemorativos”, que dispunha sobre o funcionamento da Comissão Filatélica do DCT, instituída em 1946, e que passava a contar com representantes dos ministérios de Viação e Obras Públicas, Educação e Cultura, e Relações Exteriores. O regulamento determina que o programa das emissões a sair em determinado ano seja concluído até 15 de dezembro do ano anterior e, então, “submetido imediatamente à consideração ministerial”. Há instruções específicas para as emissões personalistas, indício da importância filatélica e ideológica do tema, nas quais “tanto quanto possível deverá ser evitada homenagem a pessoa viva, excetuados os Chefes de Estado”, o que justifica a homenagem a Juscelino e indica a importância da morte para a constituição dos heróis.³¹ Nas recomendações sobre motivos adequados aos selos, constam as “visitas de chefes de Estado”, registro inaugurado no início da República que representava, inicialmente, os retratos de anfitrião e visitante, além de signos alusivos a seus países, configuração substituída ocasionalmente por bandeiras e mapas até que o retrato do visitante tornou-se a forma preferencial durante o período de maior abundância desse tipo de emissão, entre 1943 e 1970.

Do próximo governo eleito, seja do presidente que renunciou, Jânio Quadros, seja do vice João Goulart, empossado a custo e depois deposto por golpe militar, não há registro em selo, talvez porque tenham deixado o cargo antes da ocasião propícia a uma emissão, que certamente não seria permitida pelo regime que os sucede a partir de abril de 1964.



Adentramos a partir de agora o terreno dos selos postais emitidos durante a Ditadura Militar, principiando pelo conjunto de emissões regulares denominado Antigos Presidentes da República, que substitui a série Bisneta, em circulação desde 1954 e que recebera alguns novos desenhos em 1963, dentre eles um retrato de D. Pedro II. A nova série é composta por tipos de Arthur Bernardes e Campos Salles, emitidos em 1967, e de Wenceslau Braz e Washington Luiz, emitidos em 1968. Se durante o governo Vargas foram obliterados fatos e personagens da república que sua revolução quis obscurecer, reabilitando símbolos coloniais e

³¹ BRASIL. Decreto federal nº 44.745, de 24 de outubro de 1958. Aprova instruções para elaboração de programa anual de emissão de selos comemorativos. Diário Oficial da União (DOFC PUB 27/10/1958 023068 1), a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon/> (último acesso em 20/05/2006). A Comissão Filatélica fora instituída pela Portaria nº 905, de 20 de setembro de 1949, do Departamento dos Correios e Telégrafos.

monárquicos³², agora, no âmbito de outra revolução, se trata de obscurecer o Estado Novo e sua memória, reabilitando a república inicial, sem desmerecer o império. A intromissão nessa galeria fica por conta de um paradoxal antigo presidente, saído do cargo recentemente e que posa, como os demais, vestindo um traje civil e não sua farda, Castello Branco. O tipo foi emitido em 18 de julho de 1968, o que indica tratar-se de homenagem póstuma, já que o ex-presidente morrera no ano anterior neste mesmo dia. Ao contrário do que seria de se esperar, os próximos presidentes militares não são incorporados à série, nem mesmo Costa e Silva, que faleceu durante o exercício da presidência, no final de 1969. Outro decreto regulador das emissões de selos, assinado por Castello, impusera a renovação das séries de regulares “de cinco em cinco anos” e, ainda, que “sempre que se fizer precisa a substituição de algum valor, deverá ser também substituída a efígie ou desenho ilustrado do selo”.³³ Tal decisão tem seu aspecto filatélico, já que implica a diversificação imagética da categoria, mas também um sentido de afirmação da imagem do serviço público, ao acabar com a possibilidade de circulação de sobre-taxados, atestado de ingerência que depõe contra uma instituição que procurava modernizar-se.

Outros dois presidentes das primeiras décadas republicanas foram homenageados por esses anos, pelo centenário de nascimento, em selos ilustrados com seus retratos: Epitácio Pessoa, em 1965, e Nilo Peçanha, em 1967. Este último teve a emissão determinada por lei que dispunha sobre as comemorações do jubileu do personagem, através da qual o Governo Federal assumia a iniciativa dos festejos e delegava tarefas para a sua realização: o Ministério da Educação e Cultura foi incumbido de promover “em todo o País, a 2 de outubro de 1967, palestras e conferências sôbre a vida de Nilo Peçanha e o sentido patriótico da obra por êle desenvolvida, cabendo ao Ministério das Relações Exteriores tomar idêntica providência nas representações brasileiras no exterior, onde comportar”; os professores dos estabelecimentos de ensino profissionalizante deveriam proferir “palestras nas quais seja destacado o papel que desempenhou Nilo Peçanha, na implantação, em caráter oficial, do ensino técnico-profissional no Brasil”; o Instituto Nacional do Livro deveria editar obra “contendo os atos governamentais e os discursos parlamentares de Nilo Peçanha”; por fim, o Ministério das Comunicações, através do Departamento dos Correios e Telégrafos, deveria providenciar “a

³² Ver MARSON, I. *Selos comemorativos*, op. cit., p. 83-87.

³³ BRASIL. Decreto nº 58.599, de 13 de junho de 1966. Estabelece normas para confecção e emissões de selos postais e outras fórmulas de franquiamento de correspondência. Diário Oficial da União (DOFC PUB 15/06/1966 006417 3), a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon/> (último acesso em 20/05/2006).

emissão de uma série de selos comemorativos do centenário de nascimento de Nilo Peçanha”³⁴, determinação que foi cumprida parcialmente, já que o DCT acabou lançando um único tipo.

Os presidentes militares retornariam aos selos somente em 29 de março de 1972, em emissão de comemorativo que presta “Homenagem aos Presidentes da Revolução de 64”, na antevéspera do 8º aniversário desta. Tendo a bandeira nacional por fundo, do último para o primeiro plano, são perfilados Castello, Costa e Silva e Médici, evidenciando a seqüência sucessória dos personagens. Embora seja temerário afirmar categoricamente que essa tenha sido a intenção do projeto do selo, considerando-se a sua visualidade, na qual os generais obliteram o termo “ordem” do binômio positivista da bandeira, é possível ler algo como “generais e progresso” ou “a ordem dos generais é progresso”. Restringindo a análise às intenções declaradas no edital, a sucessão de nomes elaborada imagetivamente quer denotar normalidade democrática, embora seja dito que a Revolução “altera as lideranças, mas não sua política”, havendo correspondência entre cada uma das presidências e fases da “formulação realística do Modelo Brasileiro de Desenvolvimento”. O governo Castello Branco, “a fase da salvação nacional”, cuidou da “limpeza do terreno” e iniciou as “reformas estruturais”, enquanto o período Costa e Silva “caracterizou-se pela retomada do processo de desenvolvimento”. O governo Médici é “o consolidador da política de 1964”, apenas “superdimensionando-a”, obtendo “uma das mais altas taxas de desenvolvimento econômico” do mundo e, acima de tudo, a “compatibilização do Desenvolvimento com a Justiça Social”.³⁵ O regime se despersonaliza, assim, em duas frentes: dispõe de uma política unificadora, a despeito de quem ocupe a presidência, e alterna seus mandatários, o que seria signo indelével de democracia. E, como no selo regular de Castello, os presidentes trajam ternos, e não fardas.

Há outra menção a Costa e Silva, na emissão que registra a inauguração de ponte batizada com seu nome, provavelmente por ter sido iniciada em sua gestão ou, ainda, como homenagem póstuma. Na estampa vê-se somente a representação da obra, conhecida popularmente por Rio-Niterói, a alusão ao ex-presidente fica por conta da legenda. Também não há registro que não o da nomenclatura no edital assinado pelo Ministro dos Transportes, que descreve as características da ponte e enfatiza sua importância estratégica, constatada já

³⁴ BRASIL. Lei nº 5.321, de 29 de setembro de 1967. Dispõe sobre as comemorações do centenário de Nilo Peçanha, e dá outras providências. Diário Oficial da União (DOFC PUB 02/10/1967 009975 3), a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon> (último acesso em 20/05/2006).

³⁵ CARNEIRO, Glauco. O 8º Aniversário da Revolução de 1964: Edital do selo comemorativo nº 765, lançado em 29/03/1972. *Brasil em selos*, op. cit.

nos tempos do Império, mas só realizada por “uma Revolução, sensível aos anseios de integração da nação brasileira”.³⁶



47) 1º Centenário de Epitácio Pessoa (23/05/1965). 48) 1º Centenário do Nascimento de Nilo Peçanha (02/10/1967). Da Série Vultos Célebres - Novos Desenhos (1963-66). 49) D. Pedro II. Série Antigos Presidentes do Brasil (1967-68); 50) Arthur Bernardes; 51) Campos Salles; 52) Wenceslau Braz; 53) Washington Luiz; 54) Castello Branco. 55) Homenagem aos Presidentes da Revolução (29/03/1972). 56) Inauguração da Ponte Presidente Costa e Silva - Rio-Niterói (11/03/1974). 57) 1º Aniversário da Revolução Democrática (15/04/1965). 58) Março - 10 Anos Construindo o Brasil (31/03/1974).

O comedimento quanto à representação dos presidentes militares é tomado como “o mérito da modéstia no que diz respeito à divulgação de retratos por meio de selo”. Ainda segundo Pedro Vasquez, importava “ênfatizar a realização daquilo que os militares denominavam de ‘Revolução’, em vez de se incentivar o culto à personalidade dos diferentes presidentes do regime. Pretendia-se assim reforçar a idéia, o programa de governo gerador do Milagre Brasileiro e não os artífices, que, em obediência à própria disciplina militar, deveriam servir a um ideal maior do que a ambições pessoais”.³⁷ Tal prática pode ser compreendida a partir das categorias de ditaduras latino-americanas estabelecidas por Miguel Rojas-Mix: “la dictadura positivista, la bananera y la militar del occidentalismo integrista”. Os dois primeiros tipos, em especial o segundo, são caracterizados pela “mitificación de la persona del dictador”, que trata o país como uma herdade, reunindo em sua pessoa, a um só tempo, os atributos de patrão e patriarca. Essas ditaduras desenvolveram-se em países com alto grau de desorganização da política institucional, nos quais o exército seria mais um corpo de polícia ligado ao “hombre fuerte”. Nas ditaduras militares, o exército é uma corporação profissional,

³⁶ ANDREAZZA, Mario David (Ministro dos Transportes). Inauguração da Ponte Presidente Costa e Silva – Rio-Niterói: Edital do selo comemorativo nº 869, lançado em 11/03/1974. Ibid.

³⁷ VASQUEZ, P. Pequena galeria dos grandes homens. *Selos postais do Brasil*, op. cit., p. 187-188.

e é ele quem está no poder: “el dictador es el ejército y no um indivíduo. (...) la persona del dictador puede cambiar, como es el caso de Brasil, donde se ha calificado de ‘dictadura sin dictador’ al régimen militar nacido en septiembre de 1968”. Os Estados ditatoriais delas resultantes, na ausência do apelo do chefe caudilho, apóiam-se em construtos ideológicos mais elaborados, tendo por base os valores capitalistas do ocidente cristão.³⁸ Essa tipologia é sustentada pela comparação entre os selos brasileiros que comemoram os aniversários dos regimes varguista e militar, as primeiras recorrendo, na maioria dos casos, a retratos do líder, enquanto as segundas utilizam outros símbolos.

O “1º Aniversário da Revolução Democrática” é comemorado no selo lançado em 15 de abril de 1965, habitual descompasso dos Correios entre a data comemorada e a respectiva emissão, mas que contorna o problema do estabelecimento cronológico deste evento, no 31 de março ou no temerário 1º de abril. Maria José de Rezende, em seu estudo sobre as estratégias de legitimidade da Ditadura Militar, pergunta-se por que razão o regime assentava tal pretensão em um suposto ideário de democracia. Em seus primeiros anos “a ditadura inventava um ideário de democracia pautado no processo de sedimentação de um sistema de idéias e valores em que a questão da segurança nacional, da ordem, da preservação da família, do saneamento moral, etc. sobrepunha-se em absoluto às questões relativas aos direitos políticos e individuais, dentre outros. A idéia de direito, nos moldes desenvolvidos historicamente, estava completamente ausente”. Segundo a autora, essa concepção de democracia, fundada em valores tais como “associação de liberdade e autoridade, ordem e disciplina, combate ao comunismo, defesa da família, da propriedade e da empresa privada, dentre outros”, é indissociável da alegação complementar segundo a qual “somente um setor do grupo de poder, no caso, os militares, teriam condições de resguardar e desenvolver esses valores que seriam o próprio fundamento, segundo eles, do movimento de março de 1964”.³⁹ O selo em questão sintetiza essa concepção de democracia, exibindo uma espada e uma cruz, que remetem à proteção dos valores cristãos como móbile fundamental do movimento, ou

³⁸ ROJAS-MIX, Miguel. La dictadura militar en Chile e América Latina. In: GUAZZELLI, Cesar; WASSERMAN, Claudia (org.). Ditaduras militares na América Latina. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004, p. 11-25. Os trechos citados são das páginas 11 e 12.

³⁹ REZENDE, Maria José de. A Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984. Londrina: Ed. UEL, 2001. Os trechos citados são das páginas 36 e 70.

ainda, à aliança entre exército e sociedade, subentendida como cristã, para a salvação nacional.⁴⁰

Na emissão de 1974, o enunciado da legenda é radicalmente diferente, “Março – 10 anos construindo o Brasil”, que faz terra arrasada com os governos anteriores, já que se está construindo, e não reconstruindo, o país, além de afirmar este mês como marco inicial. O edital também não emprega a terminologia “revolução democrática”, preferindo as expressões “movimento de 31 de março” e “movimento revolucionário”. Assinado pela ECT – que “associa-se, com este selo, às comemorações deste evento de extraordinária transcendência histórica” – o texto afirma que os governos do regime, incluindo agora o do presidente Geisel, “se filiam” ao movimento, reafirmando uma relação de subordinação aos ideais do movimento, já expressada no selo de 1972, que homenageava os “presidentes da Revolução”. Na estampa são utilizadas as cores da bandeira nacional e setas que apontam para um ponto de convergência, formando uma figura que lembra o cata-vento, símbolo empregado nas comemorações da semana da pátria, também utilizado em selo.

A questão da distinção entre ditaduras é posta pela própria política de propaganda do regime, que declara ter por referência antagônica as diretrizes e práticas do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), de Vargas. Segundo Carlos Fico, o conflituoso lugar da propaganda no regime militar é perceptível na criação e condução de uma agência oficial correspondente.⁴¹ Havia os que “julgavam indispensável cuidar da imagem do governo” e aqueles que viam nisso uma característica daquilo que se tentava dirimir, um regime de exceção: “fazer propaganda política chamaria ainda mais a atenção de todos para o fato de o país viver sob uma ditadura”. Castello Branco teria barrado a criação da agência porque era “udenista”, e estes, “quando pensavam em propaganda oficial, lembravam logo do DIP de Getúlio, o que lhes provocava até arrepios”.⁴² O autor chama a atenção para nuances de geração e partidárias como fatores explicativos dessa falta de consenso, ao contrário do que

⁴⁰ Alguns aspectos discutidos neste capítulo da dissertação foram expostos no encontro regional da ANPUH-RS (SOUZA, Hélder Cyrelli de. Invenção e tradição: chefes-de-Estado nos selos postais da Ditadura Militar brasileira. In: *Encontro Estadual de História* (7: Pelotas: 2004). História, memória e testemunho. Porto Alegre: ANPUH/RN 2004 [cd-rom]). Na ocasião, alguém da platéia divisoou nesses objetos signos que remetem à morte e, por extensão, à violência inerente ao Regime Militar. A princípio, essa não parece ser uma significação pretendida, com a qual a ditadura assumisse pública e oficialmente a aniquilação do seu “inimigo interno”. Por outro lado, o episódio talvez exemplifique como a coerção física tornou-se a característica preferencialmente evocada pela posteridade quando se trata do Regime Militar.

⁴¹ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

⁴² Depoimento de José Maria de Toledo Camargo, diretor da agência no período 1976-78. *O Estado de São Paulo*, 16 de outubro de 1977 (Apud. Ibid., p. 89).

disseminava a própria propaganda que, como vimos, apresenta a revolução ou o movimento como um todo coeso, que a tudo subordina. A Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp) foi finalmente criada, em janeiro de 1968, e sua denominação era um eufemismo, já que se tratava, efetivamente, de propaganda, um artifício através do qual se tentava dissimular o caráter da intervenção na vida pública brasileira, assim como o “rodízio dos generais-presidentes” e a “preocupação formal com a legislação”, outros “traços dessa tentativa dos militares brasileiros de não se caracterizarem como ditadores típicos”.⁴³ As diferenças entre Aerp e DIP são atribuídas, por Fico, a aspectos técnicos que influenciam as diretrizes ideológicas, de modo que a orientação contrária à personificação fundamentou-se na projeção de que a televisão dificultaria a credibilidade desse tipo de mensagem. A própria condição de assessoria impunha limitações a Aerp, que não gozava do status e das prerrogativas de um serviço nacional como o de informação (SNI), por conta do desconforto causado pela criação do órgão, visto como um mal necessário e que tinha por tarefa elementar fazer com que a propaganda política tal não parecesse. Néelson Garcia também aponta a hesitação inicial do regime na “organização de campanhas sistemáticas”, a despeito de alguns assessores que “insistiam em sugerir a criação de um órgão para cuidar da imagem do governo”, assim como se refere à oposição de Castelo Branco, “preocupado que uma iniciativa desse tipo pudesse lembrar o combatido DIP dos tempos de Getúlio Vargas e dar margem a que o governo passasse a ser acusado de ditatorial”.⁴⁴

Agora temos subsídios que permitem situar melhor os selos que estampam os generais militares. Pode parecer contraditória a inclusão do tipo alusivo a Castello na série “Antigos presidentes da república”, mas tais emissões antecedem a criação da Aerp e sua orientação de despersonalização. O caminho estava livre para que a imagem do general figure nos selos de acordo com a lógica própria do suporte, o que não ocorre com seu sucessor, Costa e Silva, cujo início de governo assinala a criação da agência. Sem dispor de indícios que estabeleçam um nexos causal, a interferência da Aerp no planejamento das emissões postais da ECT é apenas uma hipótese plausível, mas reforçada por outra passagem de Fico: “É preciso, por certo, distinguir entre a propaganda política vinculada pela Aerp/ARP, que traduzia os interesses por assim dizer genéricos dos governos, e as contas específicas das empresas estatais, que tinham interesses de publicidade comercial. Nesse universo, entretanto, *sempre*

⁴³ Ibid., p. 90.

⁴⁴ GARCIA, Nelson Jahr. Sadismo, sedução e silêncio: propaganda e controle ideológico no Brasil (1964-1980). São Paulo: Ed. Loyola, 1990. p. 61.

houve meios de interação das duas esferas”.⁴⁵ A Comissão Filatélica, instituída em meados do século e composta por funcionários de diferentes pastas ministeriais, e a emissão de selos alusivos a vários dos temas de campanhas da agência de propaganda do governo são outros fatores que dão corpo à possibilidade dessa relação.

Um novo episódio do conflito entre as tendências favoráveis ou não à existência da agência deu-se no início do governo Geisel, que extingue a Aerp por considerar a propaganda “um gasto supérfluo e uma característica dos governos totalitários”.⁴⁶ Mas, já em janeiro de 1976, foi criada a Agência de Relações Públicas (ARP), que “estava a serviço de um chefe que não via com bons olhos o trabalho que, afinal, deveria ser feito”.⁴⁷ A diretriz principal era evitar o ufanismo do período anterior, criticado por muitos, e simplesmente destacar as realizações do governo. Apesar dessas restrições, fato é que em 1978 é emitido selo com retrato do presidente, apresentado em edital como registro de antiga tradição das emissões postais brasileiras e que apresenta particularidades de composição gráfica significativas. O primeiro detalhe a chamar a atenção é a coloração, não apenas pelo fato de o selo ser verde oliva, clara alusão à cor do Exército, mas monocromático, justamente quando selos coloridos eram um dos diferenciais das emissões da ECT em relação às anteriores. Mas há outras características que contribuem para dar ao selo aparência de peça antiga, o tracejado da imagem e a textura da superfície, por uma razão a princípio curiosa: utilizou-se na sua confecção uma técnica de impressão em desuso há quatro ou cinco décadas, o talho-doce.⁴⁸ Geisel é retratado vestindo terno, ele que orientava seu secretário particular a restringir a presença de militares fardados no seu entorno nas aparições públicas.⁴⁹

A emissão alusiva ao sesquicentenário de D. Pedro II, de 1975, também se valera da primitiva técnica de emissão para reproduzir o óleo de Poluceno Pereira da Silva Manuel, em que o imperador foi retratado vestindo o uniforme de gala da Marinha, adornado pela Grã-

⁴⁵ FICO. *Reinventando o otimismo*, op. cit., p. 114. O grifo é meu. O autor grafa as duas siglas, “Aerp” e “ARP”, como aparece na citação.

⁴⁶ *O Estado de São Paulo*, de 1º de junho de 1974. Apud. *Ibid.*, p. 104.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 105.

⁴⁸ Na técnica do talho-doce ou entalhe, os traços são gravadas na superfície de uma placa, cujos sulcos recebem a tinta, após o que a superfície é limpa e polida. O papel, umedecido para se tornar mais maleável, é colocado sobre a placa e submetido a forte pressão sobre os sulcos, de modo a absorver a tinta ali depositada (conforme *Selos do mundo inteiro: 1945-1975*. São Paulo: Ed. Abril, 1977). Para Raymundo Galvão de Queiroz este “é o processo de impressão adorado pelos filatelistas pela precisão de detalhes que oferece”, assim chamado pela utilização de aço macio, chamado *die* (*O que é filatelia*. São Paulo Brasiliense, 1984. p. 47-78).

⁴⁹ GASPARI, E. *A ditadura derrotada*, op. cit., p. 412-413.

Cruz da ordem do Cruzeiro do Sul.⁵⁰ Nos anos seguintes, o monarca volta a figurar em emissões impressas em off-set, comemorativas do Dia do Selo, que registram jubileus de selos dos tempos da imperial Casa da Moeda e Estamparia das Apólices, originalmente impressos em talho-doce.



A única emissão que contempla o derradeiro presidente do regime também faz referência ao passado da linguagem do selo brasileiro. Como vimos, de meados dos anos 40 até fins dos anos 60 há uma concentração de registros de visitas diplomáticas, sendo o chefe de Estado visitante o motivo usual, com variações tais como bandeiras e mapas. A partir da década de 70, a categoria diminui numericamente e passa a ser caracterizada pela bandeira do país visitante, tendo na base duas faixas em verde e amarelo. Uma dentre várias tentativas de criação de séries temáticas de apelo filatélico, visualmente identificáveis, esta não foi além de dois tipos, com as bandeiras de Paraguai (1973) e México (1974), apesar da recomendação como tema de coleção em materiais dos próprios correios, de divulgação da filatelia.⁵¹ A

⁵⁰ LACOMBE, Lourenço Luiz (Diretor do Museu Imperial). Sesquicentenário de nascimento de D. Pedro II: Edital do selo comemorativo nº 946, lançado em 02/12/1975. *Brasil em selos*, op. cit.

⁵¹ Tanto como um sub-tema da História, “Bem-vindos os visitantes” (*Filatelia ilustrada*, Rio de Janeiro: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 1975, v. 4: História, s/p), como um tema propriamente dito, “Chefes de

última emissão da categoria é o bloco em questão, que assinala a visita do rei sueco Carl XVI Gustaf, cujo retrato é acompanhado por brasão e palácio reais e ladeado pelo de Figueiredo, secundado pelas Armas Nacionais e o Palácio do Planalto. Embora impressa na moderna técnica do off-set, a disposição dos elementos remete ao selo inaugural da categoria, emitido em 1920 com os retratos do rei belga e de Epitácio Pessoa. A descrição das realizações do general é eminentemente personalista, e não o vincula a “Revolução” ou ao “Movimento”. Segundo o texto, “o Presidente Figueiredo deu prioridade ao restabelecimento da democracia no país, concedeu anistia plena e geral aos crimes políticos, reformulou a vida partidária, promoveu eleições para a escolha de vereadores, prefeitos, governadores, deputados estaduais e federais e senadores”; seu governo enfrentou a crise energética e implantou “vigorosa reforma agrária”, além de criar “mecanismos de suporte à política social”. A “proffícua troca de visitas oficiais que revelam o clima de entendimento entre Brasil e as outras nações do mundo”, ali apontada⁵², não mereceu mais a distinção filatélica a partir de então.

Dias após a entrada em circulação deste bloco, retorna ao selo personagem marcante das emissões alusivas a chefes-de-Estado, Getúlio Vargas. Seu legado político era um problema para os militares, preocupados com que suas atividades de propaganda fizessem o regime se parecer com o Estado Novo. Um episódio, aparentemente banal, é revelador do obscurecimento da imagem do ex-presidente: ainda em abril de 1964, Castello Branco ordenou a troca do retrato de Vargas que decorava o Palácio do Alvorada pelo do Duque de Caxias.⁵³ No universo do selo postal, o apelo do jubileu centenário é bastante forte, mas não explica por si só a reaparição, controlada por dois atos legislativos que interferem na elaboração do selo, atribuição da comissão filatélica dos Correios desde a aprovação, por decreto federal de 1958, das Instruções para a elaboração do Programa Anual de Selos Comemorativos, responsável pela diminuição de demandas do legislativo e do executivo por emissões comemorativas, bastante comuns até a década de 1950.⁵⁴ Ainda mais raros são os casos em que a intervenção, além da indicação do tema, prescreve o modo da sua

Estado” (Selo, pequena janela para o Brasil e o Mundo: um compêndio paracurricular. Rio de Janeiro: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Ed. Documentário, 1975. p. 119).

⁵² EMBAIXADA DA SUÉCIA / SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Visita do Rei da Suécia Carl XVI Gustav ao Brasil: Edital do bloco comemorativo nº 64, lançado em 02/04/1984. Brasil em selos, op. cit.

⁵³ CONY, Carlos Heitor. O ato e o fato: o som e a fúria das crônicas contra o golpe de 1964. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004, p. 50. A crônica “Um castelo no ar”, saiu no *Correio da Manhã* de 25 de abril de 1964.

⁵⁴ As “Instruções para a elaboração do Programa Anual de Selos Comemorativos” atribuía à Comissão Filatélica a tarefa do “estudo de todos os assuntos e problemas relativos a selos postais e demais fórmulas de franquiamento, selos de beneficência e vinhetas de propaganda, selos, folhas e blocos comemorativos, postais e não postais” (BRASIL. Decreto federal nº 44.745, de 24 de outubro de 1958, op. cit.).

representação. Em 12 de setembro de 1983 o presidente Figueiredo sanciona lei pela qual “o Poder Executivo” se compromete a providenciar uma série de selos “comemorativa do transcurso do centenário de nascimento do ex-Presidente Getúlio Vargas” – embora o fato já tivesse ocorrido em abril daquele ano – dispondo sobre os temas a serem abordados, “a Legislação Trabalhista, a Justiça Eleitoral, os Códigos de Águas e de Minas, a Siderurgia, o reaparelhamento econômico, o Nordeste e o nacionalismo”, além de outros “que vierem a ser julgados convenientes”.⁵⁵ Um fato chama atenção, a quantidade de selos que deveria compor a série é o único ponto da lei vetado pelo presidente, que teria prazo de trinta dias para regulamentá-la, o que só ocorre a 14 de dezembro. O decreto de regulamentação determina a representação dos mesmos temas, sem acréscimos ou supressões, em três peças, embora indique que “os selos integrantes da série especial terão seus valores e características estabelecidos pela ECT”, fazendo referência ao decreto de regulamentação da empresa, que estabelecera que tanto a “caracterização” como a “quantidade de emissões” são atribuições dos Correios.⁵⁶

A emissão saiu no prazo determinado, 19 de abril de 1984, data que assinalava o transcurso de cento e um anos do nascimento de Getúlio. A composição se vale do mesmo recurso gráfico utilizado em 1981, no qual selos distintos correspondem a um quadrante que, juntos, formam a imagem da bandeira nacional. Naquela ocasião, o tema era a proteção ambiental e a bandeira era desprovida da sua coloração original, dando a idéia do desgaste dos recursos naturais. Na série de 1984, não faltam à bandeira suas cores principais, sobre as quais são representados os “fatos relevantes da atuação política de Getúlio Vargas” determinados por lei. Para além do personagem, cujo retrato não é exibido, o que se reconhece ali é um projeto nacionalista, embora a ausência de um dos quadrantes da bandeira, símbolo do nacionalismo, indique a sua incompletude. A homenagem a Vargas, uma aparente contradição, reitera assim uma das principais mensagens da propaganda do regime, o Brasil Potência, tarefa negligenciada pelos governos anteriores e finalmente realizada pelos militares. A faceta trabalhista atribuída a Vargas, presente nesta emissão, é consolidada dois

⁵⁵ Brasil. Decreto nº 89.178, de 14 de dezembro de 1983. Regulamenta a Lei nº 7.122, de 12 de setembro de 1983, que dispõe sobre a emissão de uma série especial de selos, comemorativa do centenário de nascimento de Getúlio Vargas. Diário Oficial da União (DOFC PUB 15/12/1983 021015 1), a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon> (último acesso em 20/05/2006).

⁵⁶ Brasil. Lei nº 7.122, de 12 de setembro de 1983. Dispõe sobre a emissão de uma série especial de selos, comemorativa do centenário de Getúlio Vargas. Diário Oficial da União (DOFC PUB 13/09/1983 015849 1); Brasil. Decreto nº 89.178, de 14 de dezembro de 1983, op. cit.; Brasil. Decreto nº 83.726, de 17 de julho de 1979. Aprova o Estatuto da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT. Diário Oficial da União (DOFC PUB 18/07/1979 010105 1); a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon>, último acesso em 20/05/2006).

anos depois, através de lei que lhe outorga o título de Patrono dos Trabalhadores do Brasil”, com honras e homenagens a serem tributadas no feriado de 1º de maio.⁵⁷



Na seqüência dessa tradição de emissões, selo de 1985 homenageia o “Harmonizador dos Três Poderes”, representados por seus edifícios-sede. O edital descreve Tancredo Neves como “líder carismático, figura paternal e messiânica, em cujas mãos repousava a esperança de melhores dias para a comunidade brasileira”. Para o período que se quer caracterizar como de transição para a democracia, o “conciliador” “representou a encarnação das grandes aspirações nacionais, no limiar de uma nova era política e social, em que a reconstrução da Democracia assumiu o epíteto de Nova República”. Este seria o “legado” transmitido aos brasileiros, cujo “maior depositário”, em virtude de sua morte a 21 de abril daquele ano, antes de assumir o cargo, passara a ser seu vice e sucessor, José Sarney, homenageado em 1990, no final do mandato, descrito no edital da respectiva emissão como “o período de maior liberdade democrática do país e a transição para o pleno Estado de Direito”.⁵⁸

Fernando Collor de Mello foi contemplado indiretamente por emissão de 1991, que assinala sua presença na comitiva em visita oficial à estação brasileira de pesquisa na Antártica. Com seu afastamento da presidência, o vice Itamar Franco assumiu o cargo e foi homenageado em selo emitido ao final do mandato, em 1995, no qual seu retrato é ladeado pela bandeira da Presidência da República, remetendo antes à função do que à personalidade, de acordo com sua “recusa da promoção e do ‘marketing’ político, como que a indicar um desejo de pedagogicamente desmistificar a figura do governante”.⁵⁹ A homenagem a Fernando Henrique Cardoso data do final do segundo mandato, em selo que combina técnica de computação gráfica à fotografia, no qual ele posa em frente ao Palácio Alvorada, portando a faixa presidencial, signos alusivos ao cargo.

⁵⁷ BRASIL. Lei nº 7470, de 29/04/1986. Outorga ao Presidente Getúlio Vargas o título de 'Patrono dos Trabalhadores do Brasil'. Diário Oficial da União (DOFC PUB 02/05/1986 006293 1), a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon> (último acesso em 20/05/2006).

⁵⁸ Respectivamente: SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Homenagem ao Presidente Tancredo Neves, Harmonizador dos Três Poderes: Edital do selo comemorativo nº 1473, lançado em 10/10/1985. *Brasil em selos*, op. cit.; SECRETARIA PARTICULAR DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Homenagem ao Presidente José Sarney: Edital do selo comemorativo nº 1638, lançado em 08/03/1990. Ibid.

⁵⁹ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Homenagem ao Presidente Itamar Franco: Edital do selo comemorativo nº 1864, lançado em 22/03/1995. Ibid.

Nessa fase, os registros de jubileus de ex-presidentes principiam pela emissão alusiva à morte de Juscelino, de agosto de 1986, tornada possível não apenas pelos dez anos transcorridos, mas, especialmente, pelo referido contexto de “democratização”, já que o ex-presidente tivera “cassado seu mandato e suspensos seus direitos políticos em 1964”, tornando improvável uma homenagem póstuma da parte do governo que o perseguira. Em novembro de 1991 é emitido se-tenant alusivo ao sesquicentenário de Campos Salles e Prudentes de Moraes, membros da mesma geração, “arrastados pela maré republicana que agitava a vida nacional”, como informa o edital.⁶⁰ Em 2001, o presidente Fernando Henrique sanciona decreto do Congresso Nacional determinando a criação de “selo comemorativo do centenário do nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek”⁶¹, uma vez mais relacionado à construção de Brasília, tanto na estampa quanto pela data de lançamento do selo, 21 de abril de 2002, aniversário da cidade, e não 12 de setembro, aniversário de JK.

Também são emitidos três cartões postais, que colocam o ex-presidente ao lado de D. Pedro II como os únicos mandatários representados neste tipo de peça. No mesmo período, o monarca teve sua fisionomia estampada em selo por ocasião do jubileu do Colégio Pedro II, em 1987, e também na homenagem pelo centenário de morte e sesquicentenário da sagração, em bloco comemorativo de 1991 cujo edital lembra, uma vez mais, ter ele “instituído o selo postal”.⁶² Outras duas emissões haviam estampado esta relação entre o imperador e o selo postal. Emitido no Dia do Selo de 1986, bloco comemorativo do 75º Aniversário da Sociedade Filatélica Brasileira reproduz, por sobre retrato do personagem, a emissão “D. Pedro II”, que completava 120 anos de lançamento. Outro bloco, de 1990, celebra o sesquicentenário do primeiro selo do mundo, o penny-black, ali representado juntamente com a efígie da Rainha Vitória e o retrato de sir Howland Hill, seu criador. Ocasião propícia para que sejam lembrados também o olho-de-boi e D. Pedro II, cujas imagens integram a composição, afinal, como justifica o edital, “os primeiros selos postais oficiais, emitidos fora

⁶⁰ GUIDO, Maria Christina; MAGALHÃES, Vânia Soares de (Divisão de Documentação e Pesquisa do Museu da República). 150 Anos do Nascimento de Campos Salles e Prudente de Moraes: Edital dos selos comemorativos nº 1716 e nº 1717, lançados em 14/11/1991. Brasil em selos, op. cit. Se-Tenant é a terminologia filatélica, derivada de expressão francesa traduzível por “lado a lado”, utilizada para designar selos de desenhos, cores ou denominações diferentes, impressos lado a lado na mesma chapa (conforme o glossário de Selos do mundo inteiro: 1945-1975. São Paulo: Ed. Abril, 1977). Por vezes, as estampas são complementares, formando uma imagem quando os selos são mantidos unidos, como no caso.

⁶¹ Brasil. Lei nº 10.330, de 18 de dezembro de 2001. Dispõe sobre a criação de selo comemorativo do centenário do nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek. Diário Oficial da União (DOFC PUB 19/12/2001 000001 2), a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon> (último acesso em 20/05/2006).

⁶² LACOMBE, Lourenço Luiz (Museu Imperial). Sesquicentenário da Sagração e Centenário da Morte de D. Pedro II: Edital do bloco comemorativo nº 87, lançado em 29/11/1991. Brasil em selos, op. cit.

do Reino Unido e válidos também para o porteamento internacional, foram lançados pelo Brasil em 1.º de agosto de 1843, circunstância essa que dá à nação brasileira a honra de ter sido a segunda no mundo a emitir selos postais”.⁶³



68) Tancredo Neves - Harmonizador dos Três Poderes (10/10/1985). 69) Homenagem ao Presidente José Sarney (08/03/1990). 70) Visita do Presidente Collor à Antártica (20/02/1991). 71) Homenagem ao Presidente Itamar Franco (22/03/1995). 72) Homenagem ao Presidente Fernando Henrique Cardoso (20/12/2003). 73) Homenagem ao Presidente Juscelino Kubitschek (21/08/1986). 74-5) 150 Anos do Nascimento de Prudente de Moraes e de Campos Salles. 76) Centenário de Nascimento de Juscelino Kubitschek (21/04/2002). 77) 150 Anos do Selo Postal Inglês – Penny Black (03/05/1990). 78) 150 Anos da Sagração e 1º Centenário da Morte de Pedro II (29/11/1991).

2.2 A HISTÓRIA MILITAR E SEUS HERÓIS

Assim como chefes-de-Estado, personagens e episódios relacionados às forças armadas são bastante comuns nas emissões postais, permitindo que se avance um pouco mais na compreensão da linguagem do selo, regida, em boa medida, pela lógica do jubileu,

⁶³ EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. 150 Anos do Selo Postal Inglês Penny Black – London 90: Edital do bloco comemorativo nº 83, lançado em 03/05/1990. Ibid.

expressão do prestígio de ancianidade⁶⁴, embora, por vezes, essa diretriz seja extrapolada e algumas figuras adquiram relevo a despeito de tal apelo. Através dessa categoria de emissões é possível perceber como uma tradição estabelecida por outros meios, a das comemorações do Exército brasileiro, é transposta para o selo, um suporte material dotado de especificidades.

A história militar no selo brasileiro é marcada pela presença do Duque de Caxias, em várias emissões a partir de 1935, que participam do período final das “batalhas de memória” – conforme expressão de Celso Castro – pelo espólio de herói maior do Exército, disputa na qual sua ascensão implica no declínio de outro personagem, Osório, eles “que podem ser considerados, sem grandes divergências, as duas principais figuras militares do Império brasileiro”.⁶⁵ De fins da década de 1880 até 1920, a maior celebração militar dava-se por ocasião do aniversário da Batalha de Tuiuti, transcorrida em 24 de maio de 1886, festejo no qual Osório figurava de forma associativa, como o principal herói e líder das tropas na ocasião, que “passou à memória como a maior batalha campal travada em terras da América do Sul”.⁶⁶ Em 1901, decreto do presidente Campos Sales criou a medalha do mérito militar, comenda entregue a cada 24 de maio, em cerimônia realizada defronte a estátua equestre de Osório, de Rodolfo Bernardelli, erigida na Praça XV de Novembro, em 1894, no Rio de Janeiro. A festividade do Dia do Exército, denominação empregada pelos jornais à época, ocorria também nas unidades militares espalhadas pelo país. Contrastando com esta celebração anual, Caxias foi homenageado apenas no centenário de nascimento, em 1903, até que vinte anos após o jubileu a criação de uma celebração permanente foi proposta por membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição que mantinha entre suas relíquias, alguns objetos do herói, sócio-honorário da instituição desde 1847. A idéia agradou o ministro do Exército, que determinou a sua realização anual a 25 de agosto, aniversário do homenageado. Em 1925, a festividade foi convertida no Dia do Soldado, mesmo ano em que Caxias foi escolhido patrono da turma de oficiais da Escola Militar, prática até então inexistente e que teve por referência a tradição comemorativa transmitida pelos oficiais da Missão Militar Francesa que chegara ao Brasil em 1920.⁶⁷

⁶⁴ A expressão “prestígio de ancianidade” é empregada por Manoel Bonfim ao criticar atitude da intelectualidade européia em menosprezar a América Latina, manifestada, dentre outras maneiras, na ignorância e desprezo para com as “lendas” americanas, desprovidas do tal prestígio face às “mitologias” européias. In: *A América latina: males de origem*. Rio de Janeiro: A Noite, s/d [1905]. p. 11 e ss.

⁶⁵ CASTRO, C. *A invenção do Exército brasileiro*, op. cit., p. 14.

⁶⁶ Ibid. p. 15.

⁶⁷ Ibid. p. 15-18. Exceção à informação sobre Caxias ser membro do IHGB, conforme o item “biografia” de <http://www.exercito.gov.br/01Instit/Historia/Patronos/Caxias/index.htm> (último acesso em 20/05/2006).

Para Celso Castro, o sentido da proeminência da figura de Caxias, consolidado com a subsequente conversão em patrono do Exército tem a ver com “a afirmação do valor da legalidade e do afastamento da política, a bem da unidade interna do Exército, despedaçada nos anos 20, por diversas revoltas internas e clivagens políticas”.⁶⁸ Sua imagem, dada a demanda, é definida em termos de legalidade e disciplina, valores aos quais, a partir de 1930, é acrescida a defesa da unidade e integridade da Pátria, por parte de um chefe de autoridade destacada, Getúlio Vargas, que, ao contrário de seus predecessores, prestigia os festejos do Dia do Soldado, em 1931. No início da década de 1930, com a reformulação da Escola Militar, foram criados a Medalha Caxias, dada aos melhores alunos, e os espadins, réplicas em miniatura da espada de Caxias preservada pelo IHGB, que eram portados por cada um dos cadetes durante a permanência na instituição e transmitidas a um calouro na véspera da formatura. Outras medidas foram tomadas durante o decênio, “com o objetivo de consolidar o culto a Caxias”: mudança de nome do Forte do Vigia para Forte Duque de Caxias; edição de um número especial da *Revista Militar Brasileira*, dedicado ao Patrono, inauguração de retratos nas unidades do Exército e distribuição gratuita de uma biografia. Extrapolando o âmbito militar, o Ministério da Educação e Saúde incorpora Caxias à série de conferências sobre vultos nacionais.⁶⁹

Em meados da década de 30, os selos passam a atestar e atualizar a primazia simbólica de Caxias. Na série emitida em 20 de setembro de 1935, alusiva ao “Centenário Farroupilha”, os dois primeiros tipos são versões de cores e valores diferentes de um farroupilha a cavalo, seguidos de um tipo de Bento Gonçalves com o brasão da República Rio-Grandense e outro de Caxias com o brasão imperial. Sua trajetória em selo inicia-se através da vinculação do “Pacificador” ao jubileu de episódio histórico, registro que iria ser repetido em mais duas emissões: em 1944, a “Pacificação do Movimento de 1842” e, em 1945, a “Pacificação do Rio Grande do Sul”.⁷⁰ Parece estranho, à primeira vista, que se comemore não apenas o marco do término do movimento farroupilha, mas também o centenário do seu início, já que se trata de um suporte de memória nacional, que tende a enfatizar a unidade, mas o fato da emissão de

⁶⁸ CASTRO, C. *A invenção do Exército brasileiro*, op. cit, p. 19-20.

⁶⁹ Ibid. p. 22-25.

⁷⁰ A trajetória de Caxias nas hierarquias nobiliárquica e militar é relacionada às suas intervenções, no comando do exército imperial, na coibição de revoltas internas e, posteriormente, conflitos internacionais. As alcunhas “O Pacificador” e “Conselheiro da Paz” advém da sua atuação no plano interno, quando debelou várias revoltas, como a Balaiada, no Maranhão (1838-40), a Revolução Liberal, em São Paulo e Minas Gerais (1842) e a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul (1835-45), das quais as duas últimas tiveram o centenário de seu transcurso lembrado em selo.

Caxias encerrar a série alusiva à “revolução” talvez remeta ao seu controle por parte do Estado. Já a emissão da “pacificação” mostra dois dos chefes militares da contenda se cumprimentando, Caxias e Canabarro, transmitindo a idéia de conciliação entre as partes.



A primeira homenagem estritamente pessoal a um militar em selo é datada de 17 de março de 1938 e assinala o centenário de nascimento de José Vieira Couto de Magalhães, ocorrido em 1º de novembro do ano anterior. Presidente da província do Mato Grosso durante a Guerra do Paraguai, ele comandou vitórias sobre os exércitos paraguaios que lhe valeram o título de brigadeiro referido pelo catálogo. De 1946 há mais dois registros de jubileus pessoais, os centenários do almirante da Marinha imperial Luiz Felipe Saldanha da Gama (emissão de 7 de abril) e do general Antonio Ernesto Gomes Carneiro (selo de 6 de dezembro). Ambos os personagens pereceram combatendo em lados opostos da guerra civil conhecida como Revolução Federalista (1893-95), quando esta extrapolara as fronteiras do Rio Grande do Sul, exemplificando certa tendência à conciliação da memória histórica

nacional. Gomes de Carneiro já fora homenageado, ainda que indiretamente, em emissão de fevereiro de 1944, alusiva ao “Cinqüentenário do Cerco da Lapa - Paraná”, que cita nominalmente alguns dos oficiais legalistas mortos na ocasião, enquanto o então coronel recebe o destaque da representação por imagem, no primeiro episódio dessa história dos heróis militares em selo que assinala o rito de passagem máximo da figura do guerreiro, de definitiva consagração, a morte.⁷¹ Outro almirante, Joaquim Antônio Cordovil Maurity, participante da Guerra da Tríplice Aliança, aparece em selo regular da série conhecida por “netinha”. Também consta desse conjunto, que circulou entre 1941 e 1953, o tipo alusivo ao Conde de Porto Alegre, mais um militar que tomou parte nas principais campanhas do Exército no período imperial, destacando-se no comando das tropas na 2ª Batalha de Tuiuti, durante a Guerra do Paraguai.

No dia 12 de setembro de 1939 entra em circulação selo comemorativo que expressa o vínculo estabelecido entre o Dia do Soldado e Caxias, ali retratado. A discrepância de datas era comum ao tempo do DCT, morosidade indicativa de problemas institucionais, além de um desserviço à memorização da história nacional. Caxias retorna à cena filatélica, por ocasião de seu sesquicentenário, em série de cinco selos emitida a 25 de agosto de 1953. Dois deles estampam, com variações de cor e valor, um retrato muito parecido ao da emissão de 1939, enquanto o terceiro reproduz um vitral em que o Duque fora representado a cavalo, comandando tropas, encimado pela célebre frase que teria proferido em batalha: “sigam-me os que forem brasileiros”. As imagens dos outros tipos são de seu brasão e mausoléu, este um signo que reafirma o peso da morte no processo de tornar herói um militar, mesmo que se comemore o seu nascimento. Em 1949, ano particularmente importante na “consagração definitiva de Caxias”, haviam sido realizados trabalhos de perpetuação da sua memória através de signos relacionados à morte. O prédio do Ministério da Guerra passou a chamar-se Palácio Duque de Caxias e teve a praça homônima à sua frente decorada com estátua equestre do general, transferida do Largo do Machado onde estava desde 1899. Defronte ao prédio, foi erigido um panteão em sua homenagem, no interior do qual localiza-se o mausoléu

⁷¹ Segundo Marc Auge (Heróis. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1994. v. 30: Religião – Rito), todo ato heróico ordena-se em relação ao que ele denomina “parâmetros antropológicos principais”, que seriam três: “a iminência ou a imanência da morte, a necessidade da acção e o arbitrário do sentido”; essa universalidade, tem por limite uma variabilidade, esta sim histórica, na maneira como os heróis lidam com tais parâmetros. A morte teria também um papel fundamental na necessidade da imaginação humana em criar heróis: “Esta imaginação, mesmo quando as suas obras parecem em parte redutíveis às relações de força sociais que elas contribuem para accionar, não cessa de remeter os homens, todo o homem, para a necessidade de medir (não o podendo preencher) o desnível entre a história em curso e a história acabada, entre o pensamento do social e o pensamento da morte” (p. 147-148).

representado no selo, para onde seus restos foram transferidos, vindos do Cemitério do Catumbi.⁷² O apelo da perpetuação através da glorificação fúnebre sobrepõe-se à própria vontade do homenageado, cujo testamento proibia que lhe fossem concedidas honras por parte tanto do Exército quanto do governo, confiando-se aos préstimos de sua irmandade.⁷³ Na série *Vultos Célebres da História do Brasil*, a popular “bisneta”, que circulou entre 1954-64, Caxias e Tamandaré, patronos do Exército e da Marinha, são representados em três variações de cor e valor cada um. A inclusão nesse pequeno panteão filatélico que é a série de regulares, comprova a definitiva consagração em selo, rompendo os limites dos jubileus pessoais ou de eventos relacionados ao personagem, além de circular de forma mais massiva.

Nesse ínterim, em 1945, fora emitido um conjunto de emissões que não registrava fatos já consagrados pela tradição, mas incorporava eventos contemporâneos. Lançados em 8 de maio, cinco selos percê comemoram a vitória dos aliados na 2ª Guerra Mundial, destacando temas como saudade, vitória, paz, cooperação e glória, este último particularmente importante porque representa um soldado anônimo, registro filatélico da nova chave comemorativa decorrente da mudança de padrões entre as guerras de destruição em massa do século XX e as precedentes, com o herói passando do oficial de alta patente, muitas vezes um nobre, para o soldado desconhecido, um entre centenas de milhares de mortos.⁷⁴ Em 18 de julho do mesmo ano é emitida nova série de comemorativos, agora homenageando a Força Expedicionária Brasileira (FEB), evocada pelo emblema da cobra fumando, que apresenta as cores nacionais e seria uma resposta aos cétricos quanto à participação do país no conflito, que diziam ser mais fácil uma cobra fumar do que o Brasil entrar na guerra.⁷⁵ A série ressalta a aliança entre Brasil e Estados Unidos, através da representação das bandeiras de ambos os países – como já fizera o selo “vitória”, da série anterior – e do emblema do 5º Exército americano, ao qual a FEB esteve subordinada na Itália. Alguns anos depois, precisamente em 18 de junho de 1949, é emitido um percê onde pode se distinguir um avião bombardeiro por

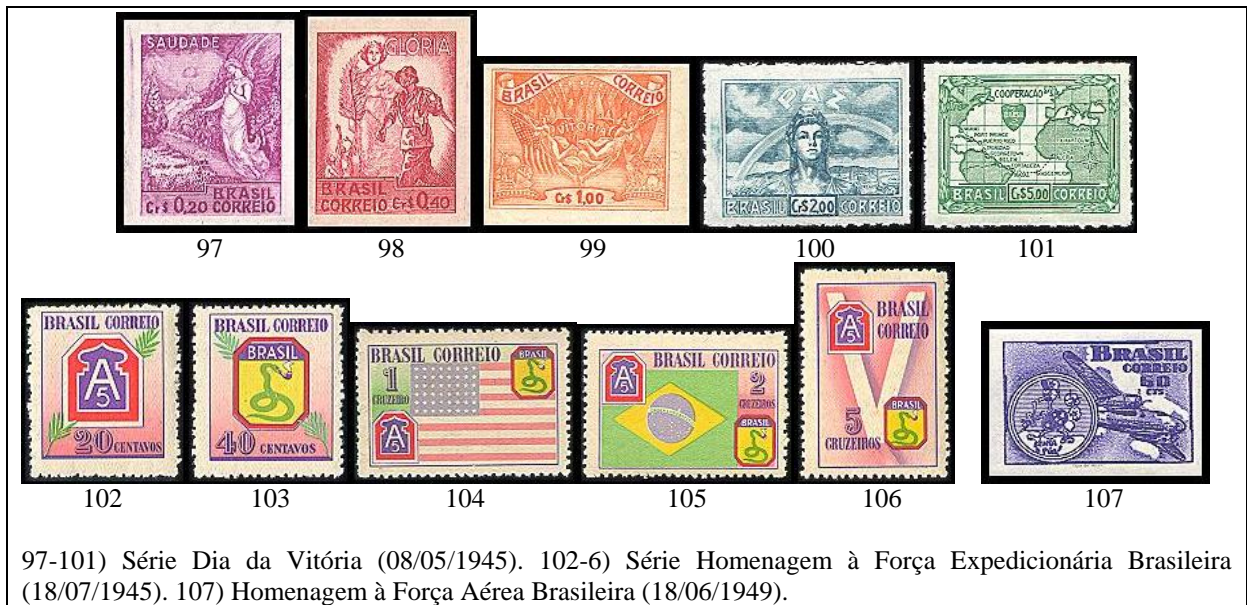
⁷² Conforme CASTRO, C. *A invenção do Exército brasileiro*, op. cit. p. 28.

⁷³ As disposições testamentárias e as fotografias do Panteão por ocasião da cerimônia de traslado dos restos mortais de Caxias estão disponíveis em <http://www.exercito.gov.br/01Instit/Historia/Patronos/Caxias/index.htm>, respectivamente nos itens “cronologia” e “lembranças” (último acesso em 20/05/2006).

⁷⁴ Conforme KOSELLECK, Reinhart. Les monuments aux morts comme fondateurs de l’identité des survivants. *Revue de Métaphysique et de morale*, n. 1, 1998, p. 33-61.

⁷⁵ A explicação é do próprio Exército em <http://www.exercito.gov.br/01/instit/historia/sinopse/cobra.htm> (último acesso em 25/10/2006), endossada pelo sítio do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev/brnaguerra_feb.htm, último acesso em 25/10/2006).

sobre o mapa da Itália, ladeado pelo distintivo do grupamento de aviação de caça brasileiro, o primeiro da recém criada Força Aérea Brasileira (FAB).



Nos anos 50, a maioria das emissões alusivas a militares é de registros de jubileus pessoais. O primeiro caso, dias antes da série alusiva a Caxias, é quase uma intromissão, haja vista a predominância masculina na história política oficial, acentuada na sua faceta militar: o selo emitido em 21 de agosto de 1953, que assinala o centenário da morte, como convém a um guerreiro, de Maria Quitéria de Jesus.⁷⁶ Meses antes da emissão, o ministro da Guerra determinara que, por ocasião do jubileu, o retrato da “Mulher-soldado”, considerada oficialmente a primeira a assentar praça no Exército, fosse inaugurado em todas as unidades militares, processo de oficialização completado em 1996, com sua escolha para Patrona do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro. O considerável lapso de tempo em relação ao estabelecimento dos demais patronatos indica quão recente é a abertura da corporação à presença feminina em suas fileiras e tradições⁷⁷, mesmo assim ambígua, como revela a nomenclatura do patronato, indicativa do sentido dessa aceitação, e também a descrição da ação da personagem: “depois de encerrada a guerra, a heroína recolheu-se ao silêncio do lar”.⁷⁸

Os registros seguintes são de sesquicentenários de oficiais da Marinha imperial. O almirante Barroso, cujo transcurso do jubileu se dera em 25 de setembro, é contemplado por

⁷⁶ Até então haviam sido emitidos apenas dois selos comemorativos alusivos a mulheres, a princesa Isabel, pelo centenário de nascimento, em 1946, e a rainha espanhola Isabel, a Católica, pelo 5º centenário, em 1952.

⁷⁷ Conforme CASTRO, C. *A invenção do Exército brasileiro*, op. cit. p. 30.

⁷⁸ Conforme <http://www.exercito.gov.br/01Instit/Historia/Patronos/mariaqu.htm> (último acesso em 20/05/2006).

dupla emissão de outubro de 1954, que relaciona o personagem ao evento da sua consagração: a primeira reproduz outro quadro de Vitor Meireles, *Combate Naval do Riachuelo* (1872), tendo por legenda frase atribuída ao herói (“o Brasil espera que cada um cumpra seu dever”), enquanto a segunda traz um retrato seu. Tamandaré, patrono da Marinha, além de integrar por estes anos a série *Vultos Célebres da História do Brasil*, também foi agraciado com dois selos comemorativos de 13 de dezembro de 1957. Um deles combina seu retrato à imagem de um navio, já o outro representa apenas uma embarcação, ambas contemporâneas à emissão, dando a idéia de permanência do personagem.⁷⁹

Duas emissões de 1958 fecham o conjunto de peças alusivas a jubileus pessoais de militares emitidas nesta década. Uma delas, de 24 de maio, assinala o sesquicentenário de nascimento do marechal Osório, embora seu aniversário seja no dia 10 do mesmo mês, hiato que, nesse caso, deve ser atribuído não aos atrasos dos Correios, mas à tradicional associação entre o herói e esta data. No plano das comemorações militares, o Marquês do Herval deixava de ser o “maior soldado brasileiro”, personagem central nas comemorações de Tuiuti, destaque que manteve até a década de 1930. No período que compreende as décadas de quarenta e cinquenta, “as comemorações para Osório perderam o destaque que haviam tido até então”, especialmente para além dos limites da corporação, já que seguia sendo comemorado nas unidades militares. O marechal acabou transformado em patrono de uma Arma do Exército em particular, a Cavalaria, “posição subordinada, embora ainda honrosa”⁸⁰, conforme atesta o próprio selo comemorativo, ainda que pautado pelo jubileu. Por fim, o centenário de nascimento do general Lauro Sodré é comemorado, a 15 de novembro de 1958, personagem diferenciado em relação aos demais, já que é representado como um político, vestindo trajes civis e integra uma geração distinta daquela dos heróis militares.

Há dois registros de outra ordem que não jubileus pessoais: selo de 1955, alusivo ao centenário do 1º Batalhão de Engenharia, ilustrado pelo respectivo brasão e retrato do seu comandante na campanha do Paraguai, major Villagran Cabrita, morto em combate e eleito posteriormente Patrono da Arma de Engenharia; emissão de 1957 registra a primeira participação do Exército em tropas da Organização das Nações Unidas, enviadas ao Canal de

⁷⁹ É possível que alguma das embarcações retratadas no selo tenha sido batizada, em algum momento, com o nome do almirante, forma de homenagem comum da Marinha, exemplificada mais adiante.

⁸⁰ CASTRO, C. *A invenção do Exército brasileiro*, op. cit., p. 28-29. A primeira referência a Osório como patrono da Cavalaria seria o livro *Chefes da Cavalaria Brasileira*, de José Pessoa, publicado em 1940. Ibid. p. 83.

Suez em janeiro daquele ano para mediar o conflito entre Egito e Israel, aí permanecendo até julho de 1967.



Em fins da década de 1950 e início da seguinte, são homenageadas algumas instituições militares, o Corpo de Fuzileiros Navais, o Tribunal Superior Militar e o Arsenal de Guerra, cujos sesquicentenários de fundação, ao lado de instituições tais como a Imprensa Oficial e o Jardim Botânico, indicam a relação de sua origem com a instalação da corte portuguesa no país em 1808. Outra emissão retoma o processo de incorporação da participação brasileira na Segunda Guerra à história nacional, com selo comemorativo de 22 de dezembro que assinala o “retorno a Pátria dos restos mortais dos heróis brasileiros da II Guerra Mundial”. A imagem é a do Monumento ao Pracinha, inaugurado em 24 de junho de 1960 no Rio de Janeiro e que comporta mausoléu e túmulo do soldado desconhecido.

Um artifício empregado na busca do prestígio de ancianidade é revelado por dois selos que assinalam o sesquicentenário da Academia Militar das Agulhas Negras, a 23 de abril de 1961, nos quais figuram símbolos criados na reforma concebida para a instituição pelo coronel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, seu diretor entre 1930 e 1934.⁸¹ O militar via a tarefa da salvação da Nação e manutenção da integridade da pátria ameaçada pelos “sérios conflitos internos, motivados por divergência doutrinárias, organizacionais e, principalmente, políticas” que caracterizavam o Exército no contexto da “Revolução de 30”.⁸² A situação só seria sanada, nos termos do coronel, com a criação de “um novo estado psicológico”, através da reeducação da tropa, a partir das futuras gerações de oficiais que, ao contrário de seus mentores, não deveriam envolver-se na política.

Para disciplinar os aspirantes foram tomadas medidas práticas, como a adoção de regulamentos rígidos, e outras simbólicas, as mais importantes e duradouras, centradas na criação do Corpo de Cadetes, em cerimônia realizada no Dia do Soldado de 1931. Para distingui-los dos demais soldados, foi criado uniforme específico, inspirado em trajes militares imperiais e adornado pelo espadim de Caxias, o mais importante elemento de todos para Castro e que pode ser visto no segundo selo. É concebido também um brasão, cuja torre representa a escola, sobreposta a uma estilização do Pico das Agulhas Negras, elemento que não se referia à localização da instituição, então no subúrbio carioca, e sim ao simbolismo decorrente do fato dessa montanha ser considerada, à época, a mais alta do país, e uma espécie de síntese da estrutura geológica nacional. A transferência da instituição para as cercanias do lugar que figura em seu símbolo só se daria em 1944 – realização tardia de outra das reivindicações de José Pessoa, a melhoria das instalações da instituição –, quando adota o nome de Escola Militar de Rezende, modificado para Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 1951.

Aqui reside o artifício: embora haja uma manifesta pretensão de ruptura, a contagem do tempo mantém por origem um passado longínquo, a fundação da antiga Escola Militar do Realengo. Por sua vez, o prestígio de ancianidade advindo dessa operação ajuda a explicar a eficácia da tradição inventada por José Pessoa: “as pessoas que assistem às comemorações da AMAN, incluindo os próprios cadetes e oficiais, provavelmente supõem serem os símbolos

⁸¹ Conforme CASTRO, Celso. Inventando tradições no Exército brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar. *Estudos históricos*, v. 7, n. 14, p. 231-240, 1994.

⁸² *Ibid.*, p. 232.

que vêm muito mais ‘tradicionais’ e antigos do que são na realidade”.⁸³ Outras provas desse sucesso são o busto do próprio José Pessoa, erigido na academia em lugar de destaque, além dos próprios selos em questão, que ao comemorar os 150 anos da instituição, o fazem com símbolos criados trinta anos antes.



O observador de um catálogo de selos constata facilmente a concentração de motivos alusivos à tradição militar a partir de meados da década de 1960. O marco inicial é a emissão de 11 de junho de 1965, referente ao centenário da Batalha Naval de Riachuelo, que reproduz uma estátua do almirante Barroso, também identificado por legenda, procedimento inverso ao das emissões por ocasião do jubileu do almirante, em 1954: se naquela ocasião representou-se o evento, para então comemorar o herói, agora que a data remonta à batalha que o consagra, representa-se o personagem.

A batalha que se torna centenária, Tuiuti, é contemplada por selo, folhinha e envelope de primeiro dia de circulação, lançados em 24 de maio de 1966, sem que nenhuma das peças exiba a imagem ou mencione seu outrora herói maior, Osório. A próxima emissão, de junho de 1966, relembra o centenário da morte de outro herói da Marinha, o comandante Mariz e Barros, ocorrida em 27 de março de 1866 a bordo do Encouraçado Tamandaré. No ano seguinte, a 24 de agosto, é a vez da homenagem ao general Antônio de Sampaio, cuja identificação em legenda, “Herói de Tuiuti”, reafirma uma “mudança importante”, ocorrida na década de 60, que foi o surgimento de um novo homenageado no Dia de Tuiuti, a dividir as glórias da batalha com Osório. Sampaio já era homenageado como Patrono da Infantaria desde 1940, deferência cuja trajetória inicia-se em 1928, com sua escolha para patrono da turma de infantes da Escola Militar, liderada pelo então primeiro-tenente Castello Branco. Seguem-se o patronato desta instituição, em 1936, com a inauguração de quadro e estátua, e a adoção, em 1940, de seu nome para batizar o 1º Regimento de Infantaria, com a criação do respectivo estandarte no qual figuram um leão, símbolo de bravura, e três estrelas vermelhas – presentes também no selo em questão, embora brancas e de contornos azuis – representando os três ferimentos sofridos por ele em Tuiuti e que o levaram a morte no mês seguinte.⁸⁴ No dia 25 de agosto de 1968, entra em circulação selo alusivo ao Patrono da Artilharia, marechal

⁸³ Ibid., p. 239.

⁸⁴ CASTRO, C. *A invenção do Exército brasileiro*, op. cit. p. 29-30.

Emilio Luiz Mallet, Barão de Itapevi, mesma data em que, no ano seguinte o general Tasso Fragoso é homenageado por seu centenário, ele que integrara a junta provisória que substituíra Washington Luís em 1930.

Um primeiro elemento a ser considerado na compreensão desta concentração de emissões é a relação dos eventos e personagens representados com a Guerra da Tríplice Aliança, durante muito tempo o principal lugar comemorativo das Forças Armadas, seu único conflito militar de relevo movido contra um inimigo externo, que estava se consagrando ainda mais naquele momento pelo prestígio de ancianidade advindo do centenário. A importância do conflito para a invenção da tradição militar pode ser mensurada pela instituição do patronato das armas do Exército, que, segundo Celso Castro, recai, na grande maioria, em militares “que haviam se destacado em combates na Guerra do Paraguai, principalmente em Tuiuti”: Sampaio, da infantaria; Osório, da cavalaria, Mallet, da artilharia.⁸⁵ Os selos atualizam o paulatino trabalho de descentralização da figura do marechal Osório, estabelecida a partir da relação entre o personagem e a batalha em questão, que passa a ser conhecida no meio militar como “Batalha dos Patronos”.⁸⁶ Apesar dos concorrentes, “O Legendário” permanece “um símbolo de bravura, dignidade e patriotismo”, como afirma o edital de selo

⁸⁵ Decreto assinado por João Goulart, em 1962, instituiu e/ou homologou “as escolhas já consagradas” de dez patronos do Exército, considerando que “a educação moral e cívica do soldado impõe a veneração dos vultos militares do passado” e que “atendendo a essa imposição, o Exército, suas armas, Serviços e o Magistério Militar, já escolheram e vêm cultuando seus respectivos Patronos, todos êles figuras dignas de maior reverência”. São eles: do Exército Brasileiro o Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias; da Arma de Infantaria, o general Antonio de Sampaio; da Arma de Cavalaria, o Marechal Manoel Luiz Osório, Marquês de Herval; da Arma de Artilharia, o Marechal Emílio Luiz Mallet, Barão de Itapevi; da Arma de Engenharia, o Coronel João Carlos de Vilagran Cabrita; do Serviço de Saúde, o General João Severino da Fonseca; do Serviço de Veterinária, o Tenente-Coronel João Muniz Barreto de Aragão; do Serviço de Intendência, o Marechal Carlos Machado Bitencourt; do Serviço de Assistência Religiosa, o Capitão Capelão Padre Antonio Alvares da Silva (frei Orlando); do Magistério Militar, o General Roberto Trompowsky Leitão de Almeida (BRASIL. Decreto nº 51429, de 13/03/1962. Institui e homologa escolha de patronos do Exército, das Armas, dos serviços e do magistério militar. Diário Oficial da União DOFC PUB 14/03/1962 002893 1). Posteriormente, a legislação federal instituiu mais cinco patronos: da Arma de Comunicações, o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (DEC 51960, de 26/04/1963. Diário Oficial da União DOFC PUB 08/05/1963 004209 2); do Serviço Militar, Olavo Bilac (DEC 58.222, de 19 de abril de 1966. Diário Oficial da União DOFC PUB 20/04/1966 004163 2); do Quadro de Material Bélico, General Carlos Antonio Napion (DEC 59068, de 12/08/1966. Diário Oficial da União DOC PUB 16/08/1966 009344 1); do Quadro Auxiliar de Oficiais, o Tenente Antonio João Ribeiro (DEC 85097, de 29/08/1980. Diário Oficial da União DOFC PUB 01/09/1980 017219 1); do Quadro Complementar de Oficiais, Maria Quitéria de Jesus (DEC 0-003, de 28/06/1996. Diário Oficial da União DOFC PUB 01/07/1996 011858 2); do Quadro de Engenheiros Militares, o Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra (DEC 94445, de 12/06/1987. Diário Oficial da União DOFC PUB 16/06/1987 009272 1); todas as leis consultadas a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon> (último acesso em 20/05/2006). Dos dezesseis patronos atuais do Exército, divididos entre Armas (6), Quadros (4) e Serviços (5), metade deles participou da Guerra da Tríplice Aliança, de acordo com <http://www.exercito.gov.br/01Instit/Historia/Patronos/indice.htm> (último acesso em 20/05/2006), página oficial a partir da qual são exibidas notas biográficas de cada um. Há algumas modificações com relação aos registros da legislação anterior, o Serviço de Intendência é atualmente uma Arma, e o Magistério Militar foi convertido em Serviço.

⁸⁶ CASTRO, C. A invenção do Exército brasileiro, op. cit. p. 30.

lançado em 8 de maio de 1970, alusivo à inauguração do parque histórico que leva seu nome, exibindo, além do retrato e brasão de Osório, a imagem da réplica da casa de seu nascimento, erigida no parque.⁸⁷ Sobre a disputa simbólica com o “Pacificador”, Celso Castro conclui que:

O fato de ter “perdido” a disputa de patrono para Caxias não quer dizer de modo algum que Osório seja desprezado pelo Exército (...) ele foi sendo hierarquicamente “ultrapassado” por Caxias, em relação a quem passou a ocupar uma posição subalterna. Mesmo assim, Osório permanece sendo objeto de veneração pelo Exército em geral e pela Cavalaria, em particular. Em Tramandaí (RS) foi criado em 1969 o Parque Histórico Marechal Manuel Luís Osório, mantido sob a guarda e responsabilidade do 3º Regimento de Cavalaria de Guardas, oficialmente conhecido desde 1933 como Regimento Osório.⁸⁸

Uma segunda característica agrupa parte dessas emissões, a data de lançamento a 25 de agosto ou na véspera, de maneira que as homenagens a esses militares, no âmbito do Dia do Soldado, acabam por reportar a Caxias, que teve o aniversário transformado em efeméride cívico-militar. Esse critério organizador abrange mais uma emissão, de 1970, que homenageia uma figura estranha a uma galeria de militares, Pandiá Calógeras, cujo centenário, ocorrido em 19 de julho, é comemorado no 25 de agosto, transposição idêntica à do selo do general Fragoso. A homenagem justifica-se por ele ter sido Ministro da Guerra no governo Epitácio Pessoa, único civil a ocupar o cargo, mas que se revelou, segundo o edital, “o mais militar de todos os ministros daquela pasta”.⁸⁹ Desse mesmo período, além das homenagens ao almirante Barroso e ao comandante Mariz e Barros, há outras emissões alusivas a força naval, uma deles comemorativa da Semana da Marinha (1967), três do Dia do Marinheiro (1969, 1970 e 1971) e mais duas simplesmente “homenagens” a Marinha do Brasil, nenhuma das quais representa ou cita em legenda algum personagem ou evento histórico. As estampas apresentam motivos que interessam ao colecionismo temático, navios de guerra e vestimentas (os uniformes para marinheiro, de 1840, e para fuzileiro naval, de 1808⁹⁰), além de uma composição reunindo âncora, marinheiro e navios. Mas todos eles entram em circulação em

⁸⁷ ROCHA, José Carlos Teixeira (Diretor do D. S. P.). Marechal Manoel Luís Osório – Marquês de Herval: Edital do selo comemorativo nº 713, lançado em 08/05/1970. *Brasil em selos*, op. cit.

⁸⁸ CASTRO, C. *A invenção do Exército brasileiro*, op. cit., p. 31.

⁸⁹ ROCHA, José Carlos Teixeira (Diretor do D. S. P.). Pandiá Calógeras: Edital do selo comemorativo nº 723, lançado em 25/08/1970. *Brasil em selos*, op. cit. Não fosse a transposição de datas, a inclusão do selo nesse conjunto passaria despercebida, já que a legenda resume-se ao nome do personagem, não anunciando, sequer, o jubileu, deduzido a partir da biografia no edital. Além disso, o personagem veste terno, contrastando com os trajes militares vistos nos demais selos.

⁹⁰ MARINHA DO BRASIL (?). Homenagem à Marinha do Brasil: Edital dos selos comemorativos nº 998 e 999, lançados em 13/12/1976. *Ibid.*

data próxima a 13 de dezembro ou nela mesma, neste que é o aniversário do Almirante Tamandaré, o patrono da Marinha de Guerra do Brasil.



Mas deve-se buscar além das coincidências cronológicas o sentido das comemorações em selo, atentando para a confusão entre cronologia e efemérides, que mistura os episódios no

tempo e no espaço, como alerta Izabel Marson.⁹¹ Não é razoável atribuir à casualidade o fato de que tais selos são contemporâneos às três únicas emissões brasileiras referentes à obrigatoriedade do serviço militar e a outras emissões de cunho militarista, e, também, o fato de todas elas terem sido lançadas em período caracterizado pela militarização da política institucional e da sociedade. Das emissões alusivas ao serviço militar, a primeira delas, em selo e bloco comemorativos de setembro de 1966, que estampam o emblema do Exército, assinala a “Nova Lei do Serviço Militar”, regulamentada em janeiro daquele ano, mas decretada ainda em agosto de 1964, meses após o golpe de Estado.

Tipo de 16 de dezembro de 1967 comemora o Dia do Reservista, tendo em sua composição, além das cores da bandeira brasileira, veículos militares de cada uma das armas e, em destaque, o retrato de Olavo Bilac. O poeta parece mais à vontade em selo emitido duas décadas depois, em comemoração ao centenário de seu livro de estréia, *Poesias*, cujo edital lista aspectos que fizeram dele figura certa no cânone da literatura nacional: “príncipe dos poetas brasileiros”, “verdadeiro poeta da raça”, membro fundador da Academia Brasileira de Letras, autor do Hino a Bandeira e, por fim, Patrono do Serviço Militar, característica que explica a sua presença na emissão anterior. Bilac foi escolhido para o papel, sendo a data de seu aniversário convertida em Dia do Reservista, pelo empenho, à frente da Liga de Defesa Nacional, na condução da “campanha cívica” em prol do alistamento militar obrigatório, motivada pela Primeira Guerra Mundial.⁹² Dois anos antes, quando do centenário de seu nascimento, o poeta não merecera emissão comemorativa, mas é provável que a publicidade em torno do jubileu pessoal esteja relacionada à própria instituição do patronato, decretada em 1966 por Castello Branco. As considerações preliminares da lei mencionam a campanha nacional em favor da adoção do serviço militar obrigatório realizada pelo poeta nos anos de 1916-17, que fazem dele seu “grande propugnador”. Seus poemas, discursos e a letra do Hino a Bandeira são elogiados como “o catecismo cívico da juventude brasileira”, sentimento este, o “dever cívico”, que “se inspira nos momentos em que a Pátria tem a oportunidade de rememorar os seus vultos maiores, buscando em suas atitudes exemplos para as novas

⁹¹ MARSON, I. *Selos comemorativos*, op. cit., p. 83.

⁹² KNYCHALA, Catarina Helena (Assessora do Diretor do Instituto Nacional do Livro). Dia do Livro – Série Literatura Brasileira - Centenário de ‘Poesias’ de Olavo Billac: Edital do selo comemorativo nº 1579, lançado em 28/10/1988. *Brasil em selos*, op. cit.

gerações”.⁹³ A efeméride do Dia do Reservista é assinalada uma vez mais no ano seguinte, na composição em que predomina a cor militar por excelência, o verde, e na qual se vê o monumento aos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira e o escudo do Exército, este último localizado por sobre a imagem do mapa do Brasil, identificando assim a coletividade à corporação. A propósito, em maio de 1965 o presidente Castello Branco instituiu o Dia Nacional do ex-Combatente, a ser comemorado no primeiro domingo do mês de maio.⁹⁴

A utilização de signos alusivos ao Exército sobrepostos a um dos principais símbolos da nacionalidade, o mapa do país, pode ser observada em outras emissões militaristas do período, como no selo comemorativo da Semana do Exército, lançado no dia 25 de agosto de 1971, Dia do Soldado. O personagem retratado em primeiro plano, por sobre o mapa do Brasil na cor verde, é Caxias, cujo aniversário é o referente originário da citada efeméride. A imagem do militar, “naquela pose nobre que os livros escolares divulgam e enaltecem”⁹⁵, significa, por metonímia, o Exército, derivação possível graças a uma tradição reinventada há décadas, por intermédio dos mais variados meios. É essa a representação do general que se sobrepõe ao mapa do Brasil, símbolo importante e recorrente cujo desenho “está inscrito na consciência coletiva, é facilmente reconhecido pela ampla maioria das pessoas como indicativo da nação, do povo, do governo”.⁹⁶ O edital do selo dá algumas indicações do sentido desta sobreposição:

A Semana do Exército foi instituída para homenagear aqueles que, sob as armas, dedicam-se ao serviço da Pátria com integral devotamento. Representa o reconhecimento de uma Nação à sua Fôrça Terrestre, historicamente ligada à defesa dos interesses nacionais e identificada com os anseios populares.

O Exército é a mais democrática das instituições brasileiras. Tendo suas raízes no âmago da nacionalidade, nêle estão representadas, sem quaisquer discriminação, tôdas as camadas sociais, em posições unicamente dependentes do mérito pessoal.

Como amostra viva do povo brasileiro, tem características que coincidem com as que definem o caráter nacional. É o que se depreende do exame de sua ação ao longo da história pátria. Intransigente na defesa dos verdadeiros valores da nacionalidade, altivo e bravo diante do inimigo, estóico e tenaz face à adversidade, é também magnânimo na vitória e tolerante com os vencidos.

⁹³ BRASIL. Decreto nº 58.222 de 19 de abril de 1966. Institui Olavo Bilac como Patrono do Serviço Militar. Diário Oficial da União (DOFC PUB 20/04/1966 004163 2), a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon> (último acesso em 20/05/2006).

⁹⁴ BRASIL. Lei nº 4.623, de 06 de maio de 1965. Institui o “Dia Nacional do ex-Combatente”. Diário Oficial da União (DOFC PUB 07/05/1965 004425 1), a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon> (último acesso em 20/05/2006).

⁹⁵ Observação de Carlos Heitor Cony por ocasião da substituição do retrato de Vargas que decorava o Palácio do Alvorada pelo de Caxias, a mando de Castello Branco. In: *O ato e o fato*, loc. cit.

⁹⁶ CERRI, Luis Fernando. Espaço e Nação na propaganda política do “Milagre Econômico”. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa: UEPG, v. 5, n. 2, p. 117, 2000.

Com tais características, jamais se constituiu e nem se constituirá em instrumento de opressão de outros povos ou de parcelas do povo brasileiro. Inspira-lhe, antes de tudo, o sentimento de pacificação com honra e dignidade, e nunca o de retaliação e vingança. E não é por acaso que o mais destacado de seus soldados leva o título honroso de "O Pacificador". Luiz Alves de Lima e Silva encarna, na mais admirável das sínteses, as virtudes do Soldado Brasileiro. Nessa síntese ressalta sua fidelidade à unidade nacional, mantida com base na compreensão, tolerância e respeito mútuos que devem prevalecer entre os membros de uma mesma grande família que todos nós, brasileiros, constituímos.

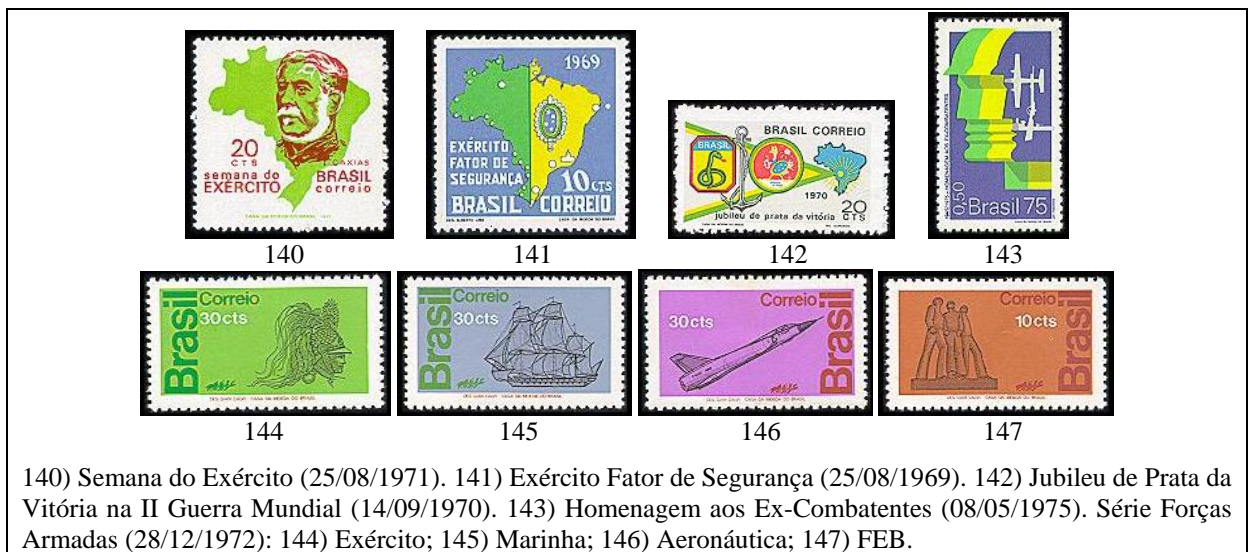
Patrono do Exército por seus inigualáveis méritos militares, o Duque de Caxias não é menos por suas excelsas qualidades de cidadão. E nisso reflete a vocação do soldado brasileiro para ser, simultaneamente, o militar convicto de sua missão, e o cidadão côncio de suas responsabilidades.⁹⁷

O texto não apresenta informações sobre o estabelecimento daquilo que se comemora, reificando eventos e personagens como é de praxe nos objetos comemorativos, dando a impressão de que a Semana do Exército existe desde e para todo o sempre. O texto atribui legitimidade histórica às atividades da instituição, ligada aos interesses nacionais e populares porque constituída democraticamente por todas as camadas da população. Como decorrência, toda e qualquer ação do Exército é legítima por definição, mas, como se esta verdade suprema não bastasse, a instituição ainda oferece magnanimidade para os seus ou, melhor dizendo, “nossos” inimigos. Ao aplicar essa “constante histórica” à contemporaneidade da sua enunciação, percebe-se a formulação da Ideologia de Segurança Nacional que estrangeiriza o “inimigo interno”, cujo ideário é avesso ao caráter ou à índole do povo brasileiro. Há ainda a alegada tolerância para com “os vencidos” em contraponto às práticas adotadas para com esse mesmo “inimigo interno”, então em seu período mais violento.⁹⁸ Na caracterização do herói militar como cidadão modelo, podem ser reconhecidos ecos daquele esforço da propaganda em minimizar a caracterização militar dos generais presidentes e a personalização do regime. É possível, ainda, que essa ênfase na imagem do soldado cidadão pretenda que os termos sejam intercambiáveis, de modo que todo cidadão tenha consciência da sua “vocação” para

⁹⁷ ROCHA, José Carlos Teixeira (Diretor do D. S. P.). Semana do Exército: Edital do selo comemorativo n° 743, lançado em 25/08/1971. Brasil em selos, op. cit. (mantida a grafia original).

⁹⁸ Maria Celina D’Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, baseados em dados do grupo *Tortura Nunca Mais* e das autoridades judiciárias, apontam a “concentração da repressão política” em 1964 e entre 1969 e 1973, com os desaparecimentos, mortes e outros abusos intensificados no segundo período (Introdução. Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 28-29). Segundo Jacob Gorender, “a partir de 1971 é que os militares e policiais brasileiros adotaram a norma de extermínio físico dos prisioneiros, o que antes era exceção” (Combate nas trevas. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1999, p. 261). Na terceira campanha do Exército no Araguaia, iniciada em outubro de 1973, a “orientação aplicada pelas Forças Armadas (...) foi a do extermínio físico completo, inclusive dos prisioneiros” (Ibid., p. 237-238). Maria Helena Moreira Alves também aponta o fortalecimento do aparato repressivo entre 1969 e 1973, período em que “as forças de repressão dizimaram as fileiras das organizações clandestinas pelo generalizado uso da tortura” (Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984. p. 160).

soldado, proposição reforçada pelos registros em selo da obrigatoriedade do serviço militar. Mas mesmo entre os militares havia quem utilizasse a imagem de Caxias com outros fins, justamente para criticar a extrapolação que o Exército cometia em relação às suas atribuições históricas: “Se Caxias, por um milagre, voltasse à Terra (...) quando visse o que estão fazendo com o Exército, do qual é patrono, transformando-o em polícia política, com os quartéis convertidos em prisões políticas de civis, ele sofreria um tal impacto que não resistiria e cairia fulminado, preto e duro, no chão.”⁹⁹



O deslocamento de sentido dos selos de cunho militar é explicitado em emissão lançada em 1969, no Dia do Exército, que apresenta a corporação como “fator de segurança”, em sintonia com as formulações da Doutrina de Segurança Nacional. A composição dessa peça utiliza uma vez mais a sobreposição de signos alusivos à nacionalidade e aos militares: por sobre o mapa do país, pintado nas cores da bandeira nacional, vê-se o brasão do Exército e pontos que assinalam seus cinco comandos principais e postos fronteiriços, estabelecendo um sentido de ocupação e resguardo tanto da fronteira em relação ao exterior quanto no próprio interior do ente que é a nação: o inimigo está, potencialmente, em qualquer lugar.¹⁰⁰ Até

⁹⁹ Declaração do general-de-exército Pery Constant Bevilacqua durante julgamento de Vladimir Palmeira, em agosto de 1968. Na ocasião, o general deu “voto vencido” pela concessão de *habeas corpus* ao líder estudantil, sendo demitido do STM meses depois e tendo suas condecorações militares cassadas, ele que apoiara o golpe. Conforme CASTRO, Celso. Os militares e a memória do Regime de 1964. In: *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004, p. 280.

¹⁰⁰ Para Joseph Comblin o conceito de Segurança Nacional, central para a doutrina homônima, era tão vago quanto disseminado, tornando-se “muito operacional desde o momento em que se define o inimigo. A segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem *contra quem*: o comunismo. Sua indefinição é que faz sua eficiência: o comunismo pode aparecer em todos os setores da sociedade; para lutar contra ele é preciso um conceito muito flexível”. Assim, desfaz-se “a distinção entre política externa e

mesmo na comemoração dos 25 anos da vitória na Segunda Guerra – justificada por ser o fato “histórico” e “plenamente enquadrado nas instruções a respeito” da emissão de comemorativos¹⁰¹ – é utilizado outro mapa do país, no qual há um centro irradiador de luz, de onde parte um fecho no qual estão representados dísticos de cada uma das armas, embora não sejam explicitadas relações com o tempo presente, nem na imagem, nem no edital.

A disseminação do militarismo chega a prescindir do nexos comemorativo constitutivo da linguagem do selo. O conjunto de emissões do ano do sesquicentenário da Independência, além de alguns registros comemorativos usuais, estabelece um panorama da vida nacional em nove séries filatélicas, das quais encerra o ano uma intitulada *Forças Armadas*, em que a importância dos militares é evocada não mais apenas em função de sua tradição gloriosa, mas também, e com ênfase, por suas tarefas contemporâneas.

O edital do selo alusivo à Aeronáutica justifica recente compra de aviões de combate, por ser a Força Aérea Brasileira “o instrumento militar do Poder Aéreo Nacional, competindo-lhe executar as ações militares aéreas e especiais necessárias à Segurança Nacional”. A legitimidade da corporação vai mais além: “Colimando os interesses de um povo, cuja inclinação psicológica, legado histórico e aspirações, lhe inspiram o amor à paz como tributo à felicidade, a Força Aérea Brasileira conceituando que, na consecução desses objetivos era necessário preservar o binômio desenvolvimento-segurança, atendeu o chamado do Brasil”. A emissão alusiva à Marinha, embora estampe uma embarcação antiga, discorre, em edital, sobre a necessidade de modernização e ampliação da esquadra, para que essa possa “exercer a função que lhe compete de guardião de nossos mares, reforçando substancialmente nosso poder naval”. Isso porque “o Brasil cresceu e com ele alargou-se a soberania dos seus mares territoriais de 12 para 200 milhas”. O selo alusivo ao Exército, com estampa na qual se vê um Dragão da Independência, resume a estruturação da força a partir da “chegada da Família Real”, em 1808, até a transformação do Ministério da Guerra em Ministério do Exército “após a Revolução de 1964”. No edital da emissão em homenagem à Força Expedicionária Brasileira, o Inspetor Geral da ECT, que fora capitão de cavalaria na FEB,

política interna. O inimigo, o mesmo inimigo, está ao mesmo tempo dentro e fora do país; o problema, portanto, é o mesmo.” In: *A Ideologia da Segurança Nacional: o Poder Militar na América Latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 55-56.

¹⁰¹ ROCHA, José Carlos Teixeira (Diretor do D. S. P.). 25º Ano do Término da Segunda Guerra Mundial – Jubileu da Vitória: Edital do selo comemorativo nº 724, lançado em 14/09/1970. *Brasil em selos*, op. cit.

assinala que os feitos dessa estão “incorporados às nossas mais caras tradições militares”, além de comentar a importância do Serviço Postal da FEB.¹⁰²

Os selos da série ilustram o capítulo homônimo que integra o material editado pelos Correios com diretrizes para o aproveitamento dos selos postais no ensino primário. A introdução ao tema é feita pela questão da obrigatoriedade do serviço militar, com referências à campanha de Olavo Bilac à frente da Liga de Defesa Nacional e à Lei nº 4375, de 17 de agosto de 1964, contemplada em emissão de 1966. O texto adverte que, além da obrigação normal para com o serviço, “todos os brasileiros”, exceção feita aos “definitivamente incapazes” podem ser convocados a qualquer momento “de acordo com os interesses da defesa nacional”, além de estarem sujeitos a “outros encargos necessários à segurança da Pátria”. Nas páginas seguintes, cada uma das forças é descrita em função de seu papel no progresso e integração da nação, que cumprem sem se descuidar de outra tarefa primordial: “ciente de que a mais poderosa arma para manter a Segurança Nacional e a Pátria forte é a consciência da Nação unida, o Exército a implanta em todos os cidadãos deste imenso país”. O texto conta ainda com uma descrição do Monumento aos Pracinhas da FEB, cuja escultura ilustra o selo alusivo aos ex-combatentes.¹⁰³ Eles voltam a ser homenageados passados trinta anos do término da 2ª Guerra, em composição que combina armamentos alusivos às três forças a rostos estilizados de soldados nas cores nacionais. O edital ressalta a importância do conflito e das ações do efetivo brasileiro, homenageando seus participantes mortos e vivos através de “mensagem de confiança, de fidelidade e de responsabilidade”, que é também “uma mensagem para o Brasil”.¹⁰⁴



Durante a década de 1980 se verifica o retorno das emissões de cunho militar aos limites da tradição e da lógica do jubileu, abandonando o militarismo ditado pela Doutrina de Segurança Nacional, embora, por vezes, os conteúdos e a terminologia da propaganda do

¹⁰² Conforme: ARARIPE MACEDO, Joelmir Campos de (Ministro da Aeronáutica). Aeronáutica: Edital do selo comemorativo nº 807, lançado em 28/12/1972; PAIVA MEIRA, Levy Araújo de (Diretor do Serviço de Documentação Geral da Marinha). Marinha: Edital do selo comemorativo 805, lançado em 28/12/1972; MITCHEL, Gilberto de Medeiros (Diretor do Museu do Exército). Exército: Edital do selo comemorativo 806, lançado em 28/12/1972; STOLL, Lauro (Inspetor Geral da ECT). Força Expedicionária Brasileira – FEB: Edital do selo comemorativo 804, lançado em 28/12/1972. *Brasil em selos*, op. cit.

¹⁰³ *Selo, pequena janela para o Brasil e o Mundo*, op. cit., p. 113-118.

¹⁰⁴ Homenagem aos ex-combatentes trinta anos depois: Edital do selo comemorativo nº 923, lançado em 08/05/1975. *Brasil em selos*, op. cit.

regime reapareçam, especialmente nos editais elaborados por militares. Um bom exemplo é a reparação de Caxias em selo de 7 de maio de 1980, deslocado do Dia do Soldado por se tratar do centenário de sua morte. O edital, assinado pelo Ministério do Exército, vê no personagem uma “espada a serviço da independência, da pacificação e da integração nacional”, prestador de “relevantes serviços ao Império”. Personagem determinante na debelação de inúmeras revoltas internas, citadas nominalmente, o “Pacificador esteve a serviço da integração nacional, porque, sobre as cinzas dessas lutas internas, soube fazer preponderar o sentimento da nacionalidade e assegurar a unidade e a indivisibilidade da Nação Brasileira”. No plano externo, em campanhas contra Uruguai e Argentina (1851 e 1852) e Paraguai (1866-69), citadas nominalmente, demonstrou “além de seu extraordinário talento militar, superiormente voltado para a paz entre os povos, sua capacidade de organização, sua magnanimidade, seu espírito de fraternidade, seu senso de justiça, sua visão internacional a serviço do Brasil”. Como político – ministro, deputado, senador, presidente do conselho ministerial – “foi um dos grandes estadistas do Império, um pacificador social, um artífice da unidade nacional, um dos construtores da nacionalidade”. Por fim o texto faz o elogio da austeridade, lembrando ter ele morrido na “modéstia e na simplicidade de seus últimos dias, avesso a honrarias e vaidades, manifestando seu último desejo, de que fosse levado ao túmulo por seis velhos soldados de bom comportamento”.¹⁰⁵ Caxias é agora um precursor tanto da aversão às comemorações personalistas, quanto da campanha da integração nacional.

Outra emissão personalista do período é a homenagem fúnebre, em selo de 1982, ao brigadeiro Eduardo Gomes, integrante da primeira turma de oficiais da aviação militar quando esta ainda era uma Arma do Exército, e ligado ao Correio Aéreo Militar, criado em 1931 e que realizou “uma atividade gloriosa para a integração do Brasil nos anos seguintes”. Após o término da Segunda Guerra, na qual o então coronel comandou a organização das bases aéreas do Norte e Nordeste, “engajou-se ao movimento de redemocratização do País, tendo disputado duas vezes a Presidência da República, como representante da oposição”, nas eleições de 1945 e 1950. O texto elaborado pelo Centro de Relações Públicas da Aeronáutica assinala, então, seu “espírito democrático” após as derrotas eleitorais, quando retoma suas atividades na Força Aérea Brasileira, destacando-se a expansão do Correio Aéreo Nacional. Foi ainda Ministro da Aeronáutica, nos governos Café Filho e Castelo Branco, período em que “a FAB experimentou o maior desenvolvimento de sua história”. Por fim, o texto informa

¹⁰⁵ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Centenário de Falecimento do Duque de Caxias: Edital do selo comemorativo nº 1168, lançado em 07/05/1980. Ibid.

da sua escolha para Patrono do Correio Aéreo Nacional, pelo Congresso Nacional, em 1972, caso raro em que tal distinção memorialística antecipou-se à morte do homenageado.¹⁰⁶ Em 6 de novembro de 1984, através da lei 7.243, Eduardo Gomes é proclamado Patrono da Força Aérea Brasileira.¹⁰⁷

Retornando aos selos do período alusivos a história militar, em 1983 Mascarenhas de Moraes torna-se o primeiro oficial atuante na 2ª Guerra contemplado por emissão pessoal, mais um atestado da incorporação desse evento à tradição comemorativa do Exército em selo. Na estampa, além do retrato do marechal, devidamente condecorado, vê-se um mapa do teatro de operações da FEB na Itália, força que ele organizou e comandou, conforme registra o edital. O texto, assinado pelo presidente da associação dos veteranos expedicionários, descreve a trajetória do homenageado como “um sacerdócio de mais de 65 anos, inteiramente dedicado ao Exército Brasileiro” que “haverá de constituir-se, através dos tempos, em fonte de permanente inspiração para todos os brasileiros”.¹⁰⁸

Por ocasião de jubileus sesquicentenários, retornam a essa tradição de emissões os selos alusivos as “revoltas internas” do período imperial, com a emissão da série “Acontecimentos Históricos” de 1985, cujos tipos foram lançados em datas distintas, uma novidade nos procedimentos dos Correios. O selo alusivo à “Revolta da Cabanagem”, o “mais radical” dentre “todos os movimentos libertários” do período, é ilustrado por um cabano. O texto, assinado pelo Conselho Estadual de Cultura do Governo do Estado do Pará, dá destaque aos revoltosos, que só cederam “após muita luta” e distinguem-se pelo “ideal nacionalista”, que lhes dá lugar de destaque “entre os importantes movimentos populares do País”.¹⁰⁹ A outra emissão da série, comemorativa dos “150 Anos da Revolução Farroupilha”, também dá mais destaque aos revoltosos, a começar pela imagem, um grupo de cavaleiros farroupilhas, procedimento diferente do utilizados por ocasião do centenário do evento, quando foram emitidos selos com os retratos de Bento Gonçalves e de Caxias (p. 66 – n^{os} 79 e 81). O texto do edital inicia justificando a revolução como uma reação aos desmandos do governo central,

¹⁰⁶ CENTRO DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA AERONÁUTICA. Homenagem ao Brigadeiro Eduardo Gomes: Edital do selo comemorativo 1262, lançado em 20/01/1982. Ibid.

¹⁰⁷ BRASIL. Lei nº 7243, de 06/11/1984. Proclama o Marechal-do-ar Alberto Santos Dumont Patrono da Aeronáutica Brasileira, o Marechal-do-ar Eduardo Gomes Patrono da Força Aérea Brasileira, e cria a 'Medalha Eduardo Gomes'. Diário Oficial da União (DOFC PUB 07/11/1984 016289 1), a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon> (último acesso em 20/05/2006).

¹⁰⁸ ALMEIDA, Adhemar Rivermar de (Presidente da Associação dos Veteranos da FEB). Centenário do Nascimento do Marechal João Baptista Mascarenha de Moraes: Edital do selo comemorativo 1360, lançado em 13/11/1983. *Brasil em selos*, op. cit.

¹⁰⁹ CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Sesquicentenário da Revolta da Cabanagem: Edital do selo comemorativo nº 1463, lançado em 14/08/1985. Ibid.

destaca o sucesso militar dos farroupilhas e a proclamação da República Rio-Grandense. Caxias só é mencionado no final do texto, no habitual papel de pacificador, mas que não é impositivo, tudo se resume a assinatura de um tratado de paz, através do qual os revolucionários obtiveram “importantes concessões”, das quais é citada a “anistia geral”.¹¹⁰ A ressaltar, a utilização da terminologia “movimentos populares” para descrever as “revoltas”, e de “anistia” como sendo uma concessão a revolucionários, nesse que é um contexto de transição bastante ambíguo.

Durante a década de 1980 foram emitidos vários selos comemorativos alusivos a instituições e atividades militares, enquadrados na lógica do jubileu quase que em sua totalidade. O primeiro deles refere-se ao cinquentenário do Correio Aéreo Nacional, em 1981, contagem que retrocede ao período em que era designado Correio Aéreo Militar, cuja fundação “iria trazer repercussões profundas na evolução da Aviação Militar e no desenvolvimento do próprio país”. Dentre os “imperativos de ordem nacional” que levaram a sua criação está o fortalecimento dos “laços de integração do país”, estabelecendo ligações aéreas regulares entre a capital e localidades interioranas. A adoção da nomenclatura atual deu-se por ocasião da criação do Ministério da Aeronáutica, em 1941, e desde então o CAN “firmou-se como um dos esteios da unidade nacional e conquistou um lugar de destaque na história do desenvolvimento social e econômico do Brasil”, tendo por guia e inspirador a “figura ímpar” do Brigadeiro Eduardo Gomes, “o maior responsável pela criação do serviço e que, pessoalmente, o dirigiu durante mais de vinte anos”, mérito reconhecido pela sua adoção como patrono do órgão em 1972.¹¹¹ O autor deste edital, tenente-brigadeiro Nelson Freire Lavenère-Wanderley, seria proclamado patrono do CAN em 1986, dois anos depois do brigadeiro ter passado a Patrono da Força Aérea Brasileira.

Os selos seguintes, emitidos também em 1981, comemoram o cinquentenário do Instituto Militar de Engenharia e o centenário da Biblioteca do Exército. O IME, cujas instalações na Praia Vermelha são reproduzidas na estampa, é destacado pelo edital como responsável pela graduação de oficiais em diversas áreas, para muitas das quais os cursos da instituição são pioneiros no país. O selo da BIBLIEX, ilustrado por seu brasão, tem o edital assinado pelo presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que destaca a seção

¹¹⁰ EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Sesquicentenário da Revolução Farroupilha: Edital do selo comemorativo nº 1469, lançado em 20/09/1985. Ibid.

¹¹¹ LAVENÈRE-WANDERLEY, Nelson Freire. Cinquentenário do Correio Aéreo Nacional: Edital do selo comemorativo nº 1227, lançado em 10/06/1981. Ibid.

editorial da instituição, criada a partir da sua reorganização em 1937. Segundo o texto, suas publicações ocupam-se em “estabelecer as bases da consciência coletiva”, alternando os “estudos nacionais” com “biografias comemorativas” (cita como modelares as de Caxias, Osório e Mallet), transpondo o leitor “do tempo presente – e seus problemas – para o glorioso passado, em que palpitam as raízes do patriotismo com os vultos heróicos e os patriarcas inesquecíveis”.¹¹² Há ainda uma emissão de 1985 que estampa o brasão do Clube Militar, cujo centenário é comemorado, descrito como “o arauto das reais aspirações de parcela significativa do povo brasileiro”, e outra referente ao centenário do Colégio Militar, ocorrido em 1989, um “modelo entre os melhores colégios do Brasil”, de onde saíram alunos que se destacaram “em todos os setores da vida pública”. Por ocasião do jubileu, o colégio, cuja fachada é reproduzida no selo, mantém a tradição de educar os órfãos de militares, “sonho do Duque de Caxias”, além de filhos de militares e civis, abrindo suas portas para as primeiras meninas aprovadas no “rigoroso Concurso de Admissão”.¹¹³

No mesmo período emissões comemoram jubileus de instituições relacionadas à Marinha. Uma série de 1982 assinala o bicentenário da Escola Naval, contagem que retroage ao período em que era uma instituição portuguesa. O edital que acompanha os selos ocupa-se fundamentalmente em descrever a trajetória da academia desde sua chegada ao Rio de Janeiro em 1808, acompanhando “as fases mais importantes da História do Brasil, em que se incluem a emancipação política, a implantação da República, a afirmação da expressão econômica e a consolidação da nacionalidade”.¹¹⁴ Os selos são ilustrados por navios-escola, dois dos quais batizados de acordo com prática memorialística da corporação, que emprega nomes de personalidades históricas, no caso, Benjamin Constant e Almirante Saldanha. O Museu Naval e Oceanográfico, cujo centenário é comemorado em 1984, tem por preocupação “preservar e difundir a memória da Marinha do Brasil, suas realizações e importância através do tempo”. Mantida pela Marinha, a instituição surgiu, informa o edital, após a guerra com o Paraguai, para reunir as “reliquias navais existentes”. Em 1922, o órgão foi obrigado a transferir

¹¹² INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA. Cinqüentenário do Instituto Militar de Engenharia: Edital do selo comemorativo nº 1233, lançado em 11/08/1981; CALMON, Pedro (Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro). Centenário da Fundação da Biblioteca do Exército: Edital do selo comemorativo nº 1261, lançado em 17/12/1981. Ibid.

¹¹³ ESTEVES, Asdrúbal (Secretário da Comissão do Centenário do Clube Militar). Centenário do Clube Militar: Edital do selo comemorativo nº 1534, lançado em 26/06/1987; COLÉGIO MILITAR DO RIO DE JANEIRO. 100 Anos do Colégio Militar do Rio de Janeiro: Edital do selo comemorativo nº 1602, lançado em 06/05/1989. Ibid.

¹¹⁴ PILLAR, Henrique O. Aché. 200 Anos da Fundação da Escola Naval: Edital dos selos comemorativos nºs 1311-1313, lançados em 14/12/1982. Ibid.

quadros e outros objetos históricos ao recém criado Museu Histórico Nacional, e acabou extinto legalmente dez anos depois, sendo reativado em 1953 no bojo da criação do Serviço de Documentação Geral da Marinha.¹¹⁵



148) Homenagem ao Duque de Caxias (07/05/1980). 149) Homenagem ao Brigadeiro Eduardo Gomes (20/01/1982). 150) 1º Centenário do Nascimento do Marechal Mascarenhas de Moraes (13/11/1983). Série Acontecimentos Históricos: 151) 150 Anos da Revolta da Cabanagem (14/08/1985); 152) 150 Anos da Revolução Farroupilha (20/09/1985). 153) 50 Anos do Correio Aéreo Nacional - CAN (10/06/1981). 154) 50 Anos do Instituto Militar de Engenharia - IME (11/08/1981). 155) 1º Centenário de Fundação da Biblioteca do Exército. 156) 1º Centenário do Clube Militar (26/06/1987). 157) 1º Centenário do Colégio Militar - RJ (06/05/1989). Série 2º Centenário da Escola Naval (14/12/1982): 158) Navio Escola Benjamin Constant; 159) Navio Escola Almirante Saldanha; 160) Navio Escola Brasil. 161) 1º Centenário do Museu Naval e Oceanográfico (23/03/1984). 162) Serviço Postal da FEB (10/10/1985). 163) 40 Anos de Pára-Quedismo Militar no Brasil (08/03/1985). 164) Primeira Expedição Brasileira à Antártida (20/02/1983). 165) Participação da FAB no Programa Antártico Brasileiro (09/03/1987). 166) 50 Anos do Ministério da Aeronáutica (20/01/1991). 167) 50 Anos do Primeiro Grupo de Aviação de Caça (17/12/1993).

¹¹⁵ GUEDES, Max Justo (Diretor do Serviço de Documentação Geral da Marinha). Centenário do Museu Naval e Oceanográfico: Edital do selo comemorativo nº 1370, lançado em 23/03/1984. Ibid.

Duas emissões de 1985 são, de alguma forma, relacionadas à Segunda Guerra Mundial e têm em comum, ainda, a utilização das cores nacionais nos objetos que as ilustram: uma assinala a implantação do pára-quedismo militar, utilizado pela primeira vez como tática militar pelos alemães em 1941 e segmento de “um Exército que vela pela segurança e pela grandeza maior do Brasil”; a outra não estabelece nenhum nexos comemorativo cronológico, seja no selo, seja no edital, referindo-se, simplesmente, ao “Serviço Postal da FEB, criado em abril de 1944 para cuidar da correspondência dos pracinhas, atividade que envolveu uma prática que “sempre encontrou grande oposição em todos os países e exércitos”, embora “indispensável e razoável”, a censura.¹¹⁶ Outras três emissões da década manifestam em seus motivos uma tendência que já vinha aparecendo nos editais das emissões que destacavam a utilidade técnica das instituições militares cujo jubileu era comemorado. Emissão de 1985 destaca a importância da Marinha nas operações de busca e salvamento marítimo, uma tradição entre os homens do mar e que teve em Joaquim Marques Lisboa, futuro Marquês de Tamandaré e Patrono da Marinha, um exemplo de heroísmo e desprendimento no auxílio a embarcações em perigo, quando ainda Capitão-de-Mar-e-Guerra. Duas outras, de 1983 e 1987 apontam o envolvimento das Forças Armadas com as pesquisas científicas brasileiras na Antártida (por sua vez tema de várias emissões nas décadas de 1980 e 90), a Marinha integrando a missão de pesquisa com o navio oceanográfico Barão de Teffé, representado no selo, e a Força Aérea prestando apoio logístico através de seu 1º Grupo de Transporte, com larga folha de serviços no “auxílio a vítimas de guerras e calamidades”, conforme o edital.¹¹⁷

Na década de 90 as emissões seguem registrando jubileus de instituições militares, mantendo a utilização dos respectivos espaços arquitetônicos ou veículos militares como forma de representação, não havendo um único caso de associação a uma pessoa. O primeiro caso, de 1990, assinala o centenário do Serviço Geográfico do Exército, cuja trajetória divide-se em duas fases, segundo o texto do edital: “na primeira, confundindo-se com a própria Cartografia Nacional, ele é o único responsável por todos os trabalhos de mapeamento e de geodésia executados no Brasil; na segunda, bem mais recente, aquelas responsabilidades são

¹¹⁶ SCHIRMER, Pedro (Comandante do 27º Batalhão de Infantaria Pára-Quedista). O Pára-Quedismo Militar no Brasil: Edital do selo comemorativo nº 1434, lançado em 08/03/1985; RAMOS, José de Oliveira. O Serviço Postal da FEB: Edital do selo comemorativo nº 1474, lançado em 10/10/1985. Ibid.

¹¹⁷ MINISTÉRIO DA MARINHA. Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo: Edital do selo comemorativo nº 1456, lançado em 22/06/1985; SUBSECRETARIA DO PROGRAMA ANTÁRTICO BRASILEIRO. Participação da FAB no Programa Antártico Brasileiro: Edital do selo comemorativo nº 1526, lançado em 09/03/1987. Ibid.

compartilhadas com o IBGE”.¹¹⁸ Tal formulação, da atuação da corporação em setores deficitários, seja do Estado, seja da iniciativa privada, é típica da visão do Exército sobre seu papel no país, como se verá no último capítulo dessa dissertação. Três emissões se reportam à Força Aérea, de institucionalização tardia em relação às outras duas forças, fator que se reflete no estabelecimento da sua tradição.

Selo de 1991 comemora o cinquentenário da unificação da aviação em um ministério específico, antiga necessidade reforçada pela Segunda Guerra Mundial, que deu “provas evidentes da importância do Poder Aéreo Unificado na estratégia militar e na segurança nacional”. Mas a atuação não se restringe à segurança, para a qual existe o Sistema Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo, já que o “Ministério da Aeronáutica tem participado ativamente do desenvolvimento e da integração do País”, através do Correio Aéreo Nacional e serviços prestados a programas do governo e missões humanitárias. O transcurso de tempo comemorado também é informado visualmente, com a utilização de aeronaves de ambos os períodos, com a mais recente colocada em primeiro plano; completam a composição um mapa do Brasil e a espada alada que simboliza a Força Aérea. Outra emissão, de 1993, endossa a ligação comemorativa entre a Segunda Guerra e a Força Aérea Brasileira, registrando os cinquenta anos da criação do 1º Grupo de Aviação de Caça, em dezembro de 1943, que recebeu equipamento e treinamento da Força Aérea dos Estados Unidos, iniciando suas operações na Itália no final de 1944. O edital informa ainda sobre o “Dia da Aviação de Caça”, comemorado a 22 de abril, data que “tornou-se histórica para a Força Aérea Brasileira, porque foi naquele dia que o Primeiro Grupo de Aviação de Caça empregou o esforço máximo nas ações aéreas cumpridas na II Grande Guerra, enriquecendo sobremaneira nossa história da aviação militar”. A emissão é ilustrada por uma cena das operações em território italiano, com aviões de combate decolando de base na qual se vê a bandeira brasileira, encimada pelo dístico de guerra do grupo. Em 1999 comemora-se os trinta anos do Sexto Esquadrão de Transporte Aéreo, emissão cujo edital segue destacando “o cumprimento de diversas missões a serviço da Nação Brasileira”, mas sem se referir ao imperativo da segurança nacional, o móbil da ação é o “braço amigo no momento de necessidade”¹¹⁹ das chamadas televisivas veiculadas pelas forças armadas mais recentemente.

¹¹⁸ ARAÚJO, Henrique (Diretor do Serviço Geográfico do Exército). Centenário do Serviço Geográfico do Exército: Edital do selo comemorativo nº 1647, lançado em 30/05/1990. Ibid.

¹¹⁹ CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. 50 Anos do Ministério da Aeronáutica: Edital do selo comemorativo nº 1677, lançado em 20/01/1991; Idem. 50 Anos do Primeiro Grupo de Aviação de Caça: Edital do selo comemorativo nº 1812, lançado em 17 de dezembro de 1993; 6º

Também voltam a ser subsumidos à lógica do jubileu os personagens e fatos ligados à história militar, tanto os já tradicionais como aqueles de inclusão mais recente. Nova série intitulada “Acontecimentos Históricos”, de 21 de fevereiro de 1995, é composta por tipos alusivos aos “150 anos da Pacificação da Revolução Farroupilha” e aos “50 anos da tomada de Monte Castello”. Esta última sacramenta a incorporação da participação brasileira na Segunda Guerra no rol dos eventos históricos, com as comemorações não mais se restringindo às homenagens a ex-combatentes, quando de aniversários do Dia da Vitória. O motivo agora é bem específico, a comemoração de uma batalha vencida. Outro aspecto interessante é revelado pelo edital do selo alusivo à pacificação farroupilha, que estampa um velho conhecido, Caxias, mais uma vez caracterizado como “pacificador” e “homem providencial” da Nação. Mas em nenhum momento aparecem expressões outrora habituais, como unidade ou integração nacionais, ao passo que uma outra terminologia continua presente: “Ao invés de tripudiar sobre os vencidos, Caxias empenhou-se pela concessão da anistia aos rebeldes”.¹²⁰

A tradição filatélica das celebrações militares encerra-se, até o presente momento, com dois jubileus personalistas de seus expoentes máximos. Selo de março de 1997 assinala o centenário da morte do Marquês de Tamandaré, caracterizado pelo edital como responsável pela modernização da armada, adaptando-a para a navegação a vapor, e seu primeiro oficial a receber título nobiliárquico, além de comandar as forças navais do Prata durante a Guerra do Paraguai, deixando a seus herdeiros um “inestimável legado” na condição de Patrono da Marinha do Brasil. Já em 25 de agosto de 2003 é emitido selo que comemora os duzentos anos de nascimento do Duque de Caxias, cujo retrato e espada são representados à frente de uma cena de combate, em nova alusão ao Pacificador. No ano do jubileu, mais precisamente a 28 de agosto, Caxias teve o nome inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, mesma homenagem com que foram distinguidos os almirantes Tamandaré, em dezembro de 2004, e Barroso, em junho do ano seguinte.¹²¹

A história das comemorações registradas em selo não se faz somente pela análise das emissões, mas também pelas lacunas, presença e ausência são deliberadas e comuns nos trabalhos de invenção das tradições. Foram analisadas três matrizes de representação

ESQUADRÃO DE TRANSPORTE AÉREO. Trigésimo Aniversário do Sexto Esquadrão de Transporte Aéreo – 6º ETA: Edital do selo comemorativo nº 2086, lançado em 12/05/1999. Ibid.

¹²⁰ CARMO, Leandro Acácio Esvael do (Centro de Comunicação Social do Exército). Acontecimentos Históricos – 150 Anos da Pacificação da Revolução Farroupilha: Edital do selo comemorativo nº 1862, lançado em 21/02/1995. Ibid.

¹²¹ Conforme http://www.sc.df.gov.br/paginas/museus/museus_06.htm (último acesso em 18/09/2006). O Livro será objeto de comentário mais detalhado no próximo capítulo (p. 128-129).

principais da história militar em selo: as comemorações que remetem à Guerra da Tríplice Aliança, que fazem de Caxias o herói máximo; a evocação da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial; e os jubileus de instituições e atividades militares. A primeira delas, fartamente registrada em selo, corresponde à principal dentre as três tradições mais importantes do Exército, analisadas por Celso Castro. Mas as duas outras não contaram com tal mecanismo de difusão, a vitória sobre a Intentona Comunista e o Dia do Exército.



Segundo a descrição do autor, pode-se dividir em três fases as comemorações relacionadas à Intentona¹²², “frustrada revolta comunista de novembro de 1935” cuja designação oficial já é um julgamento depreciativo do evento, como observa Castro e também militantes favoráveis à revolta.¹²³ A primeira etapa inicia-se já em 1936 com a organização, pela Liga da Defesa Nacional, de modesta cerimônia em homenagem aos oficiais legalistas mortos, realizada no Cemitério São João Batista. No ano seguinte, no clima de anticomunismo anterior ao golpe de Estado, o governo assume o evento, que conta com a presença de oficiais e do presidente Getúlio Vargas, cujo discurso foi transmitido em cadeia nacional de rádio. Na ocasião foi instituído ritual que perduraria por décadas: “formatura de tropas militares junto ao túmulo dos militares mortos em 1935; recepção das autoridades civis e militares; canto do hino nacional; aposição de flores aos pés do monumento; discursos e

¹²² CASTRO, C. *A invenção do Exército brasileiro*, op. cit., p. 49-67.

¹²³ Frei Betto, preso pelo aparelho repressivo do Regime Militar, foi transferido do DOPS de Porto Alegre para o de São Paulo em 1969, na data da comemoração em questão, que ele registrou como “homenagem às vítimas da frustrada rebelião comunista de 1935, comumente intitulada, nos discursos oficiais, por esta expressão que fere os nossos ouvidos e a própria língua pátria”. In: *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 134.

leitura da ordem do dia dos chefes militares; chamada nominal dos mortos, ao som de salvas de canhão”.¹²⁴ Na cerimônia de 1940 foi inaugurado mausoléu para oficiais e praças, antes sepultados em outro cemitério. Com o fim do Estado Novo a comemoração perde em força até o recrudescimento da ação anticomunista que se seguiu a posse de João Goulart, em 1961. A segunda fase da comemoração corresponde ao regime militar:

O principal elemento usado nos discursos passou a ser a idéia de que, em 1964, os comunistas teriam tentado uma nova investida e que esta, à semelhança de 1935, fora impedida pela atuação vigilante das Forças Armadas. Ou seja, o mesmo inimigo de três décadas antes ainda precisava ser combatido. A associação entre 1935 e 1964 tornou-se obrigatória. Além disso, passou a ser feita em todos os quartéis a leitura de uma ordem do dia conjunta dos ministros das Forças Armadas, por ocasião do aniversário da “Revolução” de 31 de março de 1964. Ambas as comemorações reforçavam-se mutuamente, fortalecendo o espírito anticomunista nas Forças Armadas.¹²⁵

Em 1964 foi inaugurado marco na Praia Vermelha, local dos confrontos na capital, para onde o mausoléu seria transferido em 1968. Nos anos seguintes, os discursos traçavam paralelos entre os militares que lutaram contra a Intentona e os que morriam no combate à subversão. Todo este aparato simbólico não gerou nenhuma emissão postal, mesmo naquelas alusivas aos aniversários da “Revolução” o nexos não é estabelecido, embora se reconheçam elementos anticomunistas no selo de 1965 (ver página 45), ausência que informa sobre a especificidade do selo postal, espaço comemorativo mais restrito do que discursos de generais ou cerimônias públicas. Mas permanece aberta a questão do não aproveitamento de ocasiões propícias para o registro de tal evento, como os transcurso de 30 ou 40 anos. No início da década de 1980, com a perspectiva de abertura política, inicia-se a fase de declínio da comemoração. Bastante atrativo, em tese, o jubileu do cinquentenário acontece após a transição para o governo civil, que acentua o descaso com o acontecimento e a perda de seu caráter anticomunista. Na década seguinte verificam-se fatos até então inéditos: em 1990 o presidente (Fernando Collor) deixa de comparecer à cerimônia e, em 1995, não é lida a ordem do dia conjunta dos ministros militares. No ano seguinte, tal pronunciamento afirma que o comunismo havia acabado, esvaziando ainda mais o sentido da cerimônia, abandonada pela chefia desde então, mantida apenas por oficiais da reserva, reunidos no Clube Militar.

O enfraquecimento político das forças armadas com o fim do regime militar se faz acompanhar por modificações simbólicas, as comemorações da “Intentona” e da “Revolução”

¹²⁴ CASTRO, C. *A invenção do Exército brasileiro*, op. cit. p. 52.

¹²⁵ *Ibid.* p. 59.

tendem a desaparecer e investe-se em uma nova tradição, o Dia do Exército, criado em 1994 por iniciativa do ministro do Exército e comemorado na data de realização da 1ª Batalha de Guararapes, 19 de abril. Em síntese, nessa batalha “teriam nascido ao mesmo tempo a nacionalidade e o Exército brasileiros”, com a “presença conjunta das três raças vistas como constitutivas do povo brasileiro – o branco, o negro e o índio. Além disso, ao contrário das comemorações da Intentona e de 1964, não se trata aqui de um ‘inimigo interno’ a ser enfrentado, mas de invasores estrangeiros”. Por fim, a caracterização deste invasor como mais poderoso facilita a associação da representação à defesa da Amazônia, ameaçada pela cobiça de potências internacionais, e com a doutrina de resistência concebida pelo Exército, fundamentada na guerra de guerrilhas, a mesma atribuída à Guararapes. Esta última analogia é um dos indícios que fazem Castro acreditar na futura substituição da comemoração de Caxias pela de Guararapes como festa maior da corporação, o outro é o deslocamento da Semana do Exército para aquela em que se comemora a batalha, embora o Duque siga prestigiado como patrono maior e o Dia do Soldado continue a ser comemorada em 25 de agosto.¹²⁶

O estabelecimento de Guararapes como Dia do Exército não figurou em emissão postal até o presente momento, o que pode ser explicado por ao menos três fatores, um mais geral e os outros dois relacionados à linguagem do selo: a diminuição da importância política dos militares; tendência das emissões veicularem tradições já consolidadas por outros meios; a lógica do jubileu. As próprias emissões alusivas à Guararapes exemplificam tais critérios filatélicos. Em 15 de fevereiro de 1949 foram lançados dois selos comemorativos do “3º Centenário da Batalha de Guararapes”, data mais próxima à segunda das batalhas, travada a 19 de fevereiro de 1649. Para ilustrar um dos selos, a pintura histórica que tão bem representa essa elaboração patriótica em retrospecto da memória histórica nacional, o quadro de Vitor Meireles, *A Batalha de Guararapes* (1879). O outro selo estampa a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, erigida no sítio do conflito como tributo à vitória, em 1656, a mando do mestre de campo general Francisco Barreto de Menezes, convertida em “monumento nacional” por decreto de 1948, ano do tricentenário da primeira batalha. Enquanto muitos dos patronos do Exército foram escolhidos dentre os heróis da Guerra da Tríplice Aliança, seus patriarcas são aqueles que lideraram os “combatentes das três raças formadoras da nacionalidade brasileira”, que se uniram para repelir os holandeses em Guararapes, “Berço da Nacionalidade e do

¹²⁶ Ibid., p. 68-78. A citação é da página 69.

Exército Brasileiro”.¹²⁷ Apenas um deles, Henrique Dias, foi homenageado em selo, por ocasião do tricentenário de sua morte, contrastando com o significativo número de patronos representados em selo.

Por duas ocasiões a preocupação das forças armadas com a Amazônia já foi expressa em selos, mas sem que se estabeleça o nexos com o Dia do Exército ou Guararapes. Em junho de 2000 foi emitido o bloco comemorativo “Biodiversidade, Pesquisa, Ciência e Tecnologia Presença Militar na Amazônia” e, em julho de 2002, selo comemorativo alusivo ao Sistema de Vigilância da Amazônia. Como nos lembra Celso Castro, embora os conteúdos das comemorações militares variem no decorrer do tempo, um elemento é sempre reafirmado, “a existência de vínculos indissolúveis entre Exército e nação brasileira”¹²⁸, princípio observável também na transposição destas tradições para as emissões postais.

¹²⁷ Conforme <http://www.exercito.gov.br/01Instit/Historia/Guararap/patriaca.htm>, os patriarcas do Exército são Francisco Barreto de Menezes; João Fernandes Vieira; André Vidal de Negreiros; Henrique Dias e Antonio Felipe Camarão (último acesso em 20/05/2006).

¹²⁸ CASTRO, C. A invenção do Exército brasileiro, op. cit., p. 81.

3. INSTANTÂNEOS DA BIOGRAFIA DA NAÇÃO

Heróis enchem os parques da cidade em que te arrastas,
e preconizam a virtude, a renúncia, o sangue frio, a concepção.
À noite, se neblina, abrem guarda-chuvas de bronze
ou se recolhem aos volumes de sinistras bibliotecas.

Carlos Drummond de Andrade – *Sentimento do mundo* (1940)

O presente capítulo segue analisando a representação filatélica da história tradicional, concentrando-se agora nas principais datas comemorativas e personagens correlatos. Embora o interesse fundamental esteja nos selos emitidos durante o regime militar, a temática é novamente colocada em perspectiva diacrônica ampla, com os objetivos de estabelecer parâmetros comparativos entre diferentes períodos históricos e de familiarizar o leitor com as transformações e permanências que constituíram a linguagem do selo postal brasileiro.

3.1 DA IMPLEMENTAÇÃO DAS EMISSÕES HISTÓRICAS À CRISE DO DCT

A história enquanto biografia da nação fundamenta-se em um conjunto de eventos e personagens eleitos como principais. Na dinâmica desse processo, as comemorações são elementos muito importantes e que, segundo Lúcia Lippi de Oliveira, seguem um roteiro comum: “organização de comissões executivas nacionais, campanhas de esclarecimento patriótico, organização de eventos cívicos, cortejos fluviais e marítimos, montagem de exposições, inauguração de monumentos, confecção de selos, medalhas, bandeiras e hinos”.¹ O registro em selo comemorativo de tais episódios e personagens se beneficia do “valor publicitário dos aniversários”, o que é, para Eric Hobsbawn, “nitidamente demonstrado pelo fato de que eles freqüentemente ofereceram oportunidade para a primeira emissão de estampas históricas ou semelhantes em selos postais”², como se pode ver no quadro exibido a seguir. Além do aspecto ideológico, segundo Cícero de Almeida e Antonio Conde essa categoria de emissões também foi importante na consolidação da filatelia ao redor do mundo, nas primeiras décadas do século XX. Nas palavras do primeiro:

¹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do descobrimento. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, 2000, p. 185.

² HOBBSAWN, Eric. A invenção em massa das tradições. In: _____; RANGER, Terence (orgs.) *A invenção das tradições*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 288-289.

O crescimento da prática filatélica foi rapidamente percebido pelos Correios, e iniciava-se, assim, um ciclo que se auto-alimentava; de um lado, filatelistas à procura de selos e, de outro, Correios fabricando cada vez mais selos para o consumo filatélico, não importando única e exclusivamente a finalidade postal (...) Os governos, por meio das administrações dos Correios, passaram a instrumentalizar esse potencial, e fazer dos selos veículos de propaganda e comunicação, ação normatizada posteriormente na criação dos chamados ‘selos comemorativos’.³

Primeira emissão de selos históricos antes de 1914			
País	Primeiro selo	Primeiro selo histórico	Jubileu ou ocasião especial
Alemanha	1872	1899	Inauguração de monumento
Áustria-Hungria	1850	1908	60 anos de Francisco José
Bélgica	1849	1914	Guerra (Cruz Vermelha)
Brasil	1843	1900	4º Centenário do Descobrimento
Bulgária	1879	1901	Aniversário da revolta
Espanha	1850	1905	Tricentenário de <i>Dom Quixote</i>
Grécia	1861	1896	Jogos olímpicos
Itália	1862	1910-11	Aniversários
Países Baixos	1852	1906	Tricentenário de De Ruyter
Portugal	1852	1894	500º Aniversário do Infante Dom Henrique
Romênia	1865	1906	40 anos de governo
Rússia	1858	1905-13	Tricentenário da beneficência de guerra
Sérvia	1866	1904	Centenário da dinastia
Suíça	1850	1907	-

Fonte: HOBBSAWN, Eric. *A invenção em massa das tradições*, op. cit., p. 289.⁴

Os primeiros selos comemorativos brasileiros também se enquadram na lógica do jubileu, o IV Centenário do Descobrimento, mas a iniciativa de emití-los não partiu dos Correios, conforme aponta Mario Xavier Jr. no relato detalhado que faz sobre as circunstâncias em que essa série veio a público. A idéia foi apresentada inicialmente por Paulo Rangel Pestana, na edição de maio de 1897 do *Jornal Philatelico*, editado em São Paulo, argumentando o autor que “uma emissão de selos artísticos, bem cuidados e concebidos, só por si bastaria para solenizar brilhantemente a data inicial da civilização do Ocidente na terra brasílica”. Acompanhava seu artigo um estudo ilustrativo de doze selos, quatro cartões postais, quatro envelopes, duas cartas bilhetes e três cintas para impressos, além de selos de taxa devida, ilustrados com motivos nacionais tais como retratos de personalidades, quadros históricos, produtos agrícolas e minerais, “resumindo sob todas as faces o progresso nacional desde o tempo do descobrimento até o presente”. Além de sugerir

³ ALMEIDA, Cícero. A origem do selo postal e da filatelia. In: ____; VASQUEZ, Pedro Karp. *Selos postais do Brasil*. São Paulo: Metalivros, 2003. p. 37-38; CONDE, Antonio Linage. La filatelia, fuente de la Historia. *Actas del VI Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita*, v. 1, Alcalá de Henares, 2002, p. 587-601 (ver comentário nas páginas 11 e 12 dessa dissertação).

⁴ Hobsbawn baseia-se em dados do catálogo *Stamps of the world 1972: A Stanley Gibbons Catalogue* (Londres, 1972), aos quais acrescentei os dados referentes às emissões brasileiras. Lacunas como o tema da emissão suíça ou maiores esclarecimentos como sobre os “aniversários” da emissão italiana são do próprio quadro original.

que os desenhos fossem escolhidos em concurso público e que as peças fossem impressas no exterior, Pestana mostrou-se preocupado com importante questão filatélica de seu tempo, a possibilidade da emissão ser vista como especulativa e desprezada pelos colecionadores, enfatizando no texto a necessidade das peças circularem por tempo ilimitado. Tal ponderação não livrou a proposta da acusação de ter como objetivo único prover o combalido tesouro nacional dos recursos necessários aos festejos, muito embora a idéia da emissão de selos para registrar o jubileu tenha sido apoiada.

Mais de um ano se passou até que, em junho de 1898, o Diretor Geral dos Correios, Emídio A. Vitória da Costa, propôs ao Ministro dos Negócios da Indústria e Viação a realização de uma emissão especial, solicitando autorização para abrir um concurso para seleção dos desenhos e declarando que, “além da significação patriótica, aquela emissão será não pequena fonte de renda para o Correio”, argumentos que não sensibilizaram o ministro, que sequer respondeu o ofício. O descaso do governo se estendia à própria festividade e a iniciativa de organizar as comemorações partiu, inicialmente, de um grupo de oficiais da Marinha que, em agosto de 1898, formou uma comissão para tal, considerando a venda de selos comemorativos, “aos colecionadores e a todos os que desejarem conservar uma lembrança da comemoração do quarto centenário”, uma “importante fonte de renda”. Em 31 de dezembro daquele ano, o presidente Campos Salles sancionou lei autorizando a emissão, elaborada pelo então deputado Nilo Peçanha em resposta à petição feita pela comissão junto ao parlamento. Os filatelistas, Rangel Pestana entre eles, protestaram inutilmente contra a opção pela venda por período limitado, que caracterizou os selos como especulativos, tornando-os inválidos para o serviço internacional, conforme regulamento do Congresso Postal Universal de 1897 do qual o Brasil era signatário.

Em julho de 1899 a comissão, ampliada e denominada Associação do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil, divulgou nos jornais da capital o edital do concurso para a escolha dos desenhos, fixando temas, premiação e prazo de entrega. As gravuras escolhidas, dimensões e cores a serem empregadas foram encaminhadas aos Correios, assim como a solicitação de autorização para a impressão das peças na litografia de Luís Francisco de Pinho. O edital de lançamento dos selos, publicado em dezembro no Diário Oficial, previa o lançamento da série para 1º de janeiro de 1900, classificando-a como especial e limitando sua venda até o dia 28 de fevereiro do mesmo ano, data em que seria retirada de circulação e considerada inválida para portear correspondência. Depois de impressas as quatrocentas mil

séries e realizada uma cerimônia pública para a destruição das chapas litográficas, em dezembro de 1899, a Associação do IV Centenário do Descobrimento do Brasil dividiu o montante em duas partes. Os Correios receberam trinta mil conjuntos, depositando cinquenta deles na coleção oficial e repassando os demais às Diretorias Regionais. Para vender o restante, a Associação firmou contrato com um comerciante filatélico privado, autorizando-o a vender somente séries completas e prorrogando, até o dia 7 de setembro de 1900, o prazo previsto em edital. Os Correios e a Laemmert & Comp. não chegaram a vender quarenta e nove mil séries e foi realizada nova cerimônia, dessa vez para a destruição das sobras, na presença de autoridades como o Ministro da Fazenda Joaquim Murinho, em 11 de maio de 1901. Em torno de 51 mil séries não foram queimadas e continuaram a ser vendidas pela Associação, tanto a colecionadores como para portear correspondência, irregularidade tolerada pelos Correios até o início da década de 1930, mesmo a emissão estando legalmente desmonetizada, condescendência que deve estar relacionada à dificuldade da instituição em suprir a demanda por selos e os altos custos do processo de impressão.

Quanto aos aspectos simbólicos, os tipos apresentam valores tarifários (100, 200, 500 e 700 réis) que, somados, correspondem ao ano do evento comemorado, 1500, que também é impresso em cada um deles, assim como o de 1900, para indicar o transcurso de tempo decorrido. Segundo o edital, no tipo de 100 réis se vê “paisagem alegórica ao descobrimento do Brasil. Índias nas pedras observam a aproximação de caravelas. Cruz de Cristo no centro do selo”. O “quadro histórico representando o Grito do Ipiranga” é o motivo do selo de 200 réis, que apresenta ainda os dizeres “Independência ou Morte” e “Sete de Setembro de 1822”. As datas “28 de setembro de 1871” e “13 de maio de 1888” aparecem na moldura do selo de 500, cuja estampa é de uma “Alegoria à Abolição. Um anjo despedaça os grilhões dos escravos”. Por fim, a “Alegoria à República” ilustra o tipo de 700 réis: “A figura da República aponta com o braço direito para a data - 15 de Novembro 1889 - no alto do selo à direita. Em baixo, à direita, está o escudo das armas da República”.⁵ Os motivos estampados extrapolam o episódio comemorado tomando-o como ponto de partida de uma sucessão teleológica de eventos, todos eles considerados “dias de festa nacional” por Decreto do Governo Provisório.⁶

⁵ XAVIER JÚNIOR, Mario. Primeiros comemorativos do Brasil. In: <http://www.portaldoselo.com.br/artigos/comemorativos.htm> (último acesso em 05/07/2006).

⁶ O Governo Provisório, considerando que “o regimen republicano basêa-se no profundo sentimento da fraternidade universal” e que “esse sentimento não se pôde desenvolver convenientemente sem um systema de festas publicas destinadas a commemorar a continuidade e a solidariedade de todas as gerações humanas” decretou como “dias de festa nacional” as seguintes datas: 1 de janeiro – “consagrado á commemoração da

Para Izabel Marson estes selos “estão intimamente associados ao momento de consolidação da República. Ao comemorar-se os 400 anos do Descobrimento, muito mais que os remotos episódios de 1500, punha-se em relevo que a República coroava uma trajetória de liberdade no Brasil, através de quatro momentos significativos”. Nos três primeiros selos os eventos são representados de maneira a caracterizar a incompletude dessa libertação até o advento do novo regime. No primeiro, os navios e a cruz, símbolos da civilização que vem resgatar os indígenas do estado de natureza, não chegam a tocar o solo pátrio, estão no mar, à distância. No episódio seguinte, D. Pedro I “mais parecendo um cidadão comum do que um príncipe” conduz um modesto pelotão que está de passagem pelo terreno, imagem que contrasta com a “cena grandiosa” do quadro de Pedro Américo. A libertação dos escravos, terceira etapa, é simbolizada por um anjo libertador que sobrevoa o território e traz nas mãos os grilhões quebrados dos escravos, vistos no solo abaixo dele. As datas “28 de setembro de 1871” e “13 de maio de 1888”, impressas na moldura, são referências a Lei do Ventre-Livre e a Lei Áurea, respectivamente, sem que se veja na imagem “qualquer vestígio da monarquia”. O selo do quarto episódio retrata a libertação da nação, até então adiada. O ente civilizador, a alegoria da República, carregando a constituição, repousa finalmente no solo pátrio e, assim, “encerra toda a procura anterior”.⁷ Observe-se que a personagem está situada na Baía de Guanabara (o Pão de Açúcar é nítido ao fundo) e aponta para a data 15 de novembro, desenhada em arco por sobre uma estrela. O alvorecer nesse mesmo cenário, metáfora visual do despertar da nação, já fora representado em selo emitido em 1894 e que ainda estava em circulação,

fraternidade universal”; 21 de abril – “consagrada á comemoração dos precusores da Independencia Brasileira, resumidos em Tiradentes”; 3 de maio – “consagrado á comemoração da descoberta do Brazil”; 13 de maio – “consagrado á comemoração da fraternidade dos Brasileiros”; 14 de julho – “consagrado á comemoração da Republica, da Liberdade e da Independencia dos povos americanos”; 7 de setembro – “consagrado á comemoração da Independencia do Brazil”; 12 de outubro – “consagrado á comemoração da descoberta da America”; 2 de novembro – “consagrado á comemoração geral dos mortos”; 15 de novembro – “consagrado á comemoração da Patria Brasileira”. BRASIL. Decreto n. 155 B, de 14 de janeiro de 1890. Declara os dias de festa nacional. Coleção de Leis do Brasil (CLBR PUB 31/12/1890 001 000064 1), a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon/> (último acesso em 05/07/2006). Segundo Lúcia Lippi de Oliveira, a comemoração do descobrimento no dia 3 de maio, em detrimento do dia 22 de abril, tradição que remontava ao período imperial, “deve-se a correção imposta pela Reforma Gregoriana do calendário em 1582” (Imaginário histórico e poder cultural, op. cit., p 189). Já para Eduardo Victorio Morettin, o dia 3 de maio era tido como o “momento em que, supostamente, a primeira missa no novo território teria sido realizada” (Produção e formas de circulação do tema do descobrimento do Brasil: uma análise de seu percurso e do filme Descobrimento do Brasil (1937) de Humberto Mauro. *Revista Brasileira de História*, v. 20, n. 39, 2000. p. 139). Na posterior atualização legislativa do calendário de feriados, em outubro de 1935, a data de referência para a comemoração do Descobrimento volta a ser o dia 22 de abril (ver adiante a nota 28, à página 101).

⁷ MARSON, Izabel Andrade. *Selos comemorativos: fragmento da memória do Brasil*. São Paulo: Empresa das Artes, 1989. p. 83-85.

integrando a série Madrugada Republicana, ilustrada também com imagens de Mercúrio e da alegoria feminina.



Se essa última personagem, inspirada na Marianne francesa, teve uso restrito em representações artísticas das primeiras décadas da República, como defende José Murilo de Carvalho⁸, o mesmo não se verifica nos mecanismos de massificação das tradições. A

⁸ Segundo o autor, a alegoria feminina foi o símbolo dominante do republicanismo francês a partir de 1792, representando “seja a liberdade, seja a revolução, seja a república”. Como muitos outros símbolos utilizados pelo movimento, inspirava-se na tradição clássica romana, onde a mulher significava liberdade e o barrete frígio identificava os libertos. Muitos dos republicanos brasileiros eram de orientação francesa, o que explica a transposição do símbolo, disseminado inicialmente pelos caricaturistas da imprensa periódica, apegados ao modelo clássico. Já entre pintores e escultores, a figura feminina foi menos utilizada e “com simbologia mais flexível”, exceção feita aos pintores positivistas que, entretanto, utilizavam-na mais como alegoria à humanidade. O autor conclui que a “representação positiva da República como mulher” fracassou, como

principal mudança iconográfica das moedas, na transição entre os regimes, consistiu na sua utilização, representando ora República, ora a Liberdade, em lugar da efígie de D. Pedro II.⁹ Nos selos, a despeito da baixa quantidade de emissões e sua pequena variabilidade imagética, é significativa a incidência de tipos filatélicos com a imagem da personagem, alternando entre a representação da República, caracterizada pelo barrete frígio, e a alegoria da Liberdade, adornada pela coroa de ramos de café. Esta planta, que substituiu os louros da representação clássica, era um símbolo nacional já ao tempo do Império, visível em sua bandeira. O novo regime utilizou o mesmo ornamento no desenho das Armas Nacionais, estabelecido em dezembro de 1889¹⁰ e registrado em selo pela primeira vez como detalhe no tipo que fecha a série do IV Centenário. Também os bilhetes postais e cartas-bilhete, que eram ilustrados com reproduções dos selos de D. Pedro II, além de outros signos como as Armas do Império, passaram a estampar reproduções de selos da alegoria feminina e de outras emissões republicanas, assim como outros símbolos do regime, como as Armas Nacionais.

Em 1906, a série *Madrugada Republicana* é sucedida por outra, denominada *Alegorias Republicanas*, impressa nos Estados Unidos e cujos tipos são ilustrados com a alegoria feminina e retratos de personalidades relacionadas ao governo republicano. Além dos ex-presidentes (p. 41 – n^{os} 07-12), há um grupo de ministros do primeiro gabinete, Aristides Lobo (do Interior), Benjamin Constant (da Guerra e também da Instrução Pública, Correios e Telégrafos) e o Almirante Eduardo Wandenkolk (da Marinha). Uma das exceções a esse padrão é o Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores de 1902 até sua morte, em 1912, cuja inclusão na série é provavelmente uma homenagem póstuma.¹¹ A despeito de vários dos personagens terem sido políticos ou militares a serviço do Império, o fato do

demonstra o sentido logo adotado pelos caricaturistas, que transformaram-na em prostituta como forma de ridicularizar o regime. Tal fracasso explica-se pela ausência feminina na política brasileira, ao contrário dos movimentos revolucionários na França e, ainda, pela concorrência do culto mariano, sobretudo a Nossa Senhora Aparecida, “utilizada como arma anti-republicana” (conforme: República-mulher: entre Maria e Marianne. In: A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. p. 75-96).

⁹ Conforme GOMES, Ângela de Castro; KORNIS, Mônica Almeida. *Com a história no bolso: a moeda e a República no Brasil. Livro do Seminário Internacional “O outro lado da moeda”*. (2001: Rio de Janeiro, RJ). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2002. p. 116.

¹⁰ BRASIL. Decreto n^o 4, de 19 de novembro de 1889. Estabelece os distintivos da Bandeira e das Armas Nacionais, e dos selos e sinetes da República. Diário Oficial da União (DOFC PUB 19/11/1889), a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon/> (último acesso em 05/07/2006).

¹¹ O *Catálogo de selos do Brasil* informa que em 1912 houve nova emissão, com alterações nas cores e no papel em relação à de 1906 (53^a ed. São Paulo: RHM, 2003, p. 17), mas sem esclarecer se todos os tipos já constavam da primeira emissão ou se algum foi acrescentado depois. É plausível que Rio Branco faça parte apenas da segunda emissão, já que os outros ministros homenageados compunham o primeiro gabinete republicano e, principalmente, porque o diplomata faleceu justamente em 1912, o que evidenciaria tratar-se de homenagem póstuma. Os elevados valores tarifários dos tipos do personagem também apontam para essa possibilidade.

diplomata ser evocado pelo título nobiliárquico pode causar alguma estranheza, mas os títulos “abolidos no início da República voltam aos poucos a figurar, pelo costume, como símbolos de distinção”, demonstrando como “recuava aos poucos a ruptura com o passado monárquico, decretada nos primeiros anos do novo regime”.¹² A outra exceção do conjunto é Pedro Álvares Cabral, que não fora representado por ocasião do jubileu do Descobrimento e agora dá sedimentação histórica ao grupo. A esses personagens, que formam o mini-panteão filatélico republicano, a série “Vovó” (1920-41) acrescenta Rui Barbosa. Este conjunto caracteriza-se por retratar atividades diversas (viação, indústria, agricultura, aviação, navegação, instrução), além de nova representação de Mercúrio, e a inclusão do primeiro Ministro da Fazenda do regime, nas impressões a partir de 1924, foi, por certo, uma homenagem póstuma ao político, que falecera no ano anterior.

Além da série inaugural de 1900, a alegoria feminina é utilizada também nas quatro outras emissões comemorativas da primeira década do século, concebidas pelo renomado pintor Henrique Bernardelli, outrora vinculado à Academia Imperial de Belas Artes e cuja atuação como desenhista de selos para os correios republicanos contraria o anonimato característico do ofício.¹³ Diferentes apenas nas cores e valores tarifários, os dois selos da série alusiva ao 3º Congresso Panamericano, realizado no Rio de Janeiro em 1906, mostram-na simultaneamente nas duas variações, República e Liberdade, posicionadas à direita do globo terrestre no qual se vê o continente americano e por sobre o qual está a deusa Minerva. Já no selo referente à Exposição Nacional de 1908, no cenário que tem por fundo a Baía de Guanabara, vê-se um arranjo de produtos agrícolas nacionais, instrumentos de trabalho, um globo terrestre e, em posição central, segurando um ramo de café, a personagem em questão. É possível que sua inclusão na imagem seja uma tentativa de minimizar o vínculo de D. Pedro II com tais eventos no passado próximo.¹⁴ O regime é referido ainda pelas Armas Nacionais, detalhe presente também na emissão alusiva ao Centenário da Abertura dos Portos, uma das composições mais representativas da tentativa de obliteração de signos monárquicos. Em cena ornada por ramos de café e fumo, a alegoria feminina, empunhando a bandeira republicana, recebe o navegador a serviço da monarquia portuguesa, identificada por bandeira e brasão

¹² SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 502.

¹³ O anonimato da maioria dos desenhistas é apontado por MARSON, I. *Selos comemorativos*, op. cit., p. 15.

¹⁴ O Imperador patrocinou e se envolveu pessoalmente na organização das três primeiras edições nacionais (1861, 1868, 1873), além de promover o envio de representação para as exposições universais de Londres (1862), Paris (1867), Viena (1873), Filadélfia (1876) e Paris (1889). Conforme: SCHWARCZ, L. *Exposições universais: festas do trabalho, festas do progresso*. In: *As barbas do imperador*, op. cit. p. 385-407.

respectivos, embora o episódio seja relacionado à vinda da família real portuguesa para o país, como confirma, aliás, o detalhe da inscrição em torno da data 1808 no dístico inferior esquerdo: “Carta Régia D. João P. A. Abrindo os Portos”. Os Correios emitiram ainda bilhetes postais e cartas-bilhete para estes três eventos, com as mesmas imagens dos selos, exceção feita às peças alusivas ao congresso, para as quais Bernardelli elaborou três cenas do Rio de Janeiro, o Palácio Monroe, a Avenida Central e a Avenida Beira-Mar, além de um selo-fixo com a alegoria republicana.

No Selo Panamericano, emitido em 1909, a alegoria à Liberdade encontra-se circundada pelos líderes dos movimentos de independência no continente, San Martín, Hidalgo, Washington, O’Higgins, Bolívar e José Bonifácio.¹⁵ A inclusão deste último personagem, em detrimento de D. Pedro I, é representativa das batalhas de memória travadas nas primeiras décadas da República e que tiveram na definição da “data magna” da nacionalidade e, por extensão, de seus respectivos heróis, uma de suas principais expressões:

Vitorioso o grito do Ipiranga – pela necessidade de conciliação, pela inviabilidade de outras opções e pela maior habilidade dos monarquistas em impor o seu passado – a saída republicana foi moldar a comemoração do 7 de setembro aos novos tempos. Era preciso identificar o que podia ser salvo e o que deveria ser esquecido. Enquanto D. Pedro I foi execrado como um estróina, irresponsável, oportunista, José Bonifácio foi devidamente resgatado e guindado a uma posição preponderante. Cientista, brasileiro, favorável ao fim da escravidão, amante da ordem, o denominado “Patriarca da Independência” representaria a síntese das correntes que construíram a Nação brasileira. Sacrificara a República, é certo, mas em prol da estabilidade e mesmo da existência da Pátria. O 15 de novembro viria coroar seus esforços.¹⁶

Algum tempo depois, em 1929, na série comemorativa do bicentenário de introdução da cultura do café no país, vê-se mais uma vez a alegoria feminina, segurando um ramo da planta, em três variações de cor e valor.

Em outra frente dos embates, episódios tidos como precursores da instauração da República, de reação contra a monarquia, tiveram seus jubileus registrados em selos, ilustrados pelas bandeiras dos respectivos movimentos: emissão de 1917 comemora o “Centenário da Revolução Republicana de Pernambuco”, designação da legenda esquerda, enquanto outra, de 1924, celebra os cem anos decorridos da Confederação do Equador. A registrar, ainda, a primeira ocorrência em selo de um importante símbolo da nacionalidade, o

¹⁵ A identificação dos personagens é de ALMEIDA, C. O nascimento dos selos postais comemorativos no Brasil. In: *Selos postais do Brasil*, op. cit., p. 89.

¹⁶ MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Ed. FGV - CPDOC, 1992. p. 16.

mapa, que ilustra um dos selos da série alusiva ao centenário dos cursos jurídicos no país, de 1927.



Isabel Marson aponta a série comemorativa do Centenário da Independência como marco filatélico a partir do qual a desqualificação do passado monárquico passou a ser atenuada¹⁷, embora o regime tenha moldado as festividades do jubileu de uma forma que lhe fosse conveniente.¹⁸ Além do selo referente à Exposição Nacional daquele ano, comemorativa do centenário (p. 41 – nº 20), a série conta com tipo no qual se vê a alegoria da liberdade, posicionada no centro da figura, abarcando os dísticos que contêm os retratos de D. Pedro I e de José Bonifácio, identificados nas legendas como “Primeiro Imperador” e “Patriarcha da Independencia”. O reconhecimento do monarca como protagonista do evento, que fora negado pelo Selo Panamericano de 1909, é reafirmada no outro selo da série, cuja estampa reproduz o quadro *Independência ou Morte* (1888) de Pedro Américo, pintor cuja carreira fora beneficiada pelo patrocínio do imperador D. Pedro II.

Essa representação, bem mais imponente se comparada àquela utilizada na série comemorativa do IV Centenário do Descobrimento, é uma das que formam a “tríade de pinturas históricas” que “constitui a base fundadora da memória visual da nação e tem estado presente nos livros didáticos de História do Brasil desde o início do século XX”, segundo Thais de Lima e Fonseca, ao estabelecer uma periodização das tendências nas relações entre

¹⁷ MARSON, I. *Selos comemorativos*, op. cit., p. 83-87.

¹⁸ MOTTA, M. *A nação faz cem anos*, op. cit.

historiografia, artes plásticas e ensino de história no Brasil republicano, segundo livros didáticos considerados representativos. Na primeira fase, que vai de 1889 a 1930, a maioria dos livros era produzida por historiadores vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, contribuindo para a disseminação de um programa historiográfico em desenvolvimento desde meados do século XIX e que consistia na elaboração de uma história nacional caracterizada pela exaltação da monarquia e da colonização portuguesas no Brasil, consideradas os alicerces da nação. Com o advento da República, a exaltação do novo regime implica em relativa perda desse prestígio, mas foram mantidas as diretrizes fundamentais do IHGB: uma história “centrada nos fatos políticos, nos feitos dos grandes homens, nos episódios grandiosos da expansão da colonização e da ocupação do território brasileiro e, sobretudo, na valorização da idéia de unidade nacional”. Embora utilizadas desde o século anterior, as imagens tornam-se peças importantes nos livros didáticos nas primeiras décadas do século XX:

A preferência dos autores e dos editores recaiu sobre imagens que dessem um certo grau de ‘veracidade’ aos fatos narrados nos livros, que não só estivessem em sintonia com as principais obras da historiografia que lhes serviam de referência, mas também se harmonizassem com o estilo narrativo e épico dos textos didáticos. As imagens deveriam, na verdade, atuar como ‘registros visuais’ dos fatos narrados nos textos. Assim, sobressaíram como representações predominantes, imagens produzidas, principalmente, por dois grupos de artistas. No primeiro, os viajantes europeus que estiveram no Brasil do século XVI ao século XIX, como Jean de Léry, Jean Baptiste Debret, Johann Moritz Rugendas, Spix e Martius. Vistos como testemunhas oculares do passado do país, seus registros eram considerados verossímeis e fidedignos, em consonância com a concepção de história predominante, na qual os documentos encerrariam a verdade. No segundo grupo aparecem os pintores brasileiros, como Pedro Américo, Victor Meirelles, Benedito Calixto, Antônio Parreiras e Oscar Pereira da Silva, autores da chamada escola acadêmica. Suas pinturas, representando episódios consagrados pela historiografia oficial, acabaram por tornar-se a memória visual da nação.¹⁹

Outros aspectos desse embate de memórias, embora passem ao largo dos selos nesse momento, são importantes para subsidiar a discussão subsequente. José Murilo de Carvalho sustenta que o imaginário republicano não obteve a disseminação desejada por conta da ausência de envolvimento popular na implantação do regime e que os poucos elementos

¹⁹ FONSECA, Thais Nívia de Lima e. “Ver para compreender”: arte, livro didático e a história da nação. In: _____; SIMAN, Lana Mara de Castro (orgs.). Inaugurando a história e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 91-121. Os trechos citados são das páginas 93 e 94, respectivamente.

simbólicos que prosperaram remetiam à tradição imperial.²⁰ O decreto de estabelecimento da bandeira “mantem a tradição das antigas cores nacionais – verde e amarela”, por considerar “que as cores da nossa antiga bandeira recordam as lutas e victorias gloriosas do Exército e da Armada na defesa da pátria” e que “essas cores, independentemente da forma de governo, simbolizam a perpetuidade e integridade da Pátria entre as outras nações”.²¹ A forma como essas cores eram dispostas na bandeira imperial também foram mantidas, modificando-se apenas a parte central do desenho, com a substituição do brasão pelo dístico que contém o lema de inspiração positivista. Já o Hino Nacional não foi sequer adaptado. O Governo Provisório promoveu concurso para a escolha de um novo hino, vencido por Leopoldo Miguez, mas acabou oficializando a tradicional composição de Francisco Manoel da Silva e adotando a nova música como Hino da Proclamação da República.²²

Outra faceta dos conflitos de memória do período diz respeito à reabilitação da imagem de D. Pedro II, manifestada principalmente na questão do traslado dos restos mortais do imperador e de D. Tereza Cristina, que faleceram no exílio após o banimento da família real pelo Governo Provisório. A repercussão da morte do Imperador, ocorrida em 1891, constrangeu os republicanos, situação agravada pelas manifestações favoráveis ao retorno do corpo, inicialmente restritas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A partir de 1892, a instituição, que cultuava a imagem do monarca antes mesmo de sua morte, passou a liderar uma campanha abrangente com esse intuito. A Câmara dos Deputados aprovou o traslado em 1906, mas somente dez anos depois o presidente Venceslau Brás ratificou a autorização, prorrogando sua formalização para que coincidissem com os festejos do Centenário da Independência. A medida não fora implementada até então porque os demais membros da família imperial continuavam impedidos de entrar no país, proibição revogada, somente em

²⁰ Conforme CARVALHO, J. *A formação das almas*, op. cit.

²¹ BRASIL. Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889. op. cit.

²² BRASIL. Decreto nº 171, de 20 de janeiro de 1890. Conserva o Hymno Nacional e adopta o da Proclamação da Republica. Coleção de Leis do Brasil (CLBR PUB 31/12/1890 001 000148 1), a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon/> (último acesso em 05/07/2006). Segundo José Murilo de Carvalho “o hino de Francisco Manuel da Silva era em geral apenas tocado, razão pela qual o chamavam de *Ta-ra-ta-ta-tchin*. Fora composto logo após a Independência, mas cantado pela primeira vez em 1831, depois da Abdicação, com letra de Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva. A letra era muito antilusitana e foi aos poucos abandonada. Outra letra, de autor anônimo, surgiu por ocasião da coroação de D. Pedro II, adaptada a esse acontecimento. Pelo caráter restrito, não teve também maior difusão. O fato de ter sobrevivido apenas a música sem dúvida facilitou a aceitação do antigo hino pelo novo regime” (*A formação das almas*, op. cit., p. 152, nt. 28). Posteriormente, foi organizado um concurso para a escolha da letra, vencido por Joaquim Osório Duque Estrada, cujos primeiros versos referem-se ao Grito do Ipiranga como episódio libertador da pátria. Essa letra foi oficializada legalmente apenas em 1922, conforme BRASIL. Decreto nº 15.671, de 6 de setembro de 1922. Declara official a letra do Hymno Nacional Brasileiro, escripta por Joaquim Osorio Duque Estrada. Coleção de Leis do Brasil (CLBR PUB 31/12/1922 003 000419 1), a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon/> (último acesso em 05/07/2006).

setembro de 1920, pelo mesmo decreto que determinou a criação do Museu Histórico Nacional, cujo acervo era, basicamente, dedicado ao Império, contribuindo para que este adquirisse o status de “período histórico”. O traslado é efetuado em meio às comemorações do centenário, prevalecendo o sentimento de congraçamento popular, embora houvessem discordâncias localizadas. Em 1925, ano do centenário de nascimento de D. Pedro II, o deputado Wanderley Pinho apresentou projeto à Câmara dos Deputados propondo que o dia 2 de dezembro fosse convertido em feriado nacional permanente. A proposta foi rejeitada, mas o presidente Arthur Bernardes decretou feriado o dia da passagem do jubileu, no qual foram realizadas diversas solenidades, notadamente em Petrópolis. Nas atividades de cunho oficial, investiu-se na imagem do “monarca-cidadão”, desvinculando-o da monarquia.²³



Com as modificações implementadas pelo Governo Provisório da “Revolução de 1930”, o Departamento de Correios e Telégrafos aumentou bastante o número de emissões comemorativas e, dentre essas, aquelas com temas históricos, como observa Isabel Marson. Ainda segundo a autora, nesse contexto se “imprime aos temas históricos a tendência valorativa que persiste até hoje”, com a reabilitação dos períodos colonial e monárquico. O tema da colonização foi “enquadrado nas diretrizes autoritárias e centralizadoras que haveriam de prevalecer nos três governos de Getúlio Vargas” desde a primeira emissão dedicada ao tema, que associa a fundação de São Vicente ao 4º Centenário da Colonização do Brasil, selecionando os principais traços a serem representados: “o pulso firme do administrador no comando da obra civilizadora” e “a formação do povo brasileiro pela união do branco com o índio”, descobrindo que “no século XVI estaria a origem das realizações materiais, com seus respectivos realizadores, e da ordem econômica e social que os vencedores de 1930 apregoavam ter triunfado no país graças ao seu movimento”.²⁴ Cícero de Almeida esclarece que os desenhos utilizados na série foram sugeridos pelo Instituto Histórico de São Paulo e representam, pela ordem: o Tratado de Tordesilhas; João Ramalho e Cacique Tibiriçá; Martin Afonso de Souza; e D. João III.²⁵ Completa a série uma cena do desembarque de Martin Afonso de Souza em São Vicente.

²³ SCHWARCZ, L. *As barbas do imperador*: op. cit. (ver os capítulos “O exílio e a morte de um imperador: novamente o mártir da nação”, p. 465-494; e “Um fantasma chamado d. Pedro”, p. 495-515).

²⁴ MARSON, I. *Selos comemorativos*, op. cit., p. 86-87.

²⁵ ALMEIDA, C. Os selos na “construção da nação”. In: *Selos postais do Brasil*, op. cit. p. 118-119.

Além dessa, que foi a primeira emissão do DCT, nos anos seguintes foram lançados selos de vários jubileus relacionados à colonização. Em 1934, série composta de quatro tipos de mesmo desenho, em variações de cor e valor, comemora os quatrocentos anos do nascimento do Padre José de Anchieta, representado entre os indígenas, empunhando uma cruz. No ano seguinte, dois selos registram os quatrocentos anos da Capitania de Pernambuco, ilustrados com imagem da “Villa de Igarassú”, primeira povoação colonial local. No mesmo ano, o 4º Centenário da Colonização do Espírito Santo é lembrado em dois selos de imagens distintas, uma caravela e um brasão. Nova alusão à capitania de Pernambuco é feita por selo de 1938, dessa vez com o registro dos quatrocentos anos da cidade de Olinda, identificada pelo brasão. O selo alusivo ao IV Centenário da Companhia de Jesus, de 1941, é ilustrado com outra imagem de Anchieta, dessa vez em efígie. Episódios e personagens de períodos posteriores da colonização também são registrados: tricentenário de fundação de Cameté-PA, dois selos ilustrados com a imagem da vila (1936); bicentenário da fundação do Rio Grande do Sul, com retrato do Brigadeiro Silva Paes (1937); bicentenário da colonização de Porto Alegre, ilustrado por alegoria na qual dois colonos plantam uma árvore, tendo a seus pés a cidade moderna; tricentenário da aclamação de Amador Bueno, cujo retrato ilustra a estampa (1941). Através desse conjunto de comemorações, “ao interessar-se por vilas, capitânicas e missionários, a República pós-30 revolve um passado que, ao retornar, lentamente ia tirando do eclipse os símbolos característicos do rejeitado princípio monárquico: homens fortes, brasões, igrejas, a cruz e a fé”.²⁶



²⁶ MARSON, I. *Selos comemorativos*, op. cit., p. 86.

O capítulo precedente abordou algumas formas de retorno do simbolismo monárquico ao selo, como a reprodução do padrão gráfico de emissões imperiais e a associação da imagem de D. Pedro II à criação do selo brasileiro, além do registro filatélico da tradição comemorativa do Exército, centrada na figura de Caxias. O monarca, que não fora homenageado em selo por ocasião do centenário de seu nascimento, em 1925, reapareceu em um dos tipos da série de quatro selos alusiva à Feira Mundial de Nova York, de 1939, que revela o maior rigor do governo Vargas no controle das emissões do que o praticado anteriormente. O decreto-lei que autoriza a emissão concede ao Comissariado Geral do Brasil no evento três quartos da renda obtida com a venda dos selos, destinando a outra parte ao aparelhamento da Casa da Moeda, mas sem conferir autonomia na definição dos “motivos e cores dos selos”, atribuição do Ministério da Viação e Obras Públicas, assim como a “fiscalização da emissão respectiva”, postura radicalmente diferente daquela adotada para com a Comissão do IV Centenário do Descobrimento do Brasil.²⁷

O vínculo entre o monarca e as Feiras Universais precedentes é relembado no tipo que estampa seu retrato, tendo abaixo a inscrição “D. Pedro II – 1876”, uma alusão à mostra realizada naquele ano na Filadélfia (p. 45 – nº 37). O estabelecimento de um vínculo entre o imperador e a celebração do próprio selo brasileiro proporcionou à imagem do monarca um espaço considerável no conjunto das emissões brasileiras, tradição essa iniciada com duas emissões de 1943. No selo emitido em março, comemorativo do centenário de Petrópolis, a estampa reproduz um dos selos imperiais ilustrados com sua efígie (p. 44 – nº 27). Já em agosto, o centenário da emissão do olho-de-boi é objeto de duas séries comemorativas, uma das quais, na sua versão em bloco filatélico, traz os retratos de Pedro II e Getúlio Vargas, além das reproduções dos referidos selos imperiais (p. 44 – nº 28).

Com relação ao imaginário monárquico, para além do meio filatélico, Getúlio Vargas interviu nas querelas a respeito da data magna da nacionalidade e sobre quem seria seu ator principal, determinado que o 7 de setembro fosse considerado “o dia da festa nacional brasileira”. O decreto, de outubro de 1932, considerava que “dessa personalidade, adquirida com a independência, decorrem todos os direitos, todas as atividades que, em seu conjunto, caracterizam a vida das nações livres”, que “a nossa Independência foi a consequência de uma larga luta de idéias e tendências, afirmadas em memoráveis campanhas liberais” e, por fim,

²⁷ BRASIL. Decreto-Lei nº 1.076, de 26 de janeiro de 1939. Autoriza a emissão de selos comemorativos da Feira Mundial de Nova York de 1939 e dá outras providências. Coleção de Leis do Brasil (CLBR PUB 31/12/1939 002 000045 1), a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon/> (último acesso em 05/07/2006).

“que nenhum episódio da nossa história, exprime melhor o espírito de unidade e sentimento de pátria, do que o acontecimento que se desenrolou a 7 de setembro de 1822 às margens do Ipiranga, quando o príncipe D. Pedro lançou o grito de ‘Independência ou Morte’.”²⁸ O dia 15 de novembro passou a ser “consagrado á comemoração do advento da Republica”, conforme lei de outubro de 1935, que atualiza o calendário de comemorações nacionais.²⁹ Vargas também determinou a criação de dois monumentos ao Império na cidade de Petrópolis. A 5 de dezembro de 1939, em grandiosa cerimônia prestigiada pelo próprio presidente, foi finalmente inaugurada a capela mortuária para abrigar os corpos de D. Pedro II e da Imperatriz, obra que vinha sendo protelada desde o traslado dos corpos por ocasião do centenário da Independência. No ano seguinte, decreto-lei datado de 29 de março determinou a criação do Museu Imperial, a ser instalado no antigo Palácio Imperial³⁰, com a finalidade de “recolher, ordenar e expor objetos de valor histórico ou artístico referente a fatos e vultos dos reinados de D. Pedro I e, notadamente, de D. Pedro II”, alguns dos quais doados pelo próprio Vargas.³¹

Isabel Marson observa muito bem o significado da transformação simbólica a que são submetidos os selos, uma “proeza” que “consistira em, através da reabilitação do passado colonial e monárquico, transmitir aos cidadãos uma versão da história que legitimava o Estado Novo como o realizador de uma aspiração nacional, sob a forma de um poder unificado e permanente”. A seguir, a autora afirma que o “estigma” volta-se para a “república de 89 e toda a organização política e administrativa criada pela constituição de 91”.³² Embora sejam bastante nítidas tanto as modificações nas emissões como a afirmação de uma ruptura

²⁸ BRASIL. Decreto nº 21.938, de 11 de outubro de 1932. Determina que o 7 de setembro seja considerado o dia da festa nacional brasileira. Coleção de Leis do Brasil (CLBR PUB 31/12/1932 004 000220 1), a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon/> (último acesso em 05/07/2006).

²⁹ Os feriados são os seguintes: “1 de janeiro, consagrado à comemoração da fraternidade universal; 21 de abril, consagrado à memória dos martyres da liberdade, symbolisados na figura do alferes José Joaquim da Silva Xavier, o ‘Tiradentes’; 1 de maio, consagrado confraternidade das classes operarias; 3 de maio, consagrado à comemoração da descoberta do Brasil; 16 de julho, consagrado á comemoração da data em que foi promulgada a Constituição Federal; 7 de setembro, consagrado á comemoração da Independência do Brasil; 12 de outubro, consagrado á comemoração da descoberta da America; 2 de novembro, consagrado á comemoração dos mortos; 15 de novembro, consagrado á comemoração do advento da Republica; 25 de dezembro, consagrado á comemoração da unidade espiritual dos povos christãos”. BRASIL. Lei nº 108, de 29 de outubro de 1935. Estabelece os diversos feriados nacionaes. Coleção de Leis do Brasil (CLBR PUB 31/12/1935 001 000205 1), a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon/> (último acesso em 05/07/2006).

³⁰ SCHWARCZ, L. *As barbas do imperador*: op. cit. p. 513-515.

³¹ BRASIL. Decreto-Lei nº 2.096, de 29 de março de 1940. Cria, na Cidade de Petrópolis, o Museu Imperial. Coleção de Leis do Brasil (CLBR PUB 31/12/1940 001 000293 1), a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon/> (último acesso em 05/07/2006). Sobre a doação de Vargas: VASQUEZ, P. Pequena galeria dos grandes homens. In: *Selos postais do Brasil*, op. cit., p. 178.

³² MARSON, I. *Selos comemorativos*, op. cit., p. 86-87.

em relação ao passado imediato, presente, aliás, na terminologia do movimento, se o Estado Novo alardeava como uma de suas principais realizações ter se constituído em uma “síntese nacional”, como afirma a própria autora, a República que ele torna “velha” deve ser um componente dessa fusão, ainda que superado. Há que se considerar, ainda, a preocupação do governo Vargas em utilizar símbolos que o fizessem passar por republicano e, assim, minimizar seu caráter ditatorial, como afirma Pedro Vasquez:

O Estado Novo procurava sepultar a lembrança dos episódios nebulosos que precederam sua implantação, convertendo-se em autêntico representante dos mais puros ideais democráticos republicanos. Mais ainda: numa postura magnânima e abrangente, instituía-se representante do Estado brasileiro lato senso, ao resgatar a contribuição do período imperial, até então escamoteada ou diminuída pela República Velha. Destarte, não só a República deixava de parecer o que foi – um golpe de Estado contra o Império – como o próprio Estado Novo parecia ser uma louvável, genuína e necessária instância de renovação da própria República.³³

O sentido de continuidade é visível na série comemorativa do cinquentenário da República, de 1939. O primeiro selo é ilustrado com retrato de Benjamin Constant, enquanto o segundo reproduz o quadro *A proclamação da República* (1893), de Henrique Bernardelli, que destaca o Marechal Deodoro, resolvendo circunstancialmente a questão da indefinição em torno do estabelecimento do(s) herói(s) mais adequado(s) ao evento em favor do Fundador e do Proclamador.³⁴ No terceiro selo da série os retratos de Deodoro e Getúlio são colocados lado a lado, separados pelo desenho das Armas Nacionais, que ocupa uma posição central na composição, assim como no bloco comemorativo do aniversário do Estado Novo, emitido em novembro do ano anterior (p. 45 – n^{os} 35 e 30). Toda essa ambigüidade é explícita por dois selos comemorativos que, embora lançados na mesma data, não são classificados como série pelo catálogo oficial dos Correios: a emissão alusiva ao 4^o Centenário de Olinda, de 1938, uma das que contribuíram para o resgate do princípio monárquico, é seguida de outra referente ao “Primeiro Grito de República no Brasil”, que, segundo a tradição, teria ocorrido nesta cidade em 1710. Na estampa, vê-se um marco de pedra ornado por uma estrela, sobre o qual incidem os raios do sol nascente, imagem que remete à “madrugada republicana” de selos anteriores e que aparece, ainda, na emissão comemorativa do decêndio do governo Vargas, de 1940, junto com a alegoria da República, que empunha a bandeira nacional. A personagem também é utilizada em emissões que homenageiam chefes-de-Estado

³³ VASQUEZ, P. Pequena galeria dos grandes homens. In: *Selos postais do Brasil*, op. cit., p. 173-174.

³⁴ Os termos são de Celso Castro (*A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p. 14). Sobre as dificuldades de adoção dos heróis republicanos, ver o capítulo anterior, p. 29-30.

estrangeiros. Na série alusiva à visita do Presidente Justo da Argentina, de outubro de 1933, ela aparece empunhando a bandeira dos dois países, encimada pela inscrição “Tudo nos une, nada nos separa”, em quatro variações de cor/valor. A série que registra a visita do presidente uruguaio Gabriel Terra, emitida em janeiro de 1935, apresenta duas estampas distintas, cada uma das quais em duas variações de cor e valor, que exibem duas alegorias, alusivas às repúblicas brasileira e uruguaia.



O primeiro registro filatélico da bandeira foi feito em selos aéreos, categoria que contou com emissões específicas entre 1927 e 1934 e que, a partir de então, passou a utilizar selos regulares e comemorativos, alguns dos quais apresentavam essa designação em legenda. Este símbolo, que “teve maior aceitação do que a mitificação dos heróis do 15 de novembro e certamente despertou maior respeito do que a figuração feminina da República”³⁵, aparece ainda em um dos tipos da série em homenagem a Força Expedicionária Brasileira, de 1945 (p. 69 – nº 105). A bandeira e o mapa do país foram dois dos signos utilizados nos selos lançados em 1932 pelo Movimento Constitucionalista de São Paulo, em circunstâncias narradas no capítulo anterior. Tais “elementos de brasilidade”, notadamente a bandeira, foram empregados de maneira recorrente nos diversos materiais produzidos pelos revoltosos, como cartazes de

³⁵ CARVALHO, J. A formação das almas, op. cit., p. 116.

propaganda, insígnias militares e medalhas, dentre outros.³⁶ Nos selos nacionais desse período, o mapa é utilizado com mais frequência do que a bandeira, com variações de sentido: para precisar a localização dos eventos comemorados, casos da inauguração de Goiânia (1942) e do cinquentenário do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1945); indicando a abrangência de eventos, o 9º Congresso Brasileiro de Geografia (1940) e o 8º Congresso Brasileiro de Educação (1942); como representação do país no exterior, caso do bloco preparado para a Feira Mundial de Nova York (1940); representando o país anfitrião que recebe a visita de um chefe-de-Estado (1943); como símbolo da coletividade, exortada a participar do censo (1941).

Alguns dos personagens homenageados nas emissões regulares das primeiras décadas republicanas voltam a figurar em selo por conta de jubileus pessoais, casos de Prudente de Moraes, em tipo de 1942 (p. 45 – nº 36), e do Barão do Rio Branco. O diplomata é agraciado com quatro selos, o primeiro deles, de maio de 1944, refere-se à inauguração do monumento em sua homenagem na cidade do Rio de Janeiro, com a estátua reproduzida na estampa. A série alusiva ao centenário de nascimento, lançada em abril do ano seguinte, apresenta três imagens diferentes: seu ex-libris, signo de erudição; um retrato, ornado por um ramo de café; e um mapa do Brasil, vínculo que tornou-se recorrente e que leva Pedro Vasquez a considerá-lo “um dos paradigmas da brasilidade”, juntamente com Caxias, visto que “redesenhou o mapa do Brasil, conferindo-lhe os contornos definitivos”.³⁷ Com a emissão alusiva ao sesquicentenário de Francisco Manuel da Silva, autor da música do hino nacional, os selos passam a homenagear não apenas os emblemas nacionais, mas também seus criadores. Outros artistas, entronizados no cânone nacional, também começaram a ser homenageados em selo, um tema filatélico destinado a prosperar e que foi inaugurado com o registro do centenário de Carlos Gomes em série de quatro tipos, dos quais dois estampam a efígie do maestro e os outros dois uma bela composição com a partitura da ópera *O Guarani*. O outro homenageado foi Machado de Assis, em selo ilustrado com o retrato do escritor. Nesse período, o DCT emitiu uma única série de selos regulares, conhecida por “Netinha”, impressa várias vezes entre 1941 e 1953. A maioria dos tipos representa atividades econômicas ou produtos (petróleo, trigo, siderurgia e comércio), acrescentando mais quatro personagens ao prestigiado grupo cuja homenagem prescinde do imperativo do jubileu: Conde de Porto Alegre (p. 66 – nº

³⁶ DE PAULA, Jeziel. 1932: imagens construindo a história. Campinas: Ed. UNICAMP / Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1998.

³⁷ VASQUEZ, P. Selos postais do Brasil, op. cit. p. 178-180.

88), Marechal Floriano (p. 45 – nº 39), Almirante Maurity (p. 58 – nº 88) e Getúlio Vargas, cujo tipo foi suprimido a partir de 1946 (p. 66 – nº 89).



Retomando as considerações de Taís de Lima e Fonseca acerca da interatividade entre arte, historiografia e livros didáticos, nas décadas de 1930 e 40 a orientação nacionalista tornou-se mais explícita a partir das reformas educacionais centralizadoras implementadas pelo recém criado Ministério da Educação, tão bem sucedidas que não sofreram alterações substanciais até 1980. Foram definidas com mais clareza as diretrizes do ensino de História do Brasil, orientando-as para a formação de uma consciência patriótica, considerando a “curiosidade natural dos alunos pelas imagens”, como um importante recurso pedagógico, nas palavras de Jonathas Serrano, redator dos programas de História da reforma implementada em 1942, na gestão do ministro Gustavo Capanema. Os livros passaram a valorizar a ação dos

“brasileiros” e o “nascimento do sentimento nacional”, imputando à colonização portuguesa a responsabilidade pelo atraso no desenvolvimento, poupando apenas os religiosos, já que a consolidação do catolicismo era entendida como “um dos principais elementos conformadores de nossa unidade”.³⁸

Já os selos postais emitidos a partir do fim do Estado Novo continuaram a privilegiar a história colonial, mantendo o repertório de ilustrações estabelecido na década de 1930. O selo alusivo ao tricentenário da cidade de Paranaguá, de 1948, reproduz o brasão do município, ilustrado por uma caravela. Para os quatrocentos anos de Salvador foram emitidos dois selos em 1949, um leva retrato do Padre Manoel da Nóbrega e o outro uma cena da fundação, com índios e portugueses. O marco iconográfico dessa visão harmoniosa, em que o futuro da nação é dado pela unidade religiosa e pela mistura das raças, o quadro *A Primeira Missa no Brasil* (1861), de Victor Meirelles³⁹, é reproduzido em selo de 1951, alusivo ao 4º Congresso Interamericano de Educação Católica, atualizando a tese do papel fundamental dos religiosos na história do país. João Ramalho, que ilustrara um dos tipos da série alusiva à fundação de São Vicente, é retratado novamente na comemoração dos quatrocentos anos de fundação de Santo André. As duas séries emitidas para o 4º centenário de São Paulo acrescentam uma variante regional aos emblemas da colonização do território, a figura do bandeirante, que já fora utilizada em selo emitido no estado durante os conflitos de 1932. Nova imagem de uma embarcação ilustra o selo comemorativo do quinto centenário da morte de Dom Henrique, o Navegador, considerado o promotor da expansão ultramarina portuguesa. O retrato de Baltazar Fernandes, fundador do povoado que originou Sorocaba, ilustra o selo comemorativo dos trezentos anos da cidade, de 1964. Das emissões alusivas ao 4º centenário do Rio de Janeiro, apenas um selo, que exhibe composição com Estácio de Sá por sobre o brasão da cidade, remete ao episódio fundador. Também integram esse conjunto as emissões alusivas à Batalha de Guararapes (p. 91 – n^{os} 172-3).

Nesse período a tradição comemorativa do Exército, um dos sustentáculos da memória do período monárquico, experimentou seu auge nas emissões postais, como demonstrado no capítulo anterior. No centenário de nascimento da princesa Isabel, em 1946, a representação em efígie e aparência do selo remetem aos selos imperiais que levam a efígie de D. Pedro II. Não há legenda ou identificação visual relacionando-a ao tema da libertação dos escravos,

³⁸ FONSECA, T. “Ver para compreender”, op. cit., p. 102 e ss. A citação de Jonathas Serrano é do livro *História do Brasil* (1945).

³⁹ Ibid., p. 103-104.

embora o vínculo seja apontado na lei que determina a emissão do selo.⁴⁰ As referências à escravidão são manifestadas em jubileus pessoais de abolicionistas. No selo comemorativo do centenário de Castro Alves (1947), o retrato do poeta é envolto por instrumento de aprisionamento de escravos, composição acompanhada por um trecho da estrofe final de *Navio negreiro*: “Auriverde pendão da minha terra / Que a brisa do Brasil beija e balança / Estandarte que a luz do sol encerra / E as promessas divinas da esperança...”. Na emissão alusiva ao centenário de José do Patrocínio, lançada em 1953, por trás do personagem se vê uma alegoria bastante semelhante ao anjo libertador utilizado na série do IV Centenário do Descobrimento. O *Catálogo de selos do Brasil* identifica Joaquim Nabuco, cujo centenário foi comemorado em 1949, como abolicionista, mas não há indicações visuais ou na legenda do selo nesse sentido.

Em 1952, emissão comemorativa do Dia do Selo e da 2ª Exposição Filatélica Nacional registra os 70 anos da emissão imperial “cabeça grande”, associando uma vez mais D. Pedro II ao selo brasileiro (p. 49 – nº 42). O episódio da Abertura dos Portos, que completava 150 anos em 1958, é evocado de maneira radicalmente diferente da representação elaborada por ocasião do centenário: se lá a própria República recebia um navegador português, agora, além da embarcação, vê-se o retrato de D. João VI, que assinou a carta régia referente ao ato. A mudança da corte portuguesa para o Brasil implicou em outras medidas cujos sesquicentenários foram comemorados em 1958, a Imprensa Nacional e o Jardim Botânico. A imperatriz Maria Leopoldina teve seu retrato estampado no selo comemorativo alusivo aos 140 anos da Independência (1962), rara inclusão de uma mulher na galeria dos vultos históricos nacionais. No ano seguinte, o retrato do Patriarca da Independência apareceu uma vez mais, por ocasião do bicentenário de seu nascimento.

Símbolos, eventos e personalidades relacionadas ao início do regime republicano são minoritários. A alegoria feminina da República, utilizada durante o governo Vargas para sugerir um vínculo com a tradição republicana, serviu, em 1946, para negar essa ligação, que estaria sendo retomada pelo governo Dutra. Com essa emissão, que comemora a nova

⁴⁰ O ato legislativo decreta feriado nacional o dia 29 de julho de 1946, determina a emissão do selo e o traslado de seus despojos mortais para o mausoléu imperial de Petrópolis, homenagens justificadas considerando-se que ela “exerceu por três vezes as funções de Regente do Império”, que “os atos legislativos de 28 de Setembro de 1871 e de 13 de Maio de 1888 relativos à abolição da escravidão foram por ela sancionados” e, ainda, “que os predicados pessoais e as virtudes cívicas que demonstrou em vida tornaram sua memória digna do culto e da gratidão do povo brasileiro”. BRASIL. Decreto-Lei n. 9.488, de 19 de julho de 1946. Declara feriado nacional o dia 29 de julho de 1946 e dá outras providências. Diário Oficial da União (DOFC PUB 20/07/1946 010589 3), a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon/> (último acesso em 05/07/2006).

constituição, a personagem despedia-se da cena filatélica por um longo tempo. Em 1949, o retrato de Rui Barbosa, divulgado anteriormente em selo regular, foi exibido por ocasião do centenário de seu nascimento. Dois selos de 1953, ilustrados com a alegoria da Justiça, registraram os cinquenta anos do tratado de Petrópolis, desfecho diplomático do conflito envolvendo os governos boliviano e brasileiro acerca do território do atual estado do Acre, em nova alusão, ainda que indireta, a Rio Branco, condutor do processo, que teve o nome dado à capital do território. Benjamin Constant retornou ao selo por ocasião do centenário de educação do cego no Brasil, em 1954, contagem que retroage ao Imperial Instituto dos Meninos Cegos, instituição dirigida pelo tenente-coronel entre 1861 e 1889 e que adotou seu nome em seguida à sua morte, em 1891. Quintino Bocaiúva, outro dos candidatos iniciais a herói republicano, foi lembrado pelos cinquenta anos de falecimento em selo de 1962, que o identifica em legenda como “Patriarca da República” e “Príncipe do Jornalismo”. O ex-presidente Epitácio Pessoa teve o centenário de nascimento registrado em emissão de 1965, que exhibe seu retrato (p. 53 – nº 47).

Nesse período, mais precisamente em 1948, Tiradentes passa a integrar o museu filatélico nacional, a propósito da comemoração dos duzentos anos de nascimento.⁴¹ Sua ausência até então é surpreendente e não se explica pela falta de ocasião. A série Alegorias Republicanas caracteriza-se por representar personagens ligados aos governos iniciais da República, mas, além deles, há um personagem, Cabral, cuja função é dar sentido de continuidade histórica ao grupo, efeito que também poderia ser obtido com a inclusão do alferes. Da mesma forma, na série comemorativa do IV Centenário do Descobrimento, não seriam a Inconfidência Mineira e seu herói máximo motivos esperados numa seqüência de eventos que representa a consolidação da liberdade nacional, travestida de ideal republicano? Esse sentido, aliás, foi atribuído pelo calendário das festas nacionais, que considera o 21 de abril data de “comemoração dos precursores da independência brasileira, resumidos em Tiradentes”.⁴² O argumento da “monumentalização tardia” de heróis republicanos, ocasionada “pela intensa disputa e falta de consenso entre diferentes grupos republicanos nos anos iniciais

⁴¹ Houve um erro na atribuição da data, apontado em lei que manda “emitir novos selos postais comemorativos do bi-centenário do nascimento de Joaquim José da Silva Xavier o Tiradentes, idênticos aos que, com o mesmo objetivo, acabam de ser lançados, substituídas, porém, as datas 1748-1948, que, por equívoco, neles figuram, por 1746-1946”. BRASIL. Lei nº 1.197, de 9 de setembro de 1950. Autoriza o Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Viação e Obras Públicas, a emitir selos postais comemorativos do bi-centenário de Tiradentes. Diário Oficial da União (DOFC PUB 15/09/1950 013633 2), a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon/> (último acesso em 05/07/2006). Os catálogos filatélicos consultados apresentam o tipo com a inscrição “1748-1948”, um indicativo de que a determinação não foi cumprida.

⁴² BRASIL. Decreto n. 155 B, de 14 de janeiro de 1890. Declara os dias de festa nacional. op. cit.

do novo regime”⁴³, não parece se aplicar ao personagem, que representou, justamente, a solução para este impasse.⁴⁴



A galeria filatélica dos artistas e intelectuais que contribuíram para o estabelecimento da tradição nacional recebeu vários acréscimos nesse período. Pedro Américo, um dos expoentes da Academia Imperial de Belas Artes, foi homenageado no centenário de seu

⁴³ CASTRO, C. *A invenção do Exército brasileiro*, op. cit. p. 14.

⁴⁴ Segundo José Murilo de Carvalho, Tiradentes, que já era um símbolo reivindicado pelos republicanos desde meados do século XIX, como contraponto à imagem de D. Pedro I, teve seu “culto cívico” intensificado após a proclamação da República (Tiradentes: um herói para a República. In: *A formação das almas*, op. cit., p. 55-73).

nascimento, em 1943. A instituição, fundamental para o desenvolvimento da pintura histórica na segunda metade do século XIX, teve o sesquicentenário registrado em selo de 1966, que menciona na legenda a “Missão Artística Francesa”, responsável pela sua estruturação. Os outros personagens retratados são os seguintes: o historiador Capistrano de Abreu, professor do Colégio D. Pedro II, pelo centenário de nascimento (1953); também pelo centenário e no mesmo ano, o viajante francês Saint-Hilaire, que percorreu grande extensão do país entre 1816-22, publicando vários relatos posteriormente; Francisco Varnhagen, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pelos 150 anos de nascimento (1966); e, pelos 400 anos de nascimento (1967), Frei Vicente do Salvador, que publicou uma *História do Brasil* em 1627.

Quanto aos selos regulares, o ano de 1964 foi o último de circulação da série Vultos Célebres da História do Brasil, lançada dez anos antes, que contava com os seguintes personagens: Almirante Tamandaré (p. 66 – nº 96), Duque de Caxias (p. 66 – nº 95), José Bonifácio, D. João VI, Joaquim Murinho, Rui Barbosa e Oswaldo Cruz. Em 1963, a série recebeu novos desenhos, que circularam até 1966: Severino Neiva; Euclides da Cunha; Ângelo Moreira da Costa Lima; Gonçalves Dias; Tiradentes; D. Pedro I e D. Pedro II (p. 53 – nº 49). Até a transformação dos Correios em empresa pública, em 1969, circularam ainda as séries Antigos Presidentes da República (p. 53 – nºs 50-54) e Mulheres Famosas do Brasil (1967-69). Esta última constitui o único registro de personagens femininas da categoria, excetuando-se a alegoria da República: Madre Joana Angélica; Marília de Dirceu; Dra. Rita Lobato; Anita Garibaldi; Ana Néri; e Darcy Vargas.

A partir de então, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos abandonou o registro de personalidades, além de substituir as novas séries a cada cinco anos ou quando houvesse a necessidade de modificação dos valores tarifários⁴⁵. Estes são alguns dos aspectos da tentativa dos Correios em superar a crise na instituição, que já durava duas décadas e atingiu seu auge em 1965. Nesse período o selo postal brasileiro “atravessou a fase mais difícil do ponto de vista da qualidade gráfica, devido também aos poucos investimentos nos equipamentos de impressão da Casa da Moeda”.⁴⁶

⁴⁵ BRASIL. Decreto nº 58.599, de 13 de junho de 1966. Estabelece normas para confecção e emissões de selos postais e outras fórmulas de franquiamento de correspondência. Diário Oficial da União (DOFC PUB 15/06/1966 006417 3), a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon/>, último acesso em 20/05/2006).

⁴⁶ ALMEIDA, C. O selo postal brasileiro da segunda metade do século XX ao início do novo milênio. In: Selos Postais do Brasil, op. cit., p. 128.

3.2 AS EMISSÕES HISTÓRICAS E OS CORREIOS-EMPRESA

A transformação estilística a que foi submetido o selo brasileiro a partir de 1972 é tão evidente quanto a elevação na quantidade de emissões, aspectos de um projeto que tinha por objetivos a melhoria da qualidade das emissões e o incentivo da filatelia. Alguns ensaios do novo padrão gráfico podem ser observados nos selos emitidos entre 1967-71, caso da homenagem a Cabral no ano do quinto centenário de seu nascimento (1968). O primeiro tipo, ilustrado com cena das caravelas aproximando-se do Monte Pascoal e um retrato do navegador, foi lançado na data atribuída ao Descobrimento, 22 de abril, e não mais 3 de maio como determinavam os decretos de 1890 e 1935. O segundo selo, lançado na data do jubileu, 20 de julho, reproduz o quadro *Primeira Missa no Brasil* (1948), de Cândido Portinari, representação que destoa do padrão estilístico empregado até então nos selos que retratam cenas históricas. No bicentenário de Jean Baptiste Debret, integrante da Missão Francesa e professor de pintura histórica na Academia Imperial de Belas Artes, além do auto-retrato que ilustra o selo de 1968, os tipos reproduzem pranchas ilustrativas de seu livro *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, utilizadas com frequência em livros didáticos. Outro exemplar dessa fase de transição é o selo do centenário da Lei do Ventre Livre (1971), ilustrado com a reprodução da tela *Mãe Preta*, no qual se vê uma ama-de-leite escrava amamentando uma criança branca enquanto vigia seu próprio filho. O autor dessa visão harmoniosa da escravidão, Lucílio de Albuquerque, integrou os quadros da Escola Nacional de Belas Artes, designação dada a Academia Imperial pela República. Nesses selos ainda se vê a inscrição “Correios”, suprimida a partir de 1973, ano em que as legendas foram padronizadas e deslocadas para as margens das estampas.

As modificações podem ser observadas na série História, de 1973. O primeiro tipo comemora os 150 anos do 2 de julho, data de lançamento da coleção e do aniversário da entrada do exército pacificador em Salvador após a Independência. Segundo o edital, todos os anos o povo e as autoridades “se irmanam nas ruas e nos palácios, nas mais significativas manifestações típicas, religiosas e folclóricas”. O selo é ilustrado pelo carro alegórico do Caboclo, utilizado nos desfiles e ornado por diversos elementos alusivos ao episódio, dentre eles a bandeira nacional e a legenda “Independência ou Morte”. O tipo seguinte registra o centenário da Estrada da Graciosa, construída por sobre uma das antigas ligações entre o litoral e o planalto paranaense e que serviu como escoadouro da produção de mate e café até o

final da década de 1960, quando foi “entregue ao turismo”, informa o edital. O terceiro selo, alusivo aos quatrocentos anos da cidade de Niterói, é ilustrado com um desenho do cacique Araribóia, aliado dos portugueses na expulsão dos franceses, em 1555, episódio que desencadeou o povoamento da região. O edital descreve a trajetória da localidade até chegar ao presente “de destacada função industrial”. Encerra a série selo do centenário da Convenção de Itu, que defendia o regime republicano federativo e o sufrágio universal para maiores de 21 anos e lançou “as bases da fundação do Partido Republicano Paulista, o qual até a Revolução de 1930 se constituiria, juntamente com o P. R. Mineiro, na base política da República Velha”.⁴⁷ Se o conjunto ainda se define pela lógica do jubileu, por outro lado apresenta uma tendência à regionalização da memória nacional, além de referir-se, indistintamente, a todos os períodos do passado da nação. O conceito da série comemorativa de estilo padronizado pode ser observado em outro conjunto de 1973, Personalidades, que registra o sesquicentenário de Gonçalves Dias; o centenário do “libertador do Acre”, Plácido de Castro; e o centenário da carmelita francesa Santa Teresa do Menino Jesus.



A idéia da história como um tema de coleção também está presente nos materiais de divulgação filatélica editados pela empresa naquela década: “Eis mais um fascículo, o quarto.

⁴⁷ O 2 de Juho; TOURINHO, Luiz Carlos Pereira (Presidente do Instituto Histórico, Demográfico e Etnográfico Paranaense). Estrada da Graciosa; 4º Centenário da Cidade de Niterói; GUERRA, Lauryston (Museu Histórico Nacional). A Convenção de Itu: Edital dos selos comemorativos n^{os} 820-823, lançados em 02/07/1973. Brasil em selos: selos postais do Brasil, 1900-1999. Brasília: Correios; Curitiba: Opensoft, 2000 [cd-rom].

Desta vez o tema é a história. O objetivo da ECT é orientar você, que deseja iniciar-se nos segredos da filatelia. Em cada fascículo é abordado um tema entre os mais interessantes para a sua futura coleção de selos”, diz a apresentação de um dos números da coleção *Filatelia ilustrada*, de 1975, vendida em bancas de jornal.⁴⁸ A sugestão é mais incisiva no artigo *Apresentação do tema*, publicado na edição do *Correio Filatélico* de novembro de 1977. O texto alerta o “novo colecionador” (é este, aliás, o título da seção) que o sucesso na “arte de colecionar selos de maneira simples, correta e agradável”, está relacionado à escolha do tema, que deve estar em sintonia com a “inclinação ou preferência” do filatelista. Após a menção de alguns temas possíveis, vem a recomendação: “gostaríamos de sugerir aos nossos amigos que fizessem uma coleção sobre o Brasil. Que acham de uma coleção contando a História do nosso país?”. Para desenvolver o tema, “basta abrir seu livro didático e ver como o autor dividiu o índice ou seguir o roteiro dado pelo próprio artigo, com os seguintes períodos: Brasil Colônia, dividido em colonização e expansão territorial; Brasil Império, dividido entre os reinados de D. Pedro I e de D. Pedro II; e República, dividido em “A Proclamação da República”; “A República até 1930 (presidentes, acontecimentos)”, “O Brasil, de 1964 até nossos dias”.⁴⁹ Como se vê, nem todo o passado republicano é digno de nota, mas, para além da exclusão do período 1930-64, as diversas memórias, diluídas na perenidade de um único ente, a nação, são transformadas em etapas necessárias, uma sucessão que se pretende natural.

Outra sugestão nesse sentido é dada pelo já mencionado fascículo *História*, da *Coleção Filatelia Ilustrada*, que tem sessões para a fixação de selos por sub-temas, no caso, a clássica periodização da História do Brasil. Tudo começa com a chegada de corajosos navegadores à “terra que é formosa e acolhedora”. Na colonização, “de ponto em ponto, devagar mas sempre, o Brasil foi tomando forma”. Com a mudança dos tempos e a Independência, “o Brasil é Pátria amada. É um país, não é mais uma colônia”. O inevitável desfecho republicano não impede a referência afetiva ao passado monárquico: “Dos tempos do Império restaram lembranças. Saudades de um D. Pedro II barbudo, com jeito de avô. Saudades dos bailes da Corte, das pompas e homenagens. Mas já é tudo passado. O presente é a República e o futuro promissor. O Brasil já tem sua própria bandeira. Viva a Bandeira do Brasil!”. Esta construção é favorecida por uma visão evolutiva da história, “ciência tão importante para o entendimento

⁴⁸ *Filatelia ilustrada*: v. 4: História. Rio de Janeiro: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 1975.

⁴⁹ O novo colecionador: apresentação do tema. In: *Correio Filatélico*, Rio de Janeiro, a. 1, n. 9, p. 8-9, nov. 1977.

dos progressos da humanidade” ou, ainda, “documento da evolução do homem”, exemplificada pela “evolução da Civilização Brasileira”.⁵⁰

Esta concepção teleológica da história nacional pode ser observada nos próprios selos, em outra série temática de apelo filatélico, alusiva a VII LUBRAPEX, realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1978. Mesmo considerando que se trata de mais uma Exposição Filatélica Luso-Brasileira, o edital que acompanha as emissões não deixa dúvidas sobre o sentido da utilização das bandeiras, todas elas são consideradas, retrospectivamente, signos de uma única nacionalidade, “tantas bandeiras para uma só glória”. Após situar cronologicamente cada uma delas e identificar sumariamente seus símbolos, o texto volta à carga:

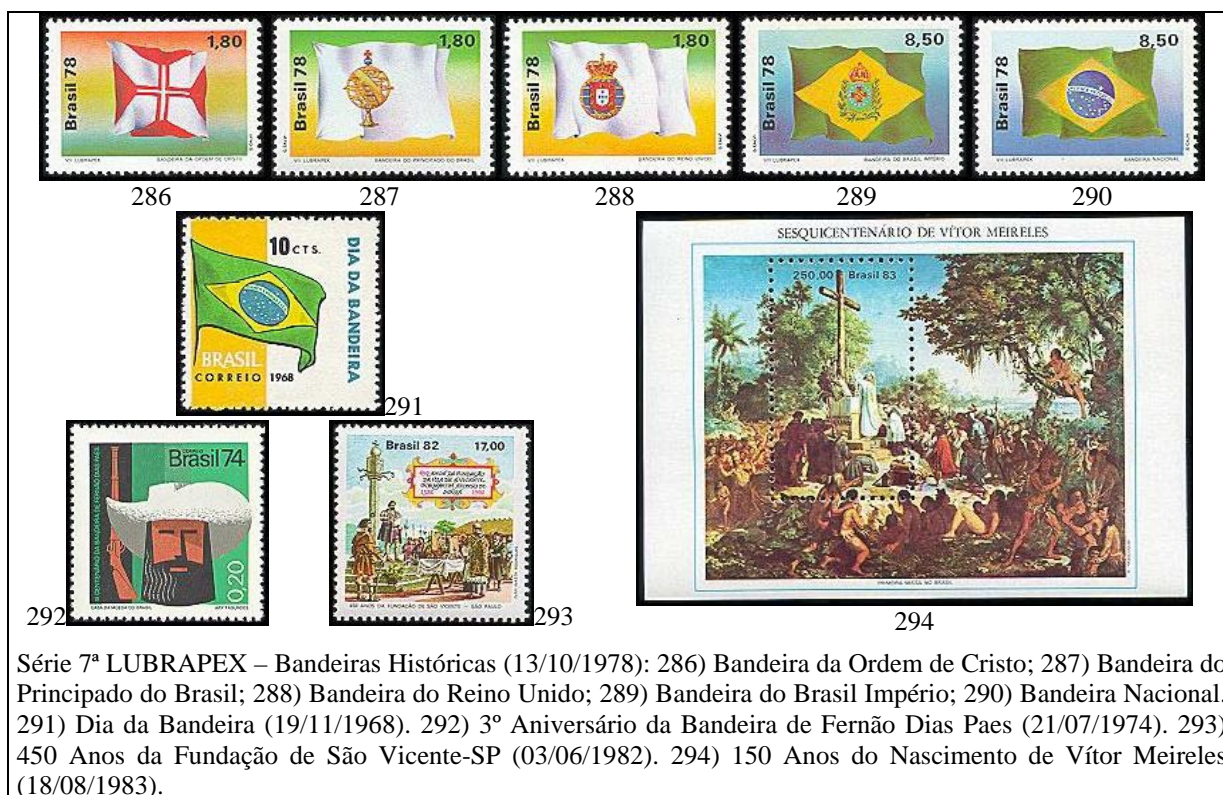
Muitas bandeiras. Muitas. Marcando a passagem da história e o rumo de um destino. E todas amadas em seu tempo, norte e caminho, esperança e afirmação. E aqui estamos: o presente não se interiorizando ao passado, sendo um interdependente do outro, estranho compromisso das gerações no singularíssimo destino de cada Pátria.⁵¹

Não era a primeira vez que a bandeira era estampada em selo durante os governos militares. Além da emissão em homenagem aos Presidentes da Revolução analisada no capítulo anterior (p. 53 – nº 55) os Correios lançaram, em 19 de novembro de 1968, um selo comemorativo alusivo ao Dia da Bandeira, único registro desse tipo nas emissões brasileiras e que antecipou a campanha nacional denominada “Uma bandeira para cada sala de aula”, sugerida pelo próprio presidente Costa e Silva à Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp), a agência de propaganda do governo. Em 1971, com o objetivo de disseminar o uso do símbolo, o Executivo encaminhou ao Congresso projeto redigido pelo assessor chefe da Aerp, José Maria de Toledo Camargo, propondo que se diminuíssem as restrições de uso, tidas por muito severas. Mas, a despeito dessa proposta de popularização, a bandeira não perdeu seu caráter monumental, como bem demonstra a inauguração, em 1972, do Monumento ao Pavilhão Nacional em Brasília, acompanhada por milhares de pessoas e comandada pelo presidente Médici. A bandeira, de 280 metros quadrados, é sustentada por um mastro de 200 metros de altura, distribuídos em 24 tubos de aço que representam os estados e territórios da nação. O conjunto é iluminado ininterruptamente para que a bandeira não precise ser arriada, atendendo à inscrição da placa inaugural: “Sob a guarda do povo

⁵⁰ Filatelia ilustrada: v. 4 História, op. cit.

⁵¹ SANTANA, Moacir (Sociedade Filatélica Rio-Grandense). VII LUBRAPEX – Série Bandeiras Históricas: Edital dos selos comemorativos nºs 1084-88, lançados em 13/10/1978. Brasil em selos, op. cit.

brasileiro, nesta Praça dos Três Poderes, a Bandeira sempre no alto – visão permanente da Pátria”.⁵²



O conceito da série temática de história não prosperou para além de casos pontuais e, além disso, entre 1973-83, diminuiu consideravelmente a incidência das emissões referentes à história nacional nos moldes praticados até então. A registrar: tricentenário da Bandeira de Fernão Dias Paes, que saiu de São Paulo em 1674 para percorrer o território das Geraes até o rio São Francisco; sesquicentenário de D. Pedro II (1975; p. 58 – nº 60); centenário da morte de Caxias (1980; p. 87 – nº 148); 450 anos da fundação de São Vicente (1982). Os períodos colonial e monárquico continuam predominantes, para o que contribuem os diversos tipos das emissões de 1978, 1981 e 1982, alusivas ao “dia do selo”, que reproduziram emissões imperiais ilustradas com a efígie de D. Pedro II. A clássica cena do episódio fundador primordial voltou a ser exibida em 1983, por ocasião do jubileu de Victor Meirelles, bloco

⁵² Conforme FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997. Sobre a campanha “Uma bandeira para cada sala de aula”, ver p. 142. Para o projeto de lei e o monumento, p. 56. A lei a que o projeto deu origem é a seguinte: BRASIL. Lei nº 5700, de 01 de setembro de 1971. Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Supl. (DOFS PUB 02/09/1971 000001 1), a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon/> (último acesso em 20/05/2006).

comemorativo cujo picote delimita com precisão a área de convergência do olhar, o altar e a cruz em torno do qual estão dispostos, harmoniosamente, portugueses e índios.

Outra referência ao período monárquico, o Sesquicentenário da Independência, foi a principal festividade pública do Regime Militar, antecedida em alguns anos por lei que alterou a nomenclatura do 7 de setembro para “Dia da Independência”, além de prescrever “normas para a sua comemoração”. A data deveria ser festejada anualmente em todo o território nacional, cabendo ao poder público “organizar e levar a efeito solenidades e atos civis comemorativos”, que teriam por finalidade “explicar o significado político do acontecimento, exaltar a idéia de pátria estimular o amor à liberdade, cultivar as tradições nacionais, estimular os sentimentos de solidariedade e o amor ao trabalho construtivo como fatores de preservação e fortalecimento da Independência”. Para cumprir a missão, o Ministério da Educação e Cultura, as secretarias estaduais de educação e as prefeituras, em ações coordenadas, ficavam incumbidas de promover a realização, no dia útil anterior à “data histórica, palestras cívicas nos estabelecimentos de ensino” e, no dia 7 de setembro, “festas e espetáculos públicos, preferentemente de cunho folclórico, palestras e conferências, se possível irradiadas e televisadas, exposições, divulgação de poemas, artigos, estudos, contos, fotografias e outros alusivos à data.” Recomendava, por fim, a utilização da data para a inauguração de obras públicas e de particulares “de real significado para o progresso nacional”.⁵³

Seguindo o relato de Luiz Fernando Cerri – que vê no Sesquicentenário ocasião propícia para que se compreendam outras formas de ensino da história nacional, para além da escolar – os festejos iniciaram-se com a chegada ao país dos restos mortais de D. Pedro I, viagem que repete duas anteriores, a do próprio D. Pedro, ainda menino, acompanhando a família real em 1808, e a de Cabral, em 1500, referida pela data do retorno: “associam-se na cerimônia de 22 de abril de 1972 o aparecimento das terras brasileiras na História e a emancipação política das mesmas, compondo o Brasil. Trata-se de recompor um rosário de datas que marcam a vida da nação, como aniversários de uma vida, entendendo a nação como um corpo de um indivíduo para o qual a história é uma biografia”. Nos meses seguintes, os despojos, convertidos em monumento ambulante, percorreram duas dezenas de cidades brasileiras até serem sepultados, a 7 de setembro, no Monumento à Independência localizado nos jardins do Museu Paulista (também conhecido por Museu do Ipiranga), inaugurado em

⁵³ BRASIL. Lei nº 5.571, de 28 de novembro de 1969. Denomina "Dia da Independência" a data de sete de setembro e traça normas para a sua comemoração. Diário Oficial da União (DOFC PUB 01/12/1969 010247 1), a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon/> (último acesso em 05/07/2006).

1922, por ocasião do Centenário da Independência. Ao trazer o corpo e promover seu macabro “tráfego cívico”, o “projeto nacional da ditadura militar” dava fundamento histórico às suas políticas nacionais de integração e segurança, “inscrevendo-se no ‘mesmo’ da história pátria, pondo-se no sentido da continuidade da obra do imperador, que por sua vez parece também seguir não a imperativos políticos ou pessoais, mas ao imperativo magno da nacionalidade”. Além da analogia com elementos rituais católicos, como a relíquia, a procissão e a peregrinação, a propaganda do governo aproveita-se da associação entre independência, monarquia e unidade nacional, reiterada há décadas nos livros didáticos e nos currículos escolares.⁵⁴

D. Pedro I é a figura central no registro filatélico do Sesquicentenário da Independência, que é bastante expressivo, a começar pelo logotipo unindo os anos 1822 e 1972, estampado em todo os selos comemorativos emitidos no ano, independente do tema. Exibido também em diversas peças publicitárias oficiais, é mais provável que o símbolo tenha sido concebido pela Aerp e adotado pelos Correios do que realizado o caminho inverso. A emissão comemorativa do jubileu propriamente dito atende ao apelo filatélico da série padronizada estilisticamente, embora os tipos sejam monocromáticos, característica que contrasta com a principal inovação gráfica implementada pela ECT, o colorido das imagens, mas que foi utilizada em algumas emissões como referência ao passado. Os tipos exibem imagens de diferentes objetos elaborados para perpetuar a memória da Independência ou de eventos decorrentes.

O primeiro selo da série reproduz o quadro *A Fundação da Pátria Brasileira*, de Eduardo Sá, outro pintor ligado à Academia Imperial de Belas Artes, no qual se vê José Bonifácio a examinar a nova bandeira, observado por D. Pedro I e pelos elementos que simbolizam unidade da nação, o negro, o índio e o branco. O selo seguinte exhibe detalhe do desenho de Jean Baptiste Debret transformado em litografia por Thierry Frères, que retrata o episódio da aclamação do imperador, em cerimônia realizada dia 12 de outubro, aniversário de D. Pedro I, no Campo de Santana, que passou a chamar-se Praça da Aclamação e, posteriormente, Praça da República. No terceiro selo se vê D. Pedro I usando os trajes da cerimônia de coroação, além da coroa e o cetro concebidos por Debret, uma reprodução do retrato feito dias após a solenidade pelo pintor Henrique José da Silva, um dos diretores da Academia Imperial. O tipo seguinte reproduz o anverso da moeda de ouro com a efígie de D.

⁵⁴ CERRI, Luis Fernando. 1972: “Sete bandeiras do setecentenário por mil cruzeiros velhos”... *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, PUCRS, v. XXV, n. 1, p. 193-208, jun 1999.

Pedro I, cunhada por Zéphirin Ferrez e da qual foram distribuídos 64 exemplares a convidados da cerimônia de coroação. Fecha a série selo ilustrado com cena do Grito do Ipiranga, inspirada no bronze do Monumento à Independência, erigido em São Paulo por ocasião do jubileu centenário e que recebia, naquele ano, os restos mortais do monarca vindos de Portugal. Os editais dos selos limitam-se a fornecer informações sobre as ilustrações e os eventos que elas representam, mas o texto do último tipo transcende o território da comemoração para ensaiar uma explicação historiográfica, caracterizando o episódio do Grito como “o ponto culminante do processo de emancipação política do Brasil”, não apenas o “gesto isolado” do príncipe regente, mas “momento importante de um longo processo de rompimento dos laços do sistema colonial”.⁵⁵

A importância do jubileu é demonstrada pela sua derivação para outros registros filatélicos, caso do bloco comemorativo alusivo a EXFILBRA-72, realizada no Rio de Janeiro entre 26 de agosto e 2 de setembro. O texto do edital, de autoria do general Mirabeau Pontes, então Presidente do Clube Filatélico Paulista, informa que a escolha do quadro que ilustra a peça pretende ligar “esse importante acontecimento filatélico à data magna da História do Brasil”, exposição que, aliás, “faz parte do programa de festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil”, contando com o patrocínio de diversos órgãos do governo federal e da Federação Interamericana de Filatelia. A segunda parte do texto é uma nota biográfica de Pedro Américo, autor do quadro que figura no selo, descrito como “um dos maiores pintores brasileiros do século XIX”, que estudou na Academia Imperial e na Europa graças ao patrocínio de D. Pedro II, especializando-se na pintura histórica, “gênero em que produziu as obras primas que o haviam de immortalizar”.⁵⁶ Como na emissão de 1983 que reproduz *A Primeira Missa no Brasil*, o picote que une o selo ao bloco delimita a parte principal da cena, D. Pedro I a cavalo, comandando o ato.

A exposição também foi objeto da emissão de uma série de três tipos que reproduzem mapas dos séculos XVI e XVII, estabelecendo em selo o vínculo entre a Independência e o surgimento das terras brasileiras na história, de que fala Cerri. Já o vínculo entre 1822 e o

⁵⁵ GODOY, Solange Sampaio. O Sete de Setembro de 1822: Edital do selo comemorativo nº 793, lançado em 04/09/1972. *Brasil em selos*, op. cit. O catálogo informa a autoria apenas para o edital do primeiro selo da série (nº 789), como sendo de Herculano Gomes Mathias, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O compêndio paracurricular *Selo, pequena janela para o Brasil e o Mundo* (Rio de Janeiro: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Ed. Documentário, 1975. p. 17-20) informa a autoria dos demais: 790) Mário Ferreira França, também do IHGB; 791) Lourenço Luiz Lacombe, do Museu Imperial; 792) Gilberto Ferrez, que não é identificado mas deve ser um descendente do gravador de moedas.

⁵⁶ PONTES, Mirabeau (Presidente do Clube Filatélico do Brasil). O Grito da Independência: Edital do bloco comemorativo nº 30 lançado, em 19/07/1972. *Brasil em selos*, op. cit.

presente, foi explicitado no edital do selo que homenageia os presidentes da Revolução, emitido em março de 1972: “É historicamente significativo que o 150º aniversário da Independência se comemore quando o Brasil se afirma novamente no concerto universal pela Revolução de 31 de Março, um movimento autenticamente nacionalista, cujo êxito se explica pela consonância de seus princípios com a alma brasileira”.⁵⁷



É interessante ressaltar que Tiradentes é aliado da comemoração filatélica do Sesquicentenário da Independência, embora o personagem estivesse em evidência por aqueles anos, como indicam as manifestações oficiais a seu respeito listadas a seguir. Em 9 de dezembro de 1965 – quando sua imagem circulava em selo regular e na cédula de 5 mil cruzeiros – o inconfidente, que já era patrono das Polícias Militares, foi declarado “patrono cívico da Nação Brasileira” por lei que determinava a inauguração da “efígie do glorioso republicano” nas unidades das Forças Armadas, estabelecimentos de ensino, repartições públicas e demais entidades relacionadas ao governo no próximo 21 de abril, “efeméride comemorativa de seu holocausto”. Tal “manifestação do povo e do Govêrno da República”

⁵⁷ CARNEIRO, Glauco. O 8º Aniversário da Revolução de 1964: Edital do selo comemorativo nº 765, lançado em 29/03/1972. Ibid.

tinha por objetivo “evidenciar que a sentença condenatória de Joaquim José da Silva Xavier não é labéu que lhe infame a memória, pois é reconhecida e proclamada oficialmente pelos seus concidadãos, como o mais alto título de glorificação do nosso maior compatriota de todos os tempos”.⁵⁸

Nas proximidades do 21 de abril do ano seguinte, decreto complementar a lei anterior adotou como “modelo para a reprodução da efígie (...) a estátua do protomártir da Independência, erigida em sua memória defronte à antiga sede da Câmara dos Deputados, na cidade do Rio de Janeiro”, por considera-la a que “melhor se ajusta à imagem gravada pela tradição na memória do povo brasileiro”, o bronze *Tiradentes* (1926), de Francisco de Andrade.⁵⁹ Dez anos depois a lei seria revogada, em decisão apoiada na “manifestação autorizada do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais” e de outras “instituições e Mestres igualmente dedicados à História do Brasil”, além do parecer do Conselho Federal de Cultura, que “entende recomendável a preservação da liberdade criativa no tratamento artístico do tema” e “inconveniente a admissão oficial de modelos que serão, sempre, produto da imaginação e da interpretação subjetiva”.⁶⁰

No mesmo ano em que o modelo fora estabelecido, os ministros militares, usando de atribuições conferidas por artigos dos Atos Institucionais nº 12 (1969) e nº 5 (1968), concederam pensão de dois salários mínimos a cada um dos “três últimos membros da quinta geração do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Protomártir da Independência do Brasil”.⁶¹ Por fim, no próprio ano do sesquicentenário da Independência, a Câmara dos Deputados tomou a iniciativa de reeditar os dez volumes dos *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, que seriam relançados entre 1976-83 em edição conjunta da Câmara dos Deputados Federais e da Imprensa Oficial de Minas Gerais, prefaciada por Flávio Marcílio, presidente do parlamento, e Antonio Aureliano Chaves de Mendonça, governador

⁵⁸ BRASIL. Lei nº 4.897, de 9 de dezembro de 1965. Declara Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, Patrono da Nação Brasileira. Diário Oficial da União (DOFC PUB 13/12/1965 012755 1), a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon/> (último acesso em 05/07/2006).

⁵⁹ BRASIL. Decreto nº 58.168, de 11 de abril de 1966. Estabelece, como modelo para reprodução da figura de Tiradentes, a efígie de Joaquim José da Silva Xavier existente em frente ao Palácio Tiradentes, na cidade do Rio de Janeiro. Diário Oficial da União (DOFC PUB 12/04/1966 003784 1), a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon/> (último acesso em 05/07/2006). Ver também MILLIET, Maria Alice. O modelo recusado. In: *Tiradentes: o corpo do herói*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 207-212.

⁶⁰ BRASIL. Decreto nº 78.101, de 20 de julho de 1976. Revoga o Decreto nº 58.168, de 11 de abril de 1966, que estabeleceu modelo para reprodução da figura de Tiradentes. Diário Oficial da União (DOFC PUB 21/07/1976 009687 2), a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon/> (último acesso em 05/07/2006).

⁶¹ BRASIL. Decreto-lei nº 952, de 13 de Outubro de 1969. Concede pensão especial aos três últimos trinetos de Tiradentes. Diário Oficial da União (DOFC PUB 17/10/1969 008802 3), a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon/> (último acesso em 05/07/2006).

de Minas Gerais.⁶² Ainda assim, o “Protomártir da Independência do Brasil” não foi referido em uma única emissão do ano do Sesquicentenário, que assinalava também os 180 anos decorridos de sua morte, omissão que pode ser tão sugestiva quanto uma emissão, quando se trata de compreender os mecanismos de massificação das tradições inventadas.

Em termos filatélicos, é preciso considerar que a série comemorativa do jubileu em questão não compõe uma galeria de eventos e personagens cujo encadeamento conduz a um fim inevitável, como na série do 4º Centenário do Descobrimento. Além disso, na década de 1970 os temas históricos sofreram uma redução proporcional em relação ao volume de emissões, ao menos nos termos que estão sendo discutidos neste capítulo, a comemoração de eventos, e personagens a eles relacionados, que compõem a biografia da nação. Embora sejam fatores relevantes, talvez seja apropriado procurar outras razões possíveis para além do universo do selo, ou melhor, combina-las.

Segundo Carlos Fico, Octávio Costa, chefe da Aerp, “pretendia centrar os festejos do Sesquicentenário da Independência na figura de Tiradentes” e chegou a propô-lo ao presidente Médici, alertando-o sobre a “improcedência das comemorações” centradas no translado do corpo de D. Pedro I para o Brasil. O ideólogo não acreditava que a cerimônia pudesse alterar o status de herói secundário que D. Pedro ocupava no panteão nacional ou que fosse produtor em termos de propaganda política, mas foi vencido pela “idiossincrasia de alguns militares e do próprio presidente”.⁶³ Para Luiz Fernando Cerri, o “padrão de civismo” do Regime Militar “não clama a imitar na prática os tempos, atos ou pessoas heróicas e extraordinárias”, orientação que podia facilmente ser compreendida pela população, o que explica o “sucesso parcial da educação cívica” do regime e o caracteriza como autoritário, por desmobilizar as massas.⁶⁴ É oportuno lembrar que vivia-se, entre 1969 e 1973, o auge da repressão da ditadura ao que Jacob Gorender descreve como “imersão geral na luta armada” a militarização das vanguardas revolucionárias de esquerda por elas entendida como a única

⁶² Essa edição incorpora documentação então inédita, localizadas no Brasil e em Portugal, em relação à edição anterior de 7 volumes de 1936-38, coordenada pela Biblioteca Nacional e autorizada pelo Decreto 756/A, de 21 de abril de 1936, como forma de viabilizar o acesso à documentação dispersa no Arquivo Público Nacional e na Biblioteca Pública. O decreto, assinado por Getúlio Vargas, autoriza também o translado das cinzas dos inconfindentes para o Brasil, assim como a construção de um memorial que centralizasse a documentação relacionada ao episódio. De acordo com ROSSINI, Mírian de Souza. *As marcas do passado: o filme histórico como efeito de real*. Porto Alegre, 1999. Tese (Doutorado em História), IFCH – UFRGS. p. 186 e ss.

⁶³ FICO, C. *Reinventando o otimismo*, op. cit., p. 64.

⁶⁴ CERRI, Luiz Fernando. *Ensino de história e nação na publicidade do milagre econômico – Brasil: 1969-1973*. Campinas, 2000. Tese (Doutorado em Educação), FE – UNICAMP. p. 55.

resposta possível face a falta de perspectivas das “lutas de massas”.⁶⁵ Um desses grupos, fundado em outubro de 1969, denominava-se Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). O embate simbólico entre D. Pedro I e Tiradentes conta agora com motivações bem diversas daquelas da segunda metade do século XIX e início do XX, favorecendo o predomínio do monarca. Se os heróis não deveriam ser imitados, menos ainda um mártir revoltoso.

Outra derivação importante das comemorações da Independência, que contribui para consolidá-la como a principal data nacional, são as sucessivas emissões comemorativas da Semana da Pátria, notabilizadas por serem concebidas, em sua maioria, para e por crianças. Os editais das duas primeiras emissões, elaborados pela Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República, caracterizam-na como a “festividade magna no calendário cívico do País”, comemorada em todas as regiões do país e por todos os segmentos da população, o “momento de fé, de evocação histórica, de consciência do presente e de identificação do destino da Nação”, nos termos do texto de 1977. Mesmo já sendo amplamente disseminada, o governo não descuidou da sua promoção, coordenando “campanhas de comunicação” para “revigorar e manter a tradição de comemorar festivamente essa data, nas quais “têm-se utilizado imagens e símbolos capazes de estimular ou traduzir sentimentos cívicos, tais como confiança, integridade, harmonia, lealdade, liberdade, ordem e progresso”, segundo o edital de 1978.

A agência de propaganda adotou a prática de promover a escolha anual de um símbolo e uma frase, para evocar “os sentimentos mais elevados dos nossos compatriotas para a tarefa de todos - construir a Pátria”, diz o texto de 1977, e são essas imagens que ilustram as três primeiras emissões da Semana. O selo de 1977 é ilustrado com o cata-vento, objeto “incorporado à nossa cultura, singelo, dinâmico, construído a partir de linhas de absoluta retidão e capaz de se identificar com nossos jovens e crianças pela simplicidade; verde e amarelo, ganhando o azul e o branco no movimento de quem o empunha, independente do vento favorável, significando a vontade nacional no esforço e no desafio de melhores dias para o povo brasileiro”. No ano seguinte, a imagem foi escolhida a partir de concurso e a comissão julgadora observou que dentre os vinte trabalhos finalistas, nove apresentavam “o avião delta, de papel dobrado, com as cores verde-amarela, lançado sobre fundo em graduação de branco-e-azul, reunindo assim as cores nacionais”, de modo que essa imagem foi escolhida para ser reproduzida nos cartazes e no selo comemorativo. Na emissão de 1979, para traduzir

⁶⁵ GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1999, p. 167. Sobre a caracterização desse período como o de repressão mais violenta ver, no capítulo anterior, a nota nº 95 à página 70.

o “caráter cívico das festividades”, foi adotada a bandeira brasileira, o “principal símbolo da Pátria”, que serviu de base para “uma concepção artística em que o círculo central do pavilhão é representado como o sol nascendo sobre o verde da terra, tingindo o céu de amarelo, compondo as cores nacionais”. A composição representa “o nascimento do País, concebido pelo grito do Ipiranga, e a convicção de que, conforme a letra do Hino da Independência, de autoria do próprio D. Pedro, ‘o sol da liberdade raiou no horizonte do Brasil’.” Sobre o lema “Ordem e Progresso”, o texto afirma que ele “traduz a relação causa-efeito que tem ‘iluminado’ a história da Nação: a disciplina e o respeito mútuo proporcionam a tranqüilidade necessária à realização do trabalho com que consolidamos nosso desenvolvimento”.

As menções pontuais ao evento histórico da Independência caracterizam-se pela concisão, pelo estabelecimento de uma relação de continuidade entre Império e República e, especialmente, pelo vínculo que se quer estabelecer com o presente/futuro. “Como naquela tarde de 1822, em que os ‘correios’ precipitaram os laços portugueses, hoje o ‘selo’ rememora a Independência que ainda precisa ser conquistada, a cada dia, pelo trabalho dos brasileiros. O Brasil depende de nós. O Brasil é feito por nós”, prega o texto de 1977. O edital da emissão de 1982, registra que já se passam cento e sessenta anos do ato da proclamação e “o Brasil vive ainda hoje, e não somente durante as festividades da Semana da Pátria, o propósito de ser sempre uma nação livre, justa e sobranceira (...) O povo brasileiro, consciente do seu papel, trabalha com ânimo, fé e alegria, construindo com amor a terra que é de todos nós. Na esperança de que homens iguais tenham, realmente e sempre, oportunidades iguais”. O selo é ilustrado por uma “interpretação livre” da parte principal do quadro de Pedro Américo (aquela mesma destacada pelo picote do bloco de 1972), e exibe uma inscrição que mescla a referência ao evento com a inscrição republicana da bandeira - “Brasil: Independência, Liberdade, Ordem e Progresso”.

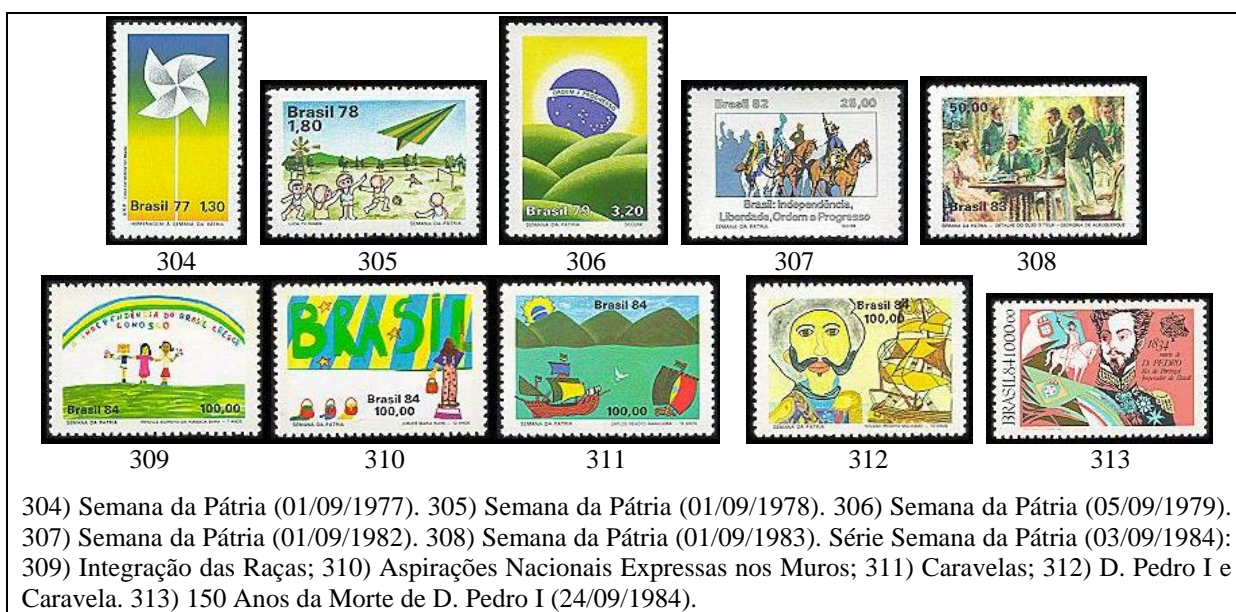
O texto da emissão de 1983 é uma elaborada explicação historiográfica sobre a Independência, sem mencionar, em momento algum, as campanhas publicitárias do governo, invertendo assim a lógica dos editais anteriores, que se dedicavam a repercutir a propaganda e faziam referências ocasionais e extremamente concisas ao fato histórico comemorado. O roteiro da libertação do país principia nas “lutas para expulsar os primeiros invasores”, que despertaram “os primeiros sentimentos de brasilidade”, cujo exemplo marcante é a expulsão dos holandeses a partir das Batalhas dos Guararapes, dando mostra de que “sempre que há uma invasão, a população mobiliza-se e os intrusos são expulsos”. O texto refere-se também

às “várias ocasiões” em que se manifestou o “descontentamento interno, que gera acontecimentos que marcam profundamente seu lugar na História de nosso País”. Na segunda metade do século XVIII desponta uma “nova ordem sócio-econômica”, assentada em ideais republicanos, que sacodem tanto o Velho Mundo, com a Revolução Francesa, quanto o Novo Mundo, com a Independência dos Estados Unidos. No início do século seguinte, o Brasil “assiste a transferência da Corte portuguesa para a Colônia, acossada pelas tropas de Napoleão Bonaparte que estão às portas de Lisboa”. Progressivamente, aumenta a oposição dos portugueses à permanência da realeza no Rio de Janeiro, até que, em 1821, D. João VI retorna a Lisboa e D. Pedro permanece no Brasil, como Príncipe Regente, o que gera novo descontentamento daqueles, que tentam “de todas as maneiras, recolonizar o Brasil”. Como “reações de protesto eclodem por todo o País”, o conselho encabeçado por D. Leopoldina “simpatizante da causa dos brasileiros” reúne-se e opta pela independência (cena que ilustra o selo), decisão comunicada por mensageiros a D. Pedro, que estava em viagem de Santos para São Paulo. Ao ler a correspondência enviada por sua mulher e pelo Patriarca da Independência, José Bonifácio, o futuro imperador do Brasil “rompe definitivamente os laços que nos unem a Portugal”. Embora ocupe-se em narrar o fato histórico passado, o texto não deixa de estabelecer o vínculo com o presente, nos termos característicos da propaganda de governo: “A 7 de setembro de 1822, é proclamada a Independência do Brasil que, transcendendo aos tempos, é consolidada a cada dia através da obra de cada trabalhador brasileiro”.

Os concursos para crianças são retomados em 1984, com a participação direta dos Correios na sua organização, além da divulgação do resultado final através do selo. Promovido pela empresa, pela Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República e pelo Programa de Desenvolvimento Integrado do Ministério da Educação e Cultura, contou com o apoio das secretarias municipais e estaduais de educação e das diretorias regionais dos Correios para a triagem prévia de novecentos trabalhos. Uma equipe composta por membros dos órgãos promotores, com a Assessoria Filatélica representando os Correios, selecionou cem trabalhos para serem exibidos no II Salão Nacional de Arte Infanto-Juvenil, no saguão da Agência Filatélica do Edifício Sede da ECT, no período de 12 a 30 de abril. Durante o evento, nova comissão, composta por representantes da Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, do Ministério das Comunicações, do Ministério da Educação e Cultura, da Casa da Moeda do Brasil, do Clube Filatélico do Brasil,

da Sociedade Filatélica Paulista, do Museu Nacional de Belas-Artes, do Museu de Arte Moderna e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, escolheu quatro desenhos para ilustrar os selos e, ainda, um para ser transformado em carimbo e outro para ilustrar envelopes. Os desenhos “transformados agora em selos e peças filatélicas levam a todos os povos a concepção de patriotismo da juventude brasileira”.⁶⁶

É notável que três dos quatro selos apresentam elementos das próprias campanhas anteriores da agência de propaganda do governo. No primeiro tipo da série vê-se o arco-íris, que fora utilizado no cartaz oficial do Dia da Pátria de 1971, além do reiterado mote da integração racial sob a forma das crianças de diferentes cores posicionadas no centro da figura. O desenho do terceiro tipo exibe a livre adaptação da bandeira brasileira que ilustrava o selo de 1979 (no canto superior esquerdo), além das caravelas, que remetem à ligação estabelecida anteriormente entre os episódios do Descobrimento e da Independência. Tal vínculo é ainda mais explícito no último selo da série, que exibe as imagens de D. Pedro I e de uma caravela.



⁶⁶ Respectivamente: ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Semana da Pátria 77: Edital do selo comemorativo n° 1034, lançado em 01/09/1977; ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Semana da Pátria 78: Edital do selo comemorativo n° 1078, lançado em 01/09/1978; SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Semana da Pátria 79: Edital do selo comemorativo n° 1131, lançado em 05/09/1979; EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS TELÉGRAFOS. Semana da Pátria 82: Edital do selo comemorativo n° 1292, lançado em 01/09/1982; EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Semana da Pátria 83: Edital do selo comemorativo n° 1348, lançado em 01/09/1983; EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Semana da Pátria 84: Edital dos selos comemorativos n°s 1405-1408, lançados em 03/09/1984. Brasil em selos, op. cit.

O tema da Semana da Pátria não foi registrado nos selos em outros contextos históricos, singularidade que pode ser relacionada com o ensino de história praticado no período. Taís de Lima e Fonseca considera que não houve modificação significativa em se tratando das relações entre historiografia, ensino de história e uso de imagens, caracterizando o Regime Militar como um herdeiro do Estado Novo sob esse aspecto. Mas mesmo que se admita que o ensino de história manteve essas características é preciso considerar, como faz a própria autora em outro texto, que a disciplina sofreu um processo de desqualificação. A começar pela formação dos professores das áreas de Ciências Humanas, com a implementação de licenciaturas curtas e a criação do curso de Estudos Sociais, que fundia os de História e Geografia. Tais medidas pretendiam suprir a falta de profissionais qualificados provocada pela expansão do mercado educacional estimulada pelo governo, ao mesmo tempo em que enfraquecia a formação desses mesmos profissionais, menos aparelhados em termos teóricos e metodológicos. Tal processo era complementado pela redução da carga horária das disciplinas escolares da área de humanas. No ensino fundamental, História e Geografia foram substituídas pela disciplina de Estudos Sociais, ministrada exclusivamente pelos professores formados nas novas licenciaturas curtas, excluindo os professores que tinham formação específica nas duas áreas.

O governo militar também ocupou-se em incrementar o ensino da educação cívica, através da redefinição das disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira, que tornaram-se obrigatórias nas escolas, assim como a disciplina de Estudos dos Problemas Brasileiros, introduzida no ensino universitário. Medidas de “claro papel moralizador e ideológico”, como demonstram as finalidades desses conteúdos definidas por lei, em sintonia com a Doutrina de Segurança Nacional, que considerava as pessoas envolvidas no processo de educação um de seus “públicos-alvo externos”, logo “passíveis de controle ideológico pelos riscos que representavam à segurança do país”:

- a preservação, o fortalecimento e a projeção de valores espirituais e éticos da nacionalidade; o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva visando o bem comum;

o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.⁶⁷

A ampla presença da imagem de D. Pedro I nesse período conta ainda com emissão alusiva aos 150 anos de sua morte, que se permite a utilização de um retrato próximo da caricatura, embora a referência canônica esteja presente no detalhe do personagem a cavalo, extraído do quadro de Pedro Américo e posicionado entre uma alegoria da bandeira do período colonial e outra da bandeira imperial. Já é possível também a identificação da legenda “Rei de Portugal e Imperador do Brasil”, uma ambigüidade que fora depreciativa em outros tempos e que agora se considera seu principal atributo, segundo Pedro Calmon, então presidente do IHGB, que assina o edital: “De um lado (eis o seu legado!) consolidou a unidade brasileira; de um outro, impeliu Portugal para diante, rasgando na antiga colônia e na metrópole decadente, os diplomas de antanho, em nome das luzes da Civilização”. Não importam, sequer, seus “erros políticos”, porque “sobre os desacertos e os infortúnios, agiganta-se o gênio de condutor das massas, o fulgor da estrela cívica, que lhe iluminou a jornada, em ambos os continentes”. Apesar do tempo decorrido de sua morte, “continua lembrado e o reverenciamos em todos os 7 de setembro como se continuasse vivo, a cavalo, no punho triunfante a Suprema Lei, irradiando a majestade do patrono da Independência”.⁶⁸

3.3 AS EMISSÕES HISTÓRICAS NO CONTEXTO DE REDEMOCRATIZAÇÃO

A partir de meados da década de 1980 verifica-se, no conjunto das emissões postais brasileiras, um grande número de tipos referentes a temas históricos, muitos deles relacionados aos episódios constitutivos da biografia da nação. Uma das referências à memória republicana é o bicentenário da Inconfidência Mineira, comemorado com a emissão de um selo em 1989, estabelecendo como marco para a contagem do jubileu o ano da prisão dos inconfidentes. Na composição se vê, à esquerda, o triângulo da bandeira do movimento, posteriormente adotada pelo estado de Minas Gerais, substituindo o sol na

⁶⁷ Conforme FONSECA, Thaís Nívia Lima. O ensino de história no Brasil: concepções e apropriações do conhecimento histórico (1971-1980). In: CERRI, Luiz Fernando (org.). O ensino de história e a ditadura militar. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003, p. 35-54. O trecho citado é das páginas 41-42 e a legislação em questão é o Decreto-lei nº 68065, de 14 de janeiro de 1971. Diagnóstico bastante semelhante pode ser visto em FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. Campinas: Papirus, 1992; LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Entre 1969 e 1983 – uma síntese. In: SILVA, Marcos A. da (org.). *Repensando a história*. 6ª ed. São Paulo: ANPUH / Marco Zero, s/d. p. 88-91; dentre outros.

⁶⁸ CALMON, Pedro (Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro). O Sesquicentenário da Morte de D. Pedro I: Edital do selo comemorativo nº 1410, lançado em 24/09/1984. *Brasil em selos*, op. cit.

metáfora visual do alvorecer republicano. O “vulto de um inconfidente”, identificação do catálogo para a figura humana ao centro, não evoca nenhum personagem específico, mas a data de emissão, 21 de abril, remete a Tiradentes. Metade da área da composição é ocupada pelo “cenário barroco da conspiração”, combinando assim a representação da história tradicional a uma de suas principais derivações filatélicas implementadas na década anterior, o patrimônio histórico (assunto do próximo capítulo). O edital, assinado pelo diretor do Museu da Inconfidência, apresenta uma explicação historiográfica do evento, mesclando o ideal republicano ao de independência e lembrando que “cercada do mais absoluto silêncio pelo período de um século, a Inconfidência Mineira teve iniciado o processo da sua revisão e valorização na campanha pela proclamação da República. Criou-se então a legenda gloriosa daqueles que, com o pensamento na pátria, ousaram desafiar o império português”.⁶⁹

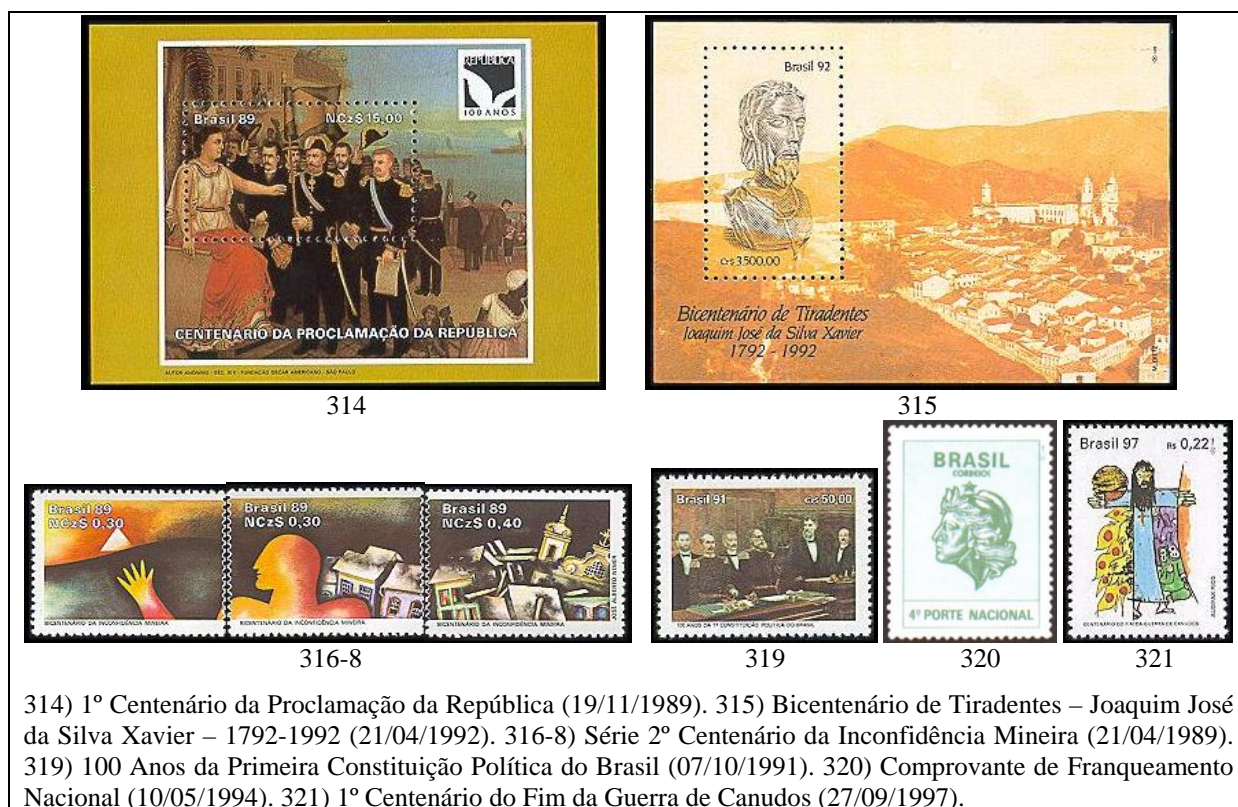
Três anos depois é emitido um bloco comemorativo que tem por legenda “Bicentenário de Tiradentes, Joaquim José da Silva Xavier, 1792-1992”. Somente através da leitura do edital ou por inferência cronológica é possível constatar que a contagem de tempo refere-se à execução do personagem, o móbil que o torna não apenas herói, mas mártir. O edital do selo, assinado pelo presidente Collor reafirma ser “indiscutível o mérito” do personagem, mas defende o aprofundamento dos estudos relacionados a ele e ao movimento inconfidente, em prol do “cultivo de nossa memória histórica”. Diz, ainda, que “o objetivo maior a nos orientar é o de tornar realidade o sonho de Tiradentes e seus companheiros de ideal: a conquista de uma Nação livre, moderna, íntegra, com qualidade de vida que assegure a todos o direito pleno à cidadania”.⁷⁰ A história não perde seu caráter exemplar, mas incorpora um novo mote a seu repertório discursivo, a reivindicação da cidadania. O bloco é ilustrado com um panorama de Ouro Preto, nova referência ao patrimônio histórico, apenas a área do selo exibe a imagem do mártir, a reprodução do bronze *Tiradentes* (1985) de Bruno Giorgi, alojado no Panteão da Pátria Tancredo Neves, localizado na Praça dos Três Poderes em Brasília.

Este monumento, projetado no formato de uma pomba por Oscar Niemeyer, foi inaugurado pelo presidente José Sarney no dia 7 de setembro de 1986. Segundo o portal oficial do governo do Distrito Federal “a idéia de se erguer um monumento para homenagear

⁶⁹ MOURÃO, Rui (Diretor do Museu da Inconfidência). Bicentenário da Inconfidência Mineira: Edital dos selos comemorativos n^{os} 1599-1601, lançados em 21/04/1989. Ibid..

⁷⁰ COLLOR, Fernando (Presidente da República Federativa do Brasil). Bicentenário da Execução de Tiradentes – Joaquim José da Silva Xavier (1746-1792). Edital do bloco comemorativo n^o 89, lançado em 21/04/1992. Ibid.

os heróis nacionais surgiu no Palácio do Planalto, diante do corpo do presidente Tancredo Neves, inspirado nos ideais de liberdade e democracia que, a exemplo dos seus conterrâneos inconfidentes, tão bem soube representar”. A anacrônica caracterização da democracia como uma aspiração constante na história brasileira volta a aparecer na definição dos heróis nacionais, “aqueles brasileiros que possuíram ideais de liberdade e democracia”. O monumento, que apresenta em seu interior diversos elementos artísticos alusivos à Inconfidência Mineira, é consagrado à memória de Tiradentes, personagem que inaugurou o “Livro de Aço dos Heróis Nacionais”, tendo seu nome inscrito no dia 21 de abril de 1992, data do bicentenário da sua execução. Localizado no centro do salão principal do monumento, o livro registra os nomes dos heróis sugeridos pelo Congresso Nacional, “observando-se um período mínimo de cinquenta anos após a morte do homenageado”.⁷¹



O centenário da Proclamação da República é registrado em bloco filatélico, cujo edital estabelece uma genealogia da “idéia republicana”, que “fez parte dos anseios do povo brasileiro desde muito cedo, podendo ser percebida pela primeira vez na Revolta dos Mascates, em 1710”, assim como na Inconfidência Mineira, em 1789, novamente em Pernambuco, em 1817 e 1824, e na República do Piratini, em 1835. A vocação republicana –

⁷¹ De acordo com http://www.sc.df.gov.br/paginas/museus/museus_06.htm (último acesso em 18/09/2006).

assinalada também pela fundação do Partido Republicano do Brasil, em Itu, 1870 – esbarrava na estabilidade política do Império, garantida pela condução moderada de D. Pedro II, “um monarca esclarecido”. Mas ao final da Guerra do Paraguai “as classes armadas, cientes da nova importância política e social conquistada, não conseguiram mais esconder sua antipatia pelo regime monárquico, nem suas idéias republicanas. Ao mesmo tempo que as classes conservadoras, prejudicadas, principalmente no norte do país, pela libertação dos escravos, começaram a retirar também seu apoio ao Imperador”. Ainda segundo o texto, assinado pelos próprios Correios, “nos anos 80, as vertentes mais importantes da vida política do Brasil convergiam todas para a República: os abolicionistas; os republicanos tradicionais - liberais e progressistas - liderados por Quintino Bocayuva; a juventude revolucionária, arrebatada pela eloquência de Silva Jardim; os jovens militares inflamados por ensinamentos do mestre Benjamin Constant, republicano e positivista; os veteranos militares descontentes, que a princípio queriam apenas a queda do Gabinete, e os antigos monarquistas escravistas, prejudicados pela Lei Áurea”. Por fim, a 15 de novembro de 1889, quando o marechal Deodoro toma a decisão de liderar as tropas republicanas, “nada mais estava fazendo do que responder a um antigo anseio do povo que, não obstante demonstrar afeto e respeito ao Imperador, desejava a mudança das estruturas políticas por um novo regime, capaz de melhor viabilizar as exigências do progresso do país no alvorecer de um novo século. Ao separar a Igreja do Estado, ao derrubar para sempre os privilégios sociais e políticos que atrasavam o desenvolvimento econômico e social, a República estava preparando o Brasil, definitivamente, para o seu grande destino”.⁷²

Para além do otimismo retrospectivo, chama a atenção o tom conciliatório do texto em relação à figura do imperador, o que também é evidenciado pela imagem escolhida para ilustrar o bloco, quadro de autoria desconhecida, bastante divulgado nos livros didáticos. Ao fundo da imagem, vê-se o velho monarca, prestes a embarcar no navio que o levaria ao exílio, retribuindo a saudação de pessoas que estão postadas à janela de um edifício. Em primeiro plano, o Marechal Deodoro, acompanhado por outros republicanos, civis e militares, entrega a nova bandeira a uma entronizada alegoria feminina da República. No canto superior direito, o logotipo oficial das comemorações do jubileu. Deodoro, o Proclamador, foi o terceiro personagem inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, em 15 de novembro de 1997.⁷³

⁷² EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Centenário da Proclamação da República: Edital do bloco comemorativo nº 81, lançado em 19/11/1989. *Brasil em selos*, op. cit.

⁷³ De acordo com http://www.sc.df.gov.br/paginas/museus/museus_06.htm (último acesso em 18/09/2006).

A alegoria republicana, ausente dos selos desde 1946, foi utilizada também nos comprovantes de franqueamento nacional e internacional emitidos em 1993 e 1994 e, no ano seguinte, no selo comemorativo do primeiro aniversário do Plano Real. A República inicial também é comemorada no selo alusivo ao centenário da “1ª Constituição Política do Brasil”, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, aquela que criara uma “organização política e administrativa” estigmatizada pelas emissões do Estado Novo⁷⁴; a peça reproduz a tela *Compromisso Constitucional* (1896), de Francisco Aurélio de Figueiredo e Melo, bastante comum em livros didáticos de história. Selo de 1999, alusivo ao sesquicentenário de nascimento de Rui Barbosa, estabelece uma relação visual do personagem com essa constituição, sustentada pelo edital, que o aponta como responsável pela influência do “pensamento político constitucional anglo-americano” na carta. Ainda segundo o texto, Rui foi um participante ativo “de todas as grandes questões de sua época”, a “fundação da República” entre elas, e “um dos mais importantes personagens da História do Brasil”, cuja “memória é fonte de inspiração para um grande número de brasileiros”.⁷⁵ Outra alusão aos primeiros tempos de regime republicano é o selo comemorativo de jubileus dos presidentes Campos Salles e Prudente de Moraes, emitido em 1991 (p. 63 – n^{os} 74 e 75). Mas não são mais apenas os grandes eventos e personagens da história republicana que merecem o prestígio de emissões comemorativas, mesmo episódios que “mancham” sua memória são agora comemorados, caso do “centenário do Fim da Guerra de Canudos”, de 1997, em selo ilustrado com imagem caricatural de Antonio Conselheiro.

À semelhança do Sesquicentenário da Independência, o Centenário da República deriva para outros registros filatélicos. O bloco emitido em julho de 1989, a propósito da “Brasiliana’89 - Exposição Filatélica Interamericana, Espanha e Portugal”, comemora o 146º aniversário do sempre lembrado olho-de-boi e também “uma importante data”: “o Centenário da Proclamação da República, ocorrida a 15 de novembro de 1889, no Rio de Janeiro - RJ, concretizando, finalmente, o ideal presente nos sonhos dos inconfidentes mineiros que, cem

⁷⁴ MARSON, I. *Selos comemorativos*, op. cit., p. 87.

⁷⁵ MACHADO, Mário Brockmann (Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa). 150 Anos do Nascimento de Joaquim Nabuco e de Rui Barbosa: Edital do selo comemorativo nº 2096, lançado em 19/08/1999. Brasil em selos, op. cit.

anos antes, haviam eleito a República como regime de governo para a nova nação que idealizavam fundar”.⁷⁶

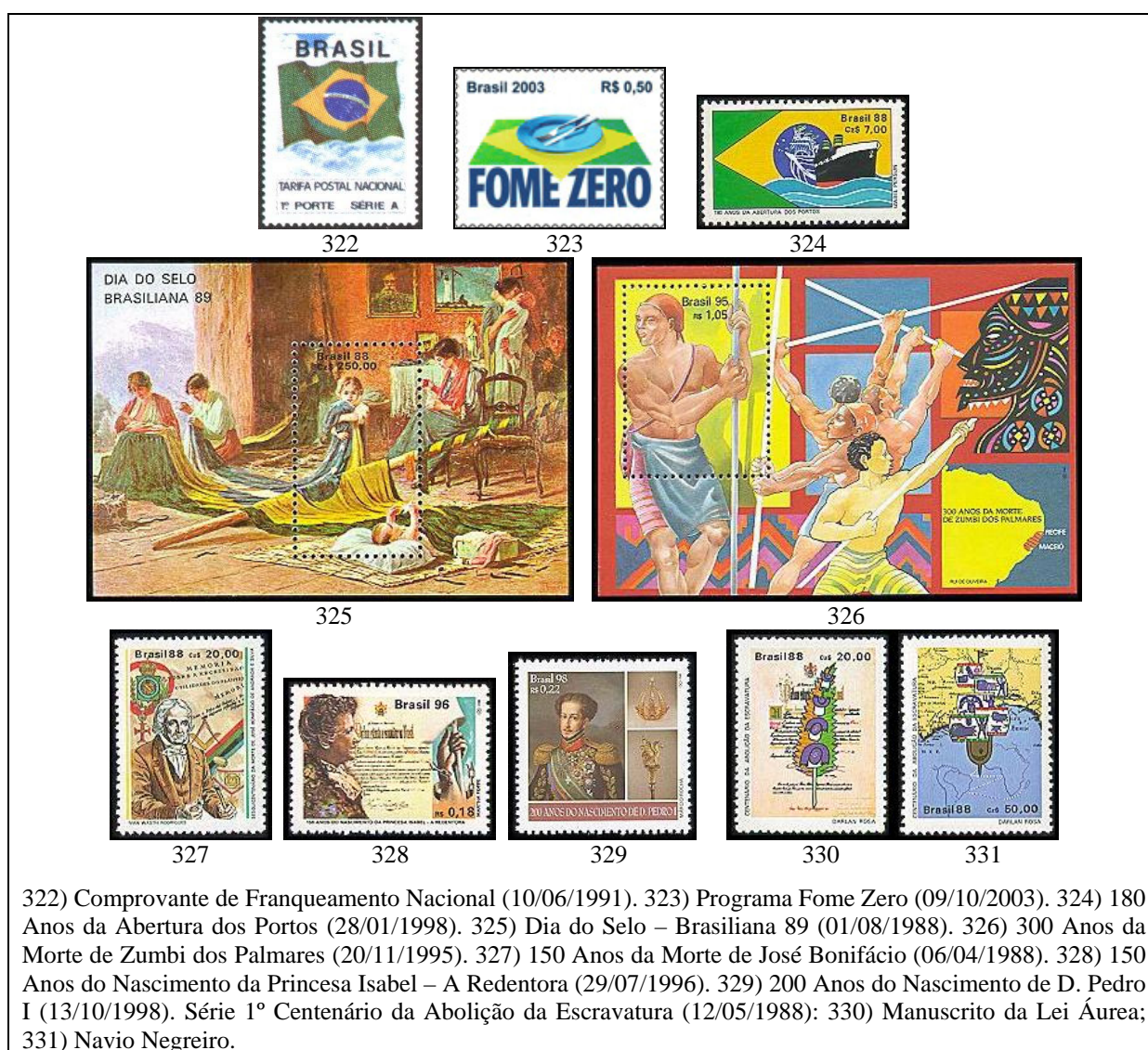
Um bloco emitido no ano anterior, além de fazer a propaganda desta exposição, reproduzia o quadro *A Pátria* (1919), de Pedro Bruno, “um dos objetos mais significativos que compõe o acervo do Museu da República”, segundo o edital assinado por museólogo da instituição. O texto fornece uma interpretação para o quadro, a confecção da bandeira (figura central) significando a construção da pátria, enquanto as crianças transmitem a idéia de pureza. Na parede ao fundo, nos quadros dentro do quadro, “a figura de Tiradentes simboliza as raízes históricas da nacionalidade e a do Marechal Deodoro, a república”. Informa ainda que na “construção da república, foram criados os Símbolos Nacionais que perduram como valores intrínsecos do nosso povo, na história”, Bandeira Nacional, Hino Nacional, Armas Nacionais e Selo Nacional, que “têm padrões próprios, determinados por lei, que devem ser observados resguardando sua tradição e seus princípios filosóficos”. Encerra o texto um breve comentário sobre o autor do quadro, aluno da Escola Nacional de Belas-artes.⁷⁷ A bandeira nacional foi um símbolo bastante utilizado nas emissões desse período, destacando-se dois aspectos: a sua utilização em diferentes modelos de selos regulares, entre 1991 e 1995, e a sua utilização na elaboração de outras imagens, caso do selo alusivo ao Programa Fome Zero, emitido em 2003, no qual os elementos da bandeira correspondem aos componentes de uma mesa.

Mesmo com o incremento das referências republicanas, os períodos colonial e monárquico seguiram sendo os mais freqüentes nas emissões históricas, para o que contribuem as emissões alusivas a D. Pedro II, incluindo a associação da sua imagem ao selo brasileiro, comentadas no capítulo anterior. Em 1988, nova comemoração do episódio da Abertura dos Portos, em composição que utiliza a imagem de uma embarcação antiga e uma moderna para denotar a passagem do tempo, tendo por fundo uma livre-adaptação da bandeira nacional. Nesse mesmo ano outra comemoração repetida, a homenagem a José Bonifácio, dessa vez pelos 150 anos decorridos de sua morte, em composição que combina signos monárquicos, maçônicos e referentes à intelectualidade do personagem. A Princesa Isabel, cujo sesquicentenário de nascimento foi registrado em 1996, finalmente teve sua imagem

⁷⁶ EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Dia do Selo - Brasiliana 89 - Exposição Filatélica Interamericana, Espanha e Portugal: Edital do bloco comemorativo nº 79, lançado em 28/07/1989. Ibid.

⁷⁷ SANTOS, Fausto Henrique dos (Museólogo - Chefe da Divisão Técnica do Museu da República). “A Pátria”: Edital do bloco comemorativo nº 74, lançado em 01/09/1988. Ibid.

associada, em selo, à libertação dos escravos. Além das referências na nomenclatura da emissão e no edital, o selo exibe o seu retrato e uma composição do texto da Lei Áurea, empunhado como se fora uma bandeira por uma mão cujos grilhões que a aprisionavam acabam de se romper. Em emissão de 1998, que comemora os duzentos anos de seu nascimento, D. Pedro I é representado portando várias de suas condecorações, imagem ladeada por outras duas, de seu cetro e coroa. Personagem de repetidas homenagens filatélicas, o monarca teria o nome inscrito no Livro dos Heróis da Pátria no dia 5 de setembro de 1999.⁷⁸



O tema da escravidão conta com um bom número de emissões nesse período, a começar pelas novas referências a personagens caracterizados como abolicionistas por

⁷⁸ Conforme http://www.sc.df.gov.br/paginas/museus/museus_06.htm (último acesso em 18/09/2006).

ocasião de seus jubileus pessoais. No sesquicentenário de Castro Alves, emissão de 14 de março de 1997, a legenda o identifica como “poeta da liberdade” e o selo exibe, além do seu retrato, a imagem de um escravo sendo açoitado. Já o selo alusivo aos 150 anos do nascimento de Joaquim Nabuco exibe como legenda frase atribuída a ele, “hei de votar a minha vida ao serviço da generosa raça negra”, além do termo “abolição”. Há ainda a referência a José Bonifácio como “autor do primeiro projeto abolicionista surgido no Brasil, apresentado à Assembléia Constituinte de 1823”, que consta no edital do selo em sua homenagem mencionado logo acima.⁷⁹ Dois tipos emitidos em 25 de março de 1984 comemoram o “centenário dos abolicionistas precursores”, referindo-se à antecipação da extinção legal da escravidão nas províncias do Ceará, em 25 de março, e do Amazonas, em 10 de julho de 1884, “datas quase esquecidas que devem ser condignamente lembradas por sua antecipação de um fato que só seria consumado, no restante do país, em 1888”.⁸⁰ O edital dos selos destacam o papel dos abolicionistas locais e as estampas dos selos, além de signos visuais que remetem aos dois estados, uma jangada e um rio, respectivamente, recorrem à imagem das mãos rompendo correntes.

O Centenário da Abolição da Escravatura é contemplado com nova série de dois selos, lançados na véspera do 13 de maio de 1988. No primeiro tipo, tendo por pano de fundo o texto da Lei-Áurea, se vê uma pena nas cores verde e amarela, sobre a qual um escravo vai progressivamente se erguendo, simbolizando a libertação. Além desse registro, similar a outras ocorrências do tema em selo, o segundo tipo exibe um navio negreiro por sobre dois mapas, da costa da África e das rotas de tráfico. O edital da série vai além da comemoração do episódio libertador, caracterizando a escravidão como ação histórica praticada pela “classe dominante” porque fundamental à manutenção do sistema agrário colonial, avaliando que “o processo que culminou a 13 de maio de 1888 foi longo e difícil, pontilhado de compromissos dos quais os escravos pouco se beneficiavam”. A abolição não é mais um beneplácito da realeza, nem apenas um ideal de abnegados abolicionistas, mas um processo que conta com a participação das “camadas populares, setores da classe média, exército e da própria realeza”, além do “impulso final”, “dado pelos próprios escravos que, com o auxílio dos abolicionistas,

⁷⁹ KNYCHALA, Catarina Helena (Assessora do Diretor do INL). Sesquicentenário da Morte de José Bonifácio de Andrada e Silva: Edital do selo comemorativo nº 1561, lançado em 06/04/1988. Brasil em selos, op. cit.

⁸⁰ LOUREIRO, Antonio José Souto. Centenário dos Abolicionistas Precursores: Editais dos selos comemorativos nºs 1371-72, lançados em 25/03/1984. Ibid.

abandonavam as fazendas”. O texto encerra-se lembrando que “o Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão”.⁸¹

Em novembro de 1995 o museu filatélico nacional admite seu primeiro herói escravo, Zumbi dos Palmares, tema de bloco comemorativo por ocasião dos 300 anos de sua morte. O edital do texto destaca a importância dos quilombos “na resistência à escravidão”, apontando a “confederação de Palmares” como a mais importante dessas organizações, um “incômodo ‘Estado livre’ em pleno Brasil colonial”. Na sua longa história de conflitos militares “avulta a figura do grande líder Zumbi”, que “é hoje visto como o maior líder da resistência anti-escravista nas Américas. O tricentenário de seu ‘ingresso na História’, ora comemorado, é a final redenção de um dos maiores heróis da Humanidade”.⁸² Pouco tempo depois, no dia 21 de março de 1997, esse “símbolo da luta dos negros por dignidade e igualdade” seria o segundo personagem inscrito no Livro dos Heróis da Pátria.⁸³ 20 de novembro, dia da morte de Zumbi, “se consolida como uma data de grande significado no calendário histórico nacional”, tendo sido “adotado pelo Movimento Negro Brasileiro como o Dia Nacional da Consciência Negra” e comemorado em selo emitido nessa data, em 2001. Com ele, os Correios acreditam contribuir para o fortalecimento do movimento e de outras ações “que buscam a ampliação da cidadania junto a parcelas importantes da sociedade civil”. Cidadania que é representada visualmente por composição que exhibe a palavra consciência pixada em um muro, um martelo (justiça), um livro (educação) e engrenagens (trabalho), observados por um menino negro.⁸⁴

Esse panorama aqui exposto, de pouco mais de um século de emissões comemorativas brasileiras cujo tema é a história tradicional, chega ao fim da mesma maneira que começou, com a comemoração do “Descobrimento do Brasil”. As emissões anteciparam-se em muito ao jubileu propriamente dito, por razões diversas. Os selos brasileiros emitidos a propósito da Exposição Filatélica Espanha’ 84 recorrem ao passado, mais precisamente à “Era dos Descobrimientos”, título do edital, como forma de estabelecer uma relação de proximidade entre os dois países: um selo retrata Pedro Álvares Cabral e o outro a Cristóvão Colombo, cada qual acompanhado pelas bandeiras dos reinos que representam. No mesmo ano,

⁸¹ VIELLE, Angela Suma (Diretora do Museu da Abolição). Centenário da Abolição da Escravatura: Edital dos selos comemorativos n^{os} 1562 e 1563 lançados em 12/05/1988. Ibid.

⁸² LOPES, Nei (Fundação Cultural Palmares). 300 Anos da Morte do Herói Zumbi dos Palmares: Edital do bloco comemorativo n^o 100, lançado em 20/11/1995. In: Ibid.

⁸³ http://www.sc.df.gov.br/paginas/museus/museus_06.htm (último acesso em 18/09/2006).

⁸⁴ http://www.correios.com.br/selos/selos_postais/selos_2001/selos2001_39.cfm exhibe a imagem e o edital dessa emissão (último acesso em 05/07/2006).

comemorou-se o primeiro aniversário do Edifício Sede da União Postal das Américas e Espanha (UPAE), localizado em Montevideu e decorado com “objetos de arte característicos de cada procedência nacional”, doados pelos países membros. A obra doada, reproduzida no selo em questão, chama-se *A Primeira Carta Expedida do Brasil* e é comentada no edital pelo seu próprio autor, enfatizando uma idéia muito cara à instituição, de que “o nosso correio nascia com o próprio Brasil” e que “a primeira carta é também o primeiro documento da nossa história”, justificando, assim, a imagem de Caminha a redigi-la, acompanhado por outros elementos que compõem a “atmosfera: a flora exuberante, o autóctone nu e acolhedor, uma fauna ornitológica bizarra etc. Pero está redigindo e como que se detém, compondo na mente o que vai relatar, a memória reproduzindo imagens e o olhar perdido em transcendência”.⁸⁵

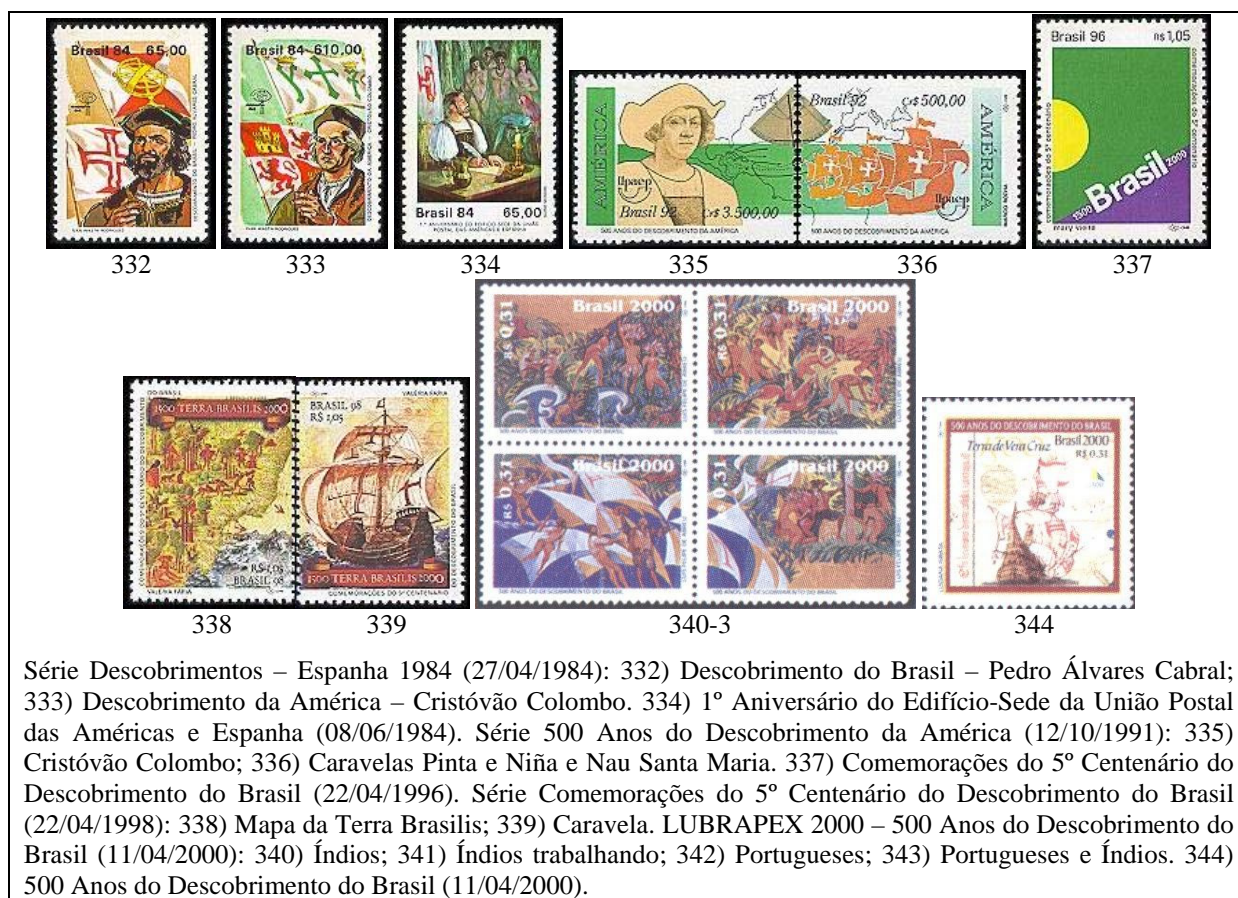
No ano seguinte, os países membros da UPAE estabeleceram um programa de emissões filatélicas motivado pela aproximação do “V Centenário do Descobrimento da América”. Todas as emissões teriam por “tema comum e denominação *AMÉRICA*”, e sua finalidade seria de “integrar e difundir a variada realidade dos povos que compõem a região da UPAE”. O programa de emissões estabelece os seguintes temas: “Povos Pré-Colombianos” (“Pré-Cabralinos” para o Brasil), retratados a partir de seus “usos e costumes” a sair em 1989; “O Meio Natural Visto Pelos Descobridores”, de 1990, cujos selos brasileiros assumem uma ótica ambientalista; para as “Viagens do Descobrimento”, de 1991, os selos estampam Fernão de Magalhães e Francisco de Orellana, “notáveis por suas viagens de descobrimento e ambos relacionados com o conhecimento do território brasileiro no século XVI”; por fim o “V Centenário do Descobrimento da América”, tema da emissão de 1992, “quando o desenho do selo será o mesmo para todos os países”, um retrato de Colombo e a imagem das três caravelas que chegaram ao Novo Mundo, tendo um mapa por fundo.⁸⁶

Entre as emissões referentes aos jubileus de Descobrimento da América e do Brasil, os Correios lançaram, em 1994, um bloco comemorativo dos 500 Anos do Tratado de Tordesilhas, ilustrado por uma caravela e um mapa que apresenta as delimitações acordadas entre portugueses e espanhóis. No mesmo ano, o Infante Dom Henrique foi novamente

⁸⁵ MONDIN, Guido. 1º Aniversário da Inauguração do Edifício-Sede da União Postal das Américas e Espanha: Edital do selo comemorativo nº 1392, lançado em 08/06/1984. *Brasil em selos*. op. cit.

⁸⁶ EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. V Centenário do Descobrimento da América – Povos Pré-Cabralinos – Usos e Costumes: Edital do selo comemorativo nº 1618, lançado em 12/10/1989. Ibid.

homenageado, dessa vez pelo sexto centenário de nascimento, em selo que combina a imagem de seu retrato a um mapa.



Já em 1996 os Correios iniciam a comemoração filatélica do 5º Centenário do Descobrimento do Brasil, em selo cuja composição imagética remete à bandeira nacional e foi reutilizada, com pequenas variações, na emissão de mesmo propósito lançada no ano seguinte. Os editais destas duas primeiras emissões ocupam-se das iniciativas dos governos brasileiro e português com vistas aos festejos. A ótica muda com a emissão de 1998, que aborda o evento histórico tanto através da ilustração (uma composição com mapa e caravela) quanto no edital, que situa o Descobrimento do Brasil no contexto das grandes navegações portuguesas, traçando paralelos entre este passado, tido por bússola, e o futuro, promissor, como já dizia Caminha. Em 1999, o registro se dá na forma de bloco comemorativo, que além de fazer a propaganda da Exposição Luso-Brasileira de Filatelia do ano seguinte, trata da formação étnica do Brasil. No ano 2000 os Correios lançaram dois tipos isolados mais uma série de quatro selos em datas anteriores ao jubileu e, por fim, no dia 22 de abril, uma série comemorativa composta de vinte tipos, a mais numerosa série de história lançada até o

momento. Como nos demais selos alusivos aos Descobrimientos, predominam signos visuais utilizados desde a série do IV Centenário e consolidados nas décadas de 1930-40, embarcações, retratos de protagonistas, brancos e indígenas em contato, mapas, aos quais incorporam-se novas simbologias, que remetem ao patrimônio histórico e cultural, à preservação do meio-ambiente e à cidadania.

Taís de Lima e Fonseca observa que os livros didáticos produzidos a partir do início da década de 1980 são pautados pela crítica à “história oficial elitizada”, possibilitada pela abertura política e fim do Regime Militar, postura que, muitas vezes, incorreu no risco de banalização do saber histórico. Embora uma mudança semelhante possa ser divisada nas emissões postais, para além da incorporação de um ou outro personagem e evento antes marginais, ela fica mais caracterizada nos textos dos editais do que propriamente nas estampas. Nos selos, como nos livros, aspectos fundamentais como a estruturação cronológica tradicional, a seleção de personagens e eventos, e a utilização de imagens canônicas como ilustrações naturalizadas, seguem (re)afirmando a história como biografia da nação.

A capacidade informativa das imagens há muito foi percebida por autores de livros didáticos e formuladores de propostas para o ensino de História (...) A eficácia das imagens, no entanto, não se restringe à sua competente utilização didática. As seleções feitas desde a segunda metade do século XIX para ilustrar os livros didáticos recaíram, predominantemente, sobre imagens que, além de serem narrativas visuais dos fatos, harmonizavam-se às concepções de história e aos objetivos gerais do ensino de História em cada época. Impregnadas de valores culturais, essas imagens, mais do que conformar a memória visual da nação, ajudaram a consolidar identidades, principalmente em torno das idéias da coesão e da harmonia nacionais. Algumas obras da arte brasileira, sobretudo da pintura, expressaram essas idéias talvez melhor que muitos textos escritos e, carregadas de elementos conotativos, são representações da História do Brasil constantemente lembradas e reinterpretadas. Elas têm sido responsáveis pelo processo de monumentalização de eventos e de personagens, mantendo-os sempre presentes na memória e no imaginário coletivos.⁸⁷

Esta análise final da autora sobre a utilização das imagens nos livros didáticos pode ser aplicada aos selos, dois dos principais mecanismos de massificação das tradições inventadas, com a ressalva de que os selos talvez estejam ainda mais ligados a esse processo de monumentalização, ainda que miniaturizada, pelo seu caráter de objeto comemorativo.

⁸⁷ FONSECA, T. “Ver para compreender”, op. cit., p. 106 e ss. O trecho citado é da página 115.

4. OS NOVOS TEMPOS DO SELO BRASILEIRO

Essa instituição [IPHAN] era conhecida como uma instituição que consertava, conservava prédios de pedra e cal, quando, meus senhores, a lei que criou essa instituição, diz justamente o oposto, ou seja, que os componentes culturais brasileiros, na sua diversidade, vão desde os arqueológicos até os de belas-artes, passando por etnografia, por botânica, por arquivo, por livro, enfim pelo universo de que se compõe verdadeiramente o perfil cultural de uma nação.

Aloísio Magalhães – *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil* (1985)

O milagre brasileiro também ficou evidente em nossa filatelia.

Adalberto Marcus – *Compêndio da filatelia* (1980)

Escrevendo no final da década de 1980, Izabel Marson observava que o progresso crescente das emissões históricas a partir de 1972, assim como sua maior variação temática estão relacionados à “valorização do passado por outros motivos, como turismo, folclore e patrimônio histórico”.¹ Para estas variantes do passado importa menos o estabelecimento e consagração de uma rígida cronologia de fatos históricos do que a caracterização de uma brasilidade que se quer perene. O capítulo aborda também o registro em selo da propaganda dos governos militares. As campanhas, projetos e obras, divulgadas através das emissões postais, espécies de santinhos do Milagre, anunciavam que o futuro da nação, protelado pelos governos anteriores, tornava-se, afinal, presente. Tais temas filatélicos eram inexistentes ou ocasionais até a transformação dos Correios em empresa pública no final da década de 1960, respondendo por boa parte do incremento quantitativo das emissões verificado nesse contexto.

4.1 O PATRIMÔNIO NACIONAL

Ao analisar a trajetória da questão da preservação do patrimônio no Brasil, Márcia Kersten relaciona as primeiras iniciativas nesse sentido à instalação da família real portuguesa no Rio de Janeiro, no início do século XIX. Os poucos bens que mereceram atenção eram vinculados à presença portuguesa na colônia, orientação que se manteve durante o período imperial quando, mesmo com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Arquivo Público, a manutenção de bens históricos e artísticos dependia da ação de colecionadores privados. O regime republicano manteve o descaso com a preservação de documentos e monumentos, apesar dos ensaios legislativos a esse respeito. A Sociedade

¹ MARSON, Izabel Andrade. *Selos comemorativos: fragmento da memória do Brasil*. São Paulo: Empresa das Artes, 1989. p. 87.

Brasileira de Belas-Artes apresentou ao Congresso Nacional, em 1920, o primeiro anteprojeto de lei tratando da preservação de bens artísticos e arqueológicos. Em 1923 alguns deputados propuseram a criação de uma Inspetoria de Monumentos Históricos para conservar imóveis públicos ou de particulares de “interesse nacional”, projeto complementado no ano seguinte tendo em vista restringir a saída de obras de arte para o exterior. Outro projeto, de 1925, propunha a criação de um órgão nacional para tratar da catalogação, guarda e conservação de bens móveis e imóveis. Nenhuma das propostas foi aprovada porque a constituição resguardava a propriedade privada, não prevendo a desapropriação de bens para quaisquer fins. A principal ação do período acabou sendo o reconhecimento, por parte do Congresso, em 1922, do Museu Histórico Nacional, instituição que tinha por diretriz a recuperação e conservação de objetos e bens ligados aos principais fatos da história nacional e à sua elite dirigente, em sintonia com a fundamentação teórica evolucionista do IHGB, segundo a qual as elites portuguesas e seus herdeiros eram responsáveis pelo progresso e civilização da nação.

Conforme o relato de Kersten, a implantação de um serviço federal do patrimônio teve de esperar o processo geral de “legalização, institucionalização e sistematização da presença do Estado na vida política e cultural do país”, promovido pelo governo Vargas, em especial no Estado Novo. A constituição de 1934 aprovou o regulamento do Museu Histórico Nacional, que passava a contar com um serviço de proteção aos monumentos históricos e obras de arte. Além de disposições inéditas quanto às obrigações do Estado na conservação de bens e no controle da saída de obras de arte do país, a contribuição decisiva da carta para a política de preservação foi ter abrandado o direito de propriedade, que permanecia individual, mas sujeito ao “interesse coletivo”. Em seguida à instalação do Estado Novo o governo editou o decreto-lei conhecido como Lei do Tombamento, que reafirmava a possibilidade de desapropriação de bens baseada na “função-social” dos imóveis, além de definir o “patrimônio histórico e artístico nacional” como “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja preservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Na prática, as ações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que fora criado em 1936, se limitaram aos bens arquitetônicos, tanto pelas limitações estruturais do órgão quanto pela presença majoritária de arquitetos em seus quadros. Em sintonia com o projeto identitário que pretendia unificar culturalmente a nação, o SPHAN inventou uma tradição histórica ao tombar e recuperar edificações dos séculos XVI,

XVII e XVIII, localizadas em diferentes regiões do país. Mas os tombamentos acabaram privilegiando o setecentos, o barroco mineiro e os trabalhos de Antonio Francisco de Lisboa, de modo que o exemplar arquitetônico portador dessas características “consolidou-se representativo da sociedade colonial”, tornando-se emblemático a ponto desta fase inicial do órgão ficar conhecida como “período da mineiridade”. Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco foram os outros estados mais contemplados enquanto a preservação foi orientada pelo chamado “paradigma da pedra e cal”, até meados dos anos 70. Outra característica importante das primeiras décadas de atuação do Serviço era o entendimento do patrimônio arquitetônico como elemento constitutivo da personalidade das cidades, devendo ser preservado ou restaurado respeitando-se suas características originais.²

No universo do selo postal, as emissões anteriores à década de 1970 que mais se aproximam dessa noção de patrimônio histórico são aquelas que exibem a imagem de edificações-símbolo. Uma das circunstâncias mais frequentes se dá quando do registro de jubileus de cidades ou outras circunscrições geográficas, como nos exemplos mencionados a seguir, selecionados dentre um universo de, aproximadamente, quinze casos. No selo comemorativo dos duzentos anos de Ouro Fino (MG), de 1949, a ilustração é da Igreja Matriz de São Francisco de Paula. No ano seguinte, o centenário da Província do Amazonas tem o selo ilustrado com imagem do Teatro Amazonas. Na comemoração dos duzentos e cinquenta anos de Ouro Preto, em 1961, a “vista clássica da cidade”, como informa a legenda, é exibida no selo. Dentre as emissões comemorativas dos quatrocentos anos da cidade do Rio de Janeiro, lançadas em 1964 e 1965, duas apresentam edificações-símbolo da cidade, a Igreja de Nossa Senhora da Penha e os Arcos da Lapa. Mas essa não é sequer a forma preferencial de representação nesses casos, já que as edificações concorrem com outros elementos tais como brasões, personagens e cenas do episódio fundador, como se viu no capítulo anterior. Também por aproximação se pode considerar que as emissões alusivas a jubileus de instituições remetem ao patrimônio arquitetônico, por ser a reprodução da fachada de edifícios a ilustração habitual, como, por exemplo, selo do centenário da Estrada de Ferro Central do

² KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os rituais de tombamento e a escrita da História: bens tombados no Paraná entre 1938-1990*. Curitiba: Editora da UFPR / Imprensa Oficial Paraná, 2000. Ver especialmente o segundo capítulo: “Trajetórias da construção do patrimônio no Brasil”, p. 59 e ss. A “lei do tombamento” a que a autora se refere, e da qual cita o artigo que define patrimônio, é o decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

Brasil, de 1958.³ Há somente um registro, de 1937, relacionando um prédio-símbolo, o Palácio Monroe, à propaganda turística.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos expandiu o repertório de sentidos das imagens arquitetônicas com representações desvinculadas da lógica do jubileu de instituições e lugares, embora emissões dessa natureza não tenham sido abandonadas. Um acréscimo significativo é a questão da preservação, colocada nos editais e abordada no âmbito da série Campanha da Proteção Nacional, de 1973. O selo dedicado à “proteção ao patrimônio cultural” é ilustrado por composição alegórica na qual se vê uma mão amparando uma cruz e uma talha, referências à arquitetura religiosa e ao barroco. O edital informa ao leitor que o “amparo à cultura é dever do Estado” previsto na constituição, que determina que “ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas”. Mais do que uma determinação legal, a proteção ao patrimônio “é um imperativo nacional, pois a nacionalidade se integra com os seus valores, pelo conhecimento do passado, no culto às tradições, com a identidade de sentimentos”. Inserida na lógica da Doutrina de Segurança Nacional, a preservação do patrimônio passa a ser um dever de todos:

Os poderes da Nação vêm sistematizando uma política de preservação dos bens culturais - documentos, obras de arte, monumentos e os demais referidos na Constituição - porém é essencial a colaboração de toda a comunidade, porque não é possível inventariar e localizar todos aqueles valores, tantas vezes guardados sem que isto chegue ao conhecimento público e tantas vezes destruídos ou mutilados ou desviados.

Arquivos valiosos têm sido perdidos, objetos de arte antiga têm tido destinação contrária ao interesse cultural do País, monumentos em lugares públicos têm sofrido a falta do respeito devido.

(...)

Antes de destruir ou desfazer-se de qualquer modo de velhos papéis, quem os possui deve consultar o arquivo público de sua comunidade. Para todas as tarefas protetoras que o Poder Público, no cumprimento do dispositivo constitucional, decida empreender, cada indivíduo, integrando assim a Nação inteira, é chamado a dar sua colaboração.

A função declarada de um selo postal contendo “esta mensagem cívica” é justamente “contribuir para que o nosso povo colabore na defesa do que documenta a nossa história e

³ Ver também as seguintes emissões mencionadas em capítulos anteriores: os sesquicentenários do Superior Tribunal Militar, de 1958, e da Organização do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, de 1961 (p. 62 – n^{os} 120-1); o centenário do Colégio Militar do Rio de Janeiro, em 1989 (p. 78 – n^o 159); o sesquicentenário da Academia Imperial de Belas Artes, em 1966 (p. 109 – n^o 261).

representa a nossa civilização”.⁴ Exortação bastante semelhante foi divulgada no compêndio paracurricular elaborado pelos Correios, com sugestões para o aproveitamento das emissões postais por parte dos professores do ensino primário. Segundo o texto, ilustrado com reprodução do selo da campanha, a proteção do patrimônio cultural, que “constitui a riqueza de toda a nação, patrimônio da coletividade, já que nele se consubstancia o passado e ampla gama de tradições, que foram os alicerces do futuro”, é um dever de toda a população.⁵



Em março de 1975 a ECT lançou série temática sobre fortes coloniais que, além de não fazer referência a jubileus, chama a atenção pela distribuição geográfica de seu objeto e pela padronização gráfica: Fortaleza de Santa Cruz, Niterói (RJ); Forte dos Reis Magos, Natal

⁴ LIMA, Raul (Diretor do Arquivo Nacional). Proteção ao Patrimônio Cultural: Edital do selo comemorativo nº 838, lançado em 20/09/1973. Brasil em selos: selos postais do Brasil, 1900-1999. Brasília: Correios; Curitiba: Opensoft, 2000 [cd-rom]. Os temas dos outros tipos da série são a proteção à natureza, ao vôo e contra incêndios.

⁵ Selo, pequena janela para o Brasil e o Mundo: um compêndio paracurricular. Rio de Janeiro: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Editora Documentário, 1975. p. 74.

(RN); Forte de Monte Serrat, Salvador (BA); e Forte de Nossa Senhora dos Remédios, Fernando de Noronha (PE). Os editais destacam a importância deles para a defesa do “nosso” território, relatando escaramuças travadas em cada um. “Mas o tempo se encarregou de transformá-lo em objeto do passado”, diz o texto sobre o Forte de Nossa Senhora dos Remédios, “dele restam, hoje, recordações – as suas ruínas representam um patrimônio histórico, verdadeiro monumento nacional – atestando uma época cheia de lances e episódios que pertencem à nossa História”.⁶ A série se caracteriza, ainda, pelo traço realista das imagens, combinado à ausência do colorido como maneira de reportar o observador ao passado, que são notadas também em outras emissões do período motivadas por jubileus.

O selo comemorativo dos trezentos anos de Laguna, lançado em 1976, exibe a imagem do Farol de Santa Marta, inaugurado em 1891. Após destacar o papel da localidade na povoação do sul do país e como cidade de Anita Garibaldi, o edital justifica a ilustração adotada pelos Correios: “ao escolher como elemento artístico deste selo um tema aparentemente distanciado das origens históricas do episódio comemorativo, fê-lo com o propósito de realçar um monumento que encerra o testemunho de reminiscências históricas”. O símbolo encerra ainda um outro significado, o da “bússola orientadora que irradia às gerações focos de progresso”.⁷ Lançado no mesmo ano, o selo alusivo ao centenário da Escola de Minas de Ouro Preto, ilustrado com parte da fachada do edifício, também contém referências ao passado e ao futuro no texto que o acompanha. Desde sua inauguração – obra do imperador D. Pedro II, mas um “sonho dos Inconfidentes” – a escola “tem contribuído para o progresso do Brasil, formando anualmente técnicos que têm ocupado os mais diferentes postos no Governo e na iniciativa privada”. A instituição comemora o jubileu “cônsua de suas responsabilidades e contribuindo para o desenvolvimento do país, mormente numa fase em que as mais altas autoridades classificaram de a ‘Década da Mineração’.”⁸ Sem remeter a jubileu, mas apresentando o mesmo padrão gráfico, o selo alusivo à Restauração da Igreja do Pátio do Colégio refere-se à questão da preservação já na legenda. “Intimamente ligado à fundação de São Paulo”, esse conjunto arquitetônico que remonta a 1554 e serviu de colégio, seminário, residência de padres e igreja, foi utilizado com diversos outros propósitos após a

⁶ Fortes Coloniais: Editais dos selos comemorativos n^{os} 908-11, lançados em 14/03/1975. *Brasil em selos*, op. cit. A única indicação de autoria é do tipo alusivo ao Forte dos Reis Magos, texto de Carlos Augusto Lyra Martins, (professor da Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza - Natal – RN).

⁷ NACIF, Salum (Presidente do Clube Filatélico e Numismático de Laguna). Tricentenário da Fundação de Laguna: Edital do selo comemorativo n^o 975, lançado em 29/07/1976. *Ibid.*

⁸ MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. Centenário da Escola de Minas e Ouro Preto: Edital do selo comemorativo n^o 987, lançado em 12/10/1976. *Ibid.*

expulsão dos jesuítas, o que, somado a falta de reparos, acabou por descaracterizá-lo. Nos anos anteriores ao lançamento do selo foram restaurados o colégio e a torre, ressurgindo uma “cópia fiel” dos originais, a ser completada com a reconstituição do Pátio do Colégio, expressão de uma “justa homenagem ao padre José de Anchieta”.⁹

Em 1975 os Correios lançaram uma segunda série sobre patrimônio, com tipos padronizados alusivos a diferentes localidades do país. As “cidades históricas” são evocadas através de coloridas alegorias baseadas em detalhes arquitetônicos. O tema do primeiro tipo é Alcântara, fundada em 1648 a partir de um aldeamento tupinambá, “um burgo nobre que luta contra o tempo, teimando em viver em meio a igrejas de soberba talha barroca e imensos sobrados azulejados que fascinam os visitantes”. Já a cidade de Goiás “nasceu da ambição de paulistas bandeirantes que, no século XVIII, adentraram os sertões do oeste em busca das minas de ouro”. Conforme o edital, a vila possuía significativa estrutura urbana, da qual “restam belas edificações tombadas pelo Patrimônio Histórico, consideradas de valor histórico e artístico”, todas elas do setecentos. São Cristóvão, edificada por jesuítas em 1637, após a destruição do povoado anterior por holandeses no final do século XVI, ainda possui diversas edificações do setor histórico, localizadas na cidade alta e que “remontam à era colonial”, mas também outras atrações turísticas que aguardam os visitantes na parte baixa da cidade.¹⁰

Duas outras séries, emitidas na segunda metade da década de 70 compartilham entre si o padrão gráfico e a tendência anterior de agrupar construções de diferentes lugares do país. A série Arquitetura Religiosa no Brasil, de 1977, exhibe os seguintes templos: a Igreja Matriz de São Cosme e São Damião, localizada em Igarapu (PE), exemplo “das igrejas mais modernas construídas no Brasil pelos jesuítas, durante os dois primeiros séculos da colonização”; a Igreja do Mosteiro de São Bento, de fachada simples, mas ricamente adornada em seu interior barroco, situada no Rio de Janeiro (RJ); a Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto, o “ponto alto da evolução” das igrejas barrocas mineiras; e a Igreja do Convento de Santo Antônio, típico exemplar das igrejas franciscanas do Nordeste, erigida em João Pessoa (PA). O texto sobre a Igreja de Igarapu, a mais antiga do país, iniciada em 1536, informa que o edifício passou por diversas reformas ao longo do tempo, “mas foi recentemente restaurada com seu aspecto primitivo pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”.¹¹ Os

⁹ FENÍCIO, Heitor (Vice-Presidente da Abrafite). Restauração da Igreja do Pátio do Colégio: Edital do selo comemorativo nº 1079, lançado em 06/09/1978. Ibid.

¹⁰ Cidades Históricas: Editais dos selos comemorativos nºs 938-40, lançados em 27/09/1975. Ibid. Consta autoria apenas para o primeiro, de Domingos Vieira Filho, da Academia Maranhense de Letras.

¹¹ Arquitetura Religiosa no Brasil: Editais dos selos comemorativos nºs 1053-56, lançados em 08/12/1977. Ibid.

teatros brasileiros são tema do conjunto lançado em 1978 e que tem o edital assinado por membro do IHGB, Mário Barata. O mais antigo dos “templos das artes” e símbolo da cidade de Belém, o Teatro da Paz, construído em estilo neoclássico, acabava de ser reaberto, após ter sido restaurado pelo governo como parte das comemorações de seu centenário. O Municipal do Rio, concluído em 1909, foi inspirado no estilo “belle-époque” do Teatro Ópera de Paris e conta, em seu interior pinturas e esculturas de importantes artistas brasileiros. Fecha a série o Teatro José de Alencar, inaugurado em Fortaleza no ano de 1910, edificado “em tipo de teatro-jardim” importado da Inglaterra.¹²



Alguns anos depois, em 1984, os Correios lançaram a série Proteção do Patrimônio Ferroviário, ilustrada com fachadas de estações em traço bastante semelhante ao das séries sobre igrejas e teatros. Segundo o edital, a instalação de ferrovias no país, a partir da segunda metade do século XIX “veio influenciar diretamente a arquitetura, pela tecnologia importada da Europa, que introduziu elementos novos nas construções, tanto no que tange à estética formal, quanto na estrutural”. As primeiras estações, que chegavam ao país desmontadas, passaram a ter elementos copiados em outras estruturas arquitetônicas porque “correspondiam sempre ao que havia de mais moderno em termos construtivos”. Em seguida a esse trecho comum, os editais apresentam as características físicas das estações representadas, assim

¹² BARATA, Mário (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro). Teatros Brasileiros: Edital dos selos comemorativos n^{os} 1105-07, lançados em 06/12/1978. Ibid.

como a data de inauguração. A Estação da Luz, de 1901, em São Paulo, foi completamente reformulada após o incêndio de 1946 e, posteriormente, tombada pelo Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo. A Estação de Japeri, localizada no Rio de Janeiro, foi concluída em 1858 e chamava-se, então, Estação de Belém. Fecha a série o selo da Estação de São João Del Rey, inaugurada em 1888, complexo que passou por diversas reformulações, foi restaurado pelo Programa de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico do Ministério dos Transportes (PRESERVE) em 1981, e abriga, no antigo prédio do armazém, um museu ferroviário.¹³ Essa era a segunda série dedicada ao tema, no ano anterior fora emitida uma ilustrada com imagens de “locomotivas pioneiras”, motivo mais atrativo do ponto de vista filatélico, bastante utilizado em emissões comemorativas de jubileus de estradas de ferro ou alusivas às próprias máquinas.

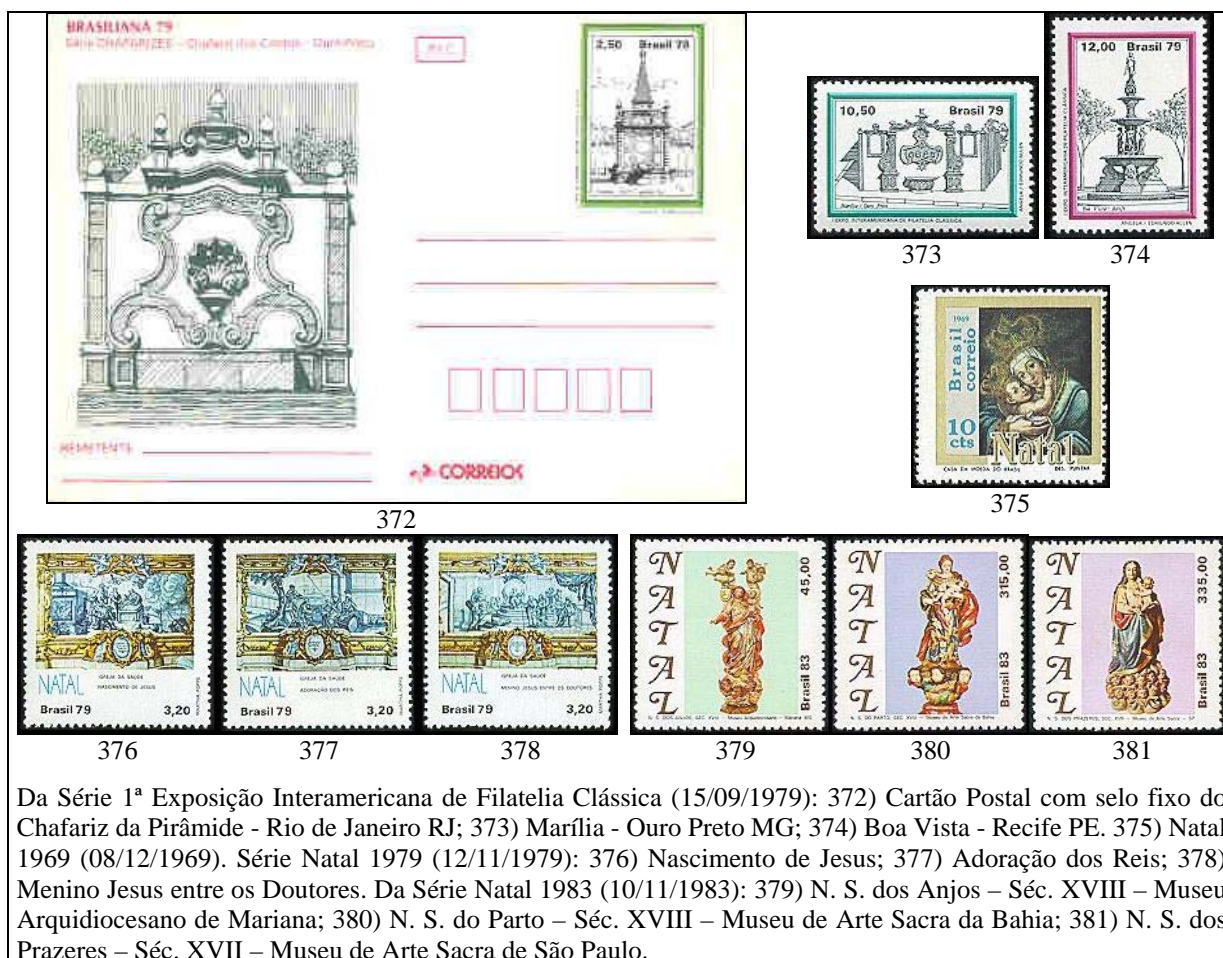


Assim como nos jubileus de episódios fundamentais da biografia da nação, o tema do patrimônio deriva para outros espaços filatélicos. Para divulgar a BRASILIANA 79 e, dentro dessa, a 1ª Exposição Interamericana de Filatelia Clássica, realizadas em setembro de 1979 no Rio de Janeiro, os Correios lançaram a Série Chafarizes, padronizada estilisticamente e composta por tipos que estampam fontes de diferentes localidades: “dois de chafarizes coloniais, o da Pirâmide, no Largo do Paço, atual Praça 15 de Novembro, na cidade do Rio de Janeiro; o chamado de Marília, no Largo de Dirceu, em Ouro Preto; e o terceiro, da época do Império, o da Boa Vista, no Recife. Todos ainda hoje existem”. Relacionadas à história do abastecimento de água e desenvolvimento urbano, com as modernas técnicas de canalização e a perda da utilidade prática “as fontes restam como obras de arte, pela beleza do conjunto arquitetônico, da estatuária, de seus ornamentos ou, quando modernas, para o deleite e enfeite dos jardins e praças”. O texto apresenta ainda dados sobre a composição de cada um deles e, sobre o de Boa Vista, informa ter sido edificado “com o intuito de comemorar a vitória na Guerra do Paraguai”, por iniciativa dos moradores locais, com a inauguração do monumento ocorrendo no dia 7 de setembro de 1876.¹⁴ A série dispunha, ainda, de cartão-postal ilustrado com detalhe do Chafariz da Pirâmide, também presente na forma de selo-fixo. Interrompida

¹³ MORAIS, Sérgio Santos (Arquiteto do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico do Ministério dos Transportes - PRESERVE). Preservação do Patrimônio Ferroviário: Editais dos selos comemorativos nos 1401-03, lançados em 23/07/1984. Ibid.

¹⁴ COELHO, Mauro Gouvêa (Desembargador). 1ª Exposição Interamericana de Filatelia Clássica: Edital dos selos comemorativos n^{os} 1141-43, lançados em 15/09/1979. Ibid.

pelo DCT em 1935, a produção de cartões-postais fora retomada pela ECT alguns anos antes, em 1970.



O patrimônio também é transposto para as emissões natalinas, tema filatélico marcante da fase de modernização dos Correios, com lançamentos anuais ininterruptos desde 1966. A imagem exibida no selo e bloco emitidos em 1969 é a reprodução do painel de Nossa Senhora das Alegrias, do Convento da Penha (ES), “considerado o quadro a óleo mais antigo do Brasil”, de autoria desconhecida, mas que “as autoridades do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional atribuem a Escola Castelhana do Século XV”. O conjunto lançado em 1979 reproduz em seus tipos painéis de azulejaria elaborados no final do século XVIII, ornamentos da Igreja de Nossa Senhora da Saúde e Glória, localizada em Salvador (BA), nos quais estão representadas cenas do nascimento e da infância do Cristo. Na série do Natal de 1983 as imagens empregadas são de Madonas com o Menino Jesus, pertencentes a museus brasileiros e originárias de “três diferentes centros culturais da civilização brasileira do período colonial”, Bahia, Minas Gerais e São Paulo. O edital informa que duas delas, datadas do século XVIII,

tem a autoria conhecida: a Nossa Senhora dos Prazeres, em barro cozido, obra do Frei Agostinho de Jesus, e a Nossa Senhora dos Anjos, em madeira policromada, de Francisco Xavier de Brito, português que é considerado “um dos prováveis mestres de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, estrela maior da constelação de artistas de nossa arte brasileira colonial”. As duas outras “documentam etapas diversas no desenvolvimento da nossa imaginária”: a Nossa Senhora da Apresentação, do Museu de Arte Sacra de São Paulo, cuja datação é localizada na primeira metade do século XVII, “ilustra uma fase incipiente do processo evolutivo da criação artística de um país, ainda em busca de sua identidade cultural”, enquanto a Nossa Senhora do Parto, pertencente ao Museu de Arte Sacra de Salvador, datada da segunda metade do XVIII, “documenta a época de apogeu do barroco”.¹⁵



Embora haja um considerável número de séries que se caracterizem pela abordagem regionalizada, os selos postais reproduzem a idéia do barroco mineiro como a maior expressão do patrimônio histórico e artístico nacional. Em 1973, os Correios emitiram um conjunto de cinco peças padronizadas, denominado Arte Barroca no Brasil. O edital que acompanha a série considera o estilo a “expressão cultural encontrada pelo homem tridentino para dar o grande gemido de dor pela perda da unidade espiritual e intelectual da Idade Média”, ruptura entre “a inteligência e o ser” consumada pelo Iluminismo e responsável por uma crise geral da civilização “com conseqüências funestas que sofremos até hoje”. O Barroco seria uma espécie de último suspiro da arte, já que com sua morte “assiste-se, a partir do fim do século XVIII, à completa desagregação dos estilos”. A “idade barroca” coincide com um momento crucial para a evolução e unidade do Brasil:

Chamamos idade barroca o período de apogeu da arte luso-brasileira do século XVIII, com maior ou menor extensão. Foi neste período de crise espiritual e intelectual do Iluminismo europeu que, no Brasil, Colônia de Portugal, produziram-se belíssimas obras de arte barroca. Minas, Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco... Época de grande prosperidade no Brasil-Colônia. À rica cultura de cana-de-açúcar vem-se juntar a exploração do ouro e das pedras preciosas, principalmente na Capitania das Minas Gerais. Tendo despertado, no século XVII, o sentimento nativista dos brasileiros, no século XVIII este sentimento amadurece e toma proporções de adulto: a Inconfidência

¹⁵ Respectivamente: SALDANHA, Paulo de Paula e Silva (Diretor dos Serviços Postais). Natal: Edital do selo comemorativo n° 699, lançado em 08/12/1969; PARANHOS, Valdete (Patrimônio Histórico e Artístico da Bahia). Natal 79: Edital dos selos comemorativos n°s 1153-55, lançados em 12/11/1979; OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de (Professora de História da Arte da UFMG e PUC/RJ). Natal 83: Edital dos selos comemorativos n°s 1356-9, lançados em 10/11/1983. Ibid.

Mineira e Tiradentes. A arte barroca setecentista no Brasil foi essencialmente religiosa. Como muito bem disse Gilberto Freyre, a religião foi o grande princípio de unidade do Brasil. Neste sentido, podemos dizer que, na idade barroca, tivemos também a nossa pequenina Idade Média. A igreja sempre foi o leit-motiv dos artistas barrocos do Brasil, entalhadores, imaginários, arquitetos, músicos, pintores.

A parte final do texto lista os principais representantes do estilo, atribuindo a jesuítas, beneditinos e franciscanos o papel da sua disseminação no Rio de Janeiro, na Bahia e, em especial, Minas Gerais, que “deu-nos ainda, dentre tantos nomes conhecidos e anônimos, a maior glória da arte colonial brasileira, Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho”. O elogio repete-se no texto específico do segundo tipo da série, alusivo à escultura: “a arte do Aleijadinho, de que o detalhe do profeta Isaías visto no selo é apenas mostra, transcende à própria concepção barroca de seu tempo, através de inovações geniais”. Os demais tipos referem-se a outras expressões do barroco, a começar pela talha, que abre a série, cujos exemplos “mais belamente suntuosos” – vistos em detalhe no selo – “são em madeira dourada e pertencem à Igreja de São Francisco da Bahia”. No tipo sobre a música barroca vê-se, por sobre uma partitura, o retrato do padre José Maurício Nunes Garcia, autor do que “de mais belo já se fez de música colonial brasileira”. O religioso, que tornou-se mestre da Real Capela com a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, dedicou-se também ao ensino da música e por sua escola “passaram nomes famosos, como o aluno Francisco Manoel da Silva, futuro autor do Hino Nacional Brasileiro”. A porta da Igreja da Conceição da Praia, construída em meados do século XVIII em Salvador, é vista em detalhe no selo referente à arquitetura. As edificações também se prestam à tese do papel unificador da Igreja, considerando-se que “a natureza de um período pode-se ler, geralmente, em sua fachada arquitetônica”: “durante o período criador da arquitetura colonial brasileira, tal foi a preponderância do elemento religioso sobre o civil que a religião constituía o grande princípio de unidade”. Por fim, a pintura, em selo que reproduz detalhe da cena da Glorificação da Santíssima Virgem, extraído do teto da nave da Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto. Seu autor, Manoel da Costa Athayde, pintou painéis em duas dezenas de templos mineiros, além da referida igreja, obra de Antonio Francisco Lisboa, de quem, aliás, era amigo: “no século XVIII, por onde andava o feitiço genial do Aleijadinho, entalhando, esculpindo ou riscando, lá estavam as cores alegres e festivas do Athayde. A policromia de

Mestre Athayde completava a escultura de Mestre Aleijadinho”.¹⁶ Esta série foi utilizada como mote para boa parte da apresentação do tema “Artes e folclore” aos professores interessados em utilizar os selos no ensino primário. O manual produzido pelos Correios para esse fim também considera o barroco uma arte “nacionalmente importante, já que a religião foi o grande princípio de unidade do Brasil”, e o Aleijadinho seu maior “gênio e símbolo”.¹⁷



Antônio Francisco de Lisboa, o Aleijadinho, foi objeto de emissões comemorativas em duas ocasiões. Em 1964, pelos 150 anos decorridos de sua morte, em selo ilustrado com detalhe do profeta Naum, uma das doze peças esculpidas no Santuário Senhor Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas do Campo (o complexo arquitetônico, por sua vez, tivera o bicentenário comemorado em emissão de 1958, ilustrada com o rosto da estátua representando o profeta Joel). Já o transcurso dos 250 anos de seu nascimento foi comemorado com o lançamento, em 1980, de uma série de seis selos. O edital esclarece que não se conhece com precisão o ano em que nasceu, mas “a importância do personagem é tão grande em nossa História da Arte que em toda e qualquer época seria justificada tal homenagem”. O texto, assinado por técnico do Ministério da Educação e Cultura, adota uma postura mais crítica,

¹⁶ RODRIGUES, Paulo (Professor do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro). Idade Barroca: Edital dos selos comemorativos n^{os} 847-851, lançados em 05/11/1973. Ibid.

¹⁷ Selo, pequena janela para o Brasil e o Mundo, op. cit., p. 65 e 68-69.

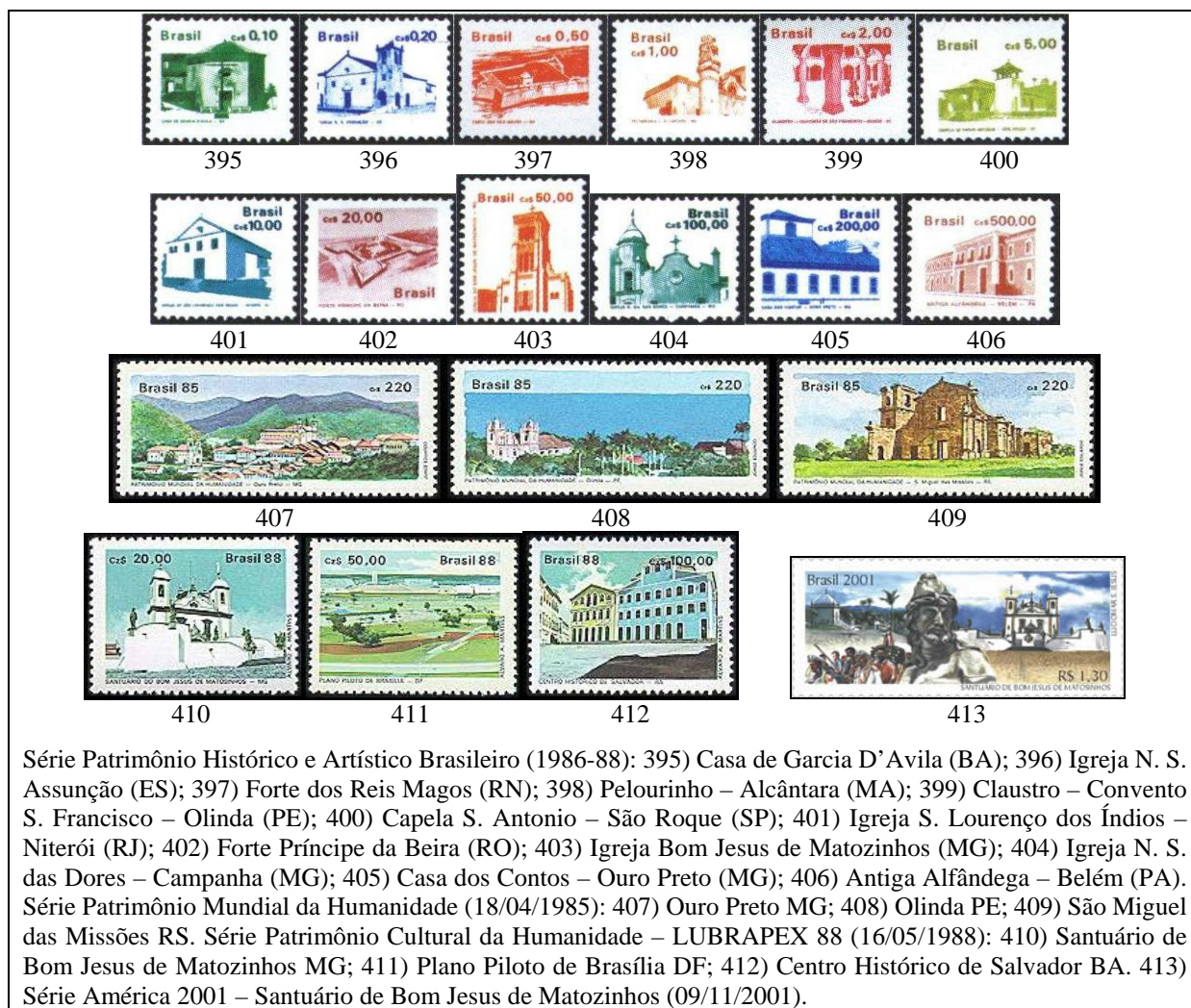
atribuindo ao “povo e divulgadores de sua obra (...) fantásticas mitificações”. O Aleijadinho seria um artista evolucionista, e não revolucionário, “seus trabalhos são sempre coerentes com o momento sócio-cultural e econômico em que foram exarados”. Não se trata de desmerecer o personagem, de cujas mãos “promanaram as obras mais brasileiras de nosso período colonial”, mas “falta-nos expô-lo à melhor luz crítica, o que, por seguro, em boa hora vem favorecer a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos por meio desse tão importante veículo de divulgação que é o selo postal”.¹⁸ Os selos exibem detalhes de esculturas representando cenas da Via Crucis, alojadas nas capelas do Santuário de Bom Jesus do Matozinhos.



Com a série Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro, lançada em 1986 e que permaneceu em circulação até 1988, o tema extrapolou o âmbito das emissões comemorativas, obtendo a maior disseminação proporcionada pelos selos regulares. Levando em consideração a lógica de representação dessa categoria, que tende a priorizar elementos já consagrados, este conjunto pode ser entendido não apenas como a definitiva integração do patrimônio ao universo do selo, mas também como mais um indício de que a arquitetura constitui o seu motivo preferencial. A série em questão exhibe tão somente imagens de construções do período colonial, cuja localização é quase exclusivamente limitada à porção do território inicialmente ocupada, as regiões sudeste e norte do país, transpondo para os selos o paradigma da pedra e cal, que caracterizou as políticas de preservação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante um longo período. Uma tipologia funcional revela a preferência por complexos ou elementos arquitetônicos de finalidade religiosa, metade dos doze tipos, o que contribui para reafirmar a tese do papel decisivo da Igreja na consolidação da unidade nacional. São eles: a Igreja de Nossa Senhora da Assunção, localizada em Anchieta (ES); o claustro do Convento de São Francisco, em Olinda (PE); a Capela de Santo Antônio, de São Roque (SP); a Igreja de São Lourenço dos Índios, erigida em Niterói (RJ); a sempre presente Igreja do Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas do Campo (MG); e a Igreja de Nossa Senhora das Dores, situada em Campanha (MG). Três outras edificações serviam a fins militares, a Casa de Garcia D’Ávila, erigida Tatuapara (BA);

¹⁸ FERNANDES, Orlandino Seitas (Técnico em Assuntos Culturais do MEC). Homenagem a Antonio Francisco Lisboa: Edital dos selos comemorativos n^{os} 1201-1206, lançados em 29/12/1980. Brasil em selos, op. cit.

o Forte dos Reis Magos, em Natal (RN); e o Forte Príncipe da Beira, situado em Costa Marques (RO). As três construções restantes remetem à administração colonial: o Pelourinho de Alcântara (MA); a Casa dos Contos, em Ouro Preto (MG); e a Antiga Alfândega de Belém (PA).



A partir de meados da década de 80, além da manutenção dos sentidos e imagens anteriormente empregados, as emissões postais passam a estampar os bens brasileiros que constituem Patrimônio Mundial da Humanidade, título atribuído pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). De acordo com o regulamento estabelecido pelo órgão em 1972, a “Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial cultural e natural”, o patrimônio cultural “é composto por monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou

antropológico”.¹⁹ O edital da série de selos lançada em 1985 diz que “para a UNESCO, integram o Patrimônio Mundial os bens naturais e culturais que têm um valor universal excepcional e, por isso, são inestimáveis e insubstituíveis”. A emissão contempla três sítios brasileiros inscritos na relação. Incluída em 1980, Ouro Preto (MG), cuja visão panorâmica ilustra o primeiro selo, é “a cidade-síntese, a cidade-documento, que nos lega a imagem viva de uma cultura, de um estilo, de um modo de ser que marcaram toda uma época decisiva da formação brasileira” e que não é igualada por nenhuma cidade colonial mineira em “manter com tamanha integridade e coerência a sua inteira imagem setecentista”. Integrado à relação em 1982, o traçado urbano de Olinda, uma das mais antigas cidades do país, “conservou-se até hoje”, combinado à “vocação ecológica da cidade”, como se v  na imagem que ilustra o segundo tipo da série, um coqueiral ao lado do qual está situada a Igreja do Convento de Santo Ant nio do Carmo. As Ruínas de São Miguel das Missões, incorporadas ao Patrimônio Mundial em 1983, são as únicas dentre todos os Sete Povos que “mantém de p  precioso acervo da arquitetura missioneira - a igreja”, objeto de “constantes restaura es” e cuja imagem se v  no selo que fecha o conjunto.²⁰ Em 1998 as ruínas da Igreja de São Miguel Archanjo voltaram a ilustrar um selo, alusivo ao “Patrimônio Histórico Mercosul – Missões”, com propósito identitário distinto ao do selo de 1985. No edital, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional lembra que, para a UNESCO, o sítio   tão importante quanto o Coliseu de Roma ou a Acrópole de Atenas, já que todos fazem parte da lista do Patrimônio Cultural da Humanidade.²¹

A série de 1988 que divulga outra edi o da Exposi o Filatélica Luso-Brasileira (LUBRAPEX 88), expõe mais três sócios brasileiros que receberam a distin o da UNESCO. O Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, incorporado ao Patrimônio Mundial em 1985 e tombado pelo patrimônio nacional, é considerado “um dos mais representativos conjuntos artístico-religiosos da América Latina”, além de contar com alguns dos mais expressivos trabalhos de Aleijadinho. O Centro Histórico de Salvador, incluído em 1985, “caracteriza-se pela sua fidelidade ao plano urbano do século XVI, pela densidade monumental e pela homogeneidade e criatividade nas solu es para constru o em terrenos acidentados,

¹⁹ Ver <http://www.unesco.org.br/areas/cultura/areastematicas/patrimonio/patrimoniomundial/index.html> ( ltimo acesso em 17/08/2006).

²⁰ Respectivamente: SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS; PREFEITURA DE OLINDA; SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Patrimônio Mundial da Humanidade: Editais dos selos comemorativos nós 1439-1441; lançados em 18/04/1985. *Brasil em selos*, op. cit.

²¹ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Patrimônio Histórico Mercosul – Missões: Edital do selo comemorativo n  2049, lançado em 17/09/1998. *Ibid.*

exaltando a beleza e a harmonia do conjunto arquitetônico”, contando com muitas edificações do século XVI e outras de construção posterior. O Plano Piloto de Brasília, representada no terceiro selo, distingue-se dos outros sítios por ser, até então, o único conjunto urbanístico e arquitetônico do século XX a ser incluído na relação, em decisão tomada em 1987, após a representação brasileira junto ao órgão ter defendido “a tese de que não somente bens culturais seculares mas também os monumentos contemporâneos fossem colocados sob a proteção da comunidade mundial”.²²

Com o selo da Série América de 2001 os Correios “promovem um resgate da História do Brasil Colonial por meio da arte e contribuem com a divulgação das riquezas do país”. Ao homenagear um dos bens brasileiros inscritos na lista do Patrimônio Mundial, o Santuário de Bom Jesus de Matozinhos, e ilustrar seus selos com “imagens que valorizam a grandiosidade cultural de seu povo”, a Filatelia Brasileira demonstra “comprometimento com o patrimônio da nação”. Na estampa não se vê apenas “um dos mais belos agrupamentos de arte barroca do mundo”, no canto inferior esquerdo há uma representação do Congado, “alusão às manifestações culturais de Congonhas”.²³ A fusão de manifestações da cultura popular com o patrimônio arquitetônico já fora utilizada no bloco comemorativo que anuncia a Exposição Filatélica Mundial (PHILEXFRANCE 99), realizada em Paris em julho de 1999. A peça aproveita-se do “máximo intercâmbio entre colecionadores do mundo inteiro” para divulgar “uma mostra de três das mais belas cidades do Brasil” incluídas na lista da UNESCO, Ouro Preto, Olinda e São Luís.²⁴



Outra característica das emissões de temática patrimonial, a partir da década de 1980, é a homenagem sistemática a museus brasileiros. Os únicos registros anteriores comemoravam jubileus, o centenário do Museu Goeldi, em Belém (PA) e do 150º aniversário do Museu Nacional do Rio de Janeiro, em selos emitidos em 1966 e 1968, respectivamente. A série Museus de Arte do Brasil, lançada a 18 de maio de 1980, reproduz em seus tipos a

²² EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Patrimônio Cultural da Humanidade: Editais dos selos comemorativos n^{os} 1564-1566, lançados em 16/05/1988. Ibid.

²³ O edital do selo, assinado pela Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo de Congonhas (MG), pode ser visto em http://www.correios.com.br/selos/selos_postais/selos_2001/selos2001_37.cfm (último acesso em 17/08/2006).

²⁴ LEANDRO FILHO, José (Prefeito Municipal de Ouro Preto); BONALD NETO, Olímpio (Instituto Histórico de Olinda); LAGO, JACKSON (Prefeito de São Luís). Série Patrimônio Cultural da Humanidade: Edital do bloco comemorativo n^o 109, lançado em 02/06/1999. Brasil em selos, op. cit.

imagem de obras de Portinari (Museu de Arte de São Paulo), Brancusi (Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro) e Aurélio de Figueiredo (Museu Nacional de Belas Artes). A presidente da Associação Brasileira de Museologistas argumenta, no edital, que um museu não se resume a uma “coletânea de objetos de importância estética, histórica ou científica”. Sua importância cresceu junto com a concepção de educação através dos métodos visuais e a sua “missão pedagógica” passou do aprimoramento da elite para educação das massas. Cabe ao museu, como “guardião do patrimônio cultural do País”, conservar suas tradições, “usando-as para elevar o nível cultural das gerações presentes”.²⁵

No ano seguinte, “dando continuidade à divulgação dos museus brasileiros”, a ECT emitiu série sobre os museus de ciência, lançada novamente a 18 de maio, que o edital esclarece ser o Dia Internacional dos Museus. O conjunto apresenta imagens de peças de cerâmica de três culturas distintas. O primeiro selo exibe urna funerária tupi-guarani, do acervo do Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá, vinculado à Universidade Federal do Paraná. Fundado em 1958, o museu apresenta “um roteiro sobre as técnicas pré-históricas da pedra, do osso e da cerâmica”. O motivo do tipo seguinte é uma tanga marajoara do acervo do Museu Paraense Emílio Goeldi, que tivera o centenário comemorado por selo emitido em 1966. Acredita-se que a peça tivesse função funerária, por ser encontrada em urnas e locais de sepultamento de índios que habitavam a região amazônica antes da chegada dos portugueses. O selo alusivo ao Museu Nacional, fundado por D. João VI em 1818, leva a imagem de urna funerária antropomórfica encontrada na região do rio Maracá, no Amapá, datada do século XVII. No museu, além de material para o estudo de ciências naturais, “encontra-se documentada parte da história da humanidade, bem como a evolução do homem em diversas regiões do mundo”, com valiosas coleções sobre grupos indígenas brasileiros.²⁶

Embora a legenda dos tipos não faça menção, a série de 1982, alusiva ao Museu de Valores do Banco Central do Brasil, foi lançada no dia do aniversário de dez anos da instituição, inaugurada “como parte das solenidades que marcaram o transcurso do Sesquicentenário da Independência”. No seu acervo, que ocupava inicialmente o antigo prédio do Ministério da Fazenda, inaugurado em 1906, encontra-se a “memória de tudo que circulou como riqueza no Brasil”, além de peças de outros países, tendo incorporado material do Banco Central, da Casa da Moeda e do Banco do Brasil. O edital informa que durante as

²⁵ SARMENTO, Therezinha M. L. Moraes (Presidente da Associação Brasileira de Museologistas). Museus de Arte do Brasil: Edital dos selos comemorativos n^{os} 1169-1171, lançados em 18/05/1980. Ibid.

²⁶ Museus de Ciência: Editais dos selos comemorativos n^{os} 1214-1216, lançados em 18/05/1981. Ibid.

comemorações da Semana da Pátria de 1981, foram inauguradas salas de exposição no edifício sede do Banco Central em Brasília, novo espaço que demonstra o propósito do museu em “contribuir para a preservação da memória nacional”. O primeiro selo é ilustrado por um florim obsidional, peça confeccionada pelos holandeses em Pernambuco em meados do século XVII, tendo em uma das faces o emblema da Companhia das Índias Ocidentais e na outra a inscrição Brasil, pela primeira vez utilizada em uma moeda confeccionada no “nosso País”. O segundo tipo apresenta uma peça que já fora exibida em selo da série comemorativa do Sesquicentenário da Independência (p. 128 – nº 298), a moeda comemorativa da coroação de D. Pedro I, que constitui “o ponto alto da coleção brasileira de moedas”, seu elemento de cotação mais elevada e que manifestava o “ingresso do País no universo das nações livres”.²⁷

O Museu da Inconfidência é um dos motivos da Série Museus, de 1985, em selo que exhibe a fachada da antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica, transformada em museu no ano de 1938, após a transferência dos presos para uma nova penitenciária. O edital informa que ele foi o primeiro a ser instalado “fora da faixa litorânea do país” e que a idéia da sua criação acompanhou o traslado das cinzas dos inconfidentes mortos no exílio, operação determinada pelo presidente Vargas, em 1937. O lugar só seria aberto ao público a 11 de agosto de 1944, por ocasião do bicentenário de Tomás Antonio Gonzaga. Dois anos antes, quando do sesquicentenário da sentença de condenação, fora inaugurado o Panteão dos Inconfidentes. Em peça contígua ao mausoléu, o museu exhibe “documentos da Inconfidência, bem como objetos que se relacionam com a conjuração”, além de dedicar outra peça a Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, “genial escultor e arquiteto nascido em Ouro Preto, por volta de 1738”. O texto informa, por fim, que o museu foi estruturado de acordo com sugestão do historiador Luis Camilo de Oliveira Neto, documentando o “estágio de desenvolvimento da cultura de Minas Gerais à época daquele evento”. O outro tipo da série exhibe a fachada do Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty, inaugurado pelo presidente Juscelino Kubitschek em 1957. A exposição, uma pequena sala onde eram vistas medalhas, armas e condecorações, foi redimensionada após a restauração do palácio, em 1979, e reaberta ao público em março de 1983, “possibilitando aos visitantes conhecer não só uma residência histórica, com seus ambientes novecentistas, como também ter uma visão panorâmica do

²⁷ EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Museu de Valores do Banco Central do Brasil: Edital dos selos comemorativos n^{os} 1290-1291, lançados em 31/08/1982. Ibid.

patrimônio artístico do período”. O espaço dispõe de centro de pesquisas históricas, biblioteca, mapoteca e do arquivo histórico do ministério.²⁸



Em 1987 é emitido um selo que exhibe a fachada do Museu Nacional de Belas Artes, o “mais importante da América Latina” e que tinha o cinquentenário comemorado. Seu acervo, composto das obras “mais representativas” realizadas pelos “nossos artistas” no século XIX e início do XX, inclusive as “peças capitais produzidas no Brasil e na Europa pelos pensionistas do erário”, faz dele um lugar “fundamental para a compreensão do Brasil, da sua sensibilidade, da sua alma”. O edital comenta também o cinquentenário da criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cuja presença “se faz sentir através da preservação e restauração dos nossos monumentos históricos e artísticos, influenciando, por outro lado, toda uma política de conservação, através de medidas locais, seja nos municípios como a nível estadual”. Após meio século de atividade, o instituto protegia através do tombamento, mais de 1.200 bens, localizados em todas as regiões do país e que não se resumem a imóveis, incluindo também sítios paisagísticos e outros bens de natureza “não material”, além de formar seus quadros de técnicos e arquitetos especializados.²⁹

²⁸ MOURÃO, Rui (Coordenador do Grupo de Museus e Casas Históricas/MG). Museu da Inconfidência: Edital do selo comemorativo nº 1461; EBWANK, Luiz Antonio (Curador do Museu Histórico e Diplomático). Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty: Edital do selo comemorativo nº 1462; lançados em 11/08/1985. Ibid.

²⁹ SOUZA, Wladimir Alves de (Diretor Adjunto do Museu Nacional de Belas-Artes). Cinquentenário do Museu Nacional de Belas-Artes: Edital do selo comemorativo nº 1524, lançado em 13/01/1987. Ibid.

Um dos criadores do IPHAN recebeu a deferência do selo comemorativo próprio, emitido em 1998. O edital refere-se a Rodrigo Melo Franco de Andrade como “fundador e durante 30 anos diretor da instituição federal do patrimônio histórico e artístico nacional - atual IPHAN”, pessoa próxima a Mário de Andrade e que, por indicação deste e de Manuel Bandeira, foi convidado pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema a organizar e dirigir o SPHAN. O texto cita como tarefas principais desempenhadas por ele à frente da instituição: “a redação de uma legislação específica, com a introdução da figura do tombamento, disputas judiciais, luta pela sobrevivência da repartição, a busca de uma consciência de preservação, em nível nacional, e a preparação de trabalhos e técnicos na área, como pesquisadores, historiadores, juristas, arquitetos, engenheiros, conservadores, restauradores e mestres de obra”. Ainda sob sua orientação foram realizados inventários, estudos e pesquisas, obras de restauro e conservação de monumentos, foram criados os acervos documentais, fotográficos e uma biblioteca especializada, além da *Revista do Patrimônio*, em circulação desde 1937. O período em que comandou o órgão, entre 1937 e 1967, “ficou conhecido como a fase heróica, refletindo a realidade do seu trabalho”. O texto afirma, por fim, ser “impossível entender o Patrimônio sem conhecer e compreender a personalidade e a atuação de Rodrigo de Melo Franco de Andrade”.³⁰ Tamanha identificação também se expressa na adoção da data de seu aniversário, 17 de agosto, como o Dia do Patrimônio Histórico. Além do retrato do fundador, o selo é ilustrado com a imagem da fachada de uma igreja colonial, reafirmando esse tipo de construção como o grande símbolo do patrimônio brasileiro. No ano seguinte à emissão em homenagem ao fundador, foi a vez do Instituto agraciar os Correios com o prêmio “Rodrigo Mello Franco de Andrade – Mérito Iphan”, concedido ao bloco comemorativo “Patrimônio Cultural da Humanidade”, com selos alusivos às cidades de Ouro Preto, Olinda e São Luís.

4.2 A CULTURA POPULAR COMO FOLCLORE

A cultura popular ingressa no universo do selo postal brasileiro através de uma de suas manifestações mais divulgadas. Dentre aquelas emissões situadas na fase de transição estilística, nos primeiros anos da ECT, cinco delas são dedicadas ao Carnaval do Rio de Janeiro de 1970. Ainda em dezembro de 1969 foram lançados os três primeiros tipos, que

³⁰ MARINHO, Terezinha (Escritora). Centenário do Nascimento de Rodrigo de Melo Franco de Andrade – Patrimônio Histórico e Artístico: Edital do selo comemorativo nº 2042, lançado em 17/08/1998. Ibid.

fazem propaganda do evento, exibindo cenas de desfiles. Já em fevereiro de 1972, um dos selos exhibe um passista estilizado e o outro uma alegoria do Rio de Janeiro como a cidade do carnaval, o “maior espetáculo” e o “maior festival do mundo”, segundo o edital, que refere-se aos selos como “a recordação do carnaval carioca”.³¹

O conjunto das emissões postais de 1972, ano do Sesquicentenário da Independência, além da série alusiva ao jubileu da data magna da nacionalidade e alguns outros tipos referentes a demandas filatélicas habituais, caracteriza-se pelo lançamento de séries sobre temas nacionais. Uma delas retrata manifestações regionais do folclore brasileiro, em tipos de estilo padronizado, cujos editais foram escritos por autoridades nos respectivos assuntos. Antonio Tourinho inicia o texto referente às carrancas do São Francisco com um histórico da ocupação populacional no entorno do rio, desde as expedições que o percorreram a partir do século XVI até a situação atual do “Rio da unidade nacional”. A população ribeirinha, os “barranqueiros”, apresenta folclore bastante heterogêneo, por conta da extensão do rio, mas há uma manifestação comum, não por acaso ligada à navegação, as carrancas, cuja utilização na proa das embarcações remonta ao século XVII. O “totem de toda a região Sãofranciscana” serve como amuleto para afugentar os maus espíritos ou como elemento decorativo. Dentre os “traços bem característicos na maneira de vestir, de falar, de cantar, de dançar” legados a seus descendentes pelo “tipo representativo do Rio Grande do Sul”, J. C. Paixão Cortês faz um breve apanhando sobre a primeira e a última das manifestações mencionadas. Segundo ele, a cena representada no selo “focaliza um tema do ciclo do ‘Fandango’, em que está viva a característica fundamental da dança desse período que é: o casal dançando em separado, o sapateio e a graça da mulher, através do movimento da saia da prenda”. Para Edson Carneiro, em que pese o elevado valor na “defesa da liberdade de fato ou de direito do negro liberto” e o fato de ter atingido a “maioridade” no país durante a escravidão, a capoeira é, desde suas origens angolanas, um “jogo de destreza”. Esse “caráter inocente” da “vadiação entre amigos” sobreviveria apenas na Bahia, “enquanto em outros Estados” permanecem apenas “formas subsidiárias dela”. O autor destaca a importância do acompanhamento musical, que possui variações regionais assim como o repertório de golpes. Maria Fenelon Costa relaciona as mudanças funcionais da cerâmica dos índios Karajás, da região do Rio Araguaia, à transformação na sua organização social. Antigamente um “brinquedo de criança”, a cerâmica transformou-se em “objeto de comércio”. Além de fonte de renda, a arte “constitui um motivo

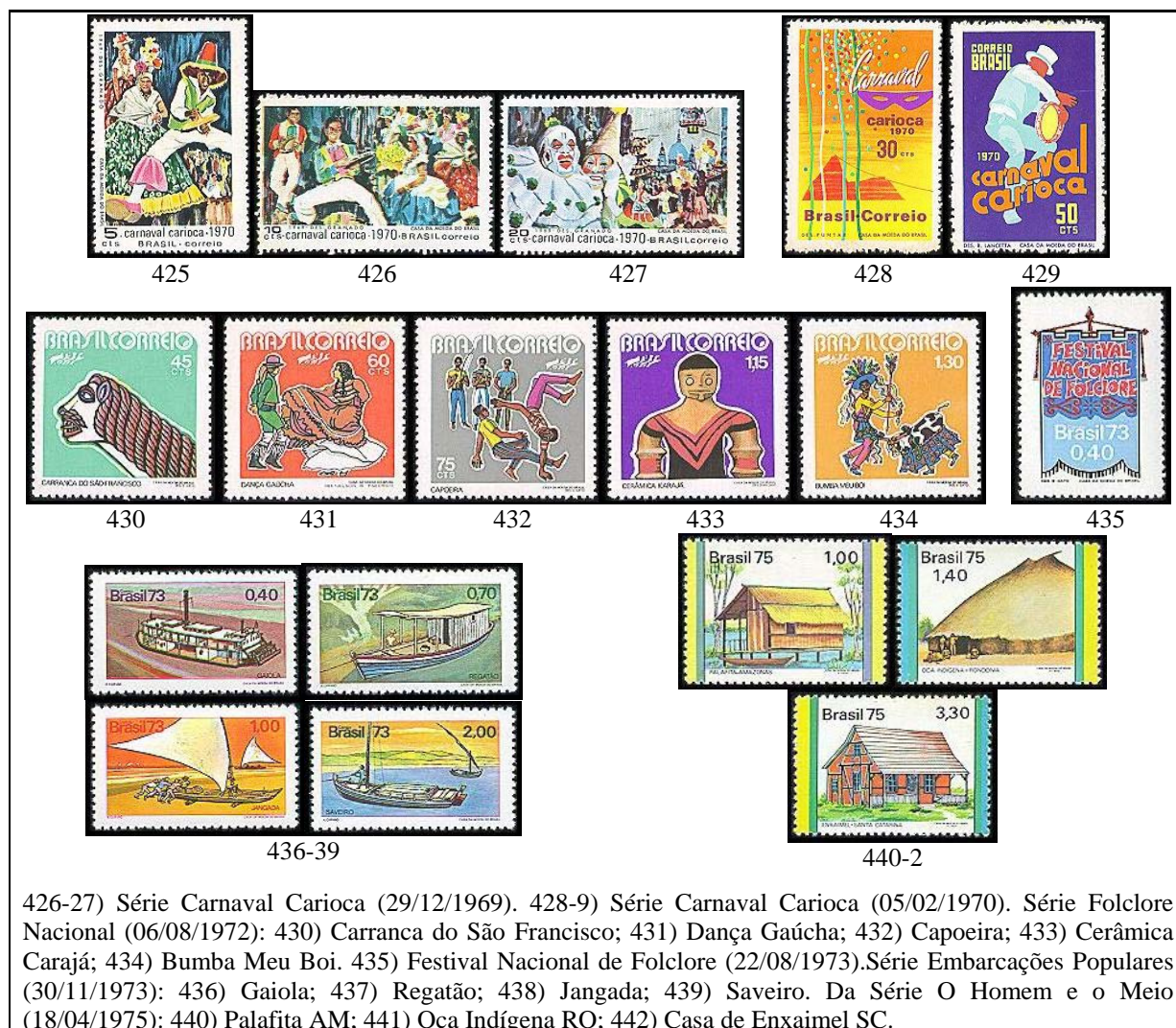
³¹ OLIVEIRA, Paulo Ramos de (Diretor Interino da ECT). Carnaval: Edital dos selos comemorativos n^{os} 705-706, lançados em 05/02/1970. Ibid.

para o estímulo do orgulho nacional Karajá, pois a população neo-brasileira com que convivem esses índios não realiza tal tipo de atividade, e talvez o único traço cultural Karajá verdadeiramente valorizado pela nossa cultura seja essa produção artesanal, coisa de que o índio tem consciência”. O objeto abordado por Luís da Câmara Cascudo, o Bumba Meu Boi, destoa dos demais por ser disseminado por todo o país, inclusive entre indígenas. O registro mais antigo dessa “legítima criação brasileira”, a despeito da influência de similares portugueses, é datado em janeiro de 1840 e referido a Pernambuco. Expressão incomparável da “espontaneidade do Povo”, o auto é um excelente documento “por compreender as figuras humanas de ação social na época, Fazendeiro, Vaqueiro, Escravos, Vigário, Sacristão, Capitão de Campo, Doutor-do-Boi, fantasmas, monstros, animais vulgares”.³²

O Festival Nacional do Folclore é tema de selo comemorativo lançado em 1973, cujo edital, assinado por autoridade da Campanha de Defesa do Folclore Nacional, embora não apresente uma única informação sobre o referido evento, é bastante elucidativo quanto ao tratamento dispensado ao assunto naquele contexto. O tema comum ao selo à campanha é definido como a manifestação que “nasce e se desenvolve no seio do povo”, entendido como as “classes mais humildes, social, econômica e intelectualmente da sociedade, o que chamamos no Brasil a gente do povo” ou, ainda, os “primitivos das sociedades agráficas, como os índios, os esquimós ou os pigmeus etc”. A origem bem definida não impede que o folclore se projete nos “altos estágios da sociedade”, como inspiração da arte, que é, por sua vez, aproveitada nos meios populares, onde é transformada, folclorizada. Nas “fontes” do folclore – cantadores, contadores de histórias, dançarinos, artesãos, brincantes, todos aqueles, enfim que “pela crença, pela prática, pelo conhecimento, guardam os elementos da vida da gente de folk” – podem ser encontradas “as raízes mais profundas do nosso povo, nas suas idéias primitivas, na espontaneidade de suas manifestações, na funcionalidade de sua vida”. O texto esclarece que o dia 22 de agosto (data da emissão) é o Dia do Folclore, ou melhor, “o dia do povo do Brasil, daqueles que investigam e cultivam as forças dessa criação contínua, elo da nacionalidade”. As comemorações e atividades realizadas em todo o país demonstram que “o Brasil, nessa ânsia de integração, busca realizá-la estudando o modo de ser de sua gente, nas suas expressões rudimentares, nelas perscrutando os traços fundamentais da sua

³² TOURINHO, Antonio. Carranca do São Francisco Edital do selo comemorativo nº 781; CORTÊS, J. C. Paixão. Danças Gaúchas: Edital do selo comemorativo nº 782; CARNEIRO, Edson. Capoeira: Edital do selo comemorativo nº 783; COSTA, Maria Eloísa F. Cerâmica Karajá: Edital do selo comemorativo nº 784; CÂMARA CASCUDO, Luís de. Bumba-meu-boi: Edital do selo comemorativo nº 785; lançados em 06/08/1972. Ibid.

psicologia, da sua ação e da sua continuidade”. Por fim, o elogio à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que “prossequindo em suas atividades em prol da integração nacional” emitiu um selo que recorda a data então celebrada, o que é digno de louvor e evidencia “seu alto empenho em associar tão fecunda atividade aos grandes episódios universais, aqueles que relembram a unidade cultural dos povos e dos homens”.³³



426-27) Série Carnaval Carioca (29/12/1969). 428-9) Série Carnaval Carioca (05/02/1970). Série Folclore Nacional (06/08/1972): 430) Carranca do São Francisco; 431) Dança Gaúcha; 432) Capoeira; 433) Cerâmica Carajá; 434) Bumba Meu Boi. 435) Festival Nacional de Folclore (22/08/1973). Série Embarcações Populares (30/11/1973): 436) Gaiola; 437) Regatão; 438) Jangada; 439) Saveiro. Da Série O Homem e o Meio (18/04/1975): 440) Palafita AM; 441) Oca Indígena RO; 442) Casa de Enxaimel SC.

Há duas outras considerações sobre o folclore divulgadas em materiais filatéticos, lançados pelos Correios em 1975. Segundo o manual para professores primários o folclore é “uma disciplina da Antropologia Cultural, interessada no estudo da cultura espontânea do povo”. No Brasil, o campo de estudos é tão amplo e heterogêneo quanto o próprio país, diversidade relacionada às “influências dos povos formadores”, o negro, o índio e o branco.

³³ ALMEIDA, Renato (Diretor Executivo da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro). Festival Nacional do Folclore: Edital do selo comemorativo nº 835, lançado em 22/08/1973. Ibid.

Ainda segundo o texto, o folclore divide-se segundo os gêneros de manifestações: “linguagem popular (gíria, apelidos, provérbios, linguagem cifrada, frases feitas), literatura oral (poesia, estórias, fábulas, lendas, mitos, romances, parlendas), lúdica (jogos e brinquedos), música, crendices e superstição, usos e costumes, artes populares e técnica tradicionais”. Já o último volume do manual *Filatelia*, sobre arte e religião, informa aos aprendizes que o folclore e a arte popular são livres, “nasceram na pureza do povo, das suas crenças, do dia-a-dia. Eles não tem dono, nem estilo, nem moda. A arte popular e o folclore pertencem a todo aquele que ajuda a manter viva a chama da tradição”.³⁴

A data comemorativa em questão fora instituída em agosto de 1965, por decreto que define o folclore como a “cultura popular brasileira” ou, ainda, “as manifestações da criação popular”, às quais o governo “deseja assegurar a mais ampla proteção (...) não só estimulado sua investigação - estudo, como ainda defendendo a sobrevivência dos seus folguedos e artes, como elo valioso da continuidade tradicional brasileira”. Já a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, subordinada ao Ministro de Estado da Educação e Cultura, havia sido instituída em 1958 para “promover, em âmbito nacional, o estudo, a pesquisa a divulgação e a defesa do folclore brasileiro”.³⁵ O esclarecimento “da opinião pública quanto à significação do folclore”, uma das finalidades específicas apontadas pelo decreto de criação da campanha, recebeu significativa contribuição dos Correios durante a década de 1970 e início dos anos 80, com a emissão de diversas séries temáticas.

À série Folclore Nacional segue-se uma sobre “embarcações populares”, lançada em 1973, cujos editais detalham região de utilização, técnica de construção, aspecto e utilidade de cada veículo. Segundo o vice-almirante que dirigia o Serviço de Documentação da Marinha, a gaiola, pequeno vapor fluvial para transporte de passageiros e cargas, é a que tem o uso mais difundido nacionalmente; o regatão é apropriado à navegação nos igarapés da Bacia Amazônica, onde funciona como armazém ambulante; conhecida “desde a mais remota antiguidade”, a jangada é típica do litoral nordestino, do Alagoas até o Ceará, destinando-se, primordialmente, à pesca; de tamanho variável, assim como sua utilidade (pesca, transporte de passageiros e cargas), e muito utilizado nos litorais da Bahia e do Sergipe, o saveiro fecha a

³⁴ Respectivamente: Selo, pequena janela para o Brasil e o Mundo, op. cit. p. 76; e Filatelia ilustrada: v. 6 Arte/Religião. Rio de Janeiro: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 1975.

³⁵ Respectivamente: BRASIL. Decreto nº 56.747, de 17 de agosto de 1965. Institui o Dia Nacional do Folclore. Diário Oficial da União (DOFC PUB 18/08/1965 008302 3); e BRASIL. Decreto nº 43.178, de 5 de fevereiro de 1958. Institui a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Diário Oficial da União (DOFC PUB 07/02/1958 002504 2); a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon/> (último acesso em 17/08/2006).

série.³⁶ Em 1975, os selos fazem nova referência a usos e técnicas tradicionais, dessa vez exemplares de moradias típicas regionais, que compõem a série O Homem e o Meio. O edital referente à palafita amazônica esclarece que esse tipo de construção na região se distingue da definição tradicional – construção cujos fundamentos são estacas fincadas em águas pouco profundas – por conta do regime de cheias e vazantes dos rios, que faz dos ribeirinhos “palafitas” apenas quando das cheias, como se vê na imagem do selo. A proximidade com os rios, as “estradas naturais”, facilita o acesso ao comércio e também à caça e à pesca, além do solo ser favorável ao plantio de hortigranjeiros quando da vazante. Sobre a “arte” da construção da “oca-maloca”, o texto informa que nela os índios empregam seus conhecimentos acerca dos materiais e do meio que habitam, adequando-a ao regime de chuvas e à direção dos ventos. Em seu interior, o utilitário prevalece sobre o ornamental, mas os habitantes cuidam constantemente da sua purificação cerimonial. A casa de enxaimel é descrita como um legado histórico, cultural e arquitetônico dos imigrantes alemães que se instalaram na Colônia Dona Francisca (atual Joinville) e região. Encontradas apenas em Santa Catarina, caracterizam-se pelo aproveitamento da madeira e pela arte da carpintaria elementar, que proporcionaram “sua forma simples, clara e expressiva, sua estrutura sólida e boa, sua modicidade de custo”, a “solução ideal” ante as condições dadas pelo meio. Contrastando com os demais, a série ainda possui tipo sobre Brasília e a arquitetura moderna.

Os Correios abriram as emissões do ano de 1974 com a série Lendas Populares, cujos editais são de autoria de Luís da Câmara Cascudo. Nos pequenos textos, o folclorista ocupa-se em localizar geograficamente, identificar as origens e descrever cada um dos mitos, além de apontar alguma eventual “fixação artística”: figura bastante freqüente na literatura, do saci, mito que subiu do sul para o norte e encontra no caapora nordestino um correspondente, não se conhecem registros anteriores ao século XIX; segundo tradição popularíssima em Minas Gerais, divulgada, dentre outros meios, através de maracatus, o monarca africano Chico Rei descobriu uma mina de ouro, alforriando a si e a seu povo, formando um reino “africano e cristão” nas terras das Geraes; “mais popular dos mitos do Rio Grande do Sul” e “presença constante no memorial coletivo gaúcho”, o Negrinho do Pastoreio foi divulgado nas regiões sul, central e nordeste do país, em parte pela crença de que auxilia na busca a objetos perdidos; símbolo da sedução feminina e o mais universal dos retratados pela coleção, Iara, a Rainha das Águas, corresponde à sereia mediterrânica. A outra lenda popular da série é

³⁶ MEIRA, Levy de Paiva (Diretor do Serviço de Documentação Geral da Marinha). Embarcações Populares: Editais dos selos comemorativos nos 854-857, lançados em 30/11/1973. Brasil em selos, op. cit.

Zumbi, que Câmara Cascudo explica tratar-se de um título dado a chefes militares e não um nome próprio, associação devida à fama do “derradeiro chefe dos ex-escravos insubmissos, organizados em quilombo, aldeia, na Serra da Barriga, Palmares”, que Nina Rodrigues chamou de Tróia Negra. Tornou-se “símbolo do espírito libertário dos negros bantos” e a “figura mais expressiva e comovedora da rebeldia, sagrada pelo destemor à morte e negando-se ao regresso à escravidão. É um episódio inspirador de poesia, pintura, pesquisa histórica”. Embora o edital o trate como personagem histórica, a designação da série, assim como o traço da ilustração tornam difícil tal caracterização, especialmente se pensarmos no menor alcance do edital em relação ao selo, o que torna mais significativa sua posterior inclusão no panteão filatélico dos heróis nacionais, em 1996 (p. 142 – nº 326).

Ainda em 1974 o tema recebe o acréscimo da série Cultura Popular, composta por quatro tipos. O primeiro é dedicado à rede de dormir e tem o edital assinado, novamente, por Luís da Câmara Cascudo, que segue o roteiro de seus textos anteriores. A origem está nos aruacos antilhanos e os disseminadores no Brasil são os tupi-guaranis, do norte para o sul. Foi registrada pelo “primeiro documento da História do Brasil”, a carta de Pero Vaz de Caminha, que referiu-se ao modo de dormir dos tupiniquins de Porto Seguro, e seu registro visual também chegou a Europa ainda no século XVI. Utilizada preferencialmente para dormir, como na ilustração do selo, em alguns casos vira meio de transporte. De qualquer forma, tornou-se “de preferência integral popular, mercado insaciável de mais de 700 fábricas, expondo tipos de sugestiva beleza decorativa”. A renda de biltro é o objeto do segundo tipo e do texto de Mauro Mota, que a descreve como “um dos mais antigos artesanatos do Nordeste”, obra da rendeira, “personagem já dentro da literatura e da preocupação dos etnógrafos”. Seu prestígio segue inabalável entre o Ceará e Alagoas apesar da indústria têxtil, devido à criatividade e beleza dos padrões e pontos, verdadeiras obras de arte. Indispensável, as moças a utilizam no vestuário, as paróquias nos adornos do mobiliário sacro e aos padrinhos sugere-se que presenteiem as noivas com uma caixa de rendas do Ceará. O comentário sobre a literatura de cordel coube a Ariano Suassuna, que a considera um dos dois grandes “campos” do Romanceiro Popular do Nordeste, juntamente com a Poesia Improvisada cantada pelos repentistas. Situada entre o lírico e o épico, caracteriza-se também pela forma de impressão em folhetos de papel inferior, ilustrados (em especial as capas) por xilogravuras, como a representada no selo postal. Seus autores são conhecidos por folhetistas e os vendedores por folheteiros, embora por vezes as obras sejam vendidas pelo próprio autor.

As obras são divididas de acordo com seis “ciclos temáticos” – o heróico, trágico e épico; o histórico e circunstancial; o religioso e de moralidades; o cômico, satírico e picaresco; o de amor e fidelidade; e o do maravilhoso – “uma classificação puramente didática”, já que, como toda obra de arte, caracteriza-se pela combinação de elementos. No último tipo, a única referência autoral da série, o “artista do barro” Mestre Vitalino, tocador de pífano que também fabricava bonecos para serem vendidos às crianças nas feiras do agreste pernambucano. Conforme o texto de Hermilo Borba Filho, a partir da década de 40 o mestre passou a dedicar-se a esculturas maiores, representando “todo um mundo que o cercava em pitoresco, usos e costumes, em projeção social, já transformando a realidade-real numa realidade-imaginada, seus heróis, seus bichos e suas coisas escapando ao simplesmente fotográfico”. Na década seguinte, seus bonecos feitos sob encomenda obtiveram alto valor de aquisição e caracterizavam “o bom gosto cultural dos que estavam em contacto com o Nordeste”. Ao morrer, nos anos 60, “no auge de sua glória artística”, deixou alguns discípulos importantes, embora nenhum igualasse sua marca particular.³⁷

No Dia do Folclore de 1975, a ECT lançou a série Manifestações Populares, composta por três tipos de mesmo padrão gráfico. O primeiro aborda a congada do Serro, que acontece nessa que é uma das mais antigas cidades de Minas Gerais a cada 29 de junho, dia do Reinado do Rosário. A origem da encenação remonta à Associação dos Irmãos do Rosário, em cuja capela, edificada em meados do século XVIII, se instala o reinado, após percorrer as ruas da localidade. Na imagem do selo vê-se uma luta de espadas, componente tradicional das congadas. O frevo pernambucano, representado no segundo selo, teve as bases da dança individualizada, chamada passo, criadas por capoeiristas, recebendo “ingredientes” de diversas outras manifestações: “jornadas de pastoril, partes de quadrilha, alguns compassos de polca, outros tantos de maxixe, algo de dobrado marcial”. Dessa “mistura”, resultou uma música “explosiva, tempestuosa, vibrada principalmente por metais”. Embora o passo seja individualista, é dançado em aglomerações ou “clubes pedestres” tradicionais, que percorrem as ruas durante o carnaval do Recife, forma de expressão mais “autêntica” do que a praticada nos clubes. Fecha a série o Guerreiro, “o mais belo e mais rico, o mais original e mais popular” dentre os autos e danças tradicionais de Alagoas, que consiste numa adaptação dos

³⁷ CÂMARA CASCUDO, Luís de. Rede de dormir: Edital do selo comemorativo nº 891; MOTA, Mauro. Renda de bilro: Edital do selo comemorativo nº 892; SUASSUNA, Ariano. Literatura de Cordel: Edital do selo comemorativo nº 893; BORBA FILHO, Hermilo. Cerâmica de Vitalino. Edital do selo comemorativo nº 894; lançados em 16/10/1974. Ibid.

antigos reisados e que estaria em vias de desaparecer, por conta do acréscimo de elementos originários de outros autos. O texto chama a atenção para a característica principal desse auto de Natal, “a beleza dos chapéus e das coroas, com os quais se gasta muito dinheiro”, aspecto ressaltado na representação imagética. As melodias e coreografias são bastante variadas e o “melhor centro folclórico” para se acompanhar os Guerreiros é a cidade de Viçosa.³⁸



Os Correios seguem emitindo séries alusivas a manifestações folclóricas e populares na segunda metade da década. Em 1976, dois dias antes do Dia do Folclore, foi a vez da Série

³⁸ Manifestações Populares: Editais dos selos comemorativos n^{os} 932-934, lançados em 22/08/1975. Ibid. O Catálogo atribui autoria ao segundo tipo, de Waldemar de Oliveira, da Academia Pernambucana de Letras.

Teatro Popular Brasileiro - Mamulengo, “espécie de divertimento popular, que consiste em representações dramáticas, por meio de bonecos, em um pequeno palco alguma coisa elevado. Por detrás de uma empanada escondem-se uma ou duas pessoas adestradas e que fazem com que os bonecos se exibam com movimento e fala” (o terceiro tipo da série dá uma idéia desse arranjo cênico). O Doutor Babau e seus sucessores, Cheiroso e Ginu, são os mestres mamulengueiros mais famosos de Pernambuco, na opinião do folclorista Hermilo Borba Filho, o mesmo que escrevera o texto do selo referente às esculturas de Mestre Vitalino.

A série do ano seguinte, lançada às vésperas do Dia do Folclore, apresenta como tema as cavalhadas de Pirenópolis (GO). Conforme o edital assinado pela historiadora Marília Mattos, tal folguedo é o principal evento da Festa do Divino Espírito Santo, realizada 40 dias após a Páscoa, atraindo “grande número de espectadores ao local”. O “drama”, introduzido na região no início do século XIX, consiste nas lutas simuladas entre mouros e cristãos e sempre terminam com a vitória dos últimos, referência à expulsão dos árabes da Península Ibérica por Carlos Magno e os Doze Pares de França. São representadas durante os três dias subseqüentes à procissão do Domingo, em local próprio, até a deposição das armas na Igreja de Nosso Senhor do Bonfim ao término da “manifestação folclórica”. Alguns dos elementos destacados pelo texto são os adornos dos cavalos e cavaleiros, a presença da banda de música e das moças que levam as diversas bandeiras. Os selos “constituem um reconhecimento especial ao esforço dos habitantes de Pirenópolis que contribuem para manter vivo um dos mais belos espetáculos do folclore brasileiro”.³⁹

A Série Folclore Brasileiro, lançada no dia 22 de agosto de 1978, foi dedicada aos instrumentos musicais brasileiros e teve o edital elaborado por uma assessora da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), que apresenta os elementos habituais em se tratando de objetos ou manifestações folclóricas. A viola é considerada o “mais folclórico” dentre eles, “pela presença em todo o território e por atender e servir a diferentes manifestações”. Originada na viola portuguesa renascentista, apresenta variações de afinação, na quantidade de cordas e cravelhas e nos modos de tocar de acordo com a região do país. Mas em todas elas “forma, com o violeiro, uma unidade indivisível, ambos se buscam e se completam e a preservação dessa forma musical arcaica, enraizada na cultura folclórica, nos permite admirar a sensibilidade, a memória, a inteligência, a arte do homem folk, aquele que transporta a sua alma ao instrumento que suas mãos criaram”. O instrumento do tipo seguinte é o píforo ou

³⁹ MATTOS, Maria Emília (Licenciada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Cavalhada: Edital dos selos comemorativos n^{os} 1028-1030, lançados em 20/08/1977. Ibid.

pífano, conhecido “no meio folk” por pife, que apresenta dois tipos principais: “um é semelhante à flauta transversa e o pifista sopra em um furo separado dos que se alinham em seqüência; e outro possui embocadura”. A qualidade do som é regulada pelo tamanho do instrumento e das suas aberturas e pela distância entre os furos, mas, normalmente, tende para o agudo. O processo de fabricação, descrito como “primarismo de técnica”, cabe ao próprio tocador, que vai utilizá-la em “vários folguedos folclóricos (...) no acompanhamento de cantigas e danças, solando na abertura e interlúdios, nas procissões e missas de capelas”. Fecha a série, o selo alusivo ao berimbau, instrumento que “resulta de uma concepção primária, correspondente a um estágio elementar de cultura”. Pesquisadores creditam seu ingresso no país “através do negro de Angola, que o tocava em reuniões evocativas”. É o principal instrumento da capoeira: “jogo, dança, ginástica, vadiação, luta ou brinquedo, a capoeira, defesa de escravos, ascendeu socialmente e tem no berimbau a voz que a comanda e a dirige”. O modelo mais utilizado pelos capoeiristas é o berimbau-de-barriga ou urucungo, que consiste numa vara arqueada que tem as extremidades unidas por um fio metálico e uma cabaça cortada, ligada ao fio, que funciona como caixa de ressonância.⁴⁰

Após alguns anos de ausência das emissões folcloristas, os Correios lançaram, a 22 de agosto de 1981, o conjunto Folguedos e Bailados Populares. O tipo que abre a série refere-se ao folguedo dos Caboclinhos, de maior incidência na região Nordeste, integrante dos ciclos do Natal, do Carnaval e de São João. Trata-se de uma representação da “luta dos primeiros donos da terra com o invasor. O auto, de profundo sentimento nativista, exalta e realça as belezas naturais, o código moral do indígena, dramatiza fatos históricos, em prosa e verso, comparecendo perós (portugueses), caçadores, caboclos, archotes, africanos, índios titulados, rei, rainha etc”, com trajes e adornos correspondentes. Os cantos e danças são acompanhados por instrumentos como tarol, maracá, surdo, caixa, pífanos e preacas, que caracterizam as diferentes manobras “em conotação com o enredo”. A Marujada, característica do nordeste e conhecida também por Fandango, Barca, Chegança e Nau Catarineta, é descrita como auto folclórico do ciclo natalino cuja temática e personagens são relacionados às aventuras da vida marítima. Um romance português do século XVI, Nau Catarineta, foi utilizado no estabelecimento do folguedo, mas a dramatização, da qual há registros do início do século XIX, é “tipicamente nacional, sem símile em terras lusitanas”. A chegada do barco e demais jornadas são acompanhadas por instrumentos como rabeca, viola, violão, cavaquinho e banjo.

⁴⁰ MEDEIROS, Maria de Lourdes Borges (Assessora Técnica da FUNARTE/CDFB). Folclore Brasileiro: Editais dos selos comemorativos n^{os} 1075-1077, lançados em 22/08/1978. Ibid.

Fecha a série selo alusivo a outro “espetáculo” característico do Nordeste, o reisado, originado nas danças e folguedos medievais portugueses comemorativos do nascimento de Jesus. Também em louvor ao “Salvador do Mundo” a dramatização praticada no Brasil acrescenta personagens peculiares aos tradicionais: rei, embaixador, secretário, cômicos, mestre, lobisomem, corcunda, pai-do-mato, zabelê, jaraguá, urso, anjo, diabo, boi etc. Ao som de sanfona, tambor e pandeiros, o reisado desfila cantando e dançando pelas ruas, executando a “abrição de porta”, pedido de entrada nas casas e louvores a seus donos. A parte final consiste em exibição teatral, geralmente na praça da localidade.⁴¹

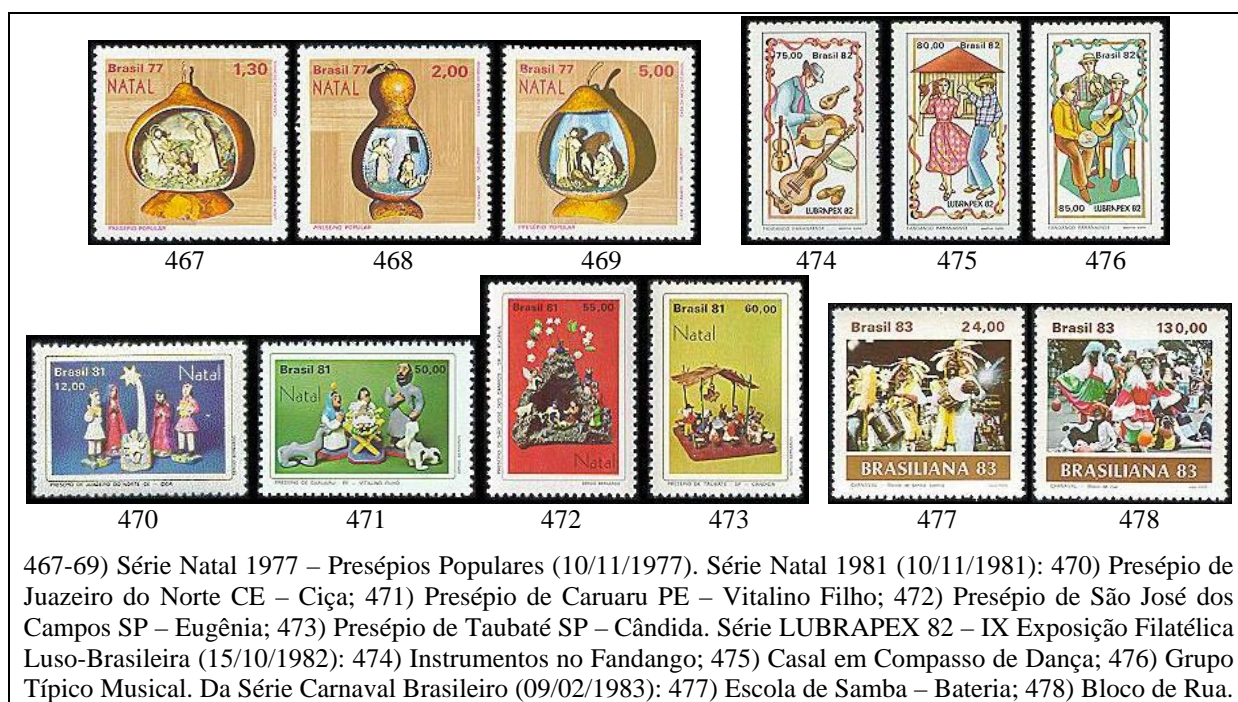
As séries lançadas entre 1976 e 1981 foram concebidas por Jô Oliveira, especialização que contribui para conferir um estilo próprio às emissões folclóricas. A inclusão do nome do artista é um dos elementos da padronização de legendas, por sua vez um dos componentes do pacote de modificações gráficas que transformaram o aspecto do selo no início da década de 1970. Assinatura que contribui para a imagem que se queria dar ao selo, a de objeto artístico. A série Folguedos e Bailados Populares foi agraciada na Itália, em 1982, com o Prêmio Internacional Aziago de Filatelia, na Categoria Turismo. É bem provável que tenha sido inscrita nessa categoria pelos próprios Correios, o que é revelador de outros propósitos relacionados a essa temática filatélica, para além da catalogação folclorista.

Como as emissões sobre patrimônio, o folclore também ingressa em outros espaços filatélicos, no caso, emissões natalinas e registros de exposições filatélicas. Em novembro de 1977, os Correios lançaram a Série Natal 77 – Presépios Populares, com imagens das peças de cabaça da artista Evarista Ferraz Salles, “pioneira no Brasil em trabalhos de artesanato de palha de milho e bucha”. Além dos votos natalinos, o edital do selo aborda o natal como tradição, descrevendo sua prática como uma influência estrangeira (notadamente portuguesa, por intermédio dos jesuítas), à qual foram incorporados “elementos indígenas e africanos”. Embora uma festa que “transcende nacionalidades”, é vivida de acordo com os “elementos culturais” de cada povo. Os presépios populares “são demonstração inequívoca da incorporação desses novos elementos, tipicamente tropicais, à tradição européia”, especialmente “no interior, onde a tradição se mantém mais viva”.⁴² Os presépios populares também são o motivo da série lançada para o Natal de 1981, composta de quatro tipos

⁴¹ Id. (Instituto Nacional do Folclore – MEC). Folguedos e Bailados Populares: Editais dos selos comemorativos nos 1234-1236, lançados em 22/08/1981. Ibid.

⁴² EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Natal 77 – Presépios Populares: Edital dos selos comemorativos nos 1042-1044, lançados em 10/11/1977. Ibid.

ilustrados a partir de fotografias de peças pertencentes ao Museu de Folclore Édison Carneiro, do Instituto Nacional do Folclore. Exemplo do “processo de elaboração da arte folclórica brasileira”, estas peças de cerâmica “retratam o universo do artista e seu condicionamento à expressão regional”. O edital investe novamente no histórico da tradição natalina, remontando agora aos “primeiros cristãos” e à sua fixação no calendário no século IV. Trata também da tradição da confecção de presépios, atribuindo sua “origem” a São Francisco de Assis e referindo-se à sua disseminação pelas cortes europeias, que disputavam “o relevo, o ineditismo e a riqueza dos presépios”. Trazida para o Brasil com os portugueses (o primeiro registro local data de 1583), a tradição dos presépios figura, como tema, nas artes cênicas, na literatura, na música e nas artes plástica, mas é “no meio do povo” que encontrou sua expressão mais importante “formando-se neste, o patrimônio do ciclo natalino folclórico, com quatro séculos de loas, danças, folguedos, artes e artesanatos folclóricos”.⁴³



Em outubro de 1982 realizou-se em Curitiba a IX Exposição Filatélica Luso-Brasileira, ocasião na qual a ECT prestou “singela homenagem ao caboclo paranaense ao escolher, como tema do bloco e da série comemorativos (...) a mais significativa manifestação popular do Estado - o Fandango”. Segundo Roselys Roderjan, da Comissão Paranaense do Folclore, a introdução deste conjunto de danças no Estado deve-se ao influxo de luso-

⁴³ RIBEIRO, Maria de Lourdes Borges (Instituto Nacional do Folclore – MEC). Presépios Populares: Edital dos selos comemorativos nos 1247-1250, lançados em 10/11/1981. Ibid.

brasileiros e de portugueses, que povoaram a região de Paranaguá no século XVII. Apesar de existirem referências que apontam o fandango como “parte das diversões do homem dos planaltos”, a incidência maior da sua prática era no litoral, onde “ainda apresenta alguns grupos”. As diferentes “marcas” eram dançadas nos sítios durante o “pixirão”, ocasião em que os vizinhos se reuniam para auxiliarem-se nos trabalhos da roça, contribuindo também para a “compra dos preparos (mantimentos e material necessários para a realização da festa)”. O conjunto musical que acompanha os dançarinos é composto por duas violas, uma rabeca e um adufo (pandeiro) confeccionados pelos próprios caboclos, assim como os sapatos utilizados para marcar o ritmo pelos dançarinos, dispostos em rodas fechadas ou abertas.⁴⁴

Em fevereiro de 1983 os Correios lançaram uma série comemorativa do Carnaval Brasileiro que fazia, também, a propaganda da BRASILIANA 83, exposição filatélica que seria realizada no Rio de Janeiro em agosto daquele ano. Radicalmente diferente do sucinto edital da série do Carnaval de 1970, o texto que acompanhava essa emissão apresenta um histórico da tradição do carnaval, uma “festa profana inserida no calendário turístico” e “uma das personificações mais legítimas da alma brasileira”. Praticado já na antiguidade e disseminado por boa parte do mundo, a origem do carnaval brasileiro está associada à “considerável população negra” dos tempos coloniais e suas constantes “efusões musicais e coreográficas” pelas ruas das cidades. A proibição do entrudo – “brincadeiras grosseiras em que as pessoas atiravam uma nas outras líquidos e objetos os mais estranhos”, nos três dias anteriores à quaresma – é relacionada à feição europeia adquirida com os bailes e desfiles, mas que não acabou com “o carnaval espontâneo das massas populares”. O texto aponta como marco definitivo o carnaval do Rio de Janeiro de 1854, por ter apresentado a “primeira das grandes sociedades”, que introduziu a “orquestra de percussão”, influenciando todas as formas de agrupamento posteriores: “é o caso, por exemplo, dos antigos cordões (grupos de fantasiados que saíam secundados por uma orquestra de bumbos), dos Ranchos (mistura dos cordões com formas folclóricas nordestinas) e das escolas de samba”. Estas últimas foram responsáveis pela “fixação do gênero musical brasileiro por excelência e pela apresentação, hoje, do que se conhece como ‘o maior espetáculo da Terra’, e que atrai ao Rio gente de todo o Brasil e de muitos países estrangeiros. E, além de tudo isso, o carnaval carioca ainda tem como grande atração o espetáculo espontâneo dos foliões anônimos das ruas”. O edital chama

⁴⁴ RODERJAN, Roselys Vellozo (Presidenta da Comissão Paranaense do Folclore). LUBRAPEX 82 – IX Exposição Filatélica Luso-Brasileira – Fandango Paranaense. Edital do bloco comemorativo nº 52, lançado em 15/10/1982. Ibid.

a atenção para “outras cidades brasileiras”, onde a festa é interessante e finaliza com outra referência à relação entre a festa e o turismo: “No carnaval, as cidades brasileiras fervilham de gente de todas as partes, numa expansão de alegria que fomenta o fluxo turístico interno e externo e traz enormes benefícios sócio-culturais ao País”.⁴⁵

A partir de meados da década de 1980, as séries padronizadas lançadas regularmente em torno do Dia do Folclore são abandonadas, mas não as emissões relativas ao tema. Há certa preferência por emissões de apelo turístico alusivas a festas regionais tradicionais: as Festas Juninas de Caruaru e Campina Grande (1995); a Festa do Divino de Planaltina (1999); a Cavalhadinha de Pirenópolis (2002); o Festival Folclórico de Parintins (2004). A Série Carnaval Brasileiro de 1991 finalmente transcende a representação das escolas de samba do Rio de Janeiro, apresentando também bonecos de Olinda e trio elétrico de Salvador, em selos cujos editais são assinados por funcionários das agências de turismo dos respectivos estados. Além dos registros habituais, novos territórios da cultura popular são explorados, como os trajes típicos (1996) e as brincadeiras e jogos de rua (2003). Em 1998 os Correios lançaram selo sobre “um dos pratos típicos mais difundidos da cozinha brasileira” e “símbolo da culinária nacional”, a feijoada, “resultado da fusão de costumes alimentares europeus e a criatividade do escravo africano”.⁴⁶ Emissões lançadas no Dia do Folclore, só as que comemoram jubileus pessoais de folcloristas: em 1991, o centenário de Leonardo Mota (juntamente com a propaganda do V Festival Internacional de Folclore do Brasil); em 1998, Luís da Câmara Cascudo, que escrevera editais de emissões folclóricas dos anos 70.



Assim como o patrimônio histórico e artístico faria uma década depois, a cultura popular chegou aos selos regulares, em substituição a uma série composta por tipos de cifras. O conjunto, em circulação entre 1976-80, é dos mais numerosos e todos os seus 21 tipos são distintos entre si, sem repetições de um mesmo desenho em variações de cor e valor, como ocorria nas séries anteriores à ECT. O *Catálogo de Selos do Brasil* não dispõe de nomenclatura para a série e, como já foi dito em outras oportunidades, o catálogo oficial dos Correios, *Brasil em selos*, não abrange essa categoria de emissões, mas a legenda de cada um

⁴⁵ EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO – EMBRATUR. Carnaval Brasileiro: Edital dos selos comemorativos nos 1314-1317, lançados em 09/02/1983. Ibid.

⁴⁶ INSTITUTO GASTRONÔMICO BRASILEIRO. Gastronomia – Cultura Culinária – Feijoada: Edital do selo comemorativo nº 2028, lançado em 01/06/1998. Ibid.

dos tipos, além das imagens, dá bem uma idéia de que os motivos são trabalhadores de ofícios tradicionais. A caracterização regionalista é feita de diversas formas: designação do “tipo humano” (baiana e gaúcho); atividades de extração de produtos eminentemente regionais (babaçu, carnaúba, etc.); e pela ambientação mesma, seja de forma mais direta (barqueiro do São Francisco), ou indireta (jangadeiro, seringueiro, garimpeiro, aguadeiro). Quase que na totalidade dos selos os chapéus, que remetem a usos tradicionais, encobrem os traços fisionômicos desses “tipos” duplamente anônimos, sem nome e sem rosto.



Pedro Vasquez considera esse conjunto um atestado da paulatina “democratização” que vai sendo estabelecida no conjunto das emissões postais brasileiras:

Nada espelha melhor a identidade de uma nação do que os selos (...) Espelho oficial de um país, o selo finda por ser também o espelho do povo, pois a vida real se infiltra nos interstícios dos retratos dos governantes, dos grandes feitos ufanistas e dos programas estatais, para deixar passar o rosto sofrido, porém belo, do homem do povo e a rotina não-espetacular, porém heróica, do cidadão comum. Circunstância que permitiu que fossem devidamente celebrados em selos postais os pescadores, os bananeiros, os ceramistas, os índios da nação ianomâmi.⁴⁷

Mas talvez se possa pensar essa série, e as demais emissões sobre a cultura popular, como uma lente oficial que propõe determinado enquadramento para uma dada noção de

⁴⁷ VASQUEZ, Pedro. O Brasil no selo postal. In: Selos postais do Brasil. São Paulo: Metalivros, 2003, p. 157.

“povo brasileiro”, limitando a sua participação desejável ao trabalho e às manifestações ligadas ao folclore e seu passadismo atemporal (o paradoxo da expressão é apenas aparente). Também é preciso considerar que, nesse contexto de alegada valorização das tradições populares, se consolida uma inversão na composição da população brasileira, em termos da relação campo/cidade, que torna-se majoritariamente urbana, transformação relacionada à disseminação das relações de produção capitalistas, com grande incremento da população operária, processo acompanhado por intenso êxodo rural e concentração fundiária.⁴⁸

Outra faceta do povo pressuposto pela noção de folclore é sua formação racial diversificada e harmoniosa. Além das freqüentes referências dispersas nos editais e tipos de séries anteriores, há conjuntos dedicados exclusivamente a dois dos principais “povos formadores” do “nosso” folclore, segundo a terminologia empregada em *Selo, pequena janela para o Brasil e o mundo*, o material destinado aos professores do ensino primário.⁴⁹

Após as emissões alusivas à cerâmica Karajá (1972) e à oca indígena (1975), e antes da série de 1981 que exhibe peças de cerâmica relacionadas a ritos fúnebres do ponto de vista da peça de museu arqueológico, os Correios emitiram dois conjuntos nos quais as manifestações culturais de grupos nativos deixam de ser denominadas folclóricas. A 19 de abril de 1976, Dia do Índio, a ECT lança a série Preservação da Cultura Indígena no Brasil. O tema do primeiro tipo é a pintura corporal kaiapó, grupo cujas tribos se localizam no sudoeste do Pará, falantes do Macro-Jê e considerados “integrados”. Utilizam plantas e carvão como matéria prima para as tintas, que empregam em situações ligadas “à vida cotidiana” e “à sua própria visão do mundo”. Ainda segundo o edital, as pinturas não são mero enfeite, e sim um “elemento com atribuições curativas e protetoras”, empregado também para assinalar ritos de passagem. O texto, que leva a rubrica do Museu do Índio do Rio de Janeiro, termina manifestando uma visão diferenciada do habitual entusiasmo para com a política de integração nacional: “com a integração à sociedade nacional, irão perdendo gradativamente os valores culturais que condicionavam a prática da pintura corporal”. Em estágio mais avançado de integração, já que seus contatos com os brancos datam do início do século XIX, os bakairi

⁴⁸ Conforme SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização, 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil* 6ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 301-334. O historiador cita dados do IBGE, segundo os quais, em 1950 a relação era de 64% para a população rural, 36% para a urbana; três décadas depois, em 1980, a situação inverte-se para 33% no campo e 67% nas cidades, especialmente nas grandes metrópoles nacionais, como Rio de Janeiro e São Paulo, e regionais, como Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, Salvador, Fortaleza, Curitiba e Belém, que todas juntas concentram 30% da população brasileira (p. 301-302).

⁴⁹ *Selo, pequena janela para o Brasil e o Mundo*, op. cit., p. 76.

contavam com “aproximadamente 250 pessoas” à época da emissão do selo ilustrado com uma de suas máscaras. Originários do Xingu, os remanescentes que viviam nas proximidades do Posto Indígena Simões Lopes (MT), apesar das casas e vestimentas semelhantes as dos camponeses da região e “a despeito das pressões ‘civilizatórias’”, ainda “conservam traços de sua cultura ‘primitiva’”, dentre eles as máscaras usadas nas danças. O último selo da série apresenta um “resplendor” dos karajá, grupo da língua Macro-Jê que habita o parque indígena localizado em Goiás. Dentre as “tribos plumistas brasileiras”, os karajá distinguem-se pela beleza e formato de seus adornos, de confecção complexa. O texto termina em tom de alerta: “devemos atentar para o fato de que o contato da sociedade nacional com as tribos vem contribuindo em muito para a modificação da cultura indígena”.⁵⁰

Na véspera do Dia do Índio de 1980 foi lançada a série Arte Indígena, composta por tipos ilustrados com máscaras. A dos tukuna, pertencentes ao grupo Pano e que vivem às margens do rio Solimões, são feitas de entrecasca de árvore e utilizadas na Festa da Moça Nova, o rito de puberdade das meninas. Os Tapirapé de Mato Grosso utilizam a “cara grande” nas festas rituais da época da pesca, confeccionada com madeira, penas de arara, conchas e dentes de animais. O texto sobre os Kanela, que habitam o Maranhão e pertencem ao Grupo Timbira, faz referência às “mudanças nos padrões culturais da comunidade” em função do “contato com a sociedade envolvente”. Dos aspectos culturais que ainda conservam – rituais, mitos, distribuição circular das malocas com caminhos radiais que convergem para a praça central, o corte do cabelo e a corrida de toras – a máscara de palha de buriti é um componente importante, confeccionada pelos homens mais velhos e utilizada apenas pelos jovens em rituais ligados a um animal mitológico que, entendem eles, se comunica com a aldeia.⁵¹

O “povo negro”, outro dos elementos formadores, é objeto da série Indumentárias de Orixás, lançada na véspera do Dia do Folclore de 1982. O edital, assinado por antropóloga da Universidade Federal da Bahia, explica que orixás são ancestrais divinizados que têm a capacidade de controlar forças da natureza, às quais se incorporam para tornarem-se perceptíveis aos seres humanos que os evocam em cerimônias. A origem dessa prática religiosa remonta aos iorubás ou nagôs da África Ocidental, que a trouxeram para o Brasil nas últimas décadas do século XVIII. Mas, como as demais religiões africanas “transplantadas”,

⁵⁰ MUSEU DO ÍNDIO (RJ). Preservação da Cultura Indígena no Brasil: Editais dos selos comemorativos n^{os} 957-959, lançados em 19/04/1976. *Brasil em selos*, op. cit.

⁵¹ ESCOSSIA NOGUEIRA, Otilia Maria Correa da (Antropóloga). Arte Indígena: Editais dos selos comemorativos nos 1164-1166, lançados em 18/04/1980. Ibid.

seria “recriada e remoldada no processo de sincretismo religioso interafricano, que foi produzido pela escravidão e em contato com o catolicismo e os padrões coloniais portugueses que lhe foram impostos”, embora haja uma “continuidade da tradição”, especialmente no candomblé da Bahia. Cada orixá possui atributos equivalentes ao de um santo católico, um dia da semana que lhe é consagrado, uma cor preferida e indumentária própria. O traje cerimonial é uma “influência colonial européia” e possui “detalhes que identificam a entidade considerada do sexo masculino, feminino ou de natureza dupla”, como nos respectivos exemplos de Xangô, Iemanjá e Oxumaré, apresentados nas estampas dos selos.⁵²

Os componentes da nacionalidade são abordados pela série de 1974, Formação da Etnia Brasileira e Correntes Migratórias. Cada uma das cinco peças apresenta figuras humanas correspondentes aos grupos formadores nela representados e, em alguns casos, outros signos característicos, em especial arquitetônicos. Ao fundo dessas composições são vistos planisférios com traços indicativos da origem e destino dos migrantes. O primeiro dos cinco tipos tem por legenda “etnia brasileira” e é dedicado à “base sobre a qual, desde os primórdios da colonização, até o início do século XIX, assentou-se o intercâmbio antropológico”: portugueses, índios e negróides africanos, segundo a terminologia do edital. Até o final do século XVIII a influência dos “invasores” franceses, holandeses e outros aventureiros de origem européia não rivalizou com o português, que não é considerado um invasor: a este coube “o papel fundamental imprimido na caracterização do brasileiro”. Desde a “descoberta”, os lusos, notáveis por sua capacidade de afirmação e adaptação, “ditaram as diretrizes dos contatos”, “caldeando-se com o índio, primeiro habitante americano, e com os escravos trazidos da África”. A miscigenação entre os lusos “caucasóides” e os “negróides” originou o mulato, o “tipo mestiço mais numeroso”, seguido pelo mameluco, resultado da mistura entre o elemento luso e o “brasilíndio”. Mas em termos culturais “prevaleceu a herança portuguesa”, que caracterizou “indelevelmente o povo brasileiro”:

Firmou a língua e o primado do catolicismo. Mas não foi só. Implantou o fundamento da organização político-administrativa – uma das razões fundamentais da unidade territorial. Delineou a organização social vigente, baseada nas Ordenações do Reino. Na maior parte do território, com o latifúndio, o escravagismo e a monocultura, dirigiu quase quatro séculos de existência da vida brasileira. Na arquitetura, escultura, pintura, música, folclore, culinária, vestuário, enfim, em todos os setores culturais, ficou o profundo registro do colonizador lusitano.

⁵² CASTRO, Yeda Pessoa de (Professora Adjunta do Departamento de Antropologia da FFCH e Diretora do Centro de Estudos Afro-orientais da Universidade Federal da Bahia). Indumentárias de Orixás: Edital dos selos comemorativos nos 1287-1289, lançados em 21/08/1982. Ibid.

O texto informa que o “elemento brasilíndio” ocupava o território de maneira dispersa e não possuía unidade cultural, lingüística e “antropofísica” (embora predominasse o tipo mongolóide). O modo de vida nômade e sua diversidade “prejudicaram a fácil inter-relação com os demais povoadores”, mas, a despeito dos “naturais conflitos” a miscigenação e a aculturação foram comuns: “assim aconteceu quando o índio funcionou como guia de penetração; canoeiro, caçador e pescador; auxiliar no trato do pastoreio e na busca das ‘drogas’ do sertão”. Influências “notabilíssimas” suas podem ser observadas na toponímia, na onomástica e em certos usos e costumes, principalmente os relacionados à caça e pesca e à alimentação, além de “práticas e superstições religiosas”, traços mais facilmente observáveis no Norte e Centro-Oeste. Sobre as “grandes levas de negróides”, o edital afirma serem provenientes de diferentes partes da África, trazidas pelos portugueses para sustentar o regime de escravidão. As condições adversas do cativo, assim como sua heterogeneidade física, cultural e lingüística fizeram com que se originassem “diversos processos antiaculturativos, não só relacionados com os portugueses, mas entre os próprios grupos africanos”. As localidades que mais receberam escravos ficavam na costa, onde estes trabalhavam nos engenhos de açúcar. Posteriormente, no século XVIII, concentraram-se nos lugares dedicados a atividades de mineração, mais ao centro do território, onde “imprimiram sua influência antropológica”. Além da contribuição física, o “negróide” legou características culturais e lingüísticas, notadamente na música, no “sincretismo religioso” e na culinária brasileira, além de elementos “no folclore, no vestuário e em certos tipos de habitações rústicas”.

O segundo tipo da série é dedicado às “correntes migratórias” ou “ondas alienígenas” cuja chegada às partes centro-sul e meridional do país foi estimulada pelo governo para suprir a demanda por mão de obra que se seguiu à abolição do tráfico e do escravagismo africano. O texto relaciona russos, poloneses, checos, romenos, búlgaros, belgas, austríacos, húngaros, dentre outros povos europeus, como os mais importantes da “fase mais intensa de migração não-ibérica, isto é, entre 1870 e 1913”. Dentre esses, os de origem eslava fundaram vários núcleos coloniais “ainda fáceis de serem identificados”, notadamente no Paraná, mas também em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, assinalando uma influência marcante do “ponto de vista antropofísico” na região. Também foram incorporadas: “técnicas agrícolas e pastoris, práticas comerciais, folclore, alimentação, vestuário etc”. Os sírios, turcos e libaneses, que vieram para o país no início do período republicano, concentraram-se em São Paulo, Recife e Belém, “miscigenaram-se e aculturaram-se profusa e rapidamente”, dedicando-se, em

especial, às atividades comerciais. O edital registra, ainda, a presença de franceses e ingleses no Rio de Janeiro do século XIX, em função do estabelecimento da Corte Portuguesa na cidade, presença circunstancial, mas que deixou marcas na “etnia carioca”, especialmente no linguajar. Aos ingleses, além do papel que desempenhavam nas relações econômicas, “se deve a mais nítida manifestação da vida hodierna do povo brasileiro - o futebol”.



Os outros três tipos da série são dedicados às etnias que ingressaram em maior número dentre os imigrantes não ibéricos, cabendo aos alemães “primazia e especial destaque”. Instalando-se inicialmente em Nova Friburgo (RJ) e São Leopoldo (RS), fundaram diversas cidades nesses estados, no Paraná e em Santa Catarina. Sua presença nessas áreas, ocupando

terras férteis e devolutas cedidas pelo governo contribuiu para a diversificação das atividades agropecuárias e artesanais, além de outros aspectos legados: “o minifúndio, habitações típicas, geralmente com telhados íngremes; difusão do protestantismo; alimentos em conserva, especialmente carnes derivadas de suínos; a cerveja; novas culturas agrícolas: centeio, cevada, linho, aveia etc.; técnicas agrícolas mais apuradas”. O texto assinala a passagem, naquele ano, do sesquicentenário da imigração alemã no Brasil, que teve um papel de destaque na “evolução étnica do povo brasileiro”, superando amplamente os “naturais problemas de aculturação e assimilação” iniciais. O edital sobre os imigrantes alemães faz também um comentário geral sobre a presença deles e de “representantes de outras partes da Europa” na região meridional do país, como um “fato que alterou profundamente a paisagem demográfica brasileira. A parte do país ao sul de São Paulo, diferenciou-se inteiramente das demais regiões, cuja ocupação foi dirigida pelos portugueses”.

A imigração italiana, apenas superada em número pela alemã, foi direcionada para São Paulo, onde supriu a demanda por trabalhadores assalariados, e para o Rio Grande do Sul, onde iniciou o “surto vinícola” da província. Instalaram-se também em Santa Catarina e Paraná e nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Sua participação na formação da “etnia brasileira é acentuada”, miscigenaram-se com relativa facilidade ao mesmo tempo em que imprimiram vários traços de sua cultura: “práticas agrícolas diversificadas, principalmente o plantio da vinha e do trigo; hábitos de culinária - a cozinha italiana - pródiga de massas de trigo; desenvolvimento de empresas comerciais e industriais; papel relevante no comércio urbano”. A imigração dos japoneses apresenta características distintas, por ter se iniciado mais tarde e pelas maiores dificuldades iniciais “no processo de aculturação e assimilação”, por conta das diferenças culturais e linguísticas mais acentuadas. O Estado de São Paulo recebeu os maiores contingentes, além do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pará e Amazonas. Sua mais nítida participação cultural se deu na “prodigiosa atividade agrícola” e no intenso labor a que se dedicam em suas atividades, já “agora perfeitamente integrados no quadro étnico”.⁵³ A homenagem a grupos imigrantes foi tema de selos lançados antes e depois da emissão desta série. Um tipo de 1950, que exhibe um cacho de uva e uma fábrica, comemora os 75 Anos da Imigração Italiana para o Rio Grande do Sul, referida novamente quatro anos depois pelo selo que tem como motivo o Monumento ao Imigrante erigido em Caxias do Sul. A imigração japonesa também foi objeto de dois selos. Na comemoração do seu

⁵³ Formação da Etnia e Correntes Migratórias: Editais dos selos comemorativos n^{os} 875-879, lançados em 03/05/1974. Ibid.

cinquentenário, em 1958, a peça é ilustrada por composição na qual se vê uma enxada e alguns produtos agrícolas. O selo de 1988 exhibe, em primeiro plano, a imagem de uma família, cuja criança segura a bandeira brasileira, tendo ao fundo um navio. Selo lançado em março de 2005 assinala os 125 Anos da Imigração Libanesa para o Brasil, exibindo um arranjo entre as bandeiras e as árvores-símbolo dos dois países, o ipê-amarelo e o cedro.

Em 22 de abril de 1999, os Correios lançaram um bloco que dava continuidade à seqüência de emissões alusivas ao 5º Centenário do Descobrimento iniciada em 1996, além de anunciar a Exposição Luso-Brasileira de Filatelia, que seria realizada em Salvador no ano do jubileu. Na peça, por sobre a representação da nação que se tornara a mais usual em selo, o mapa, são dispostas figuras humanas que remetem aos componentes étnicos, grupos imigrantes e tipos humanos característicos. O futebol, que o edital da série de 1974 arrolava como uma das contribuições dos imigrantes ingleses e “a mais nítida manifestação da vida hodierna do povo brasileiro”, é evocado na imagem dos meninos batendo bola. No selo propriamente dito, além do logotipo oficial dos festejos, são vistas três crianças, branca, índia e negra, que remetem à idéia da “base formadora”. O edital, assinado pelo antropólogo Roque Laraia, adota uma postura crítica a respeito da formulação expressa pela composição imagética do bloco, alegando ser uma “forma de simplificação” falar em “etnia brasileira”, já que o Brasil foi constituído pela fusão de muitas delas. O autor define o que seja a noção, por oposição à de raça, ao contrário do texto da série de 1974, que as confundia:

Enquanto o que caracteriza a etnia são fatores culturais como tradição, língua e identidade, o que distingue raça são fatores biológicos como a cor da pele, o formato da cabeça, o tipo de cabelo etc. Assim, os membros de uma etnia compartilham valores culturais próprios e se comunicam por meio de uma língua que é também própria. As pessoas que constituem essa população se identificam, e são reconhecidas pelos outros como membros da etnia.

O “jargão histórico” que atribui a formação do Brasil às três raças é considerado inadequado por omitir a sua pluralidade étnica: a população indígena anterior à “chegada” de Cabral era constituída de múltiplas etnias, assim como as populações de origem africana, diferentes entre si em termos de costumes, crenças e idiomas. Além disso, se a noção se define por características que se modificam com o passar do tempo, o “intenso processo de aculturação” a que esses grupos foram submetidos “fez desaparecer as identidades étnicas originais”. Outro aspecto para o qual Laraia chama a atenção é o fato de que muitos dos imigrantes europeus que vieram para o país no século XIX “se identificavam muito mais por

meio de suas identidades étnicas do que nacionais”. Por fim, além da riqueza cultural, o autor considera como maior contribuição das diversas etnias, porque nosso “mais importante fator de unidade nacional”, a língua.⁵⁴



As reflexões de Renato Ortiz sobre a cultura brasileira ajudam a pensar a abordagem de selos e editais aos temas deste capítulo. Em *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, o autor observa que até o início da década de 60 a noção de cultura popular era assimilada à de folclore. Embora a literatura folclórica brasileira fosse diversificada quanto à definição de seu objeto, predominava a “ênfase no caráter tradicional do patrimônio popular”, que “implica, na maioria das vezes, uma posição conservadora diante da ordem estabelecida”. Enquanto a interpretação sociológica do caso europeu vê no folclore uma necessidade da burguesia européia, no Brasil ele seria um saber associado “às camadas tradicionais de origem agrária”, situação exemplificada por Gilberto Freyre e Câmara Cascudo, dois de seus expoentes. Tais autores valorizam a tradição como presença do passado, considerando que o progresso lhe é prejudicial: “concebe-se assim uma pretensa autenticidade das manifestações populares que irá radicalmente se opor a qualquer movimento de transformação da realidade social”.⁵⁵

Ortiz considera o Estado pós-64 um marco na história brasileira, por ter concebido inédita política cultural de alcance nacional, que acompanha a transformação da sociedade e das suas relações econômicas iniciada em meados do século. Uma questão prioritária para o Estado autoritário é a integração das “diferenças regionais no interior de uma hegemonia estatal”, resolvida pela ideologia de Segurança Nacional nos seguintes termos:

Ao definir a integridade nacional enquanto ‘comunidade’, o Manual da Escola Superior de Guerra retoma os ensinamentos de Durkheim e mostra a necessidade da cultura funcionar como cimento de solidariedade orgânica da nação. A noção de integração, trabalhada pelo pensamento autoritário, serve assim de premissa a toda uma política que procura coordenar as diferenças, submetendo-as aos chamados Objetivos Nacionais. (...) o estado deve estimular a cultura como meio de integração, mas sob o controle do aparelho estatal. As ações governamentais tendem assim a adquirir um caráter sistêmico, centralizadas em torno do Poder Nacional.⁵⁶

⁵⁴ LARAIA, Roque de Barros (Antropólogo da Universidade de Brasília – UnB). Comemorações do 5º Centenário do Descobrimento do Brasil – Pró-LUBRAPEX 200 – Brasil 500: Edital do bloco comemorativo nº 108, lançado em 22/04/1999. Ibid.

⁵⁵ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 68 e ss.

⁵⁶ Ibid., p. 82-83.

A realização deste “pensamento autoritário do estímulo controlado da cultura” se intensifica a partir de 1975, com a elaboração de um Plano Nacional de Cultura e a criação da FUNARTE, dentre outros fatores. Mas a preocupação com a questão cultural remonta ao início do regime, com a proposta de criação do Conselho Federal de Cultura (CFC) em 1966. Às voltas com a repressão das manifestações culturais tidas por subversivas, o Estado recorreu aos intelectuais que apoiaram o golpe, “representantes da tradição” recrutados nos Institutos Históricos e Geográficos e nas Academias de Letras. Dessa forma, o movimento de 64 se associava a concepções tradicionais sobre a cultura brasileira. Um dos aspectos que definem a proposta do Conselho é a ideologia do país mestiço ou “Brasil-cadinho”, compreendido como resultado da fusão das três raças. Desde a década de 30 o povo brasileiro era definido como resultado do cruzamento de brancos, negros e índios. A questão colocada pelo CFC é a da heterogeneidade, desde uma perspectiva regionalista:

A região é uma das partes desta diversidade que define a unidade nacional. O elemento da mestiçagem contém justamente os traços que naturalmente definem a identidade brasileira: unidade na diversidade. Esta fórmula ideológica condensa duas dimensões: a variedade das culturas e a unidade do nacional. Dentro desta perspectiva o documento da Política Nacional de Cultura poderá definir a cultura brasileira como o produto da aculturação de diversas origens.⁵⁷

Um aspecto desta noção de pluralidade que não deve passar despercebido é sua filiação à “ideologia da harmonia”, que pressupõe a existência de uma sociedade isenta de conflitos.

Outro componente do pensamento tradicional que caracteriza o discurso do CFC é a tradição entendida como um “conjunto de valores espirituais e materiais acumulados através do tempo” e que deve ser preservado. Tal idéia possui duas implicações, a primeira delas é a pressuposição de uma essência imutável que define a identidade nacional. A segunda é a atenção prioritária ao “acervo material legado pela história”, que orienta a política cultural no sentido da defesa e preservação dos bens e manifestações que evocam a tradição. Tal concepção de tradição aproxima-se das formulações da Escola Superior de Guerra:

O Estado, assumindo o argumento da unidade na diversidade, torna-se brasileiro e nacional, ele ocupa uma posição de neutralidade, e sua função é simplesmente salvaguardar uma identidade que se encontra definida pela história. O Estado aparece, assim, como guardião da memória nacional e da mesma forma que defende o território nacional contra as possíveis invasões estrangeiras preserva a memória contra a descaracterização das importações ou das distorções dos pensamentos autóctones

⁵⁷ Ibid., p. 93.

desviantes. Cultura brasileira significa neste sentido “segurança e defesa” dos bens que integram o patrimônio histórico.

(...) A ideologia da Segurança Nacional se estende assim à esfera da cultura, a memória devendo necessariamente ser preservada, caso contrário homem brasileiro estaria se privando de sua dimensão ontológica: o sincretismo.⁵⁸

Mas a relação entre o regime e os intelectuais tradicionais era problemática, já que o estado, enquanto promotor da modernização, ameaçava a tradição. E a própria idéia de um planejamento da cultura contraria o princípio da preservação da sua autenticidade. Entra em cena, então, a partir da segunda metade da década de 70, um outro tipo de intelectual, “aquele que representa a possibilidade real de consolidação de uma organicidade política e ideológica: os administradores”. A questão da preservação, embora não seja abandonada, deixa de ser prioritária, dividindo as atenções com outros aspectos: “o incentivo da produção, a dinamização dos circuitos de distribuição e o consumo dos bens culturais”.⁵⁹

É possível divisar certa correspondência entre a orientação teórica da política cultural do Regime Militar e o teor das emissões postais que assimilam a cultura popular ao folclore, tanto em termos de composição visual quanto nos textos dos editais. Outro aspecto evidente, que se pode acompanhar pela autoria dos textos que acompanham os selos, é a substituição dos “intelectuais tradicionais” pelos “administradores” na segunda metade da década de 70. Quanto ao incremento do consumo de bens culturais, a grande contribuição do selo postal foi servir à divulgação do patrimônio histórico e cultural como atração turística.

4.3 A PROPAGANDA TURÍSTICA

Até a década de 1970 o turismo foi motivo ocasional de selos postais. Com a designação de “Propaganda Turística”, o DCT lançara, em 1937, uma série de selos composta por duas variações de cor/valor para cada uma das seguintes imagens: o Palácio Monroe (p. 152 – nº 345) e o Jardim Botânico, localizados no Rio de Janeiro, e as Cataratas do Iguaçu, no Paraná. Nos anos anteriores, o departamento havia emitido duas coleções de cartões postais. O conjunto, emitido em 1933 e lançado por ocasião da 6ª Feira Internacional de Amostras, realizada no Rio de Janeiro, apresenta pontos de visitação naturais e arquitetônicos, em 20 peças distintas, tendo por selo-fixo a imagem da enseada do Botafogo. Lançada no ano seguinte, a coleção Vistas do País, composta por 39 peças, exhibe panoramas das cidades e

⁵⁸ Ibid., p. 100-101.

⁵⁹ Ibid., p. 108 e 115, respectivamente.

imagens de atrações turísticas naturais e patrimoniais de vinte estados, além de algumas referentes à região Nordeste, tendo por selo-fixo uma imagem das palmeiras do Jardim Botânico. Passaram-se quase trinta anos para uma atração turística voltar ao selo, justamente a primeira emissão efetuada após o golpe militar. O tipo, lançado em 8 de abril de 1964, exhibe a formação de Vila Velha (PR) conhecida por “cálice”. Já o “Carnaval do Rio”, referido através da imagem de uma “baiana” de escola de samba, é o tema do selo e bloco alusivos ao Ano Internacional do Turismo, de 1967.

Alguns anos depois, em 1973, um selo registrou a propaganda do Ano Nacional do Turismo, em composição que emprega flechas estilizadas, o signo costumeiramente utilizado para representar a integração nacional em selo, tendo por legenda a frase “conheça o Brasil”, além do mote da emissão. Completam a imagem desenhos de pessoas em movimento, portando bagagens. O edital foi assinado pela Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) – a primeira das empresas públicas criadas pelo regime, em 1966 – e explica o significado da campanha. Mais do que registrar a origem de uma política de turismo de âmbito nacional ela representava a “consolidação de uma metodologia de planejamento, nas formas e nas motivações de uma solução brasileira. Modelo que entende a atividade turística em dimensões e intenções de comercialização e que nela reconhece toda a fenomenologia de reavaliação das expressões e das afirmações da cultura e da História de um povo”. Integrando-se à “atividade global de desenvolvimento do País”, o turismo que, até então fora “apenas efeito” desse progresso, passaria a ser também uma de suas principais causas. O Ano Nacional do Turismo marca “o início da descoberta do Brasil por brasileiros”, estimulada por medidas do governo: a “ativação dos fluxos turísticos internos” através do Programa Conheça o Brasil; a revitalização de trechos de rodovias como a Rio-Santos; o Projeto TURSA, destinado a promover no país “o encontro com as faces todas de sua História”; e a presença itinerante “em todas as praças de valência turística deste País” do Projeto ROTUR.⁶⁰ Renato Ortiz entende que, se o governo militar não conseguiu concretizar um Sistema Nacional de Cultura, algumas outras ações foram levadas a efeito, dentre elas o Sistema Nacional de Turismo.⁶¹

A série denominada Promoção do Turismo Nacional é o primeiro dos conjuntos especiais lançados em 1972, ano do Sesquicentenário da Independência. Dois tipos retratam tradicionais manifestações regionais da cultura popular, a Lavagem do Bonfim, em Salvador

⁶⁰ EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO (EMBRATUR). 1973 – Ano Nacional do Turismo: Edital do selo comemorativo nº 819, lançado em 28/06/1973. Brasil em selos, op. cit.

⁶¹ ORTIZ, R. Cultura brasileira e identidade nacional, op. cit. p. 83.

(BA), e o Círio de Nazaré, em Belém (PA). O edital de cada selo, elaborado pelos órgãos de fomento turístico da cidade de Salvador e do Estado do Pará, segue o modelo utilizado nas emissões de cunho folclórico, apontando origens, descrevendo rituais e esclarecendo seus significados. A “tradicional” Festa da Uva de Caxias do Sul (RS), “uma das principais fontes de Turismo no Brasil”, é o tema de outro dos selos, ilustrado com gotas vermelhas e uma engrenagem, alusão ao vinho e ao maquinário agro-industrial, duas das principais atrações do evento. Fecha o conjunto o tipo alusivo ao Festival de Inverno “realizado no magnífico cenário setecentista de Ouro Preto, cidade monumento”, que ilustra o selo.⁶²

Em 1974 a empresa lança outro conjunto caracterizado pela padronização estilística e pelas referências regionalizadas, Turismo – Integração do Homem à Natureza. O motivo do primeiro tipo é o Parque Nacional de Sete Cidades, criado em 1961 no Piauí. Segundo o edital, suas formações areníticas foram classificadas como ruínas fenícias em livro publicado na década de 1920 por professor austríaco, confusão que explica o nome da localidade. O texto aponta as demais atrações do lugar: pinturas atribuídas a indígenas, a fauna e a flora de cerrado. Apesar do “conjunto cênico monumental”, o parque não apresentava “grande afluxo turístico”, situação que, acreditava-se, seria revertida graças a seu “enorme potencial”. O texto dá informações sobre chuvas, temperatura e acesso rodoviário, úteis a visitantes. O edital do outro tipo, dedicado às ruínas de São Miguel das Missões, narra o processo de evangelização dos “silvícolas” da margem oriental do Rio Uruguai até a desagregação das reduções. O texto descreve a organização física do povoado, detendo-se nas características arquitetônicas da igreja, cujas ruínas, pertencentes ao “Patrimônio Histórico Brasileiro”, ilustram o selo.⁶³

A série lançada em 1975, denominada Pontos Turísticos, é ilustrada com panoramas de três praias brasileiras. A primeira delas é a das Castanheiras, situada em Guarapari (ES), muito conhecida por causa das curas atribuídas as areias de suas praias, o que a levou a ser conhecida por Cidade Saúde. Além de esclarecer a origem indígena do nome da localidade, o edital aponta as datas festivas da cidade “onde é verão o ano inteiro”: o 20 de janeiro, Dia do Veranista, é comemorado com “várias promoções da Prefeitura, culminando as solenidades

⁶² TOURINHO, Antonio (Depto. de Festas e Certames da Superintendência do Turismo de Salvador). Lavagem do Bomfim: Edital do selo comemorativo nº 760; RAMOS, Mario B. (Presidente da Festa Nacional da Uva-72). Festa da Uva: Edital do selo comemorativo nº 761; DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TURISMO DO PARÁ. Círio de Nazareth: Edital do selo comemorativo nº 762; LACERDA, Roberto (Conselho de Extensão da UFMG). Festival de Inverno: Edital do selo comemorativo nº 763; lançados em 18/02/1972. Ibid.

⁶³ PÁDUA, Maria T. J. (Diretora da Divisão de Proteção à Natureza - IBDF - Ministério da Agricultura). Parque Nacional de Sete Cidades: Edital do selo comemorativo nº 881; PREFEITURA DE SANTO ÂNGELO. Ruínas de São Miguel das Missões: Edital do selo comemorativo nº 882; lançados em 01/06/1974. Ibid.

com a escolha da Miss Veranista”; no dia 29 de junho os homenageados são os pescadores; por fim, o 8 de dezembro é a data da cidade. O segundo tipo é dedicado à praia da Pedra do Sal, no Piauí, descrita como “uma das mais belas atrações turísticas do país”, que vinha recebendo melhorias de acesso. Além dos atrativos naturais, o edital refere-se ao “encantamento” que o lugar provoca nos “pesquisadores da História”, por ter sido “celebrizada como uma das estações marítimas que os navegantes fenícios, em remotas eras, 1100 anos antes de Cristo, estabeleceram no litoral do nosso país”, segundo a descrição do historiador Ludwig Wchwenhagen (o mesmo que vira ruínas fenícias nas formações areníticas das Sete Cidades). Fecha o conjunto a praia de Torres (RS), classificada pela EMBRATUR como “estância balneária”, informa o edital, após ter situado a origem histórica da cidade, “um dos mais antigos núcleos populacionais do Rio Grande do Sul”. Os “rochedos portentosos de Torres, batidos pela violência das ondas”, além de merecerem uma “descrição especial” no edital, foram também escolhidos como imagem do selo, eles que ajudam a fazer do lugar “uma das mais belas paisagens litorâneas do Rio Grande do Sul”.⁶⁴

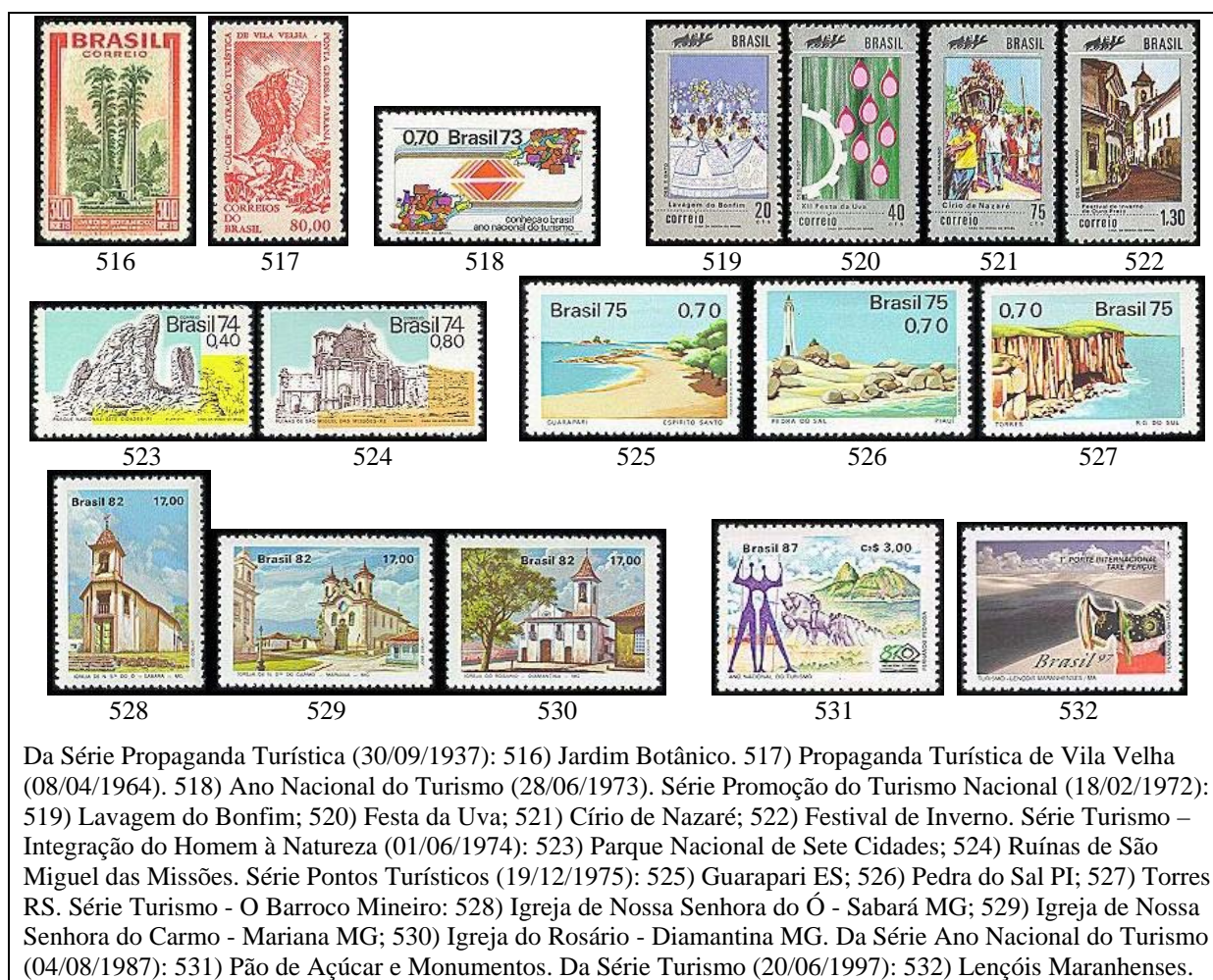
O barroco mineiro é o tema da série Turismo, de 1982. Após caracterizar o estilo e apontar Aleijadinho e Ataíde como seus grandes nomes, o edital afirma: “o patrimônio histórico, artístico e cultural mineiro da época barroca de há muito se tornou fonte de atração turística mundial. Milhares de pessoas têm incluído, no seu roteiro turístico-cultural, um giro pelas cidades históricas mineiras do ciclo do ouro”.⁶⁵ Os tipos são ilustrados com vistas das igrejas de Nossa Senhora do Ó, localizada em Sabará, de Nossa Senhora do Carmo, situada em Mariana, e do Rosário, em Diamantina, todas do século XVIII. Os editais descrevem as características arquitetônicas dos templos e traçam um panorama histórico das respectivas localidades, além de mencionar outras atrações turísticas locais.

Desde então o turismo tem sido o tema de diversas emissões da ECT, tanto de maneira explícita, referida nas legendas, quanto em emissões sobre localidades, patrimônio histórico, cultura popular, preservação ambiental, dentre outros temas. Uma tendência que está se consolidando é a combinação destas temáticas numa mesma peça, como nos selos lançados em 1987, que registram mais uma edição do Ano Nacional do Turismo. O primeiro tipo apresenta símbolos de três cidades: de Brasília, a escultura *Os candangos*, de Bruno Giorgi;

⁶⁴ Pontos Turísticos: Editais dos selos comemorativos n^{os} 947-949, lançados em 19/12/1975. Ibid.

⁶⁵ GOMES, Danilo (Jornalista). Barroco Mineiro: Edital dos selos comemorativos n^{os} 1281-1283, lançados em 16/07/1982. Ibid. Além desse trecho, comum aos editais dos três selos, há textos próprios sobre cada uma das igrejas e suas respectivas cidades.

de São Paulo, o Monumento às Bandeiras, de Victor Brecheret; e, do Rio de Janeiro, o Pão de Açúcar. O outro tipo remete à região nordeste, com jangadas no mar, um galho de cajueiro e uma igreja junto a um coqueiral que parece ser a do Convento de Santo Antônio do Carmo, símbolo da cidade de Olinda. Segundo o edital, o turismo é o aspecto mais importante da “indústria do lazer”, surgida como “contrapartida necessária à revolução industrial e tecnológica”. Na avaliação da EMBRATUR, o turismo “externo” é importante por gerar divisas que favorecem o equilíbrio na balança cambial, enquanto a “modalidade interna propicia a descoberta e valorização do Brasil pelos brasileiros, constituindo-se em instrumento eficaz de integração nacional”. Para que a atividade se desenvolva cada vez mais é preciso que se trabalhe pela “conservação da identidade cultural nacional, resultante da conjugação de conhecimentos, valores e costumes ao longo do processo histórico do País”, assim como pela “preservação dos bens artísticos, históricos e paisagísticos nacionais”.⁶⁶



Da Série Propaganda Turística (30/09/1937): 516) Jardim Botânico. 517) Propaganda Turística de Vila Velha (08/04/1964). 518) Ano Nacional do Turismo (28/06/1973). Série Promoção do Turismo Nacional (18/02/1972): 519) Lavagem do Bonfim; 520) Festa da Uva; 521) Círio de Nazaré; 522) Festival de Inverno. Série Turismo – Integração do Homem à Natureza (01/06/1974): 523) Parque Nacional de Sete Cidades; 524) Ruínas de São Miguel das Missões. Série Pontos Turísticos (19/12/1975): 525) Guarapari ES; 526) Pedra do Sal PI; 527) Torres RS. Série Turismo - O Barroco Mineiro: 528) Igreja de Nossa Senhora do Ó - Sabará MG; 529) Igreja de Nossa Senhora do Carmo - Mariana MG; 530) Igreja do Rosário - Diamantina MG. Da Série Ano Nacional do Turismo (04/08/1987): 531) Pão de Açúcar e Monumentos. Da Série Turismo (20/06/1997): 532) Lençóis Maranhenses.

⁶⁶ EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO – EMBRATUR. Ano Nacional do Turismo: Edital dos selos comemorativos n^{os} 1538-9, lançados em 15/08/1987. Ibid.

A série Turismo, lançada em 1997, tem por objetivo “difundir o rico patrimônio ecológico nacional”, exibindo em seus dois selos imagens do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, no Estado do Maranhão, e o Delta do Parnaíba, no Estado do Piauí. As estampas dos selos evocam as respectivas localidades através de referências à cultura popular, o bumba-meu-boi e o artesanato em madeira, respectivamente.⁶⁷ Em 2005 os Correios emitiram se-tenant que “retrata o potencial cultural e turístico da Estrada Real”, caminho que ligava Diamantina aos portos de Parati e do Rio de Janeiro no “ciclo do ouro”. Com ele, a empresa pretende “divulgar as belezas e os valores culturais de nosso País (...) bem como incentivar a preservação não somente da Estrada, mas de todo o patrimônio artístico, histórico, cultural e natural que circundam um dos mais bonitos caminhos que recortam o Brasil”.⁶⁸ A diversidade de atrativos é exposta na imagem. O selo à esquerda exibe um mapa com o traçado da estrada, pedras preciosas, um garimpeiro e tropeiros, referências à função original do trajeto. A parte central exibe o antigo calçamento de pedras sendo utilizado por praticantes de eco-turismo, atividade à qual remetem, também, os cavaleiros, o ciclista, as montanhas e a cachoeira, já passando para a área do terceiro e último tipo, que exibe, ainda, amostras da culinária e do artesanato da região. A série de selos regulares auto-adesivos Turismo no Brasil também combina temas. Os tipos lançados em 1996 são dedicados ao patrimônio natural: Rio Amazonas; Jangada (CE); Serrado (MT e MS); Pão de Açúcar (RJ); e Foz do Iguaçu (PR). O complemento da série, lançado no ano seguinte, destaca o patrimônio histórico: Monumento do Ipiranga (SP); Ponte Hercílio Luz (SC); Mercado do Ver-o-Peso (PA); e Pelourinho (BA).

4.4 O PEQUENO BRASIL GRANDE

As campanhas, projetos e realizações dos governos militares são outra marca dos selos postais emitidos durante a década de 1970 e início da seguinte. As séries comemorativas lançadas em 1972, ano do Sesquicentenário da Independência compõem um retrato multifacetado e otimista do momento que o país atravessava e revelam-se um ponto de partida

⁶⁷ MACHADO, Jorge (Diretor-Presidente da Empresa de Turismo do Piauí - PIEMTUR; Secretaria de Indústria e Comércio do Estado do Piauí); MARATUR - Empresa Maranhense de Turismo. Turismo: Editais dos selos comemorativos n^{os} 1946-1947, lançados em 20/06/1997. Ibid.

⁶⁸ A imagem e o edital estão em: http://www.correios.com.br/selos/selos_postais/selos_2005/selos2005_12.cfm (último acesso em 17/08/2006). O texto é assinado pelo Instituto Estrada Real.

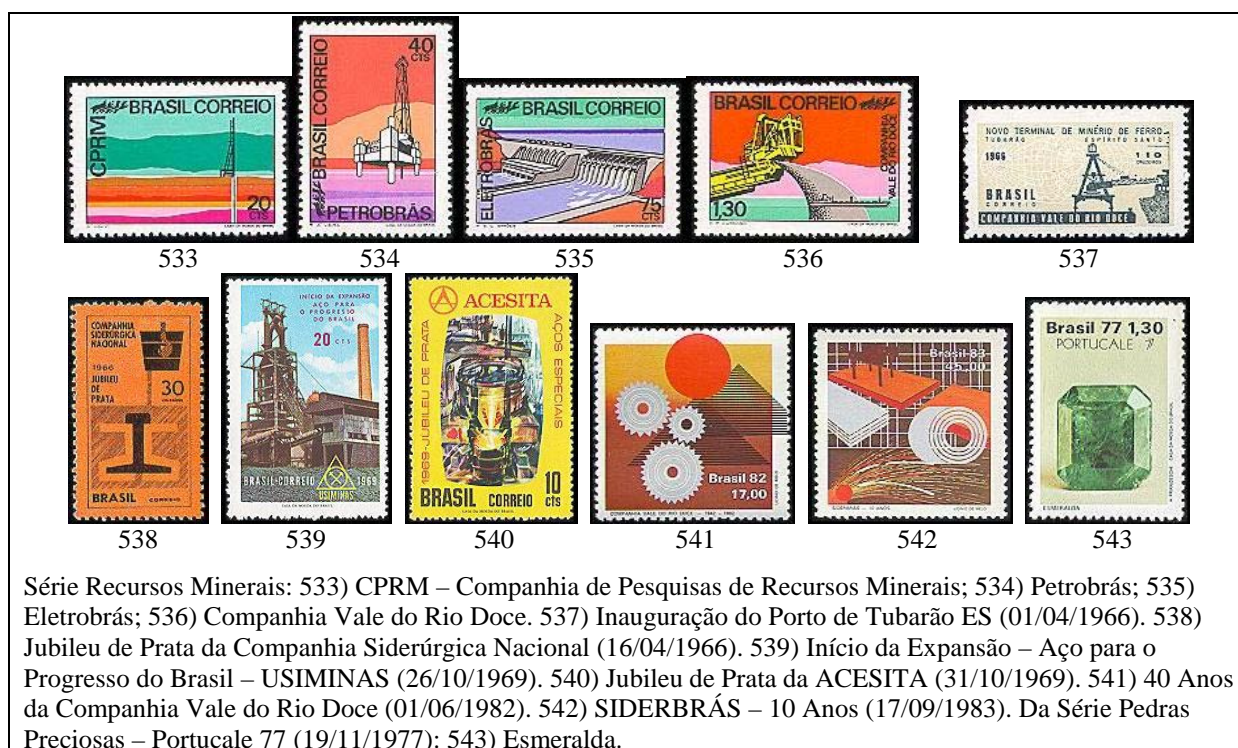
bastante propício para o exame destas emissões de propaganda, por elaborar um inventário quase que completo dos temas abordados no período.

Em maio daquele ano a ECT lançou a série Recursos Minerais, com tipos para quatro empresas ou organismos estatais. A primeira é a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais, fundada pelo governo em agosto de 1969 com o objetivo de criar “uma nova mentalidade mineral no Brasil”, “pesquisando o solo, descobrindo jazidas e transformando em riqueza os nossos recursos minerais”. Com dez agências atuando em regiões estratégicas do país, a CPRM atuava de três maneiras: na mineração, como prestadora de serviços e financiando a iniciativa privada, espalhando seu “pessoal técnico qualificado (...) pelos mais longínquos rincões da Pátria e trabalhando “pela Independência econômica do Brasil”. A Petrobrás é o tema do tipo seguinte, ilustrado com a imagem de um poço de petróleo. O edital situa a criação da empresa em 1953, sem referências a Getúlio Vargas⁶⁹, listando o “gigantesco complexo industrial” que fazia da empresa a maior da América Latina e uma das maiores do mundo. O texto destaca a construção, no próprio país, de uma plataforma móvel de perfuração marítima, em 1968, e a descoberta, em 1971, de um campo na costa sergipana. O edital sobre as Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRÁS, criada em 1961, ressalta a importância da geração desse tipo de energia para “um dos Países que crescem mais rapidamente em todo mundo”, informando que a empresa trabalhava para duplicar o sistema de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica até 1977. O texto faz menção ao “arrojado programa” que iria consolidar a reorganização e recuperação do setor, com a construção de “36 grandes usinas”, destacando: “a primeira usina átomo-elétrica do País”, em Angra dos Reis; a já iniciada construção da barragem de Sobradinho, no Nordeste, “parte do maior projeto já realizado ou idealizado para a integração daquela área ao processo de desenvolvimento nacional”; e a construção de uma “gigantesca hidrelétrica no rio Paraná na fronteira com o Paraguai”, já em fase de estudos e que “será a maior usina do mundo”. Encerra o conjunto o selo alusivo à Companhia Vale do Rio Doce, fundada em 1942 e dedicada a produção de minério de ferro. O texto destaca os trabalhos de pesquisa então em desenvolvimento na Serra dos Carajás, Pará e a capacidade logística da companhia, voltada para a exportação do minério.⁷⁰

⁶⁹ A emissão comemorativa do 5º aniversário da empresa, de 1958 (p. 49 – nº 44), estampa seu retrato. Para o tratamento dispensado ao ex-presidente durante o regime militar, ver p. 59-61.

⁷⁰ Editais dos selos comemorativos nos 767-70, lançados em 03/05/1972. Brasil em selos, op. cit.

Os três primeiros tipos da série ilustram a seção homônima do manual *Selo, pequena janela para o Brasil e o mundo*. Ali o professor do ensino primário interessado em utilizar os selos dos Correios nas suas aulas é informado que “da coerente e planejada exploração das riquezas minerais depende, entre outros fenômenos, o progresso de um país. Por isso, dá-se tanta atenção, no Brasil, à coordenação das atividades nestas duas áreas: mineralógica e energética”. Já o tipo alusivo à Vale do Rio Doce ilustra a parte dedicada às “atividades extrativas” da seção subsequente, denominada Economia.⁷¹



Os recursos minerais e as atividades relacionadas à sua exploração estão nos selos postais desde meados do século. O petróleo e a siderurgia são dois dos temas representados nos tipos da série Netinha, em circulação entre 1941 e 1953. Nos selos comemorativos, o tipo lançado em janeiro de 1957 registrava a “2ª Expansão da Companhia Siderúrgica Nacional”, localizada em Volta Redonda (RJ). Em 1966 a CSN foi homenageada pelo jubileu de prata, mesmo ano em que foi registrada a inauguração de um novo terminal de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce, no Porto de Tubarão (ES). Alguns anos antes, em 1962, a “primeira corrida de ferro” da USIMINAS fora tema de selo.

O “início da expansão do aço para o progresso do Brasil”, referência à ampliação das instalações e da capacidade produtiva das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A, é o tema

⁷¹ *Selo, pequena janela para o Brasil e o mundo*, op. cit., p. 39 e 49.

da emissão lançada em outubro de 1969. O edital é assinado pelo general Rubens Teixeira que presidia os Correios à época, um indício da “política saneadora” adotada pelo regime, que consistia em colocar militares em postos de comando nas empresas e órgãos estatais, além de submetê-las a inquéritos policiais militares. Segundo ele a USIMINAS surgira em 1956 “como resposta a um velho ideal mineiro de implantação de uma grande siderurgia (...) que viesse aproveitar os recursos minerais do Estado”. A idéia “nasceu com os inconfidentes” e foi colocada em prática, em 1814, pelo Intendente Câmara, “o grande brasileiro que foi o primeiro a fundir o ferro na bacia do Rio Doce e que imaginou fadada a um grande destino industrial”. Segundo o texto, o investimento na Usina Intendente Câmara, localizada em Ipatinga, ampliaria sua capacidade de produção de 500 mil para 1.400 mil toneladas de lingotes de aço por ano. E já se planejava uma segunda expansão para 2 milhões no futuro próximo. Rubens Teixeira assina também o edital do selo comemorativo dos vinte e cinco anos da Companhia Aços Especiais Itabira, lançado dias após o anterior. O texto informa que sua instalação em Timóteo (MG) “trouxe profundas repercussões sócio-econômicas na região, com reflexos no próprio desenvolvimento brasileiro”, criando um mercado de trabalho que incorporou a população da área “às correntes da civilização”. As comemorações do jubileu marcavam o início do plano de expansão e diversificação da produção, além da “democratização” de seu capital, cujo maior acionista era o Banco do Brasil.⁷²

O jubileu de 40 anos da Companhia Vale do Rio Doce foi comemorado em selo de junho de 1982. Segundo o histórico do edital, a década de 50 foi a da sua consolidação, a de 60 a da expansão e a de 70 a da diversificação das atividades. A companhia transformara-se na líder de um sistema de dezenas de empresas envolvidas em atividades de pesquisa geológica e tecnológica, reflorestamento e produção de celulose, extração, beneficiamento e transporte de minérios diversos, em especial o ferro, além de participar de “inúmeros projetos do Governo brasileiro nos campos da siderurgia, agropecuária e serviços”. O sistema contribuía para a economia empregando mais de 33 mil pessoas e atuando como “agente promotor do desenvolvimento na região do rio Doce” (MG e ES), destinando parte de seus lucros aos municípios. O texto comenta ainda o Projeto Carajás, “maior projeto de mineração de ferro do mundo” em fase inicial de execução no Pará e que seria tema de selo em 1985.⁷³

⁷² TEIXEIRA, Rubens Rosado (Presidente). Início da Expansão Aço para o Progresso do Brasil – USIMINAS: Edital do selo comemorativo nº 693, lançado em 26/10/1969. Id. Jubileu de Prata da ACESITA: Edital do selo comemorativo, nº 694, lançado em 31/10/1969. Ibid.

⁷³ COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. Companhia Vale do Rio Doce: Edital do selo comemorativo nº 1275, lançado em 01/06/1982. Ibid.

Outra emissão, de 1983, comemora os dez anos da SIDERBRÁS, empresa de “economia mista” controlada pelo Ministério da Indústria e Comércio. Um ano após a fundação, foi convertida em “grupo”, passando a administrar as onze empresas siderúrgicas pertencentes ao Governo Federal. Ainda segundo o edital, além dos 72 mil empregos diretos, estas indústrias, responsáveis por quase dois terços do aço bruto produzido no país, eram o sustentáculo do parque industrial brasileiro, em especial “os setores automobilístico, de construção naval, bens de capital e ferroviário” e a construção civil.⁷⁴ Estas duas emissões do início da década de 1980 distinguem-se pela utilização da alegoria e da estilização de produtos como recurso visual, enquanto as anteriores caracterizavam-se pela representação realista e monumental de estruturas e do maquinário. As riquezas do subsolo brasileiro também ilustram a série lançada na Exposição Mundial de Filatelia Temática - Portucale 77, realizada na cidade do Porto. Os tipos destacam o topázio, a esmeralda e a água marinha, que respondiam por 70% das exportações de pedras preciosas, destacando-se dentre a “enorme variedade de outras”.⁷⁵

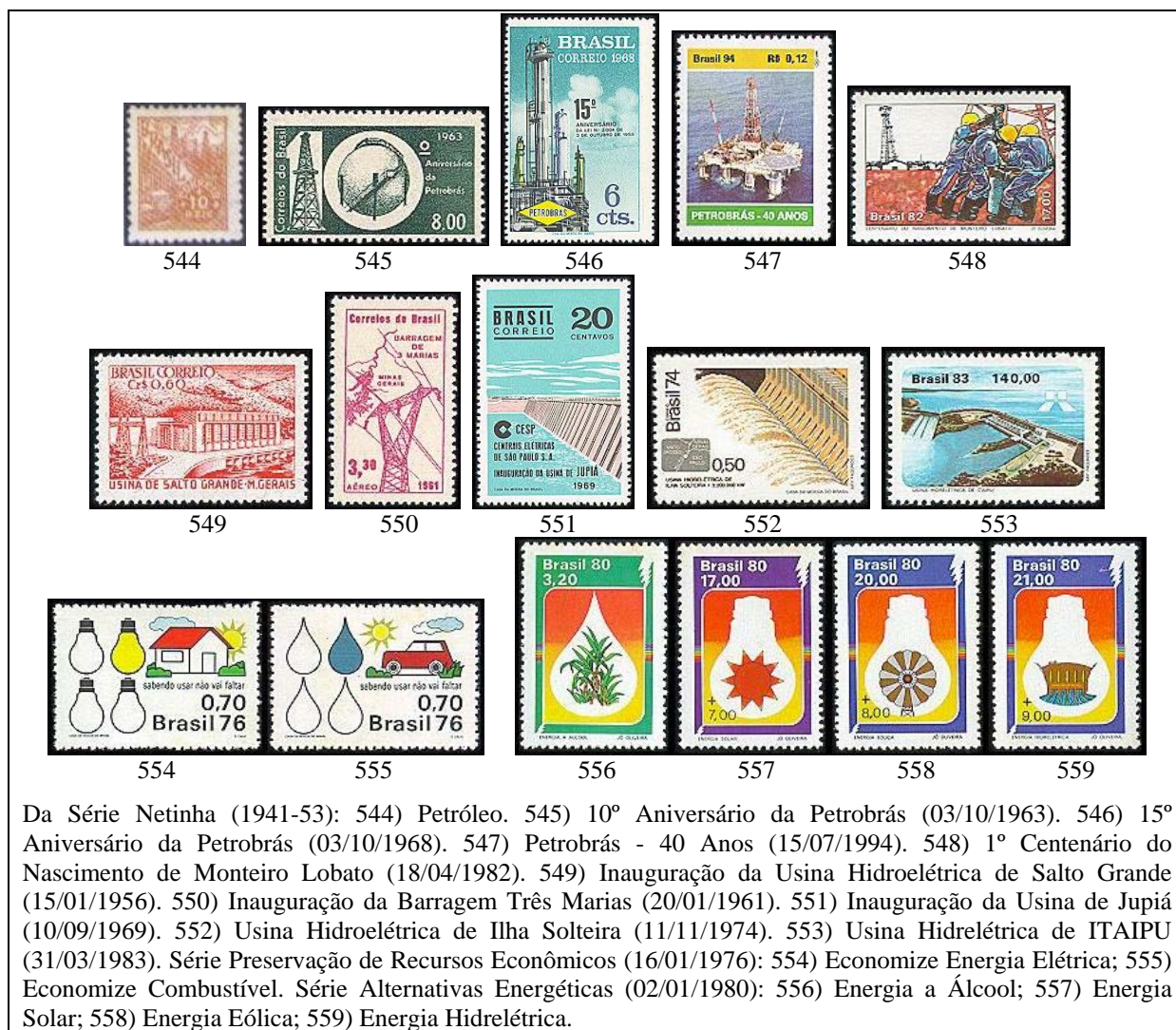
A Petrobrás foi tema de selo antes e depois da já analisada série de 1972, por ocasião de aniversários da empresa. Tipo de outubro de 1958 assinalava o quinto, número indicado pelos dedos da mão de Getúlio Vargas, tendo ao fundo um poço de petróleo (p. 49 – nº 44). Os demais, lançados em 1963, 1969 e 1994, foram ilustrados com imagens de equipamentos relacionados à extração, refino e armazenamento do produto, com destaque para o de 1963 que utiliza uma torre e um tanque de armazenamento para compor o número dez. O selo de 1994, que retrata uma plataforma marítima por meio de técnica fotográfica, não se reporta à data de edição da lei, como os anteriores, mas ao início das atividades, em 10 de maio de 1954. No edital a Petrobrás avalia que comemorar seus quarenta anos “por meio de um selo significa utilizar uma imagem associada a um poderoso veículo de comunicação, a carta, para relembrar os primeiros passos da indústria do petróleo no Brasil”. E segue a avaliação: trata-se de “importante recurso para lembrar, por intermédio da imagem impressa”, a importância da companhia, que “nunca deixou de cumprir a missão de abastecer o País de petróleo e derivados, contribuindo para a soberania e o desenvolvimento nacionais”.⁷⁶ Uma cena de trabalhadores na base de uma torre de perfuração ilustra o selo alusivo ao centenário de

⁷⁴ SIDERURGIA BRASILEIRA S.A. - SIDERBRÁS / GRUPO SIDERBRÁS. SIDERBRÁS: 10 Anos: Edital do selo comemorativo nº 1349, lançado em 17/09/1983. Ibid.

⁷⁵ BELTRÃO, Ivan (JOEMA - Indústria, Comércio e Exportação de Pedras Preciosas). Pedras Preciosas – Portucale 77: Edital dos selos comemorativos nºs 1045-1047, lançados em 19/11/1977. Ibid.

⁷⁶ PETROBRÁS S.A. PETROBRÁS 40 Anos: Edital do selo comemorativo nº 1836, lançado em 15/07/1994. Ibid.

nascimento de Monteiro Lobato, de 1982. A eventual surpresa que esta relação entre personagem e imagem possa despertar é desfeita pelo edital, que narra a vida do autor de modo a demonstrar sua importância para além dos livros. Um outro aspecto importante é justamente a defesa da pesquisa e exploração de petróleo em território nacional.⁷⁷ Ademais, o retrato do personagem, combinado a imagens dos personagens do *Sítio do Pica-Pau Amarelo*, já fora utilizado nas duas emissões anteriores que o homenagearam: selo de 1955, alguns anos após sua morte, ocorrida em 1948; e a série Literatura Infantil de 1973.



As emissões da segunda metade da década de 1950 registram várias inaugurações de usinas hidrelétricas: Paulo Afonso (BA), em 1955; Itutinga (MG), no mesmo ano; Salto Grande (MG), em 1956; a legenda do tipo de 1958 refere-se a “Inauguração da Hidrelétrica de

⁷⁷ NUNES, Cassiano (Professor de Literatura Brasileira da UnB - Universidade de Brasília). Centenário do Nascimento de Monteiro Lobato: Edital do selo comemorativo nº 1269, lançado em 18/04/1982. Ibid.

Salto Grande e de São Paulo”, não ficando claro se são duas obras e se uma delas é a mesma da emissão de 56, como parece indicar a semelhança entre as imagens estampadas. Há ainda o tipo referente à inauguração da Barragem de Três Marias (MG), em 1961, cuja ilustração, uma torre de transmissão, não deixa dúvidas sobre a finalidade da obra. Assim como as emissões comemorativas dos primeiros aniversários da Petrobrás e das outras empresas, estas de usinas indicam que, mais do que o inaugurador, o Regime Militar dava continuidade ao processo de expansão da economia e da infra-estrutura do país.

A primeira hidrelétrica inaugurada pelo regime a ser registrada em selo é a Usina de Jupuíá, no Rio Paraná, primeira etapa do complexo de Urubupungá. Segundo o general que presidia os Correios, o complexo só seria superado em capacidade produtiva por duas usinas da União Soviética. Além de abastecer a região mais desenvolvida e com maior demanda de energia do país, o Sudeste e, em especial, a Grande São Paulo, o complexo pertencente às Centrais Elétricas de São Paulo S/A permitiria “a navegação fluvial, a regularização de cursos d'água, a exploração da piscicultura nos lagos e rios e a implantação de um plano integrado de colonização e desenvolvimento agro-pecuário e industrial”. Em suma, “além de projetar e ampliar a tecnologia nacional, abrirá novas perspectivas para o progresso econômico e social do país”. O complexo seria completado com o término da Usina de Ilha Solteira, a “maior hidrelétrica em construção no País”, segundo o edital do selo lançado em 1974. Situada na divisa dos Estados de São Paulo e Mato Grosso, a obra tinha a conclusão programada para 1977, resultando no “mais poderoso sistema hidrelétrico do Hemisfério Sul”. A energia fornecida pelo conjunto era um “imperativo do próprio desenvolvimento da região, cujo abastecimento de energia elétrica, estaria seriamente ameaçado, não fossem os projetos hidrelétricos em andamento”.⁷⁸ Em 1983 a ECT lançou selo referente ao Projeto Itaipu, administrado pelos governos brasileiro e paraguaio. O edital descreve a estrutura do complexo, destacando a atenção aos “mais rigorosos critérios técnicos, econômicos”, ao “homem que trabalha na obra” e ao “vasto programa de proteção e conservação do meio ambiente na área do reservatório”, que incluía entre seus diversos estudos os “inventários arqueológicos”. A conclusão, prevista para 1988, beneficiaria os dois países com uma das maiores usinas do mundo “em termos de potência e produção de energia”.⁷⁹

⁷⁸ TEIXEIRA, Rubens Rosado (Presidente). 1ª Etapa da Usina de Jupuíá: Edital do selo comemorativo nº 690, lançado em 10/09/1969; ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS DAS CENTRAIS ELÉTRICAS DE SÃO PAULO. Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira: Edital do selo comemorativo nº 899, lançado em 11/11/1974. Ibid.

⁷⁹ BASTO, Armando Madeira (Assessoria de Relações Públicas Itaipu Binacional). O Projeto Itaipu: Edital do selo comemorativo nº 1320, lançado em 31/03/1983. Ibid.

Nos anos anteriores ao lançamento da emissão alusiva a Itaipu, a abordagem filatélica do tema mudara radicalmente, a euforia dando lugar às campanhas pela redução do consumo de energia. A série lançada em 1976, Preservação de Recursos Econômicos, fazia um apelo para a economia de energia elétrica e do combustível de automóveis. Nos dois tipos a idéia de redução é dada pela ausência de cor em três dos quatro elementos, lâmpadas elétricas e gotas de petróleo. A residência e o automóvel de passeio sugerem o apelo dirigido ao consumidor privado, completado pela legenda “sabendo usar não vai faltar”. O edital da série exhibe por título outra frase exortativa no imperativo: “Economize Combustível e Energia Elétrica”. O texto justifica a necessidade de moderação como decorrência de uma das maiores crises da economia internacional em toda a História, após um período de franco crescimento. A crise fora desencadeada pela alta do preço do petróleo e a perspectiva do seu prolongamento e do esgotamento das reservas petrolíferas exigia a intensificação das “atividades de pesquisa para descobrir ou desenvolver novas fontes de energia e outros tipos de combustíveis suplementares.” Apesar desse quadro, a situação do Brasil é avaliada positivamente, graças às grandes reservas minerais e a um dos maiores volumes de água do mundo, que o fazem um “país privilegiado”. O texto destaca as ações do governo no sentido de aproveitar o potencial hidrelétrico e também a descoberta de mais dois campos petrolíferos na Bacia de Campos, que “permitem perspectivas bem otimistas”. Ainda assim, a ECT, “consciente da gravidade da situação, faz, através dessa série, um apelo aos brasileiros para que todos cooperem com o governo no sentido de, no menor prazo possível, vencer a crise de energia no Brasil”.⁸⁰

O edital da série Alternativas Energéticas, lançada em 1980, aborda uma vez mais a “crise energética sem precedentes”, causada pela dependência do petróleo e eminente exaustão das suas reservas, situação que obrigava a humanidade a pesquisar, desenvolver e aplicar em larga escala fontes energéticas alternativas no prazo de duas décadas. Além de renováveis e abundantes, tais fontes deveriam evitar o aumento da poluição do meio ambiente. Utilizando alegorias semelhantes às da série anterior, no primeiro tipo se vê alguns pés de cana no interior de uma gota, alusão ao álcool combustível, que o país já provara ser um substituto viável da gasolina, solucionando assim a questão da “propulsão de veículos automotores”. Os demais selos referem-se à outra “área energética” fundamental, a “produção de eletricidade”, evocada pelas lâmpadas. O “nosso potencial hidrelétrico”, tema do último selo, no qual se vê a imagem de uma barragem no interior da lâmpada, estava “em fase segura

⁸⁰ EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Preservação de Recursos Econômicos: Edital dos selos comemorativos n^{os} 952-953, lançados em 16/01/1976. Ibid.

de aproveitamento”. Mesmo assim, o país não se descuidava da pesquisa de fontes alternativas, como as energia solar e eólica, evocadas pelo sol e pelo cata-vento no interior das lâmpadas do segundo e terceiro selos, além dos “programas ambiciosos para obtenção de energia a partir do átomo”. O texto atribui ao Ministério das Minas e Energia a avaliação de que o Brasil “apresenta-se como um dos raros, senão o único país do mundo a oferecer alternativas viáveis para enfrentar a médio prazo a crise energética”.⁸¹

Outra faceta do “programa de incentivo ao desenvolvimento de fontes alternativas de energia”, que traria resultados mais imediatos, era o projeto de duplicação da produção de carvão mineral, à base de incentivos às empresas que promovessem a substituição de óleo combustível por carvão energético, aproveitando assim as grandes reservas nacionais e estimulando a economia dos municípios produtores do sul do país.⁸² Este é o tema do selo lançado em março de 1980, a primeira emissão subsequente à série Alternativas Energéticas.



A Indústria Nacional é mais um dos temas abordados nas séries especiais de 1972. No edital do tipo alusivo à indústria automobilística o então Ministro da Indústria e Comércio, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, destacava o recente aumento de produção das fábricas instaladas no país, que empregavam mais de 75 mil pessoas. O ministro informa que o país ocupava o 10º lugar entre os países produtores, que 80% da frota era de “produção nacional” e que esta já começara a ser exportada em “escala crescente”. No edital do tipo dedicado a indústria naval, Mário Andreazza, Ministro dos Transportes, comemorava os resultados e perspectivas do Programa de Construção Naval, expressão do objetivo do Governo Federal em dotar o país de “uma marinha mercante que atenda às exigências do comércio nacional e internacional através de navios adequados ao transporte de cargas diversificadas”. Segundo Pratini de Moraes, que volta a assinar o edital do tipo dedicado a indústria siderúrgica, que fecha a série, o franco crescimento das duas primeiras, parte do “acelerado processo de industrialização do país”, levara à implantação do Plano Siderúrgico Nacional, que pretendia quadruplicar a produção nacional de aço. Uma das metas prioritárias do governo, pois “com a expansão de todas as atividades econômicas não há crescimento econômico independente sem siderurgia poderosa”, o plano visava atingir a auto-suficiência na produção de aço até 1980 e

⁸¹ Id. Fontes Alternativas de Energia: Editais dos selos comemorativos n^{os} 1158-1161, lançados em 02/01/1980. Ibid.

⁸² Id. Indústria de Carvão-de-Pedra: Edital do selo comemorativo n^o 1162, lançado em 19/03/1980. Ibid.

tornara o país o maior investidor no setor em todo o mundo.⁸³ Os três tipos apresentam detalhes estilizados dos produtos e acompanham o selo da Vale do Rio Doce na seção economia de *Selo, pequena janela para o Brasil e o mundo*, como visto na seção precedente.

A industrialização do país volta a ser abordada pela série Recursos Econômicos, de 1975, com tipos alusivos ao Parque Industrial de São Paulo, à Indústria Vegetal da Borracha do Acre, e à Indústria Mineral do Manganês do Amapá. Os selos apresentam motivos estilizados, acompanhados por mapas dos respectivos estados por sobre os quais estão colocadas as legendas. O edital credita o “extraordinário desenvolvimento de São Paulo” nas últimas décadas ao “crescimento acelerado de sua indústria”, a maior e mais diversificada do país, inclusive nos “setores que caracterizam uma fase mais avançada do processo de industrialização: indústrias de equipamentos e de bens de consumo duráveis”. O texto aponta a “disponibilidade de recursos hidrelétricos” como um dos fatores que contribuem para tal. No Acre a base da economia era a indústria vegetal da borracha, dela dependiam “quase a totalidade de seus habitantes”. O edital descreve as técnicas e instrumentos empregados pelos seringueiros na extração do látex e na elaboração das bolas de borracha, enviadas a Manaus e Belém por via fluvial. A extração de manganês na Serra do Navio, no território do Amapá, fecha o conjunto. O texto aponta a grandiosidade dos depósitos naturais e descreve toda a infra-estrutura da indústria, voltada para a exportação. A instalação do projeto industrial, iniciada nos anos 50, foi complementada por um “projeto social que consiste na construção de duas cidades, uma em Serra do Navio, em meio à selva, e outra nas proximidades do porto”.⁸⁴

Com o registro, em 1969, do Ano da Indústria Aeronáutica Brasileira, inicia-se uma seqüência de emissões alusivas a essa atividade. O edital comenta a criação, naquele mesmo ano, da Empresa Brasileira de Aeronáutica, “elevada aspiração brasileira e uma necessidade para o desenvolvimento e a integração do país”. A retomada do antigo ideal encontrava no projeto do avião Bandeirante o “símbolo da implantação definitiva” dessa indústria e que, como tal, ilustra o selo. O aniversário de dez anos da EMBRAER é comemorado por selo lançado em 19 de agosto de 1979, tendo por referência a data da assinatura do decreto presidencial por Costa e Silva, criando a empresa de economia mista instalada em São José dos Campos (SP), que empregava mais de 4.500 pessoas. Segundo o edital, ante a vastidão e

⁸³ MORAIS, Pratini de (Ministro da Indústria e Comércio). Indústria Automobilística. Edital do selo comemorativo nº 775; ANDREAZZA, Mário (Ministro dos Transportes). Indústria Naval: Edital do selo comemorativo nº 776; MORAIS, Pratini de (Ministro da Indústria e Comércio). Indústria Siderúrgica: Edital do selo comemorativo nº 777; lançados em 21/06/1972. Ibid.

⁸⁴ Recursos Econômicos: Editais dos selos comemorativos nºs 905-907, lançados em 24/01/1975. Ibid.

variação de relevo do país, o avião constitui “a melhor opção para a aceleração de seus programas de integração e desenvolvimento”. A empresa comemora o fato do “nosso país” ser “um dos poucos do mundo capacitados a auto-sustentar uma pujante indústria aeronáutica”. O texto relaciona os onze tipos e finalidades de uso das mais de duas mil aeronaves produzidas até então, com destaque para o Bandeirante, o principal produto e que “continua sendo o avião-símbolo”, embora o selo exiba uma aeronave em “fase inicial de comercialização”, o Xingu. O edital destaca ainda o sucesso da EMBRAER na exportação de aeronaves e menciona seus projetos de “aviões do futuro”.⁸⁵

O Dia da Indústria Aeronáutica Brasileira, 17 de outubro, é registrado em selo de 1982, comemoração oficializada por portaria do Ministério da Aeronáutica de 1980 e que tem por referência a data do primeiro vôo do Muniz M-7, em 1935, aeronave considerada o “embrião da moderna indústria aeronáutica nacional”, projetada e construída pelo Capitão da Arma de Aviação do Exército, Antonio Guedes Muniz. O edital traz um histórico das iniciativas de produção de aviões no país, com ênfase nas atividades da EMBRAER, empresa que se tornara um “verdadeiro patrimônio nacional”. Ilustra o selo outro lançamento da empresa, o Tucano, avião de treinamento militar. No ano seguinte o selo da Indústria Aeronáutica Brasileira volta a ser lançado nas proximidades do aniversário da empresa. A imagem é do Brasília, avião que seria lançado em 1985, contribuindo para a “definitiva consolidação e desenvolvimento maior da indústria aeronáutica brasileira e, ao mesmo tempo, promovendo a entrada de preciosas divisas e gerando novos empregos”.⁸⁶

Além da propaganda da EMBRAER, a constância dos selos ilustrados com aviões explica-se por outros fatores, dentre eles a valorização dos veículos como objeto de coleções temáticas. Além das diversas emissões comemorativas (de aeronaves, empresas aéreas, vôos inaugurais, raids, etc.) já lançadas pelos Correios o tema chegou aos selos regulares em 1997, com a série Aviões Brasileiros. O outro fator, recorrente nos editais mencionados mais acima, é explicitado pela designação da série de selos aéreos lançada em 1929, Homenagem a Primazia da Aeronáutica Brasileira, que destacava um dos personagens mais vezes representado no selo brasileiro, Santos Dumont. A trajetória do personagem inclui várias

⁸⁵ TEIXEIRA, Rubens Rosado (Presidente). Ano da Indústria Aeronáutica: Edital do selo comemorativo nº 697, lançado em 23/11/1969; EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA. 10 Anos de Criação da EMBRAER: Edital do selo comemorativo nº 1130, lançado em 19/08/1979; Ibid.

⁸⁶ EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA – EMBRAER. Dia da Indústria Aeronáutica Brasileira: Edital do selo comemorativo nº 1297, lançado em 17/10/1982; Id. Indústria Aeronáutica Brasileira: Edital do selo comemorativo nº 1346, lançado em 19/08/1983; Ibid.

comemorações de “primeiros vôos” e das “provas de dirigibilidade”, além da presença em emissões alusivas à Semana da Asa, comemoração da Força Aérea Brasileira. Em 1947 Santos Dumont foi incluído no Almanaque do Ministério da Aeronáutica com o título simbólico de Tenente Brigadeiro, patente que foi substituída pelo “posto honorífico” de Marechal-do-Ar em 1959.⁸⁷



Série Indústria Nacional (21/06/1972): 560) Indústria Automobilística; 561) Indústria Naval; 562) Indústria Siderúrgica. Série Recursos Econômicos (24/01/1975): 563) Parque Industrial de São Paulo; 564) Indústria Vegetal da Borracha – Acre; 565) Indústria Mineral do Manganês. 566) Ano da Indústria Aeronáutica – EMBRAER – Bandeirante (23/11/1969). 567) 10 Anos da Criação da EMBRAER (19/08/1979). 568) Dia da Indústria Aeronáutica Brasileira (17/10/1982). 569) Indústria Aeronáutica Brasileira (16/08/1983). Da Série Homenagem à Primazia da Aeronáutica Brasileira (28/10/1929): 570) Dirigível; 571) 14-Bis; 572) Santos Dumont. Da Série Semana da Asa 1951 (19/10/1951): 573) Santos Dumont. 574) 1ª Descida do Homem a Lua – Apolo XI (17/10/1969). 575) Primeiro Vôo do Xavante (06/09/1971). Série 1º Centenário do Nascimento de Santos Dumont (20/07/1973): 576) 14-Bis; 577) Balão nº 6; 578) Demoiselle. 579) Santos Dumont – 75 Anos do 1º Vôo Autopropelido (23/10/1981). 580) 1º Centenário da Dirigibilidade – Vôo do Dirigível nº 3 de Santos Dumont (20/07/1999).

⁸⁷ BRASIL. Lei nº 165, de 05 de dezembro de 1947. Inclui no Almanaque do Ministério da Aeronáutica o nome de Alberto Santos Dumont. Diário Oficial da União (DOFC PUB 09/12/1947 015549 3); BRASIL. Lei nº 3636, de 22 de setembro de 1959. Concede ao Tenente-Brigadeiro-do-Ar Alberto Santos Dumont o posto honorífico de Marechal-do-Ar. Diário Oficial da União (DOFC PUB 23/09/1959 020417 2); a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon/> (último acesso em 17/08/2006).

Durante o Regime Militar os usos da imagem de Santos Dumont são particularmente interessantes. Selo da Semana da Asa de 1967 apresenta, em escala evolutiva, um balão, um avião a jato e um foguete. O bloco deste selo acrescenta mais um signo a essa trajetória, o aeroplano 14-Bis, tendo a bordo o personagem e seu chapéu característico. Dois anos depois comemorava-se, conjuntamente à Semana, a “primeira descida do homem na lua (Apolo XI)”. A área do selo divide-se em metades, cada qual com uma imagem: a da direita apresenta o veículo espacial alunando; a da esquerda, o rosto de Santos Dumont e um dirigível a contornar a Torre Eiffel, no episódio da “primeira prova de dirigibilidade”. A legenda coloca o nome do aviador brasileiro ao lado dos nomes dos astronautas Armstrong, Collins e Aldrin. Emitido em 6 de setembro de 1971, selo postal comemora o “primeiro vôo do Xavante”, a ser realizado no dia seguinte, Dia da Independência, de acordo com a lei de 1969 que recomendava a utilização da data para inaugurações.⁸⁸ A estampa do selo exhibe o referido avião e acima dele o 14-Bis, sem que a legenda ou o edital façam referência a Santos Dumont ou à sua aeronave, a imagem se basta. A Ditadura Militar que via no domínio da tecnologia um imperativo da “segurança nacional” e alavanca para a efetiva emancipação do país encontrava no mentor de uma das principais invenções do século XX, um herói muito particular, uma encarnação em retrospecto do bordão “ninguém segura esse país”. Pouco mais de um mês depois do lançamento do selo, o aviador foi proclamado Patrono da Força Aérea Brasileira.⁸⁹ Após uma dezena de ocorrências, o personagem foi comemorado da maneira mais costumeira, o centenário de nascimento. A 20 de julho de 1973 são lançados três selos padronizados nos quais o retrato do aviador divide espaço com alguma de suas diferentes criações. Os tipos da série foram reproduzidos no manual elaborado pela ECT para promover o uso de selos nas aulas do ensino primário. Santos Dumont integra a sessão Personalidades, junto a outros “homens ilustres (...) que engrandeceram o nome de sua Pátria e, com isto, dignificaram não apenas o Brasil, mas todo o gênero humano”.⁹⁰

Desde então o personagem e suas realizações seguem ilustrando os selos brasileiros, por vezes repetindo a associação estabelecida no selo comemorativo da descida do homem à lua. Tipo lançado em 1981 comemorava os 75 anos do primeiro vôo autopropelido, realizado

⁸⁸ BRASIL. Lei nº 5.571, de 28 de novembro de 1969. Denomina "Dia da Independência" a data de sete de setembro e traça normas para a sua comemoração. Diário Oficial da União (DOFC PUB 01/12/1969 010247 1), a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon/> (último acesso em 05/07/2006). Ver comentário à página 125.

⁸⁹ BRASIL. Lei nº 5716 de 19 de outubro de 1971. Proclama Patrono da Força Aérea Brasileira o Marechal do Ar Alberto Santos Dumont. Diário Oficial da União (DOFC PUB 21/10/1971 008489 1), a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon/> (último acesso em 17/08/2006).

⁹⁰ Selo, pequena janela para o Brasil e o mundo. op. cit., p. 93.

em 23 de outubro de 1906, quando “o brasileiro doou à humanidade os 60 metros pioneiros desta longa viagem rumo ao espaço”, transformando “mitologia em história”. O edital aponta uma “coincidência do destino” que favorece ainda mais o nexos: “O primeiro homem, Armstrong, pisou na lua no mesmo dia em que, há 96 anos, nascia o ‘Pai da Aviação’ (20/JUL/1873)”, reservando para Santos-Dumont “a glória de ter o seu nome também imortalizado com a denominação de uma cratera lunar”. Também no aspecto visual o selo remete ao de 1969. A estampa é dividida em duas áreas, na superior, a imagem do espaço e da lua, e na inferior o 14-Bis voando no Campo de Bagatelle, em Paris. Completa a cena o tradicional retrato de Santos Dumont que, em 1984, foi proclamado Patrono da Aeronáutica Brasileira, passando o patronato da Força Aérea para o Brigadeiro Eduardo Gomes. Em 1991, no aniversário do vôo do 14-Bis, o presidente Fernando Collor conferiu-lhe o título de “Pai da Aviação”.⁹¹ A emissão comemorativa do centenário do vôo do Dirigível nº 3, que deu prova de dirigibilidade ao contornar a Torre Eiffel, traz a referida associação em seu edital. Segundo o texto, “ao comemorar os 100 anos da ascensão do Dirigível n.º 3 percebemos a importância desse fato para a humanidade. A dirigibilidade foi o primeiro passo rumo a uma nova era e, mais tarde, possibilitou a chegada do homem à Lua, o envio de sondas a Marte e a colocação de satélites de comunicação em órbita”. O militar chama a atenção para um outro aspecto, a proximidade das comemorações do 5º Centenário, ocasião em que “torna-se mais emocionante a missão de referenciar os grandes feitos dos filhos desta Nação, cujas conquistas foram marcadas por sonhos que se tornaram realidade”.⁹² Na série comemorativa Brasil 500 Anos, lançada em 22 de abril de 2000, um dos 20 tipos apresenta uma composição na qual se vê o retrato de Santos Dumont, o 14-Bis, um balão e um relógio de pulso, outra de suas invenções.

Em 2006, o personagem é evocado uma vez mais no selo alusivo à Missão Centenário. Além de foguetes e satélites, a composição exhibe o 14-Bis, lembrando o vôo de Santos Dumont com essa aeronave um século antes, “quando, historicamente, a aviação teve

⁹¹ BRASIL. Lei nº 7243, de 06 de novembro de 1984. Proclama o Marechal-do-Ar Alberto Santos Dumont Patrono da Aeronáutica Brasileira, o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes Patrono da Força Aérea Brasileira, e cria a ‘Medalha Eduardo Gomes’. Diário Oficial da União (DOFC PUB 07/11/1984 016289 1); BRASIL. Decreto de 23 de outubro de 1991. Confere ao Marechal-do-Ar Alberto Santos-Dumont o título de ‘Pai da Aviação’. Diário Oficial da União (DOFC PUB 24/10/1991 023437 1); a partir de <http://www6.senado.gov.br/sicon/> (último acesso em 17/08/2006).

⁹² CENTRO DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA AERONÁUTICA. 75º Aniversário do 1º Vôo Autopropelido por Santos Dumont: Edital do selo comemorativo nº 1245, lançado em 23/10/1981; FELIPPES, Marcelo A. de (Escola de Comando e Estado Maior do Exército – Instrutor). Centenário da Dirigibilidade – Vôo do Dirigível nº 3 de Santos Dumont: Edital do selo comemorativo nº 2089, lançado em 29/07/1999. *Brasil em selos*, op. cit.

seu grande momento”. O texto do Presidente da Agência Espacial Brasileira passa então a comentar a presença do tenente-coronel aviador Marcos César Pontes como representante do Brasil no Programa da Estação Espacial Internacional, em reconhecimento a capacidade do país na área.⁹³ Consta da programação anual de selos, disponível no sítio dos Correios na internet, uma emissão comemorativa alusiva ao fato, a ser lançada em 23 de outubro do corrente ano. Também em comemoração ao Centenário do Vôo do 14-Bis, no dia 26 de julho o personagem teve o nome inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, guardado no Panteão da Pátria Tancredo Neves, localizado na Praça dos Três Poderes em Brasília.⁹⁴



A série Integração Nacional é outros dos conjuntos especiais emitidos durante o ano do Sesquicentenário, com tipos representando ações do governo que contribuem para a “interligação” de todas as regiões do país. O primeiro é alusivo aos Correios, “tão organicamente ligados à vida de uma nação que a atividade postal se integra em todas as etapas de seu desenvolvimento”: desde a “fase heróica da colonização” até a “epopéia da Transamazônica” ele se faz presente como “fator de Integração Nacional”. Além dessa avaliação, o edital traz um histórico das modificações institucionais dos Correios, da criação do Correio-Mor, em 1663, até a sua transformação em empresa pública, em 1969. O selo apresenta uma reprodução do mapa do país, tradicional símbolo visual da nacionalidade, sobre o qual se vê um carteiro e a flecha, signo de integração elaborado com três envelopes.

O selo ilustrado por um conjunto de antenas é referente ao Sistema Nacional de Telecomunicações, criado pelo governo para interligar todo o território “deste extenso país”, simbolizado pela imagem do Cruzeiro do Sul, no canto superior esquerdo. Segundo o edital, a Empresa Brasileira de Telecomunicações – EMBRATEL, trabalhava na instalação de troncos de microondas para proporcionar os mais diversos serviços, telefonia, telegrafia, telex, fac-símile, transmissão de dados, de programas em alta fidelidade e de televisão monocromática e a cores, tudo para transmitir “as mensagens que irão entrelaçar cada vez mais o povo brasileiro e permitir sua ligação aos demais povos do universo”. A instalação do sistema, iniciada em 1967 e programada para ser concluída em 1972, além de representar uma “substancial parcela do arrojado programa desenvolvimentista do Governo Federal”, também

⁹³ http://www.correios.com.br/selos/selos_postais/selos_2006/selos2006_02.cfm (último acesso em 17/08/2006).

⁹⁴ http://www.sc.df.gov.br/paginas/museus/museus_06.htm (último acesso em 18/09/2006). Ver p. 128-129.

atende aos “imperativos de integração e de segurança nacionais”. O edital do terceiro selo é assinado, como os anteriores, pelo Ministro das Comunicações Hygino Corsetti. Ele explica que o sistema de microondas em tropodifusão, instalado pela EMBRATEL na Amazônia, visa “integrar e impulsionar o desenvolvimento” daquela área, interligando-a entre si e com o restante do país. Denominado Sistema de Telecomunicações da Amazônia, o complexo de troncos e estações repetidoras “significa mais um grande esforço do Governo Federal no sentido de integrar, de forma definitiva, a imensa Região Amazônica ao restante do país e ao mundo, e de atender aos anseios da população que lá vive e que haverá de prosperar no mesmo ritmo vigoroso que empolga todo o Brasil”.

Demonstrando o grande interesse do governo militar pela região, a “ocupação da Amazônia” é o tema do último selo da série. O selo é ilustrado por mapa da região que exhibe os traçados das rodovias a serem construídas, além da imagem de um operário. Segundo o Ministro dos Transportes Mário Andreazza, a intervenção de sua pasta na região visava complementar a navegabilidade dos rios da região interligando toda a bacia à malha rodoviária, permitindo o acesso às fronteiras dos países vizinhos, propiciando um maior “equilíbrio demográfico” entre as regiões Nordeste e Norte, além de reduzir os “contrastes sociais” existentes em comparação ao nível de vida no centro-sul. Com esse projeto para a região “o Ministério dos Transportes dá cumprimento ao Programa de Integração Nacional criado pelo Governo Federal”.⁹⁵ Esta série de selos foi integralmente aproveitada nas instruções para professores do manual *Selo, pequena janela para o Brasil e o mundo*, os três primeiros na seção Comunicação e o último na parte dedicada ao Transporte.

A preocupação dos militares com a Amazônia se faz notar em outras emissões do período. Em julho de 1971 a ECT lançara se-tenant alusivo à Rodovia Transamazônica. Os dois selos interligados exibem a porção norte/nordeste do mapa do Brasil, no qual se vê, em azul, o Rio Amazonas e alguns de seus afluentes e, em vermelho, o traçado da rodovia em obras. O complemento da peça, sem valor tarifário, exhibe a frase “Transamazônica: Brasil de terra roxa pedindo ocupação”. O edital comenta o “esforço nacional sem precedentes” para “acelerar o processo do seu desenvolvimento econômico e social, pela utilização racional e adequada de suas terras e dos seus potenciais”. Um dos instrumentos da “rápida aceleração de seu desenvolvimento” seria o “gigantesco programa, de ampliação de suas fronteiras

⁹⁵ CORSETTI, Hygino (Ministro das Comunicações). Correios; Telecomunicações; Tropodifusão: Editais dos selos comemorativos n^{os} 771-773, lançados em 26/05/1972; ANDREAZZA, Mario. Ocupação da Amazônia: Edital do selo comemorativo n^o 774, lançado em 26/05/1972. *Brasil em selos*, op. cit.

econômicas, a ser obtida pela colonização de imensa parte de seu território, ainda virgem, a Amazônia”. O sucesso do programa dependia da abertura de novas estradas de rodagem, dentre elas a Transamazônica, cumprindo “importante missão histórica no processo de integração social e econômica do povo brasileiro”.⁹⁶

A Zona Franca de Manaus foi tema de duas emissões, a primeira lançada em 1968. O tipo, em verde e amarelo, exibe um ramo estilizado envolvendo o mapa da região norte, com a área do projeto em destaque. O selo lançado em 1982 é comemorativo dos 15 anos da criação “em plena selva amazônica de um autêntico pólo de desenvolvimento”. O edital avalia que os benefícios da criação da zona já se faziam sentir por toda a região, para além de Manaus, cidade que tivera suas feições modificadas pelo projeto, transformando-se “em um dos principais pólos turísticos brasileiros”. O parque industrial da ZFM contava com mais de duzentas indústrias, abastecendo o mercado interno e exportando produtos, empregando milhares de pessoas e melhorando “as condições de vida do homem da Região, antes obrigado a contentar-se com o extrativismo”. Além das indústrias o “setor primário” também recebera a atenção da Superintendência da Zona Franca, que implantara em Manaus um projeto piloto “que servirá de modelo para a ocupação racional e produtiva dos vazios amazônicos”, incluindo diversas atividades agro-pecuárias. A administração avalia que cumpriu a tarefa para a qual fora criada quinze anos antes, “de promover o desenvolvimento industrial, comercial e agropecuário da parte ocidental da Amazônia brasileira”.⁹⁷

Em dezembro de 1977 os Correios lançaram outra série com a designação Integração Nacional, apresentando instituições militares como precursoras da campanha. Bem ao gosto da filatelia temática, os tipos exibem veículos, além de emblemas dos organismos militares. O primeiro tipo aborda o Correio Aéreo Nacional, cuja “importância” para a “integração do país”, conforme o edital, só pode ser avaliada em função da “consciência das dificuldades que representa a penetração no sertão brasileiro”. O CAN seria novamente objeto de selo comemorativo por ocasião de seu cinquentenário, em 1981 (p. 87 – nº 153). A Flotilha do Amazonas, tema do segundo selo, comemorava seu centenário à época da emissão, demonstrando ser antiga a preocupação das Forças Armadas com ocupação da Amazônia e a “patriótica missão de defesa da soberania nacional”. Naquele contexto, a flotilha ampliava seu

⁹⁶ ROCHA, José Carlos Teixeira (Diretor do D. S. P.). Transportes: Edital dos selos comemorativos n^{os} 739-40, lançados em 01/07/1971. Ibid.

⁹⁷ LINS, Ruy Alberto Costa (Superintendente da SUFRAMA). Zona Franca de Manaus: Edital do selo comemorativo nº 1286, lançado em 15/08/1982. Ibid.

campo de atuação, atendendo também a área social, ao tomar parte do “Projeto Rondon, que serviu à região Norte do Brasil, e prestou valiosa assistência médico-sanitária à população local”. O último selo da série refere-se ao Batalhão Ferroviário e de Engenharia de Construção, que mantém seu pessoal especializado “em permanente trabalho de instrução” colaborando no planejamento e construção de obras de grande envergadura. O 5º Batalhão de Construção estava envolvido com o melhoramento da antiga BR-29 (Cuiabá - Porto Velho) e com a construção de um novo trecho ligando Rio Branco à fronteira com o Peru, “obra de singular importância, se considerarmos o desenvolvimento de uma economia nacional”.⁹⁸

Essa não era a primeira ocasião que uma emissão postal associava as Forças Armadas ao desenvolvimento do país. Em 1969, junto com o tipo “Exército Fator de Segurança” (p. 80 – nº 141), os Correios lançaram outro, denominado “Exército Fator de Desenvolvimento Nacional”, relacionando a corporação aos dois termos do binômio “desenvolvimento-segurança” da Doutrina de Segurança Nacional. Ilustram o selo uma máquina de telégrafo e uma ponte ferroviária, duas contribuições da engenharia militar para a infraestrutura do país.

O projeto a que se refere o edital do selo alusivo a Flotilha do Amazonas, que leva o nome do Marechal Rondon, foi objeto de dois selos lançados em 1970 e 1980. O edital do primeiro tipo define-o como “programa de complementação prática do ensino universitário”, que tinha por objetivo “a integração do jovem e da própria Instituição Universitária à realidade brasileira, de forma a que participem mais diretamente da problemática do Desenvolvimento, da Integração Nacional e da Valorização do Homem”. Prestando serviços voluntários durante as férias letivas, nas suas respectivas áreas de formação, os jovens que seriam depois “os responsáveis pela condução do país” estariam se aperfeiçoando e formando uma “mentalidade nacional”. A alusão a Rondon deve-se, segundo o texto, ao ideal compartilhado pelo projeto e por este seu patrono: aproximar “brasileiros de todos os recantos, acima das paixões políticas, e das esteréis (sic) discussões de fundo ideológico”. A composição visual do selo tem uma floresta estilizada por fundo, alusão à região amazônica, no centro da qual está posicionado o mapa do Brasil. No interior da representação da nacionalidade mais utilizada no selo brasileiro, três setas dispostas em rotação de modo a sugerir a integração entre as partes. Completa a imagem a legenda que expressa o lema do projeto: “integrar para não entregar”. Além de dados sobre o funcionamento do programa, o

⁹⁸ EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Correio Aéreo Nacional; Flotilha do Amazonas; Batalhão Ferroviário e de Engenharia de Construção: Editais dos selos comemorativos n^{os} 1049-1051, lançados em 05/12/1977. Ibid.

edital do tipo de 1980 informa que 11 de julho, data de seu lançamento, foi escolhida como Dia do Rondonista, em homenagem ao primeiro grupo de universitários que partiu do Rio de Janeiro para Porto Velho, em 1967. Desde então o número de jovens “dispostos a conhecer a realidade do interior brasileiro, ligando-a mais intimamente às fronteiras econômicas” só fez crescer até que o projeto, que havia recebido sua denominação “em homenagem aos feitos do Marechal Rondon – militar que desbravou os sertões brasileiros”, foi transformado em fundação, em 1975. O tema visual dessa emissão é uma sala de aula improvisada, em cuja parede se vê o mapa do país que simboliza o projeto.⁹⁹

O Projeto Rondon acrescenta o mote da integração nacional à imagem tradicional do personagem, de “desbravador dos sertões”, da qual os próprios selos deram testemunho e ajudaram a consolidar. Em 19 de abril de 1958, o DCT emitiu selo em homenagem ao marechal, que falecera em janeiro daquele ano. Além do retrato do militar, a estampa exibe um índio observando a aproximação de um pequeno avião, simbolizando os contatos com estas populações. Em 1965 o marechal volta a ser homenageado, pelos cem anos de nascimento, em selo que exibe seu retrato, um mapa limitado às regiões norte e centro-oeste e um cocar indígena. Entre uma emissão e outra, em abril de 1963, Rondon foi proclamado patrono da Arma de Comunicação do Exército. O edital de nova emissão personalista caracterizou o militar como “indigenista”, narrando a biografia do engenheiro militar que “viria a ser o grande explorador, o grande sertanista, e principalmente, o defensor dos Índios”. O texto descreve todas as missões para as quais o militar foi designado que tinham por fim a construção de linhas telegráficas nas regiões centro-oeste e norte do país, mesmo sentido da imagem do selo, composta por retrato do personagem, linhas de transmissão e um aparelho de telégrafo. Ao desempenhar essas missões a Comissão Rondon revelara-se “uma aplicação prática das idéias do filósofo Comte no terreno militar, isto é, a utilização do Exército em obras civis, como a construção de linhas telegráficas e em obras com fins humanísticos, como a proteção aos Índios”, que acabaram redundando na criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1910. A Secretaria de Estado de Cultura, Esportes e Turismo de Rondônia encerra o texto lembrando que “é em homenagem a esse grande brasileiro que essas terras, por onde passou e nas quais trabalhou, viriam a ser chamadas de Rondônia”.¹⁰⁰ Lançada em

⁹⁹ ROCHA, José Carlos Teixeira da (Diretor do D. S. P.). Projeto Rondon: Edital do selo comemorativo nº 712, lançado em 05/05/1970; ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO PROJETO RONDON. Projeto Rondon: Edital do selo comemorativo nº 1182, lançado em 11/07/1980. Ibid.

¹⁰⁰ SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO DE RONDÔNIA. 120º Aniversário de Nascimento do Marechal Rondon. Edital do selo comemorativo nº 1445, lançado em 05/05/1985. Ibid.

1985, após a saída dos militares do governo, talvez essa emissão possa ser compreendida como uma tentativa de recuperação da desgastada imagem da corporação, aproveitando-se da imagem de Rondon, já que não é comum a comemoração de um jubileu pessoal de 120 anos.



Os selos da série Integração Nacional de 1972 não foram os únicos do período a representar o tema das comunicações, que era bastante esporádico até meados dos anos 60. Os poucos tipos anteriores registraram congressos realizados no país, como a 3ª Conferência Interamericana de Radiocomunicações (1945). A partir da emissão comemorativa da criação

do Ministério das Comunicações, de junho de 1967, o tema passa a ser bastante explorado. O tipo exibe um dos signos visuais que mais seria utilizado, a antena parabólica, tendo por fundo a imagem de uma pomba branca, que tanto pode significar paz como pode evocar a idéia de evolução das técnicas de transmissão de mensagens. No ano seguinte os Correios registraram a expansão do serviço de telex em selo impresso nas cores nacionais, que apresenta um mapa do Brasil, no qual estão assinaladas as 25 cidades cobertas e que é envolvido por uma fita de impressão dos aparelhos transmissores. Em 1969 uma antena parabólica ilustra o selo alusivo à Estação Terrena da Embratel para Comunicações por Satélite. Outro motivo filatélico usual é São Gabriel, “proclamado oficialmente pela Igreja, Patrono das Telecomunicações, em vista da missão que lhe foi confiada: trazer a Nossa Senhora a mensagem de que seria a Mãe de Jesus”.¹⁰¹ Para representar o patrono nos selos de 1969, 1970, 1971 e 1973 os Correios se valeram de peças de artistas locais contemporâneos e de outras do patrimônio histórico.

O primeiro tipo da Série Comunicações, de 1973, comemora a inauguração da nova sede do Ministério das Comunicações. O prédio, localizado na Esplanada dos Ministérios, pode ser visto no centro da imagem, envolvido por “perfis humanos, que simbolizam a comunicação interpessoal”. Trata-se da “representação gráfica do grande e empolgante objetivo deste setor do Governo: proporcionar os meios para que o homem, onde quer que esteja, possa entrar em contato com o seu semelhante”. Outro aspecto interessante destacado pelo edital é a escolha da data de inauguração do edifício e lançamento do selo. O aniversário de Rondon, 5 de maio, que fora adotado como o Dia das Comunicações, uma “especial homenagem do ministério” ao “homem que, desbravando o centro-oeste e o norte deste país, ali implantou os fios telegráficos, que lhe merecem a admiração dos brasileiros como pioneiro das comunicações e da integração nacional”. O outro tipo da série refere-se à inauguração de cabo telefônico submarino entre o Brasil e as Ilhas Canárias, primeiro do gênero no continente americano. No selo vê-se um planisfério que traz assinalados os lugares interligados e Netuno, à esquerda da estampa, indicando o meio percorrido pelo cabo.¹⁰²

Os cinquenta anos da Companhia Telefônica Brasileira foram comemorados em outro selo de 1973, que sobrepõe a imagem de um antigo aparelho à de “orelhões” modernos para indicar o transcurso de tempo. Segundo o edital, assinado pelo presidente da companhia, o

¹⁰¹ ROCHA, José Carlos Teixeira da (Diretor do D. S. P.). Dia de São Gabriel: Edital do selo comemorativo nº 749, lançado em 29/09/1971. Ibid.

¹⁰² CORSETTI, Hygino (Ministro das Comunicações). Série Comunicações: Edital dos selos comemorativos nºs 813-4, lançados em 05/05/1973. Ibid.

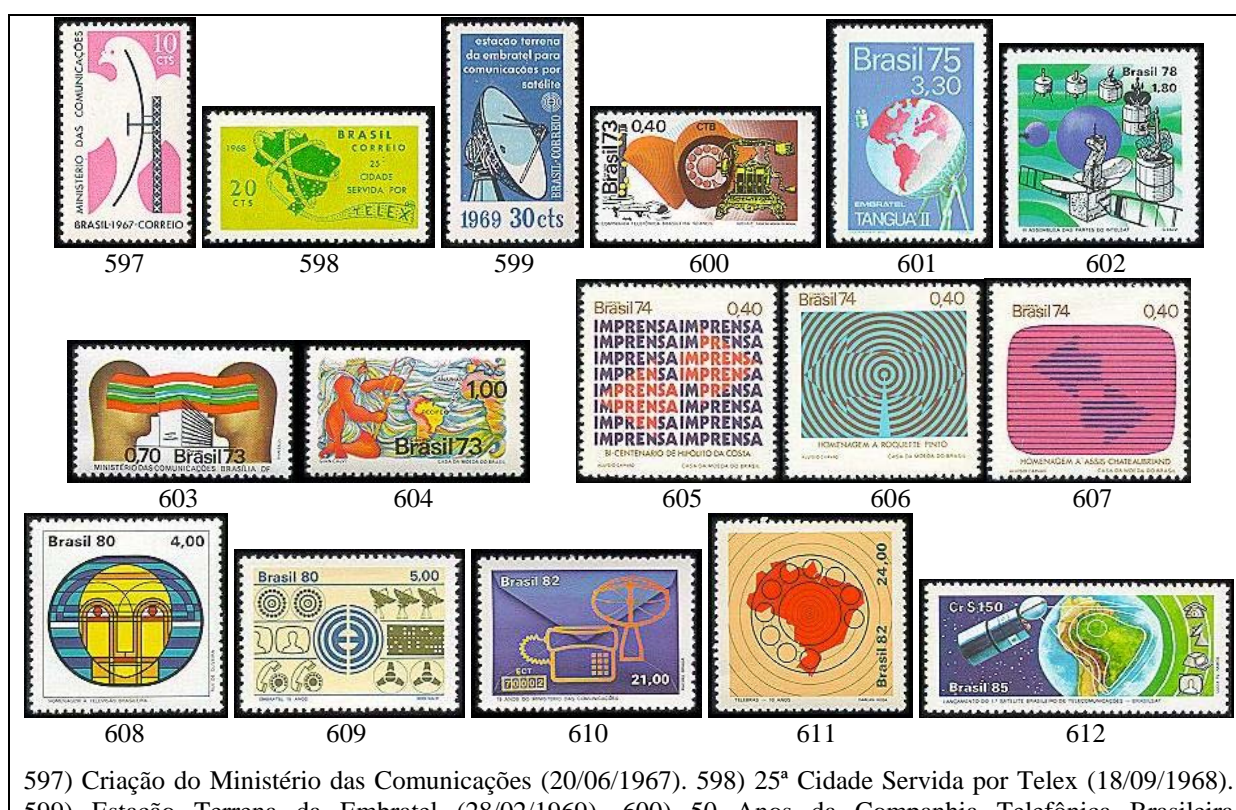
setor atravessava um momento favorável, após décadas de estagnação. Para “proporcionar harmonia ao desenvolvimento” o governo federal criara a Telebrás, em 1972, encarregada de “planejar e de estruturar a integração dos sistemas de telecomunicação do País”, incorporando as empresas telefônicas já existentes. O texto traz ainda dados da expansão prevista para o setor e a relação dos novos serviços oferecidos, como a Discagem Direta à Distância-DDD.¹⁰³

Em 1974 os Correios lançaram nova série Comunicações, homenageando personalidades precursoras em veículos distintos. Na composição visual dos tipos são utilizadas, uma vez mais, as setas, signo preferencial de integração, que podem ser vistas entre as palavras do selo alusivo à imprensa, em meio às ondas de rádio e na tela de televisão. O bicentenário de Hipólito da Costa é lembrado no selo que abre a série, por ter fundado o “primeiro jornal brasileiro”, embora editado em Londres, entre 1808-1822. Seu *Correio Braziliense* “lutava pela independência do Brasil”, ensinando assim o “caminho que a imprensa brasileira trilharia por anos afora, para ir forjando, num esforço comum, o Brasil cada vez mais pujante e cada vez melhor”. O segundo tipo, dedicado ao rádio, homenageia Roquette Pinto. Inicialmente o edital contesta a versão que atribui as primeiras experiências de transmissão via rádio a Marconi (1895) e Fessenden (1900). Isso porque em 1892 o padre Roberto Landell de Moura “transmitiu e recebeu a palavra humana através do espaço”, em experiência realizada em Mogi das Cruzes. Os registros oficiais consideram como “primeira transmissão radiofônica” do país aquela realizada “a 7 de setembro de 1922, por ocasião da inauguração da Exposição do Centenário da Independência”. A estação transmitiu dados do alto do Corcovado para um receptor instalado na Praia Vermelha e, depois de adquirida pelos Correios, “transmitia diariamente a cotação de bolsas de açúcar e de café, previsão de tempo, declamação de poemas e alguns números musicais”. Coube ao homenageado a previsão da “potencialidade comercial, cultural e informativa” do veículo, que levou-o a fundar, em 1923, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Em 1936 a empresa foi incorporada pelo Ministério da Educação, dando continuidade ao “caminho pelo qual enveredaria, em ininterrupto desenvolvimento, a radiodifusão nacional, cuja presença em quase todos os municípios do país constituiu-se, até o advento da televisão, num dos mais importantes fatores culturais, jornalísticos e comerciais”. O último tipo da série, dedicado à televisão, homenageia Assis Chateaubriand, jornalista que “abriu ao Brasil o domínio da imagem”, antevendo a “importância cultural e o alcance nacional” do meio, fazendo que o Brasil se adiantasse à

¹⁰³ MENEZES FILHO, José Siqueira de (Presidente da Companhia Telefônica Brasileira). Cinquentenário da Companhia Telefônica Brasileira: Edital do selo comemorativo nº 852, lançado em 28/11/1973. Ibid.

maioria dos países na instalação do sistema. Este edital é o único da série a destacar realizações contemporâneas do governo federal:

Graças à atuação do Ministério das Comunicações, a televisão aproximou o Chuí de Roraima, derrubou com a indiscreta onipresença de suas câmeras, ajudadas pelos satélites, até o intransponível muro chinês, fez de todos nós os espectadores simultâneos e instantâneos de todos os eventos do mundo, e levou às mais humildes casas Shakespeare e Molière, Stravinsky e Picasso. E incrementou a vida econômica do País. Agora em cores. E, graças ao método de video-tape, eternizando a História. TV: museu vivo, a perpetuação do momento fugaz.¹⁰⁴



597) Criação do Ministério das Comunicações (20/06/1967). 598) 25ª Cidade Servida por Telex (18/09/1968). 599) Estação Terrena da Embratel (28/02/1969). 600) 50 Anos da Companhia Telefônica Brasileira (28/11/1973). 601) Estação Terrena de Tanguá (16/09/1975). 602) 3ª Assembléia das Partes do Intelsat (09/10/1978). Série Comunicações (05/05/1973): 603) Edifício Sede do Ministério das Comunicações; 604) Inauguração do Cabo Submarino BRACAN-I. Série Comunicações (25/03/1974): 605) Imprensa – Bicentenário de Hipólito da Costa; 606) Rádio – Homenagem a Roquette Pinto; 607) Televisão – Homenagem a Assis Chateaubriand. 616) 608) Homenagem à Televisão Brasileira (05/05/1980). 609) Embratel - 15 Anos (16/09/1980). 610) 15 Anos do Ministério das Comunicações (05/05/1982). 611) Telebrás – 10 Anos (09/11/1982). 612) Lançamento do Primeiro Satélite Brasileiro de Telecomunicações – BrasilSat (08/02/1985).

Ainda em 1974, a ECT lançou selo que anunciava o 3º Congresso Brasileiro de Telecomunicações, ilustrado com a logomarca da Telebrás, em cujo edital fazia um balanço do “extraordinário crescimento e desenvolvimento” apresentado na área. Segundo o texto, a

¹⁰⁴ MARGULIES, Marcos (Professor de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro). Imprensa – Bicentenário de Hipólito da Costa; Rádio: Homenagem a Roquette Pinto; Televisão – Homenagem a Assis Chateaubriand: Edital dos selos comemorativos n^{os} 870-872, lançados em 25/03/1974. Ibid.

expansão do sistema nacional de telecomunicações, “integrando todo o território brasileiro”, levou os congressistas reunidos nas duas edições anteriores (1966 e 1967) a sugerirem a criação de um mecanismo de “integração dos esforços e recursos”, que resultou na criação da TELEBRÁS, em 1972. Além de “planejar o futuro” e promover o intercâmbio de idéias o congresso tinha um objetivo bem específico: “fornecer, aos responsáveis pela Política Nacional de Telecomunicações, as críticas, sugestões, subsídios e colaborações necessárias à dinâmica do planejamento, implantação e operação de serviços de telecomunicações que cada vez mais se ajustem às necessidades brasileiras e contribuam na promoção do contínuo desenvolvimento integrado do País”.¹⁰⁵ O padre Roberto Landell de Moura seria homenageado pelo congresso por suas experiências pioneiras com transmissão de rádio, visibilidade que talvez se deva às comemorações do centenário de Guilherme Marconi, registrado, aliás, por selo dos correios brasileiros naquele mesmo ano de 1974. Dois anos depois, quando da comemoração do “centenário da primeira linha telefônica”, o presidente da Telebrás não perdeu a oportunidade de estabelecer uma relação do invento com o Brasil. Segundo ele, foi D. Pedro II que “possibilitou a aceitação e a consagração do telefone”, ao chamar a atenção, com sua presença, para a invenção até então ignorada pelo público e pelos juízes da exposição comemorativa do Centenário da Independência Americana, na Filadélfia. O texto narra a expansão da telefonia no país, uma “condição básica ao desenvolvimento social e econômico”, referindo-se à criação da TELEBRÁS e da EMBRATEL como fundamentais à expansão do Sistema Nacional de Telecomunicações.¹⁰⁶

A estação Terrena da Embratel, localizada em Tanguá (RJ), cuja inauguração fora registrada por selo de 1969, recebeu uma segunda antena de transmissão por satélite em 1975, fato registrado em selo. Com a entrada em operação da estrutura, que ilustra o selo, o país tornava-se “um dos principais associados do INTELSAT - organização internacional que congrega países usuários de telecomunicações via satélite”. Outro selo lançado aquele ano exibe a imagem de uma antena parabólica, irradiando ondas por sobre a representação do continente americano. Trata-se da emissão alusiva a II Conferência Interamericana de Telecomunicações, realizada no Rio de Janeiro, que assinalava o início da gestão brasileira na presidência da entidade ligada a Organização dos Estados Americanos. Outro tipo que recorre

¹⁰⁵ XAVIER, Jefferson Esteves (Engenheiro da TELEBRÁS; Secretário-Executivo do III Congresso Brasileiro de Telecomunicações). III Congresso Brasileiro de Telecomunicações: Edital do selo comemorativo nº 884, lançado em 15/07/1974. Ibid.

¹⁰⁶ ALENCASTRO E SILVA, José Antônio de (Presidente da TELEBRÁS). Centenário da 1ª Linha Telefônica criada por Graham Bell: Edital do selo comemorativo nº 955, lançado em 10/03/1976. Ibid.

à antena como ilustração é o alusivo ao Dia Mundial das Telecomunicações, 17 de maio de 1978, cujo edital informa que o crescimento das telecomunicações é um fenômeno mundial, dando como exemplo a elevação do número de aparelhos de rádio e televisão, que teria triplicado na última década.¹⁰⁷ Os selos alusivos a Assembléia das partes do Intelsat (1978) e da 3ª Exposição Internacional de Telecomunicações (1979), das quais o Brasil era membro, apresentam como imagens, respectivamente, satélites em torno do planeta e ondas de transmissão cobrindo o planisfério.

Na década de 80, as emissões do tema que se está a acompanhar começam por uma “homenagem à televisão brasileira”. A motivação da ECT para o seu lançamento – que ocorre no dia 5 de maio de 1980, aniversário de Rondon e Dia da Comunicação – é o trigésimo aniversário da sua implantação no Brasil e na América Latina. Além da alusão ao pioneirismo de Assis Chateaubriand, o edital dedica-se a descrever a Rede Nacional de Televisão, que já cobria “todo o território brasileiro”, atingindo 80 milhões de pessoas. Assinado pelos próprios Correios, o texto caracteriza a disseminação do sistema nos seguintes termos: “A necessidade de integração do País provocou a criação do Ministério das Comunicações, em 1967, ocorrendo, a partir daí, um acelerado avanço tecnológico na área. A atuação da Empresa Brasileira de Telecomunicações - EMBRATEL - permitiu, em curto espaço de tempo, a interligação dos sinais de televisão em todo o País, bem como a ligação do Brasil com o exterior”. Além do seu “desempenho cultural”, o veículo possuía também potencial pedagógico, o que levou o governo a criar a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa para “fornecer ao povo a formação necessária que ainda não possui”. A motivação que levou a inauguração do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás, registrada em outro selo de 1980, era a obtenção da “nossa independência tecnológica no setor”. O edital avalia que embora o Sistema Nacional de Telecomunicações fosse uma realidade, ele ainda dependia de tecnologia estrangeira.¹⁰⁸

As três emissões seguintes comemoram aniversários de três iniciativas do governo militar na área das comunicações. Ainda em 1980 é lançado o selo alusivo aos 15 anos da EMBRATEL, criada em setembro de 1965 para implantar e operar o Sistema de

¹⁰⁷ Respectivamente: MATTOS, Haroldo Corrêa de (Presidente da EMBRATEL). Comunicações: Edital do selo comemorativo nº 936, lançado em 16/09/1975; MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Comunicações: Edital do selo comemorativo nº 944, lançado em 19/11/1975; SECRETARIA-GERAL (Ministério das Comunicações). Dia Mundial das Telecomunicações: Edital do selo comemorativo nº 1064, lançado em 17/05/1978. Ibid.

¹⁰⁸ EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Homenagem à Televisão Brasileira: Edital do selo comemorativo nº 1167, lançado em 05/05/1980; TELEBRÁS. Centro de Pesquisa e Desenvolvimento: Edital do selo comemorativo nº 1196, lançado em 07/11/1980. Ibid.

Telecomunicações “ao longo das diferentes rotas que se estendem por todo o território brasileiro”. Desde então a empresa é responsável “pelo grande surto de desenvolvimento verificado nas comunicações de longa distância, nacionais e internacionais”. O edital do tipo lançado em 1982, comemorativo dos 15 anos do Ministério das Comunicações, faz um balanço da “extraordinária expansão de nossos meios de comunicações” e da sua participação no “processo de desenvolvimento brasileiro, na cidade e no campo”. Segundo a Assessoria de Comunicação de Massa do ministério o crédito pela institucionalização da moderna estrutura que levou à criação da ECT, da TELEBRÁS e da RADIOBRÁS, deve ser dado aos “sucessivos governos da Revolução, que se concentraram na adoção de medidas objetivando eliminar a gritante defasagem acusada pelos sistemas de comunicações do País, até então bastante precários, se postos em confronto com o de nações vivendo estágio idêntico de desenvolvimento”. Já antes da criação do ministério o presidente Castello Branco determinara a criação da EMBRATEL, para desenvolver o projeto de implantação do Sistema Nacional de Telecomunicações e ingressar o país na “era do satélite”. Outro tipo de 1982 comemora a criação da TELEBRÁS, dez anos antes. O edital resume a trajetória da empresa em duas etapas, a primeira foi a da “integração” das companhias telefônicas existentes, gerindo um sistema de empresas operadoras nos estados e a EMBRATEL, “responsável pela integração do sistema a nível nacional e internacional”. Após a consolidação do sistema, a empresa pode dedicar-se às “atividades de pesquisa e desenvolvimento, visando dotar o País de uma tecnologia própria em telecomunicações, e de atividades de treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos”, que teve como uma de suas principais iniciativas a criação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Padre Roberto Landell de Moura (aquele pioneiro do rádio, homenageado na série Comunicações, de 1974).¹⁰⁹ Este último selo apresenta um mapa do Brasil como centro irradiador de ondas concêntricas, duas das quais, mais largas, são aproveitadas na representação da peça de discagem telefônica.

O mapa do país é utilizado novamente em emissão lançada em fevereiro de 1985, que comemora o lançamento do “1.º Satélite Brasileiro de Telecomunicações”, o Brasilsat. O satélite, mais à esquerda na composição, emite ondas de sinal que envolvem o país, representado no planeta ao centro do selo. À direita, são vistos um telefone, uma parabólica,

¹⁰⁹ EMBRATEL. EMBRATEL 15 Anos: Edital do selo comemorativo nº 1185, lançado em 16/09/1980; ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DE MASSA (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES). Os 15 Anos do Ministério das Comunicações: Edital do selo comemorativo nº 1273, lançado em 05/05/1982; ALENCASTRO E SILVA, José Antonio de (Presidente da TELEBRÁS). TELEBRÁS 10 Anos: Edital do selo comemorativo nº 1299, lançado em 09/11/1982; Ibid.

um computador e uma televisão. Seu edital recupera a trajetória que permitiu tal feito, fazendo alusão ao acúmulo de experiência com a instalação das estações de Jacarepaguá e Tanguá, na década de 60. Os estudos realizados naquela época indicavam o satélite como a tecnologia ideal para o “atendimento às regiões norte e centro-oeste do País, onde peculiaridades geográficas e demográficas dificultavam o uso de técnicas convencionais”. Na década seguinte o país ingressou na Intelsat e construiu estações terrenas “com grau crescente de nacionalização”. A expansão do sistema e o conseqüente aumento da despesa com o aluguel de canais levou o Ministério a investir na aquisição de um satélite próprio. Não há mais menções nominais ao governo da revolução, apenas uma alusão impessoal ao Presidente da República, por ter aprovado a execução do programa de compra em 1981.¹¹⁰

O manual para fomentar a utilização de selos pelos professores dedica uma extensa seção às Comunicações, ilustrada com a maioria dos selos do tema lançados em 1973 e 1974 e que recupera o sentido das realizações governamentais na área estabelecido nos editais. O texto de abertura apresenta uma boa síntese, após a narração das principais inovações tecnológicas da área inventadas a partir do final do século XVIII:

Mas enquanto o mundo progredia tecnologicamente na área de comunicações, o Brasil, até 1964, mal se comunicava internamente, o que prejudicava a sua integração. Até que, também nesse setor, o Brasil aderiu à chamada do progresso e, enfrentando com coragem os desafios da complexidade encontrada, transpôs decisivamente o umbral da época tecnológica e implantou os mais modernos meios da comunicação instantânea.¹¹¹

Em ensaio recente sobre a história narrada no dinheiro brasileiro, Ângela de Castro Gomes e Mônica Kornis consideram que “energia e telecomunicações” são os “dois pólos considerados fundamentais para o desenvolvimento e integração nacional” por parte do Regime Militar, e como tal são representados no reverso de uma das novas cédulas de cruzeiro lançadas em 1981. Seu tema é a “Revolução de 1964” e a ilustração do anverso é o retrato de Castello Branco, seu primeiro presidente.¹¹² Embora com diferenças próprias da linguagem de cada um desses suportes de massificação das tradições, em especial o universo

¹¹⁰ MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Lançamento do 1º Satélite Brasileiro de Telecomunicações - BRASILSAT: Edital do selo comemorativo nº 1431, lançado em 08/02/1985. Ibid.

¹¹¹ Selo, pequena janela para o Brasil e o mundo, op. cit., p. 23.

¹¹² GOMES, Ângela de Castro; KORNIS, Mônica Almeida. Com a história no bolso: a moeda e a República no Brasil. Livro do Seminário Internacional “O outro lado da moeda”. (2001: Rio de Janeiro, RJ). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2002, p. 123.

multifacetado e o aspecto comemorativo dos selos, os signos que o regime pretende deixar de herança são idênticos.

5. CONCLUSÃO

A Revolução de Março de 1964 haverá de ficar na História como o tempo em que se construiu a grandeza deste país.

Presidente Emílio Garrastazu Médici (1974)

Enquanto não houver anistia integral, não haverá pacificação, muito menos esquecimento...

General Hugo Abreu – *Tempo de crise* (1980)

A partir do final da década de 70 a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos passou a registrar em selo, com regularidade, temas relacionados à história da instituição. Uma série padronizada de 1978 elaborou um relato visual da evolução dos meios de transporte postais, que anunciava, também, o XVIII Congresso da União Postal Universal, a ser realizado no ano seguinte. A trajetória principia no século XVIII com as “tropas”, conjunto de muares cargueiros comandado pelos tropeiros, que transportavam mercadorias, encomendas, notícias e cartas. O “incrível surto de progresso advindo da presença da Corte portuguesa” se fez sentir nos transportes, com a introdução das diligências. A utilização das mesmas no deslocamento de pessoas e malas postais beneficiou-se da construção de estradas em meados do século XIX, declinando com a inauguração de vias férreas a partir da década de 70 daquele século, quando apareceram os Correios Ambulantes, instalados em vagões que recebiam e distribuíam correspondência ao longo das estações. Este meio foi substituído pelo transporte rodoviário a partir de meados do século XX, acompanhando “novo surto de construção de estradas de rodagem”. A seguir, o edital aborda o transporte postal urbano, que empregou bondes puxados por animais a partir de 1872, substituídos pelos elétricos no início do século XX e, posteriormente, pelo “transporte-automóvel, marco definitivo na revolução dos transportes postais, via superfície”. O texto destaca, por fim, a “vasta e moderna frota de caminhões, furgões, triciclos, motocicletas e bicicletas” que a ECT possuía para atender ao serviço postal doméstico.¹

A série comemorativa do décimo aniversário da empresa, lançada em março de 1979, tem como tema a revitalização dos serviços postais e telegráficos. O edital comenta a bem sucedida modernização de um sistema que fora diagnosticado como de difícil recuperação. Alguns dos destaques da “expressiva mudança registrada no desempenho dos Correios” são

¹ EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Evolução dos Transportes Postais: Edital dos selos comemorativos n^{os} 1089-1094, lançados em 20/10/1978. Brasil em selos: selos postais do Brasil, 1900-1999. Brasília: Correios; Curitiba: Opensoft, 2000 [cd-rom].

os seguintes: a regularidade e segurança na entrega da correspondência (um “efeito do fortalecimento do sistema de transporte rodoviário” e da criação da Rede Postal Noturna de aeronaves); a automatização da triagem de objetos; o serviço de malotes para o mercado internacional; e a “qualificação do elemento humano a serviço da Empresa”, nos Centros de Treinamentos e na Escola Superior de Administração Postal. O texto cita como conquistas da ECT a confiança do público no seu padrão de qualidade e o reconhecimento da UPU, que resolvera realizar seu congresso no país naquele ano.² O recurso empregado para caracterizar o velho e o novo nos selos foi o contraste entre as imagens em preto e branco, com contornos amarelados, para representar os elementos antigos, localizados à esquerda dos tipos, com o colorido dos elementos modernos correspondentes, à direita das estampas. O segundo tipo da série apresenta um dos destacados símbolos visuais da empresa, a caixa de coleta de correspondência, na cor amarela. O novo modelo, além da forma distinta, adotava uma logomarca em substituição ao desenho das Armas Nacionais que adornava o modelo anterior.

Um dos componentes da estratégia de consolidação da imagem da nova empresa pública, este logotipo foi exibido em selo da série alusiva a 3ª Exposição Filatélica Luso-Brasileira - LUBRAPEX 1970, realizada em outubro daquele ano nos salões do Museu Nacional de Belas Artes, organizada pelo Clube Filatélico do Brasil, com o apoio da ECT e da Secretaria de Turismo do Estado da Guanabara.³ No logotipo, os Correios – um “fator de integração nacional” segundo o tipo da série de 1972 (p. 204 – nº 589) que enquadrava as comunicações na perspectiva da Doutrina de Segurança Nacional – são evocados pelo signo filatélico da idéia de integração, as setas, dispostas nos dois sentidos de um eixo horizontal. Em 1972 o símbolo ilustrou um selo regular, além de aparecer, em dimensões mais reduzidas, na série de cifras lançada naquele ano e que circulou até 1975. A logomarca reapareceu nos comprovantes de franqueamento nacional e internacional, emitidos no final da década de 80.

A ênfase na modernização da instituição, advinda com a sua transformação em empresa pública, não impede que os Correios festejem momentos da sua história pregressa, entendida como uma sucessão de etapas evolutivas. É o caso do bloco comemorativo lançado em 1981, alusivo ao cinquentenário do DCT, a “segunda e importantíssima fase dos serviços postais e telegráficos no Brasil”. Segundo o edital, após um período de deterioração da qualidade dos serviços, a fusão entre a Diretoria-Geral dos Correios e a Repartição Geral dos

² Id. 10º Aniversário da ECT: Edital dos selos comemorativo nºs 1109-1114, lançados em 20/03/1979. Ibid.

³ ROCHA, José Carlos Teixeira da (Diretor do D. S. P.). Exposição Filatélica Luso-Brasileira – LUBRAPEX: Edital dos selos comemorativos nºs 728-730, lançados em 27/10/1970. Ibid.

Telégrafos representou uma “tentativa honesta” de “colocar os serviços postais e telegráficos dentro dos melhores padrões da ciência administrativa da época”, além de diminuir os custos operacionais. Os três selos da peça exibem uniformes utilizados por carteiros e mensageiros a partir de meados do século XIX.⁴

Uma quadra lançada em 1989 comemora o vigésimo aniversário da ECT, “modelo de sucesso empresarial no serviço público”, criada para “revitalizar o antigo DCT”. Os tipos retratam a “preocupação elementar” da empresa, a diversificação de seus serviços.⁵ Em 1994, a União Postal das Américas, Espanha e Portugal, definiu como tema da Série América para aquele ano os veículos de transporte postal. O objetivo era “difundir os vários meios utilizados pelos Correios em sua nobre missão de transportar correspondências e objetos que lhes são confiados”. A emissão brasileira comemorava, também, os 25 anos da ECT, “criada em 20 de março de 1969, pelo Decreto-Lei nº 509, que transformou o antigo Departamento de Correios e Telégrafos em Empresa Pública vinculada ao Ministério das Comunicações”. A “remodelação da frota de veículos”, tema visual da emissão, foi um dos aspectos da “restauração” dos serviços promovida naquele contexto.⁶

A última dessas emissões, quadra lançada em 1999, tem por tema a História dos Correios no Brasil, comemora os 30 anos da ECT e os mais de 350 anos dos serviços postais “brasileiros”. O edital reproduz, uma vez mais, o discurso da instituição a respeito desta sua última etapa evolutiva: “A transformação do antigo Departamento de Correios e Telégrafos em empresa pública permitiu uma completa reformulação do sistema postal brasileiro, que passou de uma situação de descrédito da população para a posição de um dos mais respeitados Correios do mundo em termos de qualidade operacional”. Além de atender as “demandas do mercado”, a ECT auxilia as “localidades remotas onde não existem filiais ou representações de outras instituições públicas ou privadas de prestação de serviços”. O edital assinala também os 125 anos da criação da União Geral dos Correios, posteriormente denominada União Postal Universal, que tem por objetivo eliminar os entraves “à livre circulação e ao desenvolvimento do correio internacional”. O texto contém, ainda, um comentário ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, do governo federal, que agraciara os

⁴ EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Cinquentenário da Criação do DCT: Edital do bloco comemorativo nº 45, lançado em 11/03/1981. Ibid.

⁵ RAUBER, Joel Marciano (Presidente). ECT 20 Anos: Edital dos selos comemorativo nºs 1109-1114, lançados em 20/03/1989. Ibid.

⁶ EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. América 94 – Veículos de Transporte Postal: Edital dos selos comemorativos nºs 1817-1818, lançados em 18/03/1994. Ibid.

Correios com o Prêmio Qualidade no ano anterior, situando a origem do tratamento “sistematizado” da qualidade no país “por volta da década de 70”.⁷



Série Evolução dos Transportes Postais - XVIII Congresso da UPU (20/10/1978): 613) Tropa; 614) Mala Postal; 615) Vagão Ambulante; 616) Carro Postal; 617) Bonde Postal; 618) Linha Tronco Nacional. Série 10 Anos da ECT – Serviços do Correio (20/03/1979): 619) Centro de Treinamento; 620) Caixa de Coleta; 621) Centro de Triagem; 622) Rede Postal Noturna; 623) Serviço de Telegrafia; 624) O Carteiro. Da Série LUBRAPEX 1970 (27/10/1970): 625) Emblema da ECT. História dos Correios no Brasil (19/03/1999): 626) Máquina de Venda de Selos; 627) Máquina de Venda de Produtos; 628) Caixa de Coleta; 629) Prêmio Qualidade do Governo Federal. 630) Homenagem a Casa da Moeda (06/05/1974). 631) Dia do Selo (01/08/1976). 632) Dia do Selo (01/08/1977). 633) Como Coleccionar Selos (01/08/2003).

Outro dos aspectos destacados pelo edital da série dos 10 anos da ECT, comentada logo acima, foi “o aperfeiçoamento do selo e a conseqüente expansão da Filatelia”. No ano anterior, o bloco comemorativo da inauguração do edifício sede da empresa em Brasília e que registrava, também, a realização da 3ª Exposição Filatélica Brasileira, era acompanhado por texto no qual o presidente da ECT avaliava o “longo caminho” percorrido pelo selo brasileiro desde a última exposição de âmbito nacional, realizada quando do centenário do “olho-de-

⁷ Id. História dos Correios no Brasil: Edital dos selos comemorativos nos 2079-82, lançados em 19/03/1999. Ibid.

boi”, em 1943. Segundo ele, graças a um “radical processo de transformação” o selo transformara-se em “uma peça de valor artístico e cultural, revelando em cada novo lançamento o esmero de que se reveste o processo de emissão”. A exposição demonstraria ao público a “legítima expressão do selo brasileiro”, além de atestar o crescimento dos adeptos da filatelia, prática definida como uma forma de “aprimoramento cultural”.⁸

Em 1974 a ECT lançou um tipo em homenagem à Casa da Moeda do Brasil, também transformada em empresa pública pelo governo militar, vinculada ao Ministério da Fazenda. O edital destaca a cooperação entre as duas instituições na confecção dos selos desde a emissão originária, lembrando as dificuldades que levaram à realização de emissões no exterior durante o período imperial e, especialmente, nos primeiros anos de república. A “vanguarda” e a “alta qualidade técnica” das emissões brasileiras estavam sendo recuperadas nesta “nova fase” da sua produção, dentre outras razões, pela aquisição de modernos equipamentos de impressão para a Casa da Moeda, o que levou a ECT a anunciar através do selo o “auspicioso acontecimento”. Além da legenda exortativa “colecione selos”, o tipo apresenta em sua composição uma máquina impressora em funcionamento e um pincel criando a imagem de um novo tipo, alusão ao sentido de objeto de arte que era construído naquele momento. O edital homenageia, por fim, o “trabalho pessoal e anônimo” que contribuiu para “a extraordinária melhoria que ocorreu na qualidade dos selos brasileiros”.⁹

Os editais das emissões alusivas ao Dia do Selo foram utilizados com frequência para destacar a modernização das emissões brasileiras, além da “glória” de ser o Brasil o segundo país a emitir selos. Este tema filatélico, aliás, inédito até 1968, foi registrado quase que ininterruptamente até 1982, com lacunas apenas nos anos de 1970, 72 e 74. O texto do tipo lançado em 73, de autoria do Chefe da Assessoria Filatélica, fornece uma avaliação típica do selo postal e da filatelia no país naquele momento:

Problemas de caráter social, gritos de revoltas, manifestações de amor, sarcasmo, violência, dor, ternura, o passado, o presente, tudo se encontra nesses pedaços de papel colorido emitidos em todo o mundo. Instrumentos de ciência e arte, fomentadores de cultura, os selos possuem argumentação forte e singela. Elementos extremamente fugazes, mas de alto poder impressionista, são capazes de enraizar uma idéia e vincar um pensamento. No século considerado como o “Século da Comunicação”, este aspecto da Filatelia se reveste de considerável importância.

É evidente que o selo, seja comemorativo ou ordinário, é postal e nisto consiste sua primeira finalidade. Mas é também um grande e eficaz meio de comunicação, visto

⁸ BARROS, Adwaldo Cardoso Botto de (Presidente da ECT). 3ª Exposição Filatélica Brasileira – BRAPEX III: Edital do bloco comemorativo nº 39, lançado em 22/06/1978. Ibid.

⁹ Homenagem à Casa da Moeda do Brasil: Edital do selo comemorativo nº 880, lançado em 06/05/1974. Ibid.

que uma vez emitido, sua difusão é universal e todos os homens, sejam colecionadores ou usuários dos serviços postais, se incumbem de divulgá-los.

Podemos afirmar: Filatelia é Comunicação, é fator de integração social. Traduz a mensagem cuja fonte é o país emissor e cujos recebedores estão nos mais diversos e remotos pontos da Terra, onde quer que esteja o homem. É a mensagem de uma nação ao mundo.

Assim é que, enviando a mensagem com clareza, facilidade e impacto, o selo tem uma missão cada vez mais importante. Para adequar-se a esta função, deixou de ser repetidamente monótono e único. Passou a ser múltiplo, com séries completas, emitidas de uma só vez, contendo uma mensagem desdobrada e, portanto, mais ampla e de maior ordenamento lógico. Nesse sentido, o valor educativo do selo encontra nova dimensão, pois além de ser 1 cm² de comunicação, é também 1 cm² de cultura. Em 1973, escolhido pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, como o ano da cultura, o selo integra-se no processo educativo do homem brasileiro, apresentando diversos aspectos da cultura nacional.

De 1º de agosto de 1843, quando saiu o primeiro selo no Brasil, a 1º de agosto de 1973, a Filatelia brasileira se afirmou, e caminha, agora, para seu pleno futuro. O Brasil, de novo, assume a liderança que o promoveu no passado, quando foi o segundo país do mundo a adotar e o terceiro a emitir selos.¹⁰

Duas peças lançadas em meados da década de 70 possuem um nítido apelo visual à sensibilidade infantil, reiterando o estímulo da filatelia como uma viagem ao mundo do conhecimento (no desenho do tipo de 1976 um selo é utilizado como tapete voador e, no do ano seguinte, dois selos formam um barco à vela). O edital do exemplar de 1977 é bastante claro quanto ao papel atribuído pelo governo ao “veículo postal” naquele momento específico. O texto refere-se a dois aspectos da evolução do selo brasileiro, o “aprimoramento gráfico” e o seu “processo de utilização”, detendo-se neste último. A ECT entendia que a “programação de selos segue, direta ou indiretamente, as diretrizes de seus países”, já que “aos artistas escolhidos são entregues os temas aprovados para que sejam criadas as imagens compatíveis com o assunto enfocado”. Donde se conclui que o conjunto dos selos postais possui um “valor intrínseco”, qual seja, constituir-se na “expressão do local que o emite”. Assim, naquele Dia do Selo, se comemoravam os “atuais resultados de toda uma política elaborada no sentido de dar ao selo postal recursos suficientes para que, através da exploração de sua inesgotável força de expressão, seja possível ampliá-lo ainda mais, utilizando-o em função do desenvolvimento nacional”.¹¹

Recentemente, em 2003, a ECT lançou um bloco alusivo a mais uma edição da Exposição Filatélica Luso-Brasileira, comemorativa do sesquicentenário da primeira emissão

¹⁰ BARRETO, Auta (Chefe da Assessoria Filatélica). Dia do Selo: Edital dos selos comemorativos n^{os} 830-833, lançados em 01/08/1973. Ibid.

¹¹ EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Dia do Selo: Edital do selo comemorativo n^o 1026, lançado em 01/08/1977. Ibid.

portuguesa. Além destes registros, referidos visualmente na sua metade direita, a peça, denominada “Como colecionar selos”, dirige um apelo à “juventude”, como se pode inferir pela imagem da criança manejando instrumentos filatéticos, na metade esquerda da peça. O edital, escrito pelo presidente da Associação Brasileira de Jornalistas Filatéticos, acusa o fato do “maravilhoso mundo da filatelia” se mostrar “carente de renovação”, chamando a atenção para os benefícios da prática:

Estimular os jovens ao colecionismo de selos postais significa mais do que dar a eles a oportunidade de descobrir um mundo maravilhoso. É dar-lhes a oportunidade, de forma extracurricular, de aprender geografia, história, estudos sociais, ciências e artes, além de conhecer personalidades, viajar por lugares distantes, descobrir maravilhas mundiais e ter contato com a língua, os costumes e toda a cultura não apenas de seu país, mas, também, de outras nações.¹²

Além destas formulações conceituais a respeito do selo e da filatelia, as características contemporâneas das emissões brasileiras não podem ser compreendidas sem um exame das transformações às quais o selo foi submetido na década de 70. Esta dissertação procurou demonstrar a pertinência do argumento de Izabel Marson que, escrevendo no final da década de 80, afirmava ser o governo Vargas, nos anos 30, o responsável pela implementação da tendência valorativa das emissões históricas. Mas, para além da comemoração de personagens e episódios constitutivos da história tradicional, o contexto do regime militar, mais precisamente a partir da criação da ECT, em 1969, passa a ser preponderante, sob dois aspectos principais. A ampliação do repertório de temas representados é um deles, como este trabalho procurou evidenciar ao tratar da propaganda de governo e da diversificação do passado com as emissões referentes ao patrimônio histórico, ao folclore e ao turismo. Esta expansão dos temas filatéticos – que conta com outros assuntos não exploradas neste trabalho, como o ambientalismo, para citar um dos mais evidentes – foi acompanhada por uma política de incremento quantitativo e qualitativo das emissões, tendo por objetivo torna-lo mais atrativo aos colecionadores. Projeto bem sucedido, a julgar não só pela avaliação dos próprios Correios, mas pela literatura filatélica.



Na introdução desta dissertação acompanhamos a narrativa divulgada pelos Correios atualmente, que versa sobre sua própria história, sobre a história do Brasil e sobre a relação de

¹² In: http://www.correios.com.br/selos/selos_postais/selos_2003/selos2003_10.cfm (último acesso em 28/10/2006). O texto é de Marcelo Moto Yama.

complementaridade entre ambas, sintetizada nesta formulação: “Do surgimento dos serviços postais até os dias de hoje, os Correios assumiram sua postura de elo que aproxima as pessoas e de instituição respeitável que sempre procurou adequar-se aos vários períodos de desenvolvimento do País, buscando o progresso para os seus serviços prestados à sociedade”.¹³ Neste relato, certos valores incorporados à instituição quando da sua transformação em empresa pública são atribuídos a períodos anteriores.

Talvez o mais notório destes deslocamentos seja a referência à contribuição dada pelos Correios para a “integração nacional” nas primeiras décadas republicanas, retroagindo em mais de meio século um dos motes da Doutrina de Segurança Nacional difundidos pela propaganda do regime militar, inclusive via selo, como se viu nesta dissertação. Outra transposição é a modernização tecnológica como um valor permanente da instituição, quando se sabe que em certos períodos, como no início da República, ela não dispunha de estrutura para imprimir selos, recorrendo à casas impressoras estrangeiras. Mas o avanço tecnológico se faz o moto-perpétuo de uma história na qual o progresso acumula-se em etapas sucessivas, cada qual com suas contribuições, que já anunciam as subseqüentes, todas elas necessárias, lógicas, quase que naturais.

Além destes anacronismos, outra característica notável é a supressão das referências explícitas que identifiquem o governo que promoveu a reformulação da instituição e dos selos postais, ao contrário do comentário à reforma que resultou na criação do DCT, no qual a “Revolução de 30” e Vargas são identificados sem constrangimento. O que estaria por trás da dificuldade em reconhecer que é à ditadura militar que “corresponde a uma nova postura por parte dos poderes públicos com relação à importância das comunicações e, particularmente, dos serviços postais e telegráficos, para o desenvolvimento do País”, uma diretriz que os Correios reconhecem como vigente ainda atualmente?

Esta questão, que é, em termos mais abrangentes, a do lugar dos governos militares na memória nacional, pode ser melhor compreendida com o auxílio dos selos postais, tanto pelo que eles comemoram como pelo que silenciam. Além do primeiro e do décimo, os aniversários da “Revolução” não foram mais tema de emissão, tampouco os jubileus pessoais de seus presidentes, como os centenários de nascimento de Castello Branco (1997), Costa e Silva (2002), Médici (2005). A única emissão cujo evento histórico assinalado remete à ditadura militar, é uma comemoração às avessas, pelos 20 anos da Anistia. Com o lançamento

¹³ História dos Correios no Brasil. In: http://www.correios.com.br/institucional/conheca_correios/conheca.cfm (último acesso em 20/05/2006).

do selo, em agosto de 1999, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos “integra-se a uma série de iniciativas de instituições públicas, por todo o território nacional, no sentido de relembrar a conquista da anistia política no Brasil, tornando visível, particularmente para os jovens, a importância da luta para a conquista, a manutenção e a ampliação das liberdades democráticas”. O tipo exibe uma composição baseada na bandeira nacional, mas com o dístico central substituído por um coração que mantém a cor azul daquele elemento, assim como as estrelas que representam os estados da federação. O lema “ordem e progresso” também foi suprimido, talvez porque prejudicasse a visualização de um detalhe fundamental na concepção visual da peça, a cisão que corta a bandeira no sentido vertical, unida por uma sutura que encobre, parcialmente, a estreita brecha na cor vermelha.



No edital, Lúcio Alcântara emprega a expressão “sistema político autoritário” para referir-se ao que os militares denominaram, e ainda denominam, “Revolução Democrática”. A argumentação do então senador contraria esta caracterização ao ressaltar que o “golpe militar de 1964 (...) derrubou um presidente eleito pelo voto e cassou mandatos políticos e sindicais das mais expressivas lideranças do país”. A “pressão organizada e crescente da sociedade” e um “longo processo de luta democrática” fizeram com que o último dos governos militares, presidido pelo general Figueiredo aceitasse “revisar a situação de quantos haviam sido vítimas de inquéritos policial-militares e de processos de cassação de mandatos ou de direitos políticos” e, por fim, elaborar o projeto de lei da anistia, “cujo 20º aniversário os brasileiros comemoram neste ano”.¹⁴ Tal descrição da anistia, como uma conquista, contrasta com aquela

¹⁴ ALCÂNTARA, Lúcio (Presidente do Instituto Teotônio Vilela). 20 Anos da Anistia Política: Edital do selo comemorativo nº 2094, lançado em 18/08/1999. *Brasil em selos*, op. cit. A nomenclatura empregada pelos militares, que também utilizam a expressão “Movimento de 1964”, pode ser percebida, dentre outros lugares, nas diversas entrevistas realizadas pelos pesquisadores do CPDOC, que deram origem aos seguintes materiais: D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (org. e intr.). *Visões do golpe*: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; Id. *Os anos de chumbo*: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; Id. *A volta aos quartéis*: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

elaborada pela Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, expressa no edital de bloco lançado em 1984, que caracteriza-a como uma concessão do governo Figueiredo.¹⁵ Ainda conforme o texto de Alcântara, a lei nº 3683, de agosto de 1979, tinha por objetivos pacificar a Nação e a reduzir as “feridas abertas” a partir do golpe. A gênese do movimento remonta a 1972, ao lançamento do documento conhecido por Carta do Recife, ao final do congresso do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), descrito como uma “frente que congregava as principais forças democráticas do país e conclamava os brasileiros a dar o melhor de si para a batalha da anistia”. Dentre os benefícios decorrentes dessa “conquista”, o texto menciona: o desanuviamento do clima político; o regresso ao país e à vida política dos exilados, assim como o reaparecimento dos que optaram pela clandestinidade; o impulso dado às campanhas por eleições diretas e pela Constituinte; e o estímulo às lutas pelo fim do “obscurantismo cultural” e pela ampliação das liberdades e direitos.¹⁶

Talvez seja proveitoso recuperar as duas emissões comemorativas de aniversários do regime militar lançadas durante a sua vigência. Analisadas em perspectiva, juntamente com a emissão comemorativa da Lei de Anistia, revelam-se um bom aporte para o entendimento das batalhas de memória acerca de um período recente da história brasileira, além de possibilitar, uma vez mais, a visualização da transformação gráfica do selo brasileiro promovida durante a década de 1970. Na comemoração do primeiro aniversário, o selo monocromático lançado em 1965 pelo DCT emprega a denominação “Revolução Democrática” na legenda, disposta por sobre um dos elementos visuais da estampa, a cruz. O símbolo cristão por excelência, remete a versão elaborada à época do evento segundo a qual o movimento visava a defesa de valores tradicionais como segurança, ordem, família e moralidade, entendidos como ideal de democracia. Os militares, evocados pela espada à esquerda da imagem, seriam os aliados da sociedade e os únicos em condições de livrarem-na da ameaça a seus valores constitutivos.¹⁷

A comemoração filatélica da primeira década do regime é notadamente diversa, tanto em termos visuais quanto ideológicos. A intervenção moral saneadora dá lugar ao projeto da potência nacional, expresso na legenda “Março – 10 anos construindo o Brasil”, que aparece deslocada para a margem da estampa, uma das providências da ECT para melhorar o padrão

¹⁵ EMBAIXADA DA SUÉCIA / SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Visita do Rei da Suécia Carl XVI Gustaf ao Brasil: Edital do bloco comemorativo nº 64 lançado em 02/04/1984. *Brasil em selos*, op. cit. Ver página 59 desta dissertação.

¹⁶ ALCÂNTARA, L. 20 Anos da Anistia Política: Edital do selo comemorativo nº 2094, lançado em 18/08/1999. *Ibid.*

¹⁷ Sobre este sentido de democracia ver o comentário anterior sobre esta emissão, à página 45.

gráfico do selo brasileiro. O edital utiliza as expressões “Movimento de 31 de Março” e “Movimento Revolucionário”, abandonando a qualificação de democrático. A imagem, colorida, emprega as cores nacionais para representar um cata-vento estilizado, objeto cujo movimento independente dos ventos favoráveis significava “a vontade nacional no esforço e no desafio de melhores dias para o povo brasileiro”, segundo o edital do selo alusivo à Semana da Pátria de 1977, também ilustrado com a imagem deste brinquedo.¹⁸

Na emissão dos vinte anos da Lei da Anistia, lançada em 1999, operou-se uma inversão considerável, a começar pelo fato comemorado, considerado o marco inicial do processo que culminou com o fim do regime militar e a redemocratização do país. Nos termos do edital, a “revolução” passou a “golpe militar” e a alegada defesa dos valores democráticos a um sistema político autoritário. Segundo Celso Castro, esta mudança interpretativa faz com que os oficiais entrevistados pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas, percebam-se como “vitoriosos em 1964 e, em particular, contra a luta armada”, mas “derrotados em relação à memória histórica sobre esse período”. Já a idéia amplamente disseminada, que aponta os militares como os únicos atores do processo, outra característica presente no edital, é um motivo de ressentimento por parte dos membros da corporação que se envolveram com o regime, segundo o autor. Embora o argumento dos militares, segundo o qual o movimento foi desencadeado “a pedido e com o apoio da população”, seja um exagero, “de fato os militares que deram o golpe de 1964 contaram com o apoio de expressivos setores da sociedade brasileira: empresários, Igreja, grande imprensa e parte da classe média”.¹⁹

Para além da metamorfose resumida acima, a partir da versão elaborada no edital da emissão comemorativa dos 20 Anos da Anistia, a construção visual do selo enseja outros elementos à discussão. O coração ao centro da figura circunscreve a questão ao afetivo, reduzindo duas décadas de autoritarismo e violência institucionalizada, projetos revolucionários e luta armada, a um desentendimento entre irmãos, todos unidos sob uma mesma bandeira, que defendiam cada qual à sua maneira. Por fim, a metáfora da cicatrização, um processo que ocorre naturalmente, depende apenas do tempo e não da vontade humana, obscurece o conteúdo político e histórico do regime e sua herança, que possui diversos

¹⁸ ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Semana da Pátria de 77: Edital do selo comemorativo nº 1034, lançado em 01/09/1977. *Brasil em selos*, op. cit.

¹⁹ CASTRO, Celso. Os militares e a memória do regime de 1964. In: *Seminário 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil, 2004*, Rio de Janeiro. *1964-2004: 40 anos do golpe*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004. p. 278.

aspectos não resolvidos, como a localização de corpos de desaparecidos, a apuração dos crimes de Estado, a reivindicação de indenizações e o acesso aos arquivos da ditadura. Por certo esta solução não é a única possível e não parece ser a mais adequada, como argumenta Daniel Aarão Reis Filho:

A sociedade brasileira, depois que aderiu aos valores e às instituições democráticas, enfrenta grandes dificuldades em compreender como participou, num passado ainda muito recente, da construção de uma ditadura que definiu a tortura como política de Estado. E, apesar do regime ter sido considerado abominável, não o expulsou a pedradas ou a tiros, antes compadeceu-se de um processo de transição pelo alto, lento, seguro e gradual e de uma anistia recíproca. Mas a ditadura militar, não há como negá-lo, por mais que seja doloroso, foi um processo de construção histórico-social, não um acidente de percurso. Foi processada pelos brasileiros, não imposta, ou inventada, por marceiros. Reconhecê-lo pode ser um exercício preliminar para compreender seus profundos fundamentos históricos e sociais e para criar condições para que o *abominável* não volte a assombrar e a atormentar a história destes brasis.²⁰

A “Revolução” não ficou na história como o tempo da construção da grandeza do país, como gostaria o presidente Médici e para o que tanto trabalharam os governos militares, através dos novos órgãos e meios de propaganda, além dos velhos mas ainda valorizados mecanismos de massificação das tradições. Mas, por outro lado, a concepção do general Hugo Abreu, que entendia a anistia integral como condição para a pacificação e o esquecimento, não está muito distante da representação contemporânea do regime militar neste suporte da história oficial que é o selo postal.

²⁰ REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: *Ibid.*, p. 134. Uma síntese da argumentação do autor pode ser vista em: Ditadura militar, esquerdas e sociedade. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

REFERÊNCIAS

1. CATÁLOGOS DE SELOS E MATERIAIS FILATÉLICOS

Brasil em selos: selos postais do Brasil, 1900-1999. Brasília: Correios; Curitiba: Opensoft, 2000 [cd-rom].

Brasil: sua história em selos. Rio de Janeiro: Sedegra, s/d. [1965]

Catálogo de selos do Brasil: de 1843 a 2002. 53ª ed. São Paulo: Ed. RHM, 2003.

O Brasil através dos selos. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1971 (v.1: Os Construtores da Pátria; v. 2: Os Forjadores da Cultura; v. 3: Heroísmo e Glória; v. 4: Pioneiros do Progresso; v. 5: O País da Fé).

Brasil, uma filatelia surpreendente. In: Correio Filatélico. Brasília: Assessoria Filatélica / AC Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, a. 4, n. 48, p. 19-21, fev-1981.

Filatelia ilustrada. Rio de Janeiro: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 1975 (v. 1: Esporte; v. 2: Fauna e Flora; v. 3: Ciências; v. 4: História; v. 5: Geografia; v. 6: Arte e Religião; v. 7: Pequena enciclopédia do filatelista).

MARCUS, Adalberto. Compêndio da filatelia. Edição do autor, 1968.

O novo colecionador – apresentação do tema. In: Correio Filatélico. Brasília: Assessoria Filatélica / AC Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, a. 1, n. 09, p. 8-9, nov-1977.

QUEIROZ, Raymundo Galvão de. O que é filatelia. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SALDANHA, Gehisa. Filatelia: tudo sobre selos. Rio de Janeiro: Ediouro / TecnoPrint, 1981.

Selo, pequena janela para o Brasil e o Mundo: um compêndio paracurricular. Rio de Janeiro: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Editora Documentário, 1975.

Selos do mundo inteiro: 1945-1975. São Paulo: Ed. Abril, 1977.

XAVIER JR., Mário. Folhinhas Filatélicas. Disponível em: <http://www.portaldoselo.com.br/artigos/folhinhas.htm> (último acesso em 24/06/2006).

_____. Primeiros comemorativos do Brasil. Disponível em: <http://www.portaldoselo.com.br/artigos/comemorativos.htm> (último acesso em 05/07/2006).

2. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Cícero Antônio F. de; VASQUEZ, Pedro Karp. Selos postais do Brasil. São Paulo: Metalivros, 2003.

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984.

AUGÉ, Marc. Heróis. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1994. v. 30: Religião – Rito, p. 128-148.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985. v. 5: Antrhopos – Homem, p. 296-332.

BANN, Stephan. As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: UNESP, 1994.

BARROS NETO, João Pinheiro. Administração pública no Brasil: uma breve história dos Correios. São Paulo: Annablume, 2004.

BENJAMIN, Walter. Comércio de selos. In: Obras escolhidas. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. v. 2: Rua de mão única, p. 57-60.

BONFIM, Manoel. A América latina: males de origem. Rio de Janeiro: A Noite, s/d [1905].

BOVO, Cassiano Ricardo Martines. Os Correios no Brasil e a organização racional do trabalho. São Paulo: Annablume, 1997.

BRASSOLOTTO, Mercedes. Caderno de mapas históricos: material básico para o ensino de História. São Paulo: Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas, s/d (v. 1 História Antiga e Medieval; v. 2 História Moderna e Contemporânea; v. 3 História do Brasil do Descobrimento até a Independência; v. 4 História do Brasil da Independência até os dias atuais).

BURKE, Peter. Testemunha ocular: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Celso. A invenção do exército brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____. Inventando tradições no Exército brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar. Estudos históricos, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 7, n. 14, p. 231-240, 1994.

_____. Os militares e a memória do Regime de 1964. In: Seminário 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil, 2004, Rio de Janeiro. 1964-2004: 40 anos do golpe. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 277-281.

Cédulas brasileiras da República: emissões do tesouro nacional. Rio de Janeiro: Banco do Brasil, 1965.

CERRI, Luis Fernando (org.). O ensino de história e a ditadura militar. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

CERRI, Luiz Fernando. 1972: “Sete bandeiras do setecentenário por mil cruzeiros velhos”... Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre: PUC-RS, v. XXV, n. 1, p. 193-208, jun.-1999.

_____. Ensino de história e nação na propaganda do “milagre econômico”. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v. 22, n. 43, p. 195-224, 2002.

_____. Ensino de história e nação na publicidade do milagre econômico – Brasil: 1969-1973. Campinas, 2000. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

_____. Espaço e nação na propaganda política do “milagre econômico”. Revista de História Regional, Ponta Grossa: UEPG, v. 5, n. 2, p. 113-135, 2000.

COMBLIN, P. Joseph. A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CONDE, Antonio Linage. La filatelia, fuente de la Historia. Actas del VI Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita, v. 1, Alcalá de Henares, 2002, p. 587-601.

CONY, Carlos Heitor. O ato e o fato: o som e a fúria das crônicas contra o golpe de 1964. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (org. e intr.). Visões do golpe: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DE PAULA, Jeziel. 1932: imagens construindo a história. Campinas: Ed. UNICAMP / Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1998.

FABRIS, Annateresa. Redefinindo o conceito de imagem. Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH, v. 18, n. 35, p. 217-224, 1998.

FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. Mitos e heróis: construção de imaginários. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

FERRO, Marc. A história vigiada. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação. São Paulo: IBRASA, 1983.

FICO, Carlos. Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da história ensinada. Campinas: Papirus, 1992.

FONSECA, Thaís Nívia Lima. O ensino de história no Brasil: concepções e apropriações do conhecimento histórico (1971-1980). In: CERRI, Luiz Fernando (org.). O ensino de história e a ditadura militar. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003, p. 35-54.

_____. História e ensino de história. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. “Ver para compreender”: arte, livro didático e a história da nação. In: _____.; SIMAN, Lana Mara de Castro (orgs.). Inaugurando a história e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 91-121.

FRANCASTEL, Pierre. A realidade figurativa: elementos estruturais de sociologia da arte. São Paulo: Perspectiva, 1973.

FREI BETTO. Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GARCIA, Nelson Jahr. Sadismo, sedução e silêncio: propaganda e controle ideológico no Brasil (1964-1980). São Paulo: Ed. Loyola, 1990.

GASKELL, Ivan. História das imagens. In: BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1997, p. 237-289.

GASPARI, Elio. As ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. v. 1: A ditadura envergonhada; v. 2: A ditadura escancarada.

GIOVANAZ, Marlise Maria. Práticas de coleção: seleção e classificação dos restos do passado. Revista Anos 90, PPG-História-UFRGS, Porto Alegre, n. 11, p. 162-171, jul., 1999.

GOMES, Ângela de Castro; KORNIS, Mônica Almeida. Com a história no bolso: a moeda e a República no Brasil. Livro do Seminário Internacional “O outro lado da moeda”. (2001: Rio de Janeiro, RJ). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2002, p. 107-134.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; WASSERMAN, Cláudia (org.). Ditaduras militares na América Latina. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

GUTFREIND, Ieda. Historiografia sul-riograndense e positivismo. In: GRAEBIN, Cleusa M. G.; LEAL, Elisabete (org.). Revisitando o positivismo. Canoas: Ed. La Salle, 1998, p. 47-58.

HOBSBAWM, Eric. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____; RANGER, Terence (orgs.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Os rituais de tombamento e a escrita da História: bens tombados no Paraná entre 1938-1990. Curitiba: Editora da UFPR / Imprensa Oficial Paraná, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. Les monuments aux morts comme fondateurs de l'identité des survivants. Revue de Métaphysique et de morale, n. 1, p. 33-61, 1998.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH, v. 19, n. 38, p. 125-138, 1999.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 4. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Entre 1969 e 1983 – uma síntese. In: SILVA, Marcos A. da (org.). Repensando a história. 6ª ed. São Paulo: ANPUH / Marco Zero, s/d, p. 88-91.

LÓPEZ DOMÍNGUEZ, Luis Horacio López. Reflexiones en torno a 100 años de historiografía en la filatelia colombiana. Boletín de historia y antigüedades, Bogotá, v. XC, n. 821, p. 263-306, abr.-jun. 2003.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). Jogos de escala: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 225-249.

MARSON, Izabel Andrade. Selos comemorativos: fragmentos da memória do Brasil. São Paulo: Empresa das Artes, 1989.

MAUAD, Ana Maria; CARDOSO, Ciro Flamarion. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 401-417.

MEIRELLES, Willian Reis. História das imagens: uma abordagem, múltiplas facetas. In: Revista Pós-história, Assis: UNESP, n. 3, p. 93-103, 1995.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH, v. 23, nº 45, p. 11-36, jul. 2003.

MICELI, Sérgio (org.). Estado e cultura no Brasil. São Paulo: DIFEL, 1984.

MILLIET, Maria Alice. Tiradentes: o corpo do herói. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MORETTIN, Eduardo Victorio. Produção e formas de circulação do tema do descobrimento do Brasil: uma análise de seu percurso e do filme Descobrimento do Brasil (1937) de Humberto Mauro. Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH, v. 20, n. 39, p. 135-165, 2000.

MOTTA, Marly Silva da. A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Ed. FGV - CPDOC, 1992.

MUNAKATA, Kazumi. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo / Bragança Paulista; Contexto / Universidade São Francisco, 1998.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectivas. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, set.-1992/ago.-1993.

NEIVA JÚNIOR, Eduardo. A imagem. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.

_____ et al. Imagem, história e semiótica. In: Anais do Museu Paulista: História e cultura material - Debate. São Paulo: Museu Paulista da USP, 1993.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: História e Cultura. Projeto História, São Paulo: PEPG-História-PUC-SP, n. 10, 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do descobrimento. Estudos históricos, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 14, n. 26, p. 183-202, 2000.

OLIVEIRA MARQUES, António Henrique Rodrigo de. História do selo postal português (1853-1953). 2v. 2ª edição correcta e aumentada. Lisboa: Planeta Ed., 1995. (v. 1 Os selos da Monarquia 1853-1910; v. 2 Os selos da República 1910-1953).

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PAIVA, Eduardo França. História & imagens. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PENEL, Henri-Pierre. Le timbre-poste, reflet du siècle. In: Science & Vie: le plaisir de savoir. Paris, n. 982, p. 118-123, jul. 1999.

PETERSEN, Sílvia Petersen. Historiografia positivista e positivismo comtiano: origem e desvirtuamento de uma relação teórica. In: GRAEBIN, Cleusa M. G.; LEAL, Elisabete (org.). Revisitando o positivismo. Canoas: Ed. La Salle, 1998, p. 31-46.

PINSKY, Jaime (org.). O ensino de história e a criação do fato. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1991.

POMIAN, Krzystof. Coleção. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984. v. 1: Memória e História. p. 51-86.

RAPOSO, Eduardo (coord.). 1964, 30 anos depois. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: Seminário 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil, 2004, Rio de Janeiro. 1964-2004: 40 anos do golpe. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

_____. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

REZENDE, Maria José de. A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984. Londrina: Ed. UEL, 2001.

ROJAS-MIX, Miguel. La dictadura militar en Chile e América Latina. In: GUAZZELLI, Cesar; WASSERMAN, Claudia (org.). Ditaduras militares na América Latina. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004, p. 11-25.

ROSSINI, Mirian de Souza. As marcas do passado: o filme histórico como efeito de real. Porto Alegre, 1999. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SALIBA, Elias Tomé. Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e o consumo de imagens. In: BITTENCOURT, Circe (org.). O saber histórico na sala de aula. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1998, p. 117-127.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. Métis: história e cultura, Caxias do Sul: UCS, v. 2, n. 3, p. 57-72, jan.-jun. 2003.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização, 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). História Geral do Brasil. 6ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 301-334.

SILVA, Marcos Antonio da (org.). Repensando a história. São Paulo: ANPUH / Marco Zero, 1984.

SORLIN, Pierre. Indispensáveis e enganosas, as imagens, testemunhas da história. Estudos históricos, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 7, n. 13, p. 81-95, 1994.

TELES, Janaína. Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade? São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2001.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.). 1964: visões críticas do golpe. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.

TORAL, André. Imagens em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870). São Paulo: Humanitas / FFLCH/USP, 2001.

TOSCO, Umberto. Postage stamps: modern history in the mail. Londres: Orbis Books, 1973.

3. SÍTIOS NA INTERNET

Correios: <http://www.correios.com.br>

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas: <http://cpdoc.fgv.br>

Exército Brasileiro: <http://www.exercito.gov.br>

Filatélica Penny Black: <http://www.portaldoselo.com.br>

Secretaria de Estado da Cultura – Governo do Distrito Federal: <http://www.sc.df.gov.br>

UNESCO Brasil: <http://www.unesco.org.br>